

**EDUARDO VICENZI**

**PSICANÁLISE E PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM:  
O USO DA LINGUAGEM NA CLÍNICA PSICANALÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Doutora  
Elena Godoy

**CURITIBA  
2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora Elena Godoi, por ter apostado em mim desde o início, por ter aceitado o convite de aproximar-se da psicanálise e por tanto ter me ensinado nestes últimos anos.

Ao professor e psicanalista Fábio Thá, por ter me auxiliado na compreensão da teoria psicanalítica e por ter me instigado a buscar novos pontos de vista sobre o trabalho clínico.

À professora Gertrud Frahm, pelos valiosos ensinamentos sobre a arte de escrever e pelas nossas longas conversas.

Sobretudo, à Lilian, meu amor, por ter me apoiado incondicionalmente, escutando minhas infinitas idéias com atenção e sabedoria e por ter estado sempre ao meu lado.

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa promove um exame da relação histórica entre linguística e psicanálise ao retomar as concepções de linguagem subjacentes às teorias freudiana, lacaniana e psicanálise pragmática. Além da apresentação dessas teorias, é realizada uma apreciação sobre vantagens e desvantagens em se recorrer a cada uma das concepções de linguagem para a compreensão do trabalho clínico do analista. Por eleger a “fala” como objeto de estudo e, mais especificamente, o uso da fala que o analista faz no contexto da clínica psicanalítica, este trabalho elege o campo da pragmática da linguagem como paradigma de análise. Devido ao significativo número de recursos que oferece para a análise de realizações linguísticas, dentre o conjunto de teorias pragmáticas da linguagem, optou-se pela Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987) para a realização de uma análise pragmática do caso tratado por Freud durante os anos de 1907 e 1908: “o homem dos ratos”. Esta análise revela os tipos de estratégias linguísticas que foram mais frequentemente utilizadas por Freud no decorrer do tratamento, além de elucidar algumas variáveis que interferem diretamente no modo como se realiza a interlocução entre analista e paciente.

## ABSTRACT

This research study provides an analysis of historic relation between linguistics and psychoanalysis. It revisits the conception of language in freudian and lacanian theories and in pragmatic psychoanalysis. Besides developing a discussin of the mentioned authors' theories, this study also looks at the advantages and disadvantages in using the language concepts, proper of each author, to understand the analyst's clinical work. The object of study is the speech act, more specifically, the use of the analyst speech in the context of psychoanalytic clinic. The paradigm choice for analysis considered adequate for this study was pragmatics. To accomplish a pragmatic analysis in order to develop a case study treated by Freud during 1907 and 1908: "*mouses's man*", the Politeness Theory by Brown and Levinson (1987) was chosen amongst the set of existing pragmatic theories. This analysis atempts to unveil linguistics strategies which were possibly most used by Freud during his treatments. It also presents some changeable elements which might interfere directly in the interlocution between analyst and patient.

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO I – AS APROPRIAÇÕES DO SABER LINGUÍSTICO PELA PSICANÁLISE</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 – O status da linguagem na teoria freudiana</b> .....	<b>15</b>
1.1.1 Pensamento e linguagem: entidades distintas para Freud .....	16
1.1.2 A concepção de linguagem representacional na obra de Freud .....	22
<b>1.2 – Lacan e a linguagem como estrutura formal</b> .....	<b>29</b>
1.2.1 A promessa estruturalista .....	29
1.2.2 Releitura lacaniana da psicanálise sob o prisma da linguagem como estrutura formal.....	33
1.2.3 Os problemas teóricos advindos da junção entre estruturalismo e psicanálise .....	37
<b>1.3 – Psicanálise Pragmática: a linguagem como jogo</b> .....	<b>45</b>
1.3.1 Uma concepção pragmática de linguagem para a redescritção dos processos analíticos .....	46
1.3.2 As diferentes interpretações do “descentramento” freudiano .....	52
<b>1.4 – Compulsões à linguagem em psicanálise</b> .....	<b>57</b>
<b>CAPÍTULO II – O CAMPO DA PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA</b> .....	<b>63</b>
<b>2.1 – Da lingüística clássica à pragmática da linguagem</b> .....	<b>64</b>
2.1.1 A abordagem pragmática da linguagem.....	66
2.1.2 O Princípio de Cooperação e as Máximas Conversacionais .....	68
<b>2.2 – A Teoria da Polidez</b> .....	<b>71</b>
2.2.1 Problema e argumentos centrais.....	71
2.2.2 Conceitos fundamentais .....	74
2.2.3 As estratégias de polidez.....	76
2.2.4 Fatores que influenciam na escolha da estratégia .....	82
<b>CAPÍTULO III – O USO DA FALA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA</b> .....	<b>83</b>
<b>3.1 – Sobre a coleta de dados de pesquisa em psicanálise</b> .....	<b>83</b>
<b>3.2 – Análise pragmática do caso “o homem dos ratos”</b> .....	<b>87</b>
3.2.1 Apresentação do caso.....	88
3.2.2 Análise pragmática das falas de Freud.....	89
3.2.3 Outros usos da fala feitos por Freud .....	109
3.2.4 Compatibilidades e incompatibilidades entre a Teoria da Polidez e a Psicanálise.....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>118</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é abordar as relações estabelecidas historicamente entre o campo lingüístico e o psicanalítico bem como realizar uma primeira aproximação entre a teoria pragmática da polidez e a teoria psicanalítica freudiana. A perspectiva que permeia a elaboração do trabalho é a do psicanalista que recorre à lingüística como forma de aprofundar o estudo da função que a linguagem assume no processo analítico, no contexto específico da clínica psicanalítica.

A questão que se coloca é a seguinte: em que o saber produzido pela lingüística pode auxiliar o psicanalista em seu ofício clínico? A hipótese inicial é a de que, na história da psicanálise, diversos tipos de concepção de linguagem podem ser encontrados, fato que justificaria as diversas diferenças teóricas e metodológicas constatadas, por exemplo, entre as teorias psicanalíticas freudiana, lacaniana e pragmática. Além disso, pressupõe-se que uma teoria pragmática da linguagem mostrasse mais adequada para uma intersecção com a psicanálise que outras teorias lingüísticas já utilizadas para tal proposta como, por exemplo, a lingüística estruturalista, utilizada por Jacques Lacan.

Por constituir-se na intersecção entre o campo lingüístico e psicanalítico, não se pode designar a presente dissertação com um trabalho exclusivamente lingüístico, e sim como uma preparação para um estudo futuro mais aprofundado. Isto porque, devido ao tema de pesquisa aqui proposto, antes de se realizar um estudo exclusivamente lingüístico é necessário verificar o que já foi produzido sobre a conexão lingüística/psicanálise.

Recorrer à lingüística a partir da psicanálise é uma das propostas mais instigantes ao psicanalista. Isto porque é justamente o campo lingüístico aquele capaz de trazer novidades ao psicanalista que se interessa pelo papel da linguagem no processo analítico, e mais especificamente, no caso deste trabalho, ao psicanalista que se interessa pelo uso da linguagem na clínica e os efeitos possíveis advindos desta prática.

É inevitável ao analista reconhecer as influências que a linguagem tem em sua *práxis*, seja a partir do aspecto da ‘fala’ – seu principal instrumento técnico –, seja a partir do aspecto da ‘concepção de linguagem’ implícita na constituição da teoria que direciona suas intervenções na clínica. Em outras palavras, sabendo disso ou não, o fato é que o analista lança mão a todo tempo da linguagem, tanto no nível concreto da fala

quanto no que concerne ao nível da teoria psicanalítica – por ali estar implícita uma teoria sobre a linguagem. Isto justifica a proposta de se recorrer à lingüística, pois, é ela por excelência a disciplina que se ocupa com o estudo da linguagem.

Algo curioso pode ser notado quando se examina o que já se produziu sobre a interface lingüística / psicanálise. O que se apresenta repetidas vezes nas tentativas de aproximação entre as duas áreas é uma espécie de relação unilateral, como se só a psicanálise tivesse algo a dizer à lingüística<sup>1</sup>.

No entanto, seria no mínimo injusto desqualificar as propostas que trazem à teoria lingüística elementos de psicanálise. Conceitos como o de ‘inconsciente’, ‘sujeito’ e ‘desejo’ influenciaram de forma decisiva teorias lingüísticas como as de Oswald Ducrot<sup>2</sup> e Michel Pechêux<sup>3</sup>. Contudo, este trabalho segue outra direção. A sua meta é trazer o saber lingüístico para a psicanálise. Por eleger como objeto de estudo a “linguagem”, a lingüística pode trazer contribuições significativas sobre o uso que o psicanalista faz da linguagem em seu trabalho clínico e de como este uso é capaz de produzir efeitos terapêuticos e analíticos.

A clínica psicanalítica se constitui essencialmente no uso da fala. O psicanalista leva consigo a sua clínica, pois, ela só não pode prescindir dos dois falantes, o paciente e o psicanalista. Porém não se trata de um uso arbitrário da fala. A psicanálise constituiu um método muito próprio de uso da fala, o qual produz efeitos não menos instigantes. Não é tarefa simples demonstrar como um método de tratamento baseado no uso da fala consegue curar sintomas psicológicos, os quais na maioria das vezes se apresentam na forma de fobias, depressões, obsessões ou em doenças corporais como paralisias, dores, perda da visão entre outros.

Alcançar uma resposta apropriada a esta questão ultrapassa os limites da presente dissertação, porém motiva a busca de teorias lingüísticas que expliquem os efeitos provenientes dos diferentes usos possíveis da fala. Da mesma maneira que Freud abordou os fenômenos relacionados à linguagem a partir do saber científico e filosófico que esteve à sua disposição no final do século XIX, e do mesmo modo que Lacan lançou mão do que se produziu em lingüística na primeira metade do século XX para compreender formalmente a linguagem, justifica-se o interesse do psicanalista nos avanços experimentados pela lingüística como uma possibilidade de trazer

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Lemaire, A. (1979b), Flores, V. do N. (1999) e Arrivé (2002a) apud Schäffer et al 2002.

<sup>2</sup> Ver Flores (1999: 85-90).

<sup>3</sup> Op. Cit., (1999: 94-6).



contribuições à teoria psicanalítica. Ao se recorrer à lingüística atual, novos subsídios tornam-se disponíveis para a compreensão do tipo de uso particular da fala realizado no contexto clínico psicanalítico.

Subjacente à proposta de repensar a teoria e clínica psicanalítica a partir de um outro campo de saber – neste caso, a lingüística – encontra-se a tese de que a teoria psicanalítica não deve fechar suas portas às novas descobertas apresentadas em outras áreas do conhecimento. Não é raro verificar um certo “hermetismo” por parte dos analistas em relação a tudo aquilo que não fora dito por Freud ou por Lacan. Thá (2004c), psicanalista, observa em sua tese de doutorado este mesmo fenômeno quando diz que:

“Os analistas sempre mantiveram distância das discussões científicas, o que tem resultado num conveniente isolamento. [...] E seu resultado é uma espécie de apego dogmático aos conceitos, tornando a teoria refratária às conquistas e novidades advindas de outros ramos do saber e isolando cada vez mais a psicanálise do debate científico”. (2004c:1)

O isolamento das discussões científicas torna-se conveniente por não fazer com que os psicanalistas não precisem se confrontar com recentes descobertas científicas, as quais podem colocar em xeque conceitos e pressupostos teóricos tradicionalmente aceitos por eles. Contudo, por não estar aberta a novas informações, a psicanálise torna-se cada vez mais desligada de outros campos do saber, dando um caráter “religioso” a uma prática que originalmente foi concebida por Freud como “científica”.

Renato Mezan (2002b), também assume esta postura menos “dogmática” ao defender a importância da psicanálise se apropriar de outros saberes. Nas suas palavras:

“Tem sido freqüente o uso das ferramentas psicanalíticas para compreender artefatos culturais, e nem sempre com resultados animadores. Mais raro – e mais útil para a psicanálise – é o caminho inverso, no qual algo exterior à nossa disciplina, uma vez “analisado” reverbera sobre os próprios conceitos utilizados para o estudo, ampliando-os, precisando-os ou os aguçando”. (2002b: 545)

Sendo assim, o presente trabalho traz como meta incorporar elementos recentes da lingüística à psicanálise, sempre que se mostrem válidos. Também se espera com isso que a psicanálise possa aproximar-se cada vez mais das discussões científicas e acadêmicas, mesmo que com o intuito de demonstrar as incompatibilidades que tem frente ao discurso científico. O apego dogmático às teorias e práticas condiz com uma concepção em que o saber é estanque e imutável, concepção esta incompatível à própria visão do fundador da disciplina psicanalítica, a qual está posta numa passagem da

*Interpretação dos Sonhos*: “[...] temos sempre de estar preparados para abandonar nosso arcabouço conceptual se sentirmos que nos achamos em posição de substituí-lo por algo que se aproxime mais estreitamente da realidade desconhecida”. (1900/1972: 648)

É sabido que Lacan foi o grande responsável por trazer explicitamente a questão da linguagem para o cerne da teoria psicanalítica. Freud chega a citar pelo menos o nome de quatro lingüistas – Hans Sperber, Carl Abel, Meringer e Mayer – no decorrer de suas teorizações, porém, sem que com isso se possa dizer que teria conferido à linguagem tal importância como aquela verificada na teoria lacaniana. Ao que tudo indica, Freud não tivera acesso às idéias da lingüística moderna inaugurada por Saussure, mesmo porque a lingüística estruturalista difundiu-se de forma mais significativa após a segunda década do século XX. Em sua obra, Freud reconhece a importância da fala no processo terapêutico, porém atribui à linguagem uma função de “expressão” do pensamento<sup>4</sup>.

A partir do século XX a lingüística tomou um lugar de destaque dentre as Ciências Humanas, a ponto de receber a denominação de “ciência piloto”<sup>5</sup>. Isto faz sentido a partir do momento em que se considera que o método inaugurado pela lingüística moderna, ou seja, o método estruturalista<sup>6</sup>, passou a servir como um modelo de cientificidade para as outras disciplinas reunidas sob a alcunha de Ciências Humanas. É neste sentido que o antropólogo Lévi-Strauss<sup>7</sup> importa o modelo lingüístico para seu campo, e que Lacan apropria-se do estruturalismo lingüístico, pretendendo dar à teoria psicanalítica um caráter formal<sup>8</sup>.

A relação que Lacan estabeleceu com a lingüística moderna possibilitou uma alteração de âmbito epistemológico no interior da teoria psicanalítica, qual seja, a troca de uma concepção representacional de linguagem, presente na teoria Freudiana, para uma concepção de linguagem como estrutura formal. Para tanto, Lacan buscou

---

<sup>4</sup> Ver por exemplo o primeiro capítulo do texto *O Ego e o Id*, escrito por Freud (1923/1976). Esta questão será abordada com mais profundidade no primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>5</sup> Sobre esta denominação de “ciência piloto” ver Dosse (1993a:13).

<sup>6</sup> Considera-se o *Curso de Lingüística Geral* como a obra fundadora da lingüística moderna. Conforme Dosse (1993a:65) “[...] essa obra de Saussure é oral, ela resulta dos cursos que ele ministrou entre 1907 e 1911, e da coleta, depuração e ordenamento dos raros escritos deixados pelo mestre, assim como apontamentos recolhidos por seus alunos durante as aulas”.

<sup>7</sup> Ver Dosse (1993a:37).

<sup>8</sup> Segundo Lacan, “O programa que se traça para nós, portanto, é saber como uma linguagem formal determina o sujeito”. (1955 [1957]/1998:47)

sustentação principalmente na teoria saussuriana do signo e na fonologia estrutural de Roman Jakobson (1963a)<sup>9</sup>, mais especificamente, em seus estudos sobre as afasias.

Após a iniciativa lacaniana de recorrer ao conceito de linguagem como lente de leitura da teoria psicanalítica, o interesse dos psicanalistas pela lingüística só fez aumentar. Análise do Discurso, Teoria do Dialogismo, Semântica Formal, Semântica Enunciativa e Semântica Cognitiva são apenas algumas das teorias lingüísticas que já atraíram estudiosos que buscam resolver questões referentes à clínica psicanalítica relacionadas ao tema “linguagem”.

Uma das tentativas mais recentes de interconexão entre os campos da lingüística e da psicanálise é a Psicanálise Pragmática. Inspirada numa concepção de linguagem herdeira, principalmente, das idéias de filósofos como Wittgenstein (1953, 1965, 1984, 1989) e Rorty (1988b, 1989, 1991b), a leitura da psicanálise a partir dos conceitos pragmáticos apresenta-se como uma nova possibilidade de teoria e clínica psicanalítica. A Psicanálise Pragmática surge em grande parte como um contraponto à proposta lacaniana, denunciando as incompatibilidades provenientes da inserção de uma concepção de linguagem formal no interior da teoria psicanalítica. Dessa forma, a Psicanálise Pragmática se preocupa em redefinir conceitos centrais da psicanálise como “desejo”, “sujeito”, “processo analítico”, “inconsciente”, entre outros, apoiando-se numa concepção pragmática da linguagem.

Contudo, nem todas as tentativas de conexão entre psicanálise e lingüística são compatíveis entre si. Conforme Almeida (2004a), o procedimento de se buscar na lingüística elementos para uma melhor compreensão da teoria e prática psicanalítica tornou-se, em alguns casos, uma verdadeira “compulsão à linguagem”. Segundo o autor, muitos psicanalistas cometem abusos ao empreender a todo custo uma justificação estritamente lingüística à psicanálise.

Além de revisitar as propostas mais significativas de interface entre psicanálise e lingüística realizadas até o presente momento, este trabalho cogita a possibilidade de que teorias lingüísticas mais atuais, como é o caso da Teoria da Polidez, sejam mais apropriadas para uma aproximação com a teoria psicanalítica se comparadas, por exemplo, com a lingüística estruturalista saussuriana. A opção de se utilizar a teoria pragmática dentre outras teorias lingüísticas compatíveis com uma proposta de intersecção entre lingüística e psicanálise fundamenta-se na constatação de que o campo

---

<sup>9</sup> Este trabalho não adentrará mais detalhadamente na relação entre a teoria de Jakobson e a lacaniana. Para mais nota 47.

da “fala”, delimitado, porém não abordado por Saussure<sup>10</sup>, é o próprio objeto de estudo da pragmática. Tendo em conta que a clínica psicanalítica trabalha essencialmente a partir do manejo da fala, parece muito mais coerente aproximá-la a uma teoria lingüística que enfoque o processo de fala a aproximá-la de uma teoria lingüística que se ocupe somente com o estudo da “língua”.

O campo da pragmática da linguagem<sup>11</sup> se dedica à análise do uso concreto da linguagem e das condições que governam este uso, tendo como uma das maiores finalidades o alcance do significado pretendido pelo falante no contexto da interlocução. Sendo assim, uma interessante interface entre pragmática e psicanálise pode se estabelecer se considerado for que a experiência lingüística constituída entre analista e paciente no contexto do tratamento psicanalítico tem estatuto de objeto de estudo da pragmática.

O uso da fala na clínica psicanalítica segue princípios particulares, distintos da maioria daqueles que dirigem as conversações usuais entre falantes. Quanto ao analista, é comum que responda perguntas a ele endereçadas pelo paciente com seu silêncio, que questione o significado de algumas palavras proferidas pelo paciente (que a princípio pareçam isentas de qualquer ambigüidade), que interrompa bruscamente uma conversação declarando o final da sessão, entre outros. Quanto ao paciente, este muitas vezes também acaba assumindo uma posição diferenciada no decorrer da conversação, não se fixando, por exemplo, numa pergunta não respondida pelo analista e não estranhando a intervenção deste de finalizar a sessão de forma inesperada. Caso não obtenha respostas do analista, continua falando conforme a “regra analítica”<sup>12</sup>, a qual diz que o analisando deve falar indiscriminadamente sobre o que lhe vem à mente durante a sessão.

Ao lançar-se mão do instrumental fornecido pela Teoria das Máximas Conversacionais, tributária a Grice (1975), uma das teorias pragmáticas mais conhecidas, algo significativo pode ser observado: a situação de troca verbal entre analista e paciente subverte a maioria dos princípios de conversação, demonstrando que o uso da fala no contexto da clínica psicanalítica segue regras muito específicas, que

---

<sup>10</sup> Deve-se a Saussure a divisão entre e “fala”, a qual é considerada como marco fundador da lingüística moderna. Estes conceitos serão abordados no primeiro capítulo, tópico 1.2.2.

<sup>11</sup> A pragmática, antes de ser uma teoria lingüística, é um campo de estudo que abarca diversas teorias. Ainda existem pontos de vistas divergentes quanto a questão de se a pragmática deve ser definida como um tipo de abordagem lingüística ou se é um campo de estudo que engloba o campo da lingüística. Este assunto será abordado mais detalhadamente no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>12</sup> O conceito de “regra analítica” será melhor exposto no primeiro capítulo da dissertação.

não estão em conformidade com outros tipos de uso da fala que não buscam alcançar resultados terapêuticos<sup>13</sup>. Isto demonstra que a relação entre analista e paciente não é *cooperativa* conforme os princípios enunciados por Paul Grice. Que regras estariam subjacentes ao tipo de uso da linguagem que ocorre na clínica, uso este que propicia o alcance de resultados terapêuticos?

Se por um lado a Teoria das Máximas Conversacionais de Grice serve como uma espécie de “referência negativa” ao que ocorre na análise, devido ao fato de que estas máximas são subvertidas no contexto analítico, por outro lado, a Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987) dá conta da explicação de inúmeros fenômenos recorrentes no tratamento psicanalítico, inclusive das situações em que a fala é utilizada em desacordo com as máximas conversacionais. Por ter um maior poder explicativo, a Teoria da Polidez também se mostra adequada para a análise de usos da fala menos usuais como os realizados na clínica psicanalítica. Segundo os autores, o falante tem à sua disposição inúmeras estratégias para veicular na fala suas intenções. Dentre elas, encontram-se algumas que tornam a comunicação mais clara e unívoca ao mesmo tempo em que outras são mais ambíguas, indiretas ou obscuras. Cortar o turno da fala do outro, não responder, realizar uma pergunta retórica, entre outros, mesmo sendo atos que prejudicam um entendimento nítido do que se pretende dizer, consistem em diferentes estratégias utilizadas pelo falante para alcançar determinados objetivos.

Brown e Levinson (1987) demonstram que a linguagem se presta a uma infinidade de funções diferentes da informativa. Dentre elas, uma é de grande importância para o trabalho do analista: a marcação dos lugares dos interlocutores expressa nas trocas verbais. A fala, além de informar, marca o tipo de relação estabelecida entre os falantes, incluindo fatores como relações de poder, esquiva de responsabilidades, distanciamento entre os interlocutores, entre outros. Ao serem analisados a partir de um referencial lingüístico/pragmático, estes fenômenos ganham interpretações diferentes, e muitas vezes, complementares àquelas provenientes do campo psicanalítico<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Como é o caso, por exemplo, de diálogos informais ou interlocuções que exigem uma grande “eficiência comunicativa”.

<sup>14</sup> Em psicanálise, tais fenômenos referem-se ao estabelecimento da “relação transferencial” entre paciente e analista. Segundo Freud (1912), é de grande importância para o sucesso do tratamento que o analista possa compreender o modo como o paciente a ele se dirige no contexto do tratamento. Isto porque, os “clichês estereotípicos” inconscientes que o paciente tende a utilizar nas situações em que se coloca em relação a um outro, inclusive frente ao seu médico, devem ser atribuídos à própria neurose.

É provável que com, o apoio da Teoria da Polidez, muitas das regras implícitas ao uso *sui generis* da fala na clínica psicanalítica possam ser reveladas. Com isto, novos fenômenos provavelmente serão percebidos ao mesmo tempo em que compreensões tradicionalmente estabelecidas no campo psicanalítico poderão ser reavaliadas.

O texto que segue divide-se em três capítulos. No primeiro encontrar-se-á, de início, a descrição do papel da linguagem na teoria e na clínica freudiana bem como a definição de conceitos psicanalíticos fundamentais para o desenvolvimento dos argumentos deste trabalho.

Na seqüência, serão revistos alguns dos mais significativos trabalhos psicanalíticos que realizaram aproximações com teorias do campo lingüístico. O primeiro deles refere-se à proposta lacaniana de dar à psicanálise um embasamento formal, baseado na lingüística estrutural saussuriana. Também são descritas as modificações que Lacan realizou frente à teoria original de Saussure bem como de conceitos fundamentais do movimento estruturalista. Para tanto, servirão de embasamento teórico textos como *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1956 [1953]/1998) e *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957/1998). Parte da obra do lingüista e psicanalista Michel Arrivé (2001a) também será considerada neste capítulo por também tratar da relação Lacan/Saussure. Por fim, encontrar-se-á uma questão propriamente epistemológica: A lingüística estrutural é compatível com os pressupostos psicanalíticos?

Após o exame da relação entre a psicanálise lacaniana e a lingüística saussuriana, será apresentada a recente teoria da Psicanálise Pragmática, objeto de estudo de psicanalistas como Costa (1994b e 2001c), Bezerra Jr. (1994a e 2001b) entre outros. Tem-se como meta demonstrar as possíveis compatibilidades epistemológicas entre a teoria psicanalítica e a abordagem pragmática da linguagem, inspirada em filósofos como Rorty (1986, 1988b, 1989, 1991b), o “segundo” Wittgenstein (1953, 1965, 1984, 1989), Davidson (1982, 1991a), Searle (1981) e Austin (1990).

Em seguida serão expostos os principais argumentos da tese de doutorado de Almeida (2004a), intitulada *Compulsão à linguagem em psicanálise*. Trata-se de uma análise profunda da história da relação entre psicanálise e lingüística, tendo como foco os “excessos” advindos de tentativas forçadas de se encontrar um melhor embasamento para a teoria psicanalítica em conceitos relativos à linguagem.

A partir da apresentação destas diferentes propostas de intersecção entre psicanálise e lingüística, será realizada uma discussão sobre que tipos de teorias lingüísticas se mostram mais apropriados para uma aproximação com a teoria psicanalítica, tendo em conta questões metodológicas e epistemológicas envolvidas em tal tarefa.

A diversidade de temas a serem abordados neste primeiro capítulo, aliada à necessidade de se constituir uma sólida base epistemológica (indispensável para a proposta de se empreender uma análise pragmática do uso da fala na clínica psicanalítica), pode servir como justificativa para a grande extensão deste capítulo, o qual representa aproximadamente metade de toda a produção desta dissertação.

O segundo capítulo tem como função dar os subsídios teóricos necessários para a análise de dados clínicos psicanalíticos encontrados na obra de Freud. Para tanto, a abordagem pragmática da linguagem será retomada sob o ponto de vista lingüístico, buscando demonstrar as origens do campo de estudos da Pragmática da linguagem, a teoria griceana das Máximas Conversacionais e seus desdobramentos nas correntes “neo-griceanas” e “pós-griceanas” bem como a Teoria da Polidez de Brown e Levinson, teoria esta que embasará a análise dos dados clínicos relatados por Freud no caso “o homem dos ratos”.

O terceiro capítulo irá propor a aproximação entre psicanálise e a abordagem Pragmática da linguagem, representada pela Teoria da Polidez. Será realizada neste capítulo uma análise do uso da fala feito por Freud durante o tratamento do “homem dos ratos”, visando especificamente às estratégias de uso da fala e seus efeitos no desenvolvimento do caso. A partir desta análise pretende-se ainda ilustrar as principais diferenças existentes entre o uso da fala no contexto clínico psicanalítico e outros contextos de uso da fala em que não são visados resultados terapêuticos.

Por fim, nas considerações finais, o leitor encontrará uma breve descrição dos resultados alcançados durante o desenvolvimento do trabalho, bem como uma explanação a respeito de temas que não puderam ser abordados com maior profundidade nesta oportunidade, e que necessitam ser elucidados futuramente.

# CAPÍTULO I – AS APROPRIAÇÕES DO SABER LINGUÍSTICO PELA PSICANÁLISE

## *1.1 – O status da linguagem na teoria freudiana*

Analisar a teoria freudiana a partir do ponto de vista da “linguagem” constitui uma tarefa até certo ponto artificial, e demonstrar isto, a partir dos textos freudianos, é o principal objetivo deste capítulo. Obviamente podem ser encontradas inúmeras referências à linguagem presentes na obra de Freud, porém de caráter muito diverso daquelas presentes, por exemplo, na teoria de Lacan<sup>15</sup>. À linguagem é reservado, no pensamento freudiano, o papel de expressão do pensamento, o que também pode ser feito de outras maneiras como, por exemplo, através dos sintomas, da arte, de imagens visuais, sonhos e outros.

Este ponto de vista é compartilhado por Almeida (2004a) em sua tese de doutoramento. Conforme o autor, o contexto em que Freud realizou sua formação dava ênfase ao estudo de questões relacionadas à linguagem, e muito menos davam a ela qualquer papel determinante do modo de funcionamento do pensamento ou mesmo do modo como o sujeito percebe e interpreta o mundo. Nas suas palavras:

“Freud foi levado, pelas circunstâncias do tipo de educação neurológica que recebeu na sua formação, não a uma compulsão à linguagem, mas à experiência. As sensações, não a linguagem, tinham o papel preponderante na organização do desejo no aparelho psíquico. Esta, na realidade, não comandava as funções básicas do aparelho pois estava subordinada ao setor dos processos mentais responsável pela recepção das sensações em imagens, e completamente separada, pela teoria, do pensamento”. (2004a: 27)

Ou seja, segundo o autor, em fins do século XIX a linguagem não era compreendida como aquilo que comandava o funcionamento do aparelho psíquico e tampouco era associada à capacidade de pensar. No decorrer deste primeiro tópico serão reunidos alguns argumentos que vão a favor desta tese de que pensamento e linguagem, na teoria freudiana, são entidades distintas e independentes entre si. Logo após serão retomadas as principais características da concepção de linguagem presente na teoria de Freud, qual seja, a concepção representacional de linguagem.

---

<sup>15</sup> Para os fins desta dissertação a expressão “teoria lacaniana” refere-se ao período das décadas de 50 e 60, nas quais as referências ao estruturalismo linguístico feitas por Lacan aparecem de modo explícito.



### 1.1.1 Pensamento e linguagem: entidades distintas para Freud

São ao menos quatro as possibilidades em se abordar a questão da relação entre pensamento e linguagem. Na primeira o pensamento depende da linguagem, na segunda a linguagem depende do pensamento, na terceira, pensamento e linguagem são independentes um do outro e na quarta, pensamento e linguagem não podem ser dissociados. Estas distinções epistemológicas fornecem subsídios para se perceber que a psicanálise freudiana adota uma postura diferente das outras teorias psicanalíticas a serem analisadas nos capítulos subseqüentes, pois, conforme Freud, os processos de pensamento são independentes da linguagem<sup>16</sup>.

Existem pelo menos dois grandes argumentos a favor desta hipótese. Em primeiro lugar, Freud faz referência à linguagem somente quando se refere aos sistemas consciente e pré-consciente. Toda a consideração dos processos inconscientes é independente de qualquer consideração lingüística. Segundo, Freud aborda a dinâmica dos processos de pensamento sem recorrer a qualquer categoria lingüística, ou seja, o pensamento como sendo independente da linguagem.

A incursão no pensamento freudiano a ser feita neste capítulo tem como ponto de partida o famoso capítulo VII da *Interpretação de Sonhos*, seção “F”. Ali Freud propõe uma visão “dinâmica” do aparelho mental ao invés da concepção “tópica” utilizada até então<sup>17</sup>. Segundo o autor, existem diferenças entre os processos pré-conscientes e processos inconscientes de pensamento:

“[...] podemos falar de um pensamento inconsciente que procura transmitir-se para o pré-consciente, de maneira a poder então forçar seu caminho para a consciência. [...] Ainda, podemos falar de um pensamento pré-consciente que é reprimido ou expulso e então tomado pelo inconsciente”. (1900/1972: 648)

<sup>16</sup> As psicanálises lacaniana e pragmática dão um lugar privilegiado à linguagem ao argumentarem que o próprio pensamento se constitui a partir de um pano de fundo lingüístico.

<sup>17</sup> Existem três tipos de abordagens do aparelho psíquico conforme a descrição de Freud: o ponto de vista tópico (também conhecido como descritivo), dinâmico e econômico. O primeiro deles refere-se à representação das instâncias psíquicas como “lugares” diferentes, o inconsciente, o pré-consciente e o consciente, cada qual com uma natureza e um modo de funcionamento distintos. O ponto de vista dinâmico privilegia a “relação” que os sistemas estabelecem entre si, dando ênfase às forças neles atuantes, ao contrário da visão estática dos sistemas, conforme proposta pelo ponto de vista tópico. O ponto de vista econômico pode ser entendido a partir da tentativa de se entender como se configuram as diferentes intensidades de energia nos diferentes sistemas psíquicos. Para mais, ver Laplanche e Pontalis (1998b: 119-121;505-507).

Para que um pensamento inconsciente se torne consciente é necessário que adquira “qualidade”<sup>18</sup>. Conforme Freud:

“Os processos de pensamento são, em si próprios, sem qualidade [...]. A fim de que os processos de pensamento possam adquirir qualidade, eles se associam, nos seres humanos, com lembranças verbais, cujos resíduos de qualidade são suficientes para atrair a atenção da nova catexia móvel<sup>19</sup>, oriunda da consciência”. (1900/1972: 656)

Enquanto não se associam às “lembranças verbais”, os pensamentos inconscientes, ao que tudo indica, não carregam consigo qualquer característica lingüística. Ou seja, Freud distingue os pensamentos inconscientes, independentes de qualquer associação com elementos verbais, dos pensamentos pré-conscientes, os quais se associam às lembranças verbais. Isto demonstra uma não correspondência, na teoria freudiana, entre pensamento e linguagem<sup>20</sup>.

Outro texto imprescindível para a análise do lugar da “linguagem” na teoria freudiana é *O Inconsciente*, de 1915. Em seu último capítulo Freud mostra admiração frente ao fato de que alguns pacientes esquizofrênicos conseguiam “falar” de seus sintomas sem qualquer censura, o que não se observava em pacientes neuróticos. Nas palavras dele, “[...] todos os observadores se surpreendem com o fato de que muito do que é expresso na esquizofrenia como sendo consciente, nas neuroses de transferência só pode revelar sua presença no *Ics.* através da psicanálise”. (1915/1974: 225) Freud pôde notar que, no caso da esquizofrenia, o paciente é “[...] capaz de fornecer o significado de suas inibições sem qualquer resistência”. (1915/1974: 228) Já em se tratando de um caso de histeria, o paciente não teria consciência dos pensamentos ligados ao aparecimento de seu sintoma, apenas teria convertido<sup>21</sup> tais pensamentos no próprio corpo.

Ou seja, para Freud o pensamento originário do sintoma não precisa passar pela consciência ou pré-consciência, o que implica também em não precisar ligar-se a qualquer conteúdo lingüístico. O sintoma não é estruturado lingüisticamente; ele pode sim ser transposto em palavras numa situação de análise, por exemplo, quando o

<sup>18</sup> O termo “qualidade” é definido por Freud como “sensações *diferentes* numa ampla gama de variedades e cuja *diferença* se discerne em função de suas relações com o mundo exterior” (1950 [1895]/1977:410).

<sup>19</sup> Segundo Thá (2004d:111), o termo “catexia” provém da tradução inglesa, significando tanto “uma quantidade de energia” quanto “investimento”.

<sup>20</sup> Entende-se como relacionados com a ‘linguagem’ os conceitos de “lembrança verbal” e “representação de palavra”.

<sup>21</sup> Conforme o Vocabulário da Psicanálise de Laplanche e Pontalis a palavra “conversão” diz respeito a uma “[...] transposição de um conflito psíquico [...] em termos de sintomas somáticos [...]”. (1998b: 103)

paciente consegue falar dos pensamentos ligados à sua origem. O processo de análise faz com que os pensamentos que antes só encontravam expressão no sintoma passem a se manifestar por intermédio da fala.

Freud lança mão dos conceitos de “representação<sup>22</sup> de palavra” e “representação de coisa” para explicar as diferenças encontradas entre a neurose de transferência e a esquizofrenia. No momento não serão abordadas estas duas categorias nosológicas, pois, o que é de interesse específico para os objetivos do presente trabalho é a diferenciação entre as duas formas de representação e suas ocorrências nos sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente. Nas palavras de Freud:

“[...] O que livremente denominamos de [representação] consciente do objeto pode agora ser dividido na [representação] de *palavra* e na [representação] de *coisa*; a última consiste na catexia, se não das imagens diretas da memória da coisa, pelo menos de traços de memória mais remotos derivados delas. [...]”. (1915/1974: 229).

A representação consciente abrange tanto a representação de palavra como a representação de coisa, diferente da representação inconsciente, a qual “[...] é a [representação] de coisa apenas”. (1915/1974: 230) Ou seja, a diferença entre uma representação consciente e uma inconsciente é que esta última independe da representação de palavra. Para que uma representação inconsciente alcance o nível consciente (ou pré-consciente) é necessário que a representação de coisa seja ligada a uma representação de palavra.

Mais adiante, Freud retoma a idéia desenvolvida na *Interpretação de Sonhos* de que “os processos do pensamento” são “[...] destituídos de qualidade e inconscientes, e só atingem sua capacidade para se tornarem conscientes através de ligação com os resíduos de percepções de *palavras*”. (1915/1974: 230) Este argumento também aparece no artigo de 1911 *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, onde Freud afirma que:

“É provável que o pensar fosse originalmente inconsciente, na medida em que ultrapassava simples apresentações ideativas<sup>23</sup> e era dirigido para as relações entre impressões de objetos, e que não adquiriu outras qualidades perceptíveis à consciência até haver-se ligado a resíduos verbais”. (1911/1969b: 281)

<sup>22</sup> No original em alemão “*Vorstellung*”. Esta palavra foi traduzida como ‘idéia’ e ‘apresentação’ no decorrer do texto, porém, optou-se neste trabalho traduzi-la como ‘representação’. Muitas são as controvérsias sobre traduções de termos como este, porém não entraremos no mérito da questão.

<sup>23</sup> Este termo provavelmente esconde problemas de tradução. [Ver nota 20].

Ou seja, existe uma atividade de pensamento inconsciente e independente das “representações de palavra” ou dos “resíduos verbais”. O pensamento inconsciente, quando associado a eles tem condições de tornar-se consciente, porém quando não o faz, permanece inconsciente. Então, a representação de coisa poderia ser entendida como algo independente da linguagem, como é o caso do pensamento (conforme a definição que Freud lhe confere neste artigo).

Ao dirigir seu interesse para o estudo do sistema inconsciente e suas relações com o sistema pré-consciente e consciente, no período anterior a 1920<sup>24</sup>, Freud não conferia à linguagem qualquer papel fundamental ou determinante tal como pode ser verificado em teorias pós freudianas como a psicanálise lacaniana e a psicanálise pragmática, a serem apresentadas no desenvolvimento da dissertação. Para Freud, o inconsciente não era lingüístico, até porque as questões relativas à linguagem só entravam em cena na abordagem dos sistemas pré-consciente e consciente. A preocupação de Freud era a de entender as leis que regiam os processos de pensamento em cada um dos três sistemas distintos, com ênfase no sistema inconsciente. Em suma, estudar o inconsciente sob a perspectiva freudiana não subentende qualquer preocupação com a linguagem. Esta preocupação só é justificável quando se busca abordar os fenômenos ligados ao pré-consciente e ao consciente.

Até aqui foi recuperada a distinção realizada por Freud entre “representação de coisa” e “representação de palavra”, para que seja observada a independência entre pensamento e linguagem. Na primeira tópica freudiana, à linguagem é relegado lugar somente no sistema pré-consciente ou no sistema consciente. Ao sistema inconsciente ficaram reservadas as representações de coisa, as quais não são lingüísticas.

A partir de 1920 Freud passa a utilizar uma nova descrição do aparelho psíquico devido à insuficiência da classificação proposta até então (inconsciente, pré-consciente e consciente). Como consequência, a teoria torna-se mais complexa, pois, as instâncias psíquicas (“ego”, “superego” e “id”) não mais são compreendidas como independentes umas das outras, a partir de limites claros. O “ego” passa a ser subdividido, por

---

<sup>24</sup> A teorização freudiana anterior a 1920 é conhecida como “primeira tópica”, na qual prevalece a divisão entre os sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente. Com o texto *Além do princípio do prazer*, de 1920, Freud aplica uma nova nomenclatura ao aparelho psíquico: id, ego e superego. Cada nova instância pode ainda ter suas porções designadas como conscientes, pré-conscientes ou inconscientes, o que faz com que a nomenclatura proveniente da primeira tópica não seja abandonada por completo.

exemplo, em uma porção inconsciente, uma porção pré-consciente e outra possível de ocupar a superfície da consciência.

A hipótese de que Freud entende os conceitos de “pensamento” e “linguagem” de forma independente também pode ser sustentada após 1920, por exemplo, a partir do texto *O Ego e o Id*, de 1923. Nele Freud faz referência a um “pensar visual”, que pode chegar a se tornar consciente, ou seja, mesmo um modo de pensar que não necessariamente precisaria estar ligado às representações de palavras para tornar-se consciente. Nas suas palavras:

“Não devemos deixar-nos levar, talvez visando à simplificação, a esquecer a importância dos resíduos mnêmicos ópticos, quando o são de *coisas*, ou a negar que seja possível os processos de pensamento tornarem-se conscientes mediante uma reversão a resíduos visuais, e que, em muitas pessoas, este parece ser o método favorito. O estudo dos sonhos e das fantasias pré-conscientes, como se demonstra nas observações de Varendonck, pode dar-nos uma idéia do caráter especial deste pensar visual. [...] Pensar em figuras, portanto, é apenas uma forma muito incompleta de tornar-se consciente. De certa maneira, também, ela se situa mais perto dos processos inconscientes do que o pensar em palavras, sendo inquestionavelmente mais antiga que o último, tanto ontogenética quanto filogeneticamente”. (1923/1976: 34)

Ou seja, o reconhecimento de um “pensar visual” só vem confirmar a distinção freudiana entre pensamento e linguagem. Para Freud a linguagem consiste numa das formas de expressão do pensamento (e não a única). Além disso, ela é adquirida a partir das experiências, posteriormente à atividade do pensamento.

Torna-se difícil, depois de considerados estes argumentos, conceber a teoria freudiana como uma teoria fundamentalmente assentada na questão da linguagem, como queria posteriormente Lacan. Releituras da obra freudiana até podem ser feitas a partir de uma lente lingüística, porém seus resultados não serão equivalentes àqueles provenientes do exame detido da psicanálise descrita por Freud. A teoria freudiana diferencia claramente pensamento e linguagem, o que, considerando o próprio contexto científico em que a psicanálise foi formulada, em nada deve admirar os leitores. Conforme o psicanalista Thá,

“O apego à observação empírica, a coerência lógica entre os conceitos, a operatividade da teoria e a rígida articulação entre teoria e prática, não só são exigências de Freud para a elaboração teórica, são procedimentos adotados por ele na manufatura da teoria analítica, constatáveis em qualquer um de seus textos. [...] [Freud] declara explicitamente sua opção pela tradição racionalista, a tradição da discussão crítica nos interesses da procura pela verdade”. (2004c:1)

Todas estas características podem ser sintetizadas na preocupação de Freud em dar à Psicanálise um *status* próprio das ciências tradicionais do final do século XIX, em conformidade com os métodos de pesquisa vigentes em sua época.

O argumento desenvolvido até aqui teve por objetivo demonstrar que, de acordo com a teoria freudiana, uma grande contradição advém da atribuição do termo “linguagem” aos processos psíquicos inconscientes. Porém, isto não equivale a dizer que Freud não conferiu valor à questão da linguagem no contexto do tratamento psicanalítico. Freud tinha plena consciência do caráter fundamental da linguagem, principalmente da fala, para a obtenção de resultados clínicos. É sabido que a clínica psicanalítica não teria sentido se não dispusesse das trocas lingüísticas entre analista e paciente. Conforme Freud:

“Nada acontece em um tratamento psicanalítico além de um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista. O paciente conversa, fala de suas experiências passadas e de suas impressões atuais, queixa-se, reconhece seus desejos e seus impulsos emocionais. O médico escuta, procura orientar os processos de pensamento do paciente, exorta, dirige sua atenção em certas direções, dá-lhe explicações e observa as reações de compreensão ou rejeição que ele, analista, suscita no paciente”. (1916 [1915]/1976: 29-30)

Neste contexto, as palavras ganham um destaque inegável, principalmente devido aos efeitos provenientes de seus usos. Estes efeitos, que em lingüística receberam o nome de “performatividade da linguagem”<sup>25</sup>, já eram reconhecidos por Freud nos mais diversos tipos de relações humanas.

“As palavras, originalmente, eram mágicas e até os dias atuais conservaram muito do seu antigo poder mágico. Por meio de palavras uma pessoa pode tornar outra jubilosamente feliz ou levá-la ao desespero, por palavras o professor veicula seu conhecimento aos alunos, por palavras o orador conquista seus ouvintes para si e influencia o julgamento e as decisões deles. Palavras suscitam afetos e são, de modo geral, o meio de mútua influência entre os homens. Assim, não depreciaremos o uso das palavras na psicoterapia, e nos agradará ouvir as palavras trocadas entre o analista e seu paciente”. (1916 [1915]/1976: 29-30)

É essencial remarcar que este reconhecimento por parte de Freud da importância da palavra no processo analítico não implica no fato de que toda a teoria freudiana tenha que ser compreendida sob a perspectiva lingüística. A palavra, da mesma que forma que o sintoma ou a produção artística, é uma das maneiras pelas quais se pode ter acesso aos pensamentos do paciente.

---

<sup>25</sup> Para mais, ver Searle (1981:37, 60-67) e Chierchia (2003:238-242)

A técnica psicanalítica tem ligação estreita com a maneira como o analista maneja a palavra na clínica, tanto as suas quanto as do paciente. Porém, afirmar isto não implica em considerar que o inconsciente é lingüístico ou que a linguagem subjaz a todos os processos mentais. A linguagem, na teoria freudiana, é definida como uma forma de expressão de pensamentos, ligada aos sistemas pré-consciente e consciente.

### **1.1.2 A concepção de linguagem representacional na obra de Freud**

Entender a linguagem como expressão do pensamento constitui uma dentre as inúmeras concepções de linguagem possíveis no campo da filosofia e da lingüística. Contudo, dificilmente Freud, ao elaborar sua teoria, teria se preocupado com o tipo de concepção de linguagem que estaria adotando, conforme o debate proposto nesta dissertação. Freud estava inserido no paradigma científico tradicional de sua época, o qual não atribuía nenhum enfoque especial à questão da linguagem. Pode-se dizer que o interesse nesta questão é tributário ao surgimento da filosofia analítica da linguagem, inaugurada por Gottlob Frege (1978a) e sucedido diretamente por Russert (1974) e pelo “primeiro” Wittgenstein<sup>26</sup>. Conforme Almeida (2004a), esta mudança surge claramente na história da filosofia na “[...] destituição do papel de preponderância atribuído à “consciência” [...] [além de] uma mudança de atitude e um novo enquadramento dos problemas relativos às funções do “eu” ou da “consciência”, conjuntamente com o problema da “percepção do mundo””. (2004a:30)

Freud lançou mão da concepção de linguagem mais aceita e difundida nos meios científicos do século XIX, a qual definia a linguagem como um instrumento de acesso às representações dos objetos. Dentro desta perspectiva, o psiquismo equivale ao conjunto de representações que são feitas do mundo somado aos processamentos mentais destas próprias representações.

Em sua tese de doutorado, Almeida também propõe uma análise da concepção de linguagem adotada por Freud. Para isso, serve-se das definições conceituais ofertadas pela filosofia da linguagem. Porém, já de início adverte o autor que “[...] não há uma só filosofia da linguagem, senão muitas e variadas espécies delas [...]”. Frente a esta

---

<sup>26</sup> Costuma-se designar como o “primeiro Wittgenstein” (*Tractatus lógico-philosophicus*, de 1921), devido à mudança de perspectiva a ser experimentada posteriormente pelo autor.

dificuldade, Almeida propõe agrupá-las de acordo com seus traços comuns: teorias de tipo *idealista, referencial e comportamental*.<sup>27</sup>

A concepção de linguagem há pouco atribuída a Freud inclui-se no grupo de teorias de tipo *referencial*, segundo a classificação proposta por Almeida (2004a:32), pois, pretende “[...] resolver o problema do “mundo externo” e da sua “percepção” na questão do “significado”, compreendido como correspondência entre linguagem e mundo [...]”. Este mundo é interpretado e representado pelo sujeito, tornando-se acessível por meio da linguagem. Cada palavra “refere” uma idéia interna, uma representação do mundo. O autor, ainda definindo a concepção referencialista de linguagem, complementa:

“Para cada noção de palavra há uma, e somente uma, noção de objeto satisfatória, correspondente à percepção de estímulos do mundo exterior ou a uma recordação de sensação. O pensamento não pode falsear a realidade. A linguagem, entretanto, pode mentir. Para Freud, o grande problema da histeria é, precisamente, não denotar a sensação e desviá-la para o corpo; e na neurose obsessiva, realizar uma falsa ligação entre noção de palavra e noção de objeto” (2004a:28)

No mesmo sentido de Almeida<sup>28</sup>, Bezerra Jr. (1994a) classifica a teoria de Freud como “mentalista”, por pressupor-se que o sujeito representa internamente o mundo externo. Conforme esta visão, a linguagem realiza a função de expressar pensamentos interiores, ou seja, supõe-se a existência de “[...] processos mentais internos, [e] a linguagem só serve para expressá-los”. (1994a:128) Ainda segundo as teorias representacionais, a mente tem sua existência independente da linguagem.

Para os fins deste tópico, o qual tem por objetivo demonstrar o lugar que a “linguagem” tem na teoria freudiana, torna-se necessário notar que o corpo teórico da psicanálise formulada por Freud tem como foco questões relacionadas ao funcionamento dos processos de pensamento, e não ao funcionamento da linguagem.

---

<sup>27</sup> Almeida alerta que “O leitor não deve tomar esses tipos, apenas ideais, como expressões de formas puras, unívocas e diáfanas que existiriam concretamente na realidade, mas apenas como determinação vaga e abstrata de espécies de *ênfases* ou *disposições* que ora surgem nítidas e ora se condensam em conteúdos mesclados com outras inclinações, e que têm como propósito apenas orientar o enquadramento deste trabalho: um propósito meramente instrumental, localizado e específico”. (2004a:31)

<sup>28</sup> O autor complementa que: “A teoria freudiana também compreende a mente como fenômeno funcional interno relativamente separado do mundo e relativamente independente do seu suporte fisiológico, [...] as relações de associação são [...] indiretas, uma vez que uma subdivisão interna da mente, a parte inconsciente do sistema, tem maneiras autônomas de representar estados ou coisas do mundo que as partes pré-consciente e consciente do sistema não têm. As relações de sentido, portanto, podem sofrer alterações não somente por causa de sua interação com o mundo externo, mas também internamente, a depender das forças de resistência e de equilíbrio entre as subdivisões estanques do sistema. Esta divisão interna da mente, aliada à concepção referencial da linguagem, explica, assim, os comportamentos irracionais”. (2004a:34-5)



Sendo assim, aprofundar o exame da teoria freudiana foge à proposta desta dissertação, pois as considerações sobre a linguagem teriam de dar lugar às teorias do funcionamento do aparelho mental. Mais uma vez, é reservada à linguagem, na teoria freudiana, a função de expressão dos pensamentos, uma maneira de acessar os pensamentos.

Outro aspecto relevante na avaliação da concepção de linguagem implícita na teoria freudiana é a sua filiação filosófica. Em sua tese de doutorado, Thá (2004c) realiza um trabalho de busca das origens da concepção de aparelho mental e da concepção de linguagem a ele coextensiva. O autor, após atribuir ao filósofo Johann Friedrich Herbart<sup>29</sup> grande parte a consideração presente na obra freudiana sobre a distinção entre idéias (Vorstellung) e catexia (Besetzung), aponta John Stuart Mill (1979c) como precursor da concepção de linguagem utilizada por Freud em sua monografia sobre as afasias de 1891. É neste trabalho que Freud utiliza pela primeira vez conceitos como os de “representação de objeto” e “representação de palavra”, provenientes da teoria de Mill. O objeto, segundo Stuart Mill, consiste numa “coisa” com vários “atributos”, os quais são percebidos pelos sentidos<sup>30</sup>. Freud descreve a representação de objeto como “[...] um complexo de associações formado por uma grande variedade de [representações] visuais, acústicas, táteis, cenestésicas e outras”. (1915/1974: 243-4)

De acordo com Chierchia (2003:40-41), lingüista, na abordagem “representacional ou mentalística, o significado é essencialmente um modo pelo qual representamos mentalmente a nós mesmo o conteúdo daquilo que se diz”. Uma das formas mais comuns de entendê-la é explicando a formação do significado a partir da associação de uma palavra com “uma imagem ou esquema mental”. (2003:41) Pode-se refletir sobre esta concepção de linguagem a partir da própria teoria freudiana. A partir da citação do texto *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, realizada na primeira parte deste tópico, pôde-se concluir que, para Freud, o pensamento é originalmente inconsciente, ou seja, independente de qualquer ligação com resíduos verbais. A imagem pré-existe à palavra e é por ela representada.

Conforme o lingüista, entender o significado como algo de caráter privado, em termos de imagens mentais, conforme proposto pela concepção representacional de linguagem, implica em sérias dificuldades para a compreensão do fenômeno da

---

<sup>29</sup> “[...] um pensador de influência kantiana, considerado um dos precursores da psicologia”. (2004c:18)

<sup>30</sup> Mill (1843) *A System of Logic* apud Freud (1915 [1891]/1974: 244).

comunicação, pelo fato de que “[...] o significado da palavra [...] precisa ser algo eminentemente estável e intersubjetivo, pois é aquilo que faz com que nos compreendamos quando usamos aquela palavra”. (2003: 42)

Após a exposição das principais características de uma concepção representacional de linguagem, pode-se dizer que, ao se ancorar nela, o analista dispõe de uma fundamentação teórica que lhe permite compreender “o inconsciente” como algo não lingüístico, que precisaria ser traduzido em linguagem para se tornar acessível à consciência do paciente. A expressão “o inconsciente” adquire um caráter substantivo ao invés de um caráter adjetivo.<sup>31</sup> Da mesma maneira, haveria “o sentido” do sintoma, a ser descoberto no contexto da análise. O “trauma”, por sua vez, é entendido como uma lembrança, tornada acessível a partir do momento que é traduzida em palavras.

Há um risco em se conceber univocamente o inconsciente, o sentido do sintoma, o trauma: incorrer numa busca de uma “verdade absoluta”<sup>32</sup>. Neste caso, qualquer interferência por parte do analista no processo de tratamento poderia ser evitada em nome de tarefas como “recuperar”, “redescobrir” e “revelar” algo que já se apresenta de forma “latente” nos sintomas, sonhos, chistes e atos falhos trazidos pelo paciente.

Há uma distinção fundamental entre “descobrir” o que realmente aconteceu ao paciente e propor a “construção” de uma versão que substitua uma verdade histórica não mais acessível. Freud deixa explícita esta distinção em seu texto *Construções em Análise*, de 1937, onde nota que, no processo analítico, não se trata apenas de “recuperar” as lembranças originárias do sintoma do paciente tal como ocorreram no momento da formação do sintoma, até porque, em grande parte das vezes, elas já se perderam. Cabe também ao analista e ao paciente a construção de versões que possam substituir satisfatoriamente os trechos da história passada que não mais podem ser recuperados.

Lacan critica veementemente este modelo de práxis psicanalítica, principalmente no que diz respeito à pressuposição de um nível mental interno, o que abre precedentes para a noção de “subjetividade”. Segundo Auroux (1998a:253), há uma compatibilidade entre a concepção de linguagem referencial e mentalista e a pressuposição de uma

---

<sup>31</sup> Para tanto ver Freud (1915/1974:199) e Freud (1923/1976: 26) onde o autor faz a distinção entre o uso tópico e o uso descritivo do termo “inconsciente”.

<sup>32</sup> Com isso não se está afirmando que Freud sempre adotou este modelo. Há uma grande distinção entre a teoria psicanalítica do começo de 1900 e a segunda tópica, após 1920. A hipótese aqui lançada é a de que, no período inicial, a teoria freudiana pressupunha um acento na “descoberta” ao invés da “construção” do sentido dos sintomas e fantasias do paciente. Contudo, não se deve subestimar o número de psicanalistas que direcionam o seu trabalho clínico a partir destes parâmetros.

“subjetividade”, pois “[...] Considerada em sua extensão mais ampla, a noção de subjetividade designa a consciência interiora de si; somente o sujeito tem acesso a esta interioridade, em oposição à objetividade do mundo externo que pensamos ser acessível a todos”.

Toda a releitura lacaniana da obra de Freud fundamenta-se numa concepção de linguagem distinta da referencial. Lacan recusa a “subjetividade psicológica” em favor de uma intersubjetividade apoiada num campo de linguagem<sup>33</sup> ao concluir que aceitar a pressuposição de que o sujeito é dotado de uma subjetividade particular, interior e não lingüística impossibilita qualquer tentativa de submeter o campo psicanalítico a uma formalização. Ao conceber a subjetividade dentro do campo da linguagem, Lacan entrevê a possibilidade de transformar a psicanálise numa ciência, semelhante à antropologia de Lévi-Strauss e à lingüística de Saussure e Jakobson<sup>34</sup>. Para Lacan, a subjetividade se funda no outro, (no grande Outro<sup>35</sup>), via linguagem.

Bezerra Jr. (1994a), um dos representantes da Psicanálise Pragmática<sup>36</sup>, tal como Lacan, critica a adoção da concepção representacional de linguagem para a compreensão da teoria psicanalítica. Segundo o autor, fundamentar o entendimento da psicanálise em tal concepção de linguagem traz o perigo de se “substancializar o inconsciente”, entendendo-o como um “lugar” onde estão “contidos” os conteúdos inconscientes, a serem “recuperados” através do processo de análise.

Ao se entender que o analista apenas “recupera” os conteúdos “contidos” no inconsciente do paciente, pode-se também conceber a análise como uma “depuração do superficial em busca do profundo, do ilusório em busca do verdadeiro, do acidental em busca do essencial”. (1994a:128) A tarefa do analista em trazer à consciência conteúdos que até então estavam inacessíveis para o próprio paciente poderia ser considerada “neutra” e “unívoca”, dando margem a uma postura “normativa” em que se busca a todo custo revelar um verdadeiro sujeito, escondido no inconsciente, que venha tomar o lugar do sujeito aparente.

Contudo, é necessário um extremo cuidado para não atribuir diretamente a Freud este modelo de clínica, baseado na recuperação de uma “verdade única” subjacente à

<sup>33</sup> Ver Lacan (1956 [1953]/1998: 266).

<sup>34</sup> Este projeto de formalizar a psicanálise de modo a torná-la ciência encontra-se na fase “simbólica” da teoria lacaniana, a qual abarca aproximadamente o período de 1952-3 a 1964. Para mais informações, ver Simanke (2002: 495, 522, 523) e Almeida (2004a: 42).

<sup>35</sup> Segundo Kufmann, P. (1996: 385-6) o conceito de grande Outro, na teoria lacaniana, indica um “espaço aberto de significantes que o sujeito encontra desde seu ingresso no mundo”, uma espécie de “realidade discursiva” em que o “eu da fala” se constitui.

<sup>36</sup> A ser examinada no terceiro tópico deste capítulo.

formação de sintomas, atos falhos, sonhos e chistes. Para tanto, Pereira (2005b) relembra muito bem alguns pontos da obra de Freud que permitem a ultrapassagem da visão proposta por Bezerra Jr.. O primeiro refere-se ao “emprego qualitativo do termo *inconsciente*” encontrado em textos capitais como *O Inconsciente* (1915/1974) e *O Ego e o Id* (1923/1976). Em segundo lugar, a autora argumenta que:

“Não há como negar, em Freud, um determinismo, baseado na necessidade de estabelecer uma causalidade para os fenômenos psíquicos. Isto, no entanto, não implica absolutamente numa noção correspondentista de verdade, muito menos numa concepção necessariamente normativa”. (2005b:43)

Tanto que em inúmeros pontos da obra de Freud, como é o caso dos textos *O Inconsciente* e *Construções em Análise*, Freud deixa clara sua opinião de que a recuperação dos pensamentos inconscientes pode ocorrer apenas a partir de traços de memória, ou de resíduos perceptivos originais<sup>37</sup>, ao invés de uma recuperação integral dos pensamentos originais. Isto torna inevitável um trabalho de “reconstrução” dos pensamentos já não mais disponíveis, a ser feito pelo paciente e pelo analista durante o tratamento. Não mais se cogita de uma “recuperação” dos conteúdos originais, mas sim da construção de substitutos desses conteúdos já esquecidos.

Ou seja, é justo afirmar que na teoria freudiana observa-se a presença de uma concepção representacional de linguagem, porém, isto não sustenta o argumento de que a prática freudiana seria normativa ou que pressupõe necessariamente uma substancialização do inconsciente. Por ter lugar secundário na teoria freudiana, a concepção de linguagem ali adotada não se presta a justificar a práxis clínica. Neste mesmo sentido, diz Pereira (2005b):

“Já afirmamos [...] que a linguagem para Freud, pelo que tudo indica, tem uma função denotativa. Este tipo de leitura, no entanto, só é possível se se busca trabalhar a importância da linguagem em sua justa medida. Para tanto, é absolutamente necessário desfazer-se da ilusão de uma concepção de linguagem como fundamento de toda construção teórica de Freud. “Temos que fazer o luto – a não ser que desconhecemos a realidade da posição freudiana – de uma Metapsicologia da Linguagem ou mesmo do pensamento” (Assoun, 1995:78 apud Pereira 2005b:44)”.

Enfim, pode parecer não muito relevante retomar a teoria freudiana quando se tem como foco o exame das relações entre psicanálise e lingüística, principalmente após observado o lugar que Freud reserva à linguagem no interior de sua teoria. Porém, é de

---

<sup>37</sup> Ver Freud (1915/1974:231) e Freud (1937/1975:293)

fundamental importância deixar clara a independência da metapsicologia freudiana da concepção de linguagem ali implícita, principalmente ao se reconhecer que nessas últimas décadas a psicanálise foi submetida a inúmeras releituras “lingüísticas”, como é, pelo menos, o caso da teoria lacaniana e a psicanálise pragmática (a serem analisadas nos tópicos subsequentes). A psicanálise tem muito a se beneficiar com os avanços experimentados pela lingüística, e é esse mesmo o intuito do presente trabalho. O fato de Freud não ter utilizado a disciplina lingüística na formulação de sua teoria não impede que seus sucessores o façam. Contudo, não parece ser legítima a atribuição de uma base lingüística à teoria freudiana – a maneira de Lacan<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Ver, por exemplo, Lacan (1956[1953]/1998:245), onde o autor atribui a Freud a descoberta de todo um campo de linguagem no delírio.

## **1.2 – Lacan e a linguagem como estrutura formal**

Neste tópico serão revistos alguns fragmentos da teoria lacaniana que tratam especificamente da questão da linguagem e da aplicação dos pressupostos estruturalistas na concepção desta teoria. Primeiro, serão retomados os principais pressupostos lingüísticos envolvidos nas teorizações lacanianas, principalmente aqueles relacionados com as premissas formalistas do estruturalismo. Após esta etapa, serão examinadas possíveis incoerências teóricas advindas da aplicação do método estruturalista à teoria psicanalítica. Os textos *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (também conhecido por “Congresso de Roma”), de 1953, *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, de 1957, além de outros textos de comentadores da teoria de Lacan constituirão a base da argumentação que segue.

Como foi exposto na introdução, revisar os pressupostos de uma teoria faz com que se evitem posicionamentos “dogmáticos”. Passa-se a compreender a origem dos conceitos, idéias implícitas à teoria podem ser percebidas, bem como as filiações de pensamento ali presentes. Adquirir uma posição crítica frente à teoria possibilita uma maior autonomia quanto à sua aplicação e manejo.

### **1.2.1 A promessa estruturalista**

Para a compreensão dos motivos que levaram Lacan a reler Freud a partir de uma nova concepção de linguagem é necessária uma remissão ao contexto do desenvolvimento do método estruturalista.

Para os fins deste trabalho, a palavra “estruturalismo” deve ser compreendida no contexto das ciências humanas do século XX. Além disso, serão feitas alusões a partir daqui somente às lingüísticas de Saussure e Jakobson, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss, e à própria psicanálise lacaniana. Isto se torna necessário frente à enorme abrangência da definição clássica de “estrutura”.

Segundo Lepargeneur (1972):

“Uma estrutura é um conjunto de elementos entre os quais existem relações, de forma que toda modificação de um elemento ou de uma relação acarreta a modificação dos outros elementos e relações. [...] [o método estruturalista tem como objetivo] descobrir, por trás das aparências, além da organização aparente do objeto, estruturas inteligíveis que expliquem certo funcionamento [...]”. (1972: 4 -5)

O marco inicial deste método é atribuído à lingüística moderna, inaugurada pelo suíço Ferdinand de Saussure. Seu grande projeto foi o de formular as leis gerais subjacentes ao funcionamento do que denominou “língua”.

Conforme Hubert Lepargneur as teorias estruturalistas “pretendem uma positividade, uma objetividade, uma cientificidade [...]” (1972:3), porém, utilizando-se de pressupostos distintos da tradição filosófica até então hegemônica. A promessa estruturalista de cientificar as ciências humanas a partir de um método objetivo e formal mostrou-se extremamente sedutora para seus pesquisadores, os quais, até então não haviam recebido o mesmo reconhecimento daqueles inseridos no campo das “ciências naturais”.

O estruturalismo exerceu um importante papel dentro do contexto das ciências humanas por fornecer-lhes um método de pesquisa reconhecidamente “científico”, ou como diz Dosse “Algumas delas [disciplinas das ciências humanas], como a lingüística, a sociologia, a antropologia ou a psicanálise, encontraram com o estruturalismo o meio que lhes permitiu se estribarem num modelo científico”<sup>39</sup>. (1993a:17)

O movimento estruturalista surgiu como uma alternativa às interpretações genéticas, abordagens evolucionistas, humanistas e existenciais. Também é contrário às correntes funcionalistas e empiristas. Portanto estas características, o estruturalismo mostrou-se muito apropriado aos olhos de Lacan, tendo em vista suas metas de retomar os princípios freudianos a partir de um paradigma científico e de propor uma psicanálise distinta daquela que vinha se proliferando após a morte de Freud – a qual, conforme a opinião de Lacan, consistia num modelo de terapia “adaptacionista” e “ortopédica”<sup>40</sup>.

Porém, devido à contraposição do movimento estruturalista ao empirismo, ao evolucionismo e ao historicismo, conseqüentemente Lacan passa a adotar pressupostos incoerentes com parte dos conceitos presentes na teoria freudiana. É sabido que Freud utilizou largamente as teorias evolucionistas de Darwin além das premissas empiristas, as quais eram amplamente difundidas no período em que formulou a teoria psicanalítica (final do século XIX e início do XX). Quanto ao historicismo, ao se retornar à teoria freudiana, podem ser encontrados inúmeros momentos em que há uma preocupação em

---

<sup>39</sup> Jacques Lacan foi o grande responsável por tentar dar um status científico à disciplina psicanalítica. Porém, este objetivo foi sendo abandonado à medida que Lacan começou a distanciar-se do paradigma estruturalista.

<sup>40</sup> Lacan (1956 [1953]/1998).

se explicar o desenvolvimento psíquico como uma sucessão de fases ligadas ao desenvolvimento biológico<sup>41</sup>.

Estas constatações demonstram uma diferença epistemológica fundamental entre a metodologia freudiana e a lacaniana, pois, uma psicanálise fundamentada numa concepção estruturalista de linguagem difere da psicanálise herdeira dos ideais de cientificidade do final do século XIX, como é o caso da teoria freudiana. Conforme o exame da teoria freudiana empreendido no tópico anterior, seria disparatado aproximá-la a pressupostos estruturalistas presentes na teoria de Lacan, como é o caso da hipótese: “É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas [...]”. (1956 [1953]/1998: 277). Freud sempre deixou claro seu desejo de que a psicanálise fosse reconhecida como ciência tradicional, tal como a física ou a biologia, porém, nunca a partir de um viés que privilegia a “linguagem”.

Lacan teve de dar conta desta incompatibilidade em seu “retorno a Freud”, pois, como poderia ele dizer-se um leitor fiel de Freud se o fazia a partir de pressupostos até mesmo contraditórios com aqueles que ali se apresentavam? Conforme Sales (2002d), Lacan se vê impelido, em seu “retorno”, a abdicar do exame de obras freudianas que tratam de idéias contraditórias ao seu ponto de vista, como a noção de afeto, por exemplo, em favor de textos “[...] que tratam dos sonhos, dos chistes e das ações falhas [...]” (2002d: 194), estes mais propícios para uma leitura estruturalista da psicanálise.

Lacan faz referência às teorias de Lévi-Strauss, Jakobson e Saussure em seu “retorno a Freud”. Devido ao recorte proposto por este trabalho a ênfase será dada às apropriações lacanianas da teoria saussuriana, principalmente no que diz respeito à teoria do signo e a distinção entre “língua” e “fala”.

Ao se propor a recuperação das utilizações lacanianas do termo “linguagem” uma primeira dificuldade vem à tona: a polissemia que o conceito apresenta. Conforme Macey, citado por Sales:

“A principal constante em todas as reflexões de Lacan sobre a linguagem, quer elas tomem uma forma filosófica ou mais estritamente lingüística, é um alto grau de ambigüidade e uma confluência de níveis e termos de análise” (Macey, 1988:124), o que se exemplifica no uso indiscriminado a que o termo “linguagem” se presta – “a descrição do papel da linguagem no diálogo terapêutico, uma teoria da intersubjetividade humana e uma descrição universalista da linguagem tomada como objeto filosófico puro”. (2002d: 198)

---

<sup>41</sup> Ver, por exemplo, Freud (1905/1972), Cap. II, parte 6.



Optou-se por iniciar a análise da concepção lacaniana de linguagem com o texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1956 [1953]/1998), também conhecido como *Discurso de Roma*, por ser este um texto capital para o entendimento do retorno a Freud permeado pelo estruturalismo proposto por Lacan. Já em seu prefácio, escrito três anos após o *Discurso de Roma*, Lacan exprime sua intenção de “[...] renovar [...] os fundamentos que ela [a psicanálise] retira da linguagem”. (1956 [1953]/1998:239). Deste procedimento derivava um objetivo muito explícito: criticar e destituir as concepções “adaptacionistas”<sup>42</sup> que vinham se disseminando após a morte de Freud – as quais, na visão de Lacan, vinham corrompendo a verdadeira descoberta freudiana.

Para Lacan, os conceitos freudianos estariam sendo alvos de “ressonâncias” ao serem submetidos a uma interpretação que conservava a “ambigüidade da língua vulgar”, o que acaba incorrendo em “mal entendidos”. Para contornar este problema a saída seria esclarecer os termos “[...] ao estabelecermos sua equivalência com a linguagem atual da antropologia ou com os mais recentes problemas da filosofia, onde, muitas vezes, a psicanálise só tem a se beneficiar”. (1956 [1953]/1998: 241) Isto, em outras palavras, significa reinterpretar os termos psicanalíticos freudianos sob as perspectivas da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss e à filosofia hegeliana, intermediada por Kojève (2002a).

Como se poderá notar mais adiante, a releitura da teoria freudiana a partir de uma “linguagem atual” traz como consequência uma significativa mudança teórica de nível epistemológico: a linguagem, entendida como estrutura formal, passa a constituir o centro da teoria ao invés de ser considerada apenas como uma das formas de expressão do pensamento, no caso da teoria freudiana.

Porém, as distinções entre as teorias de Freud e Lacan quase passam despercebidas se o mote lacaniano do “retorno a Freud” é entendido literalmente. O argumento de Lacan é sedutor: é necessário um retorno fiel à teoria de Freud, que retifique o uso dos conceitos fundamentais por ele formulados. Isto porque estes mesmos conceitos estariam enfrentando uma “crescente obliteração” do próprio sentido.

---

<sup>42</sup> Lacan utiliza o termo “adaptacionista” de um modo depreciativo devido aos rumos que a psicanálise pós-freudiana vinha tomando. Segundo ele, estas psicanálises desvirtuavam o verdadeiro sentido da descoberta freudiana por buscarem uma adequação do sujeito ao contexto social de forma “madura” e “saudável”. É importante salientar que a crítica lacaniana às “terapias do ego” (*ego-therapy*) acompanha a maior parte de sua obra.

Conforme Lacan, Freud já decifrara no caso “Schreber<sup>43</sup>” “[...] uma faixa inteira da linguagem do inconsciente no delírio paranóide”. (1956 [1953]/1998: 245) Sintomas, lembranças infantis e o próprio vocabulário utilizado pelo sujeito, conforme a opinião do autor, deveriam ser entendidos como estando assentados numa estrutura de linguagem.

Trata-se de uma proposta extremamente atraente aos psicanalistas “compreender verdadeiramente” os conceitos originais formulados por Freud. Contudo, com mais atenção pode-se notar que a proposta de Lacan se apresenta antes como uma *releitura* de Freud do que propriamente um *retorno*. Tanto há uma modificação do entendimento da teoria psicanalítica que, para Lacan, a psicanálise passa a se orientar num “campo de linguagem”:

“Afirmamos, quanto a nós, que a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam. Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala”. (1956 [1953]/1998: 247)

Depois de feitas as devidas reservas quanto à legitimidade do argumento lacaniano de “retorno a Freud” serão consideradas na seqüência as influências das premissas estruturalistas na “releitura” lacaniana, a partir do viés da linguagem.

### **1.2.2 Releitura lacaniana da psicanálise sob o prisma da linguagem como estrutura formal**

Uma primeira distinção conceitual entre “fala” e “linguagem” faz-se necessária frente à grande ambigüidade que o termo “linguagem” adquire na teoria lacaniana. Lacan define o campo da práxis psicanalítica a partir do conceito de “fala” quando afirma que: “Quer se pretenda agente de cura, de formação ou de sondagem, a psicanálise dispõe apenas um meio: a fala do paciente”. (1956 [1953]/1998: 248) Afirma também, no mesmo *Discurso de Roma*, que os meios do método psicanalítico “[...] são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; [...]”. (1956 [1953]/1998: 259) Dessa forma o autor justifica a importância de que o psicanalista não negligencie este campo em favor de práticas que recorrem a outros

---

<sup>43</sup> *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides)*, publicado em 1911. Trata-se de uma das “cinco grandes psicanálises” de Freud, as quais correspondem aos cinco maiores trabalhos clínicos publicados pelo autor.

métodos clínicos como a observação dos comportamentos do paciente ou quaisquer tipos de interpretações baseadas em dados extra-lingüísticos.

Pode-se notar uma grande similaridade entre os usos do conceito de “fala” e de “linguagem” presentes na teoria de Lacan e os de “fala” e “língua” da teoria saussuriana. Para o lingüista suíço, “O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física”. (1978c: 27) Conforme o autor, a língua não é um fenômeno individual. Ela não está completa em nenhum falante, mas só na coletividade. É inconsciente, é registrada passivamente, mesmo porque, sem ela, o indivíduo não poderia ser inserido nas relações sociais lingüísticas<sup>44</sup>. A definição saussuriana de “língua”, ao que tudo indica, serviu de base a Lacan quando conceitua o inconsciente como “[...] a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente”. (1956 [1953]/1998: 260)

A linguagem é definida por Lacan como uma estrutura que “[...] preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (1957/1998: 498), ou seja, é independente dos indivíduos, da mesma forma como a “língua” de Saussure. Porém, para Lacan, ela não se confunde com “[...] as diversas funções somáticas e psíquicas [...] no sujeito falante” (1957/1998: 498), conforme a designação “sociopsicológica” dada à “língua” por Saussure. Quanto à “fala”, Lacan retoma a expressão saussuriana de que a fala é algo “material e individual”. É a partir desta definição que Lacan, no *Discurso de Roma* delimita o campo da práxis psicanalítica.

A concepção de linguagem adotada por Lacan ganha uma melhor definição no texto *Instância da letra ou a razão desde Freud* de 1957, principalmente no que diz respeito a sua inspiração estruturalista.

Lacan diz logo de início que, para-além da “fala” – a qual é instrumento, enquadre, material e ruído de fundo da experiência psicanalítica –, “[...] é toda a estrutura da linguagem que [a experiência psicanalítica] [...] descobre no inconsciente”. (1957/1998:498) As referências à “estrutura da linguagem” já vinham sendo enunciadas por Lacan no *Discurso de Roma*, onde denominou-a “ordem de linguagem”. No

---

<sup>44</sup> Para mais, ver Saussure (1978), capítulo III, seção 2.

*Discurso*, o autor utiliza a “ordem da linguagem” como modelo para a explicação da formação dos sintomas, sonhos, e até da própria organização social.

Inspirado nas idéias do estruturalismo lingüístico que defendiam uma anterioridade da “língua” em relação à “fala”, Lacan argumenta em favor de uma anterioridade da linguagem frente aos fenômenos concretos. Para ele “[...] o conceito [...] gera a coisa. Pois ainda não é o bastante dizer que o conceito é a própria coisa [...]. É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas [...]”<sup>45</sup>. (1956 [1953]/1998: 277). Esta posição também aparece de forma explícita no texto *A instância da letra*, onde o autor diz que o domínio da cultura só é concebível pelas “[...] permutações autorizadas pela linguagem” (1957/1998: 499), pois seria justamente a ocorrência da linguagem o ponto de distinção entre a sociedade humana e as “sociedades naturais”. O termo “cultura” se reduz ali à linguagem.

É também neste texto de 1957 que Lacan explicita os pontos em que sua concepção de linguagem encontrou inspiração na lingüística saussuriana. De início ele justifica a adoção do modelo da lingüística estrutural por este ter possibilitado o reconhecimento científico do estudo da linguagem. Lacan atribui à lingüística o posto de “ciência-piloto”, responsável por operar uma “revolução do conhecimento” dentro do campo das ciências humanas.

Lacan atribui a Saussure a constituição do “algoritmo” que funda a disciplina lingüística – S/s (significante sobre significado). Estes elementos que compõe o “algoritmo” (significante e significado) são entendidos como “[...] ordens distintas e inicialmente separadas por uma barreira resistente à significação”. (1957/1998:500) O processo de significação, conforme a interpretação lacaniana, dependeria das “ligações próprias do significante”, ou seja, é dada ao significante a função primordial no processo de significação.

O autor recorre ainda a dois princípios do método estruturalista: o de que as unidades do significante “[...] se reduzem a elementos diferenciais últimos [...]” (1957/1998: 504) e o de que estas unidades compõem os significantes “[...] segundo as leis de uma ordem fechada” (1957/1998: 504) – o que definirá a “cadeia significante”. Em última instância, estes elementos que compõem os significantes são os fonemas. Lacan diz serem estas duas “condições estruturais que determinam – como gramática

---

<sup>45</sup> É interessante notar a similaridade desta tese com a hipótese de Sapir-Worth, tão reconhecida no campo lingüístico. Sobre o assunto, ver Chierchia (2003: 275-6).

[...]” (1957/1998: 505) tanto a constituição dos significantes como a das unidades lingüísticas maiores como frases, por exemplo.

Ao fazer alusão à organização gramatical, Lacan renega a questão do significado, o qual só será acessível num *après-coup*, num momento posterior, chamado de “ponto de estofo” ou “ponto de basta”. É a relação entre significantes que “[...] fornecem o padrão de qualquer busca de significação [...]”. (1957/1998: 505) Isto faz com que os significantes sejam imbuídos de uma “anterioridade” frente ao significado, pois este decorre da ligação entre aqueles.

Contudo, mesmo inspirado pelo signo saussuriano, Lacan considera-o insuficiente para dar conta da sua experiência. Ao invés do modelo proposto por Saussure, o qual explica o fenômeno da significação pela correspondência entre um significante (som) e um significado (pensamento), Lacan argumenta que a significação está atrelada à cadeia significante<sup>46</sup> tomada em seu todo. Ao invés da significação par por par (um significante para um significado), para Lacan, trata-se de uma significação que só advém após todos os significantes serem revelados, através de um deslizamento do sentido na extensão da cadeia significante

Conceber a psicanálise a partir dos pressupostos estruturalistas garantiria ao analista uma compreensão da linguagem diferente daquelas que prevalecem entre os que não tiveram nenhuma formação lingüística, como é o caso da compreensão de que o processo de simbolização baseia-se numa “analogia natural” ou do preconceito da “imagem redutora do instinto”.

Ao dedicar-se à psicanálise com lentes lingüísticas, Lacan passa a utilizar artifícios de linguagem para explicar conceitos freudianos. O sonho passa a ser descrito como uma “estrutura de linguagem”, as imagens do sonho são consideradas como “significantes”, o processo de condensação é relido como “superposição de significantes”; enfim, “[...] o trabalho do sonho segue as leis do significante”. (1957/1998: 515)

Além de uma definição lingüística do processo do sonho, Lacan reformula os conceitos de “inconsciente” e de “sujeito” a partir do algoritmo S/s e pelas fórmulas da metáfora e da metonímia<sup>47</sup>. Quanto ao sujeito, importa saber que só se pode concebê-lo

---

<sup>46</sup> Seqüência de significantes.

<sup>47</sup> Dosse, em *A História do Estruturalismo – parte I* atribui a Jakobson (1963a) a vinculação, a partir de estudos sobre afasia, entre os termos “sintagma” e “associação” respectivamente às famosas figuras retóricas “metáfora” e “metonímia”. Para mais, ver (1993a: 80-1)

numa lógica significante, por não estar no campo da representação, do significado, conforme a tradição psicológica há tempos vinha relacionando.

Entretanto, é necessário distinguir o que é da lavra freudiana e o que é da lacaniana, pois o texto de Lacan atribui a Freud concepções que só foram possíveis a partir da lingüística de Saussure. Passagens em que Lacan pede desculpas por parecer soletrar o texto de Freud ou que afirma um desconhecimento do “[...] papel constitutivo do significante no status que Freud fixou de imediato para o inconsciente [...]” (1957/1998: 516) podem causar confusão pelo fato de atribuírem a Freud algo que não foi por ele afirmado.

Num outro momento deste mesmo texto, Lacan chega a reconhecer que Freud não dispunha “[...] de nada que, correspondendo a seu objeto, estivesse no mesmo nível de maturidade científica [...]” (1957/1998: 517). Ou seja, é como se Freud tivesse descoberto algo que não podia ser falado na época devido à falta de um instrumental científico próprio para o objeto.

A partir do que foi levantado neste capítulo pode ser vislumbrada a influência que o pensamento estruturalista teve na formulação da teoria lacaniana da década de 50<sup>48</sup>. Em suma, além de “calçar” cientificamente a psicanálise, do mesmo modo da antropologia estrutural, a lingüística saussuriana e a fonologia de Jakobson, Lacan inspirou-se no esquema do signo e na diferenciação entre “língua” e “fala”, propostas por Saussure, na *formalização* da teoria psicanalítica. Em seguida será retomada com maior especificidade a teoria lacaniana do significante, suas semelhanças e incompatibilidades frente à teoria saussuriana do signo.

### **1.2.3 Os problemas teóricos advindos da junção entre estruturalismo e psicanálise**

O projeto lacaniano de utilizar categorias lingüísticas inspiradas no estruturalismo saussuriano como maneira de formalizar a teoria psicanalítica merece ser reconhecido, ao menos, como um marco na história desta disciplina. Seu trabalho abriu uma nova via de compreensão da teoria freudiana, diversa das leituras psiquiátricas e biologizantes que vinham se propagando entre os pós-freudianos.

---

<sup>48</sup> Devido às limitações do presente trabalho, não foi analisada a última fase do ensino de Lacan, denominada de “fase do Real”, a qual tem início no ano de 1964 e estende-se até os últimos trabalhos do autor. Porém, é digno de nota que Lacan gradativamente afastou-se dos princípios estruturalistas tal como inscritos nas obras de Saussure, Jakobson e Lévi-Strauss.

Conforme Roudinesco: “O que se tinha em 1950 como freudismo era uma espécie de **molho medicinal** biológico”. (apud Dosse, 1993a: 126) A psicanálise estava, nesta época, assumindo a forma de uma *Ego therapy*<sup>49</sup>, a qual tinha por meta fortalecer o ego do paciente, possibilitando-lhe uma melhor “adaptação” ao contexto social.

A proposta lacaniana de um “retorno a Freud” também carrega em si um objetivo menos aparente, o de ir contra o caráter adaptacionista que a psicanálise vinha tomando, isto além da pretensão já tão conhecida de trazer novos pontos de vista sobre os princípios e balizamentos do processo analítico. Neste sentido, parece válida a tentativa lacaniana de lançar uma reinterpretação da teoria psicanalítica, contrária aos reducionismos de que vinha padecendo.

Entretanto, a proposta lacaniana traz consigo alguns inconvenientes de ordem teórica. Dois deles serão abordados adiante: as contradições entre a teoria saussuriana e a lacaniana e a dificuldade da inserção do conceito de “sujeito”<sup>50</sup> no interior do modelo estruturalista.

Conforme o que já foi aludido no tópico 1.2.2, Lacan, no texto *A instância da letra ou a razão desde Freud*, utiliza o nome do lingüista suíço Ferdinand de Saussure para a ele atribuir a formulação do “algoritmo” que funda a disciplina lingüística: S/s (significante sobre significado). O autor ainda afirma que o “significante” ocupa uma “[...] posição primordial [...]” (1957/1998: 500), além de estar separado do “significado” por “[...] uma barreira resistente à significação.” (1957/1998: 500). Contudo, não é isso que se encontra em Saussure, ou melhor, até mesmo vai contra a teoria do signo exposta no *Curso de Lingüística Geral*.<sup>51</sup>

Para Saussure, a “língua” – objeto de estudo da ciência lingüística – é constituída por um “[...] sistema de signos distintos [...]”. (1978c: 18) O signo equivale à “unidade lingüística”, a qual “[...] é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos” (1978c: 79), o “significante” e o “significado”.

Contrariamente à descrição lacaniana de que “significante” e “significado” consistiriam “ordens distintas”, para Saussure “[...] existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado.” (1978c: 81) – o que também vai contra o

<sup>49</sup> Terapia do Ego. Conforme a terminologia utilizada por Lacan, “Ego therapy”.

<sup>50</sup> Salva a concepção lacaniana de sujeito, como “determinado pelo externo”, ou, em outras palavras, determinado pelo grande Outro.

<sup>51</sup> Conforme Dosse, em sua *História do Estruturalismo – parte I* (1993a:49), o processo de “esvaziamento do significado” em proveito da primazia do significante anteriormente já se expressara no “texto-manifesto” *Ensaio sobre o Dote*, de Lévi-Strauss. No prefácio que escreveu à obra de Marcel Mauss, o autor afirma que “[...] os símbolos são mais reais do que o que eles simbolizam, o significante precede e determina o conjunto das ciências do homem.” (1993a: XXV).

argumento lacaniano da “barreira resistente à significação”. O lingüista em momento algum faz referência a algo que separe significante e significado. Para ele, “O signo lingüístico une [...] um conceito e uma imagem acústica”. (1978c: 80) Mais adiante substitui “[...] *conceito e imagem acústica* respectivamente por *significado e significante*” (1978c: 81).

Nóbrega (2002c), lingüista, tem uma mesma opinião sobre as incoerências entre o que Lacan atribui a Saussure e o que pode verdadeiramente ser encontrado no *Curso de Lingüística Geral*. A autora retoma as idéias do também lingüista Michel Arrivé, o qual afirma que:

“Em Lacan, embora haja, marginalmente, uma teoria do signo, [...] não há articulação entre ela e o significante, a ponto de ser impossível, por exemplo, na teoria lacaniana, dizer que o significante é um signo. Portanto, o signo lacaniano é fundamentalmente diferente do signo saussuriano”. (apud 2002c: 228)

Arrivé lembra que na formulação original do signo saussuriano tanto não há nenhuma referência a qualquer primordialidade do significante que nele é o “significado” que ocupa a posição superior. Em resumo, há na teoria de Lacan “[...] uma clara hierarquia entre significante e significado, impensável em Saussure.” (apud 2002c: 228). Por fim, Arrivé chama a atenção para o fato de “[...] Lacan haver apagado o círculo que circunda o signo saussuriano como, também, as flechas que indicam, em Saussure, a relação de dependência de um elemento para com o outro no interior do signo lingüístico.” (apud 2002c: 228). O historiador Dosse também remarca as subversões lacanianas quando diz que ele “Faz desaparecer as setas que indicavam, no CLG<sup>52</sup>, a relação recíproca das duas faces do signo, seu caráter indissociável, como a frente e o verso de uma folha de papel”. (1993a: 132)

Para Saussure, o signo é composto por duas contrapartes: o significante, ou imagem acústica, e significado, ou conceito. Sem uma delas, o signo não se constitui. Ou seja, qualquer significante remete a um significado e vice-versa, o que é inconcebível no interior da teoria lacaniana.

Almeida remarca que as modificações empreendidas por Lacan na teoria saussuriana têm como principal interesse a formulação de uma explicação estritamente lingüística para o fenômeno da psicose. Segundo o autor:

---

<sup>52</sup> *Curso de Lingüística Geral*. Saussure (1978c).



“Passada a fase lingüística inaugural e o período do “pacto simbólico”<sup>53</sup>, para explicar a psicose Lacan separa e inverte o que em Saussure era tido, no seu máximo grau de distinção, apenas como a face e o verso de uma folha de papel, permitindo, assim, melhor configurar ou otimizar o deslizamento da “cadeia” como processo independente e separado não só do mundo referencial, como já queria Saussure, mas também do mundo do significado, até ali imediatamente vinculado ao significante”. (2004a:104)

As transformações feitas por Lacan na teoria saussuriana do signo tiveram como consequência uma assimilação da “primazia do significante” frente o paradigma anterior, “primazia do simbólico”. Isto se tornou possível a partir da inserção da barra, a qual, para os psicanalistas, entraria em cena para representar os processos de “resistência” e “censura”, inerentes ao sujeito. Aos lingüistas causa grande estranhamento notar que um sinal que servia apenas para demarcar uma diferença entre dois termos seja reinterpretado como um verdadeiro corte, o qual teria função de não mais permitir a junção entre significante e significado num mesmo elemento, conforme se verificava no signo saussuriano.

Ainda na primeira metade do texto *A Instância da Letra*, Lacan reconhece algumas distinções entre a concepção saussuriana do processo de significação e o seu. Lacan retoma o esquema gráfico<sup>54</sup> contido no *Curso de Lingüística Geral*, no qual o lingüista indica que o signo lingüístico é formado pela união entre um pensamento e um som, sendo o primeiro proveniente da massa amorfa do pensamento e o segundo da massa amorfa dos sons. Frente à teoria saussuriana da significação, Lacan afirma que: “Contra isso vai toda a experiência que me faz falar [...]”. (1957/1998: 506) Para Lacan, a explicação saussuriana é insuficiente. Mais do que pensar na cadeia discursiva de forma linear, tal como Saussure, seria necessário entendê-la como um conjunto de linhas sobrepostas, nas quais a “polifonia” do discurso possa ser representada. No esquema, é apenas nos “pontos de basta”<sup>55</sup> que a significação advém, por serem estes os pontos em que a relação entre os elementos da cadeia significante é definida.

Lacan parece incorrer numa contradição ao, num primeiro momento render homenagens e dizer estar se apropriando da teoria saussuriana e, posteriormente, explicitar seu desacordo com esta mesma teoria. Torna-se difícil, principalmente para os leitores não familiarizados com a teoria saussuriana, distinguir o que pode ser atribuído ao lingüista suíço do que faz parte das criações teóricas lacanianas ou do que é tributário

<sup>53</sup> Definida pelo autor como o período que vai desde o artigo *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, de 1953 até fins de 1955.

<sup>54</sup> Este esquema encontra-se em Saussure (1978b:131).

<sup>55</sup> No original *point de capitoné*, também traduzido por “ponto de estofo”. Trata-se do ponto que amarra os elementos da cadeia significante, dando-lhes uma significação.

às idéias correntes no período histórico em que o movimento estruturalista alcançava seu ápice em solo francês<sup>56</sup>.

Uma outra grande dificuldade teórica criada por Lacan ao tentar encontrar fundamentação para a psicanálise na lingüística saussuriana diz respeito à incompatibilidade entre os campos de estudo. A teoria de Saussure se funda na distinção entre “língua” e “fala”; a primeira considerada como um sistema abstrato e independente do fenômeno da “fala”; este último conceito é entendido como uma realização individual e concreta. A lingüística estruturalista não se atém ao estudo do funcionamento da “fala”, mas somente às leis intrínsecas da “língua”. Lacan, por outro lado, não se restringe ao campo da língua delimitado pela lingüística, mesmo porque a experiência psicanalítica se constitui fundamentalmente a partir da “realização” da língua, sob a forma da “fala”. Dosse aponta tal fato ao dizer que, “Ao contrário de Saussure, cujo objeto privilegiado é a língua [*langue*], Lacan privilegia a fala [*parole*], deslocamento que se tornou necessário pela prática da cura”. (1993a: 130) Lacan dá à fala grande destaque ao apontá-la como o que delimita e o que viabiliza a experiência psicanalítica<sup>57</sup>. Delimita a experiência psicanalítica porque, para Lacan, nada que ultrapasse a fala do paciente deve ser tomado como dado clínico<sup>58</sup>. Viabiliza a experiência porque, é “via” fala que o paciente associará livremente, bem como é “via” fala que o analista poderá realizar suas intervenções.

Tanto a lingüística saussuriana, a fonologia de Jakobson quanto a antropologia de Lévi-Strauss, ao se assentarem no modelo estruturalista, conseqüentemente desconsideram o nível do “particular”, ou seja, abdicam da abordagem do sujeito, entendido em sua “particularidade”. Dosse afirma que “[...] [o sujeito] é explicitamente reduzido à insignificância, senão ao silêncio, pelo *CLG* com a distinção essencial que Saussure estabelece entre linguagem e fala.” (1993a: 72), mesmo porque o campo da “língua” não abarca o “sujeito falante”. O historiador ainda relembra a postura de Saussure:

“A língua não constitui, pois, uma função do falante [...]. A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos perfeitamente assimilar-lhes o organismo lingüístico”. (1978c: 30 apud Dosse, 1993a: 73)

<sup>56</sup> Dosse (1993a) entende que o movimento estruturalista encontrou seu grande ápice em fins da década de 50 e década de 60, principalmente em 1968.

<sup>57</sup> Ver, por exemplo, parte I do *Discurso de Roma*, em Lacan (1956 [1953]/1998).

<sup>58</sup> Como, por exemplo, a observação dos comportamentos do paciente e a prática da introspecção. Para mais, ver Lacan (1953 [1956]/1998:249)

Dito de outro modo, para Saussure, a lingüística certamente pode eleger uma língua que já deixou de ser falada como um objeto de estudo. Não é necessário que ela se realize na fala, ou, em outras palavras, não necessita de um sujeito para proferi-la.

Simanke (2002e) se pronuncia sobre o assunto assinalando a tensão criada por Lacan ao tentar fundamentar uma abordagem “objetiva” do sujeito, segundo o modelo estrutural, tensão esta que se prolonga até suas elaborações mais tardias:

“Lá [nas elaborações mais tardias], sempre que predominarem as ambições científicas ou formalistas, o sujeito se desvanece; inversamente, quando a preocupação maior for com os traços significativos da experiência subjetiva, preocupação que se prende aos aspectos clínicos da teoria, as dificuldades de uma análise puramente formal começam a se fazer sentir”. (2002e: 343)

Não se pode esquecer que a definição de sujeito proposta por Lacan vem atrelada a uma releitura do conceito de inconsciente, proveniente do início dos anos 50, herdeiro das antropologias de Lévi-Strauss e de Mauss. Porém, segundo esta mesma tradição antropológica, “O sujeito inconsciente não age, ele simplesmente executa as ações que lhe são prescritas por uma instância que o transcende e determina”. (2002e: 430) Isto considerado, é Simanke mesmo quem lança a questão: “Onde encontrar um lugar, numa tal concepção do inconsciente, para a atividade irrecusável de um sujeito que só se define pelo desejo”? (2002e: 430) O autor complementa que “[...] este será o dilema enfrentado por Lacan durante toda a etapa estruturalista de seu percurso – e mesmo depois, sempre que se vir atraído por outros tipos de formalismo, lógico ou matemático, por exemplo”. (2002e: 430)

Sendo assim, adotar os pressupostos estruturalistas para a redefinição de conceitos centrais da psicanálise, como é o caso dos conceitos de “sujeito” e “inconsciente”, traz consigo pelo menos uma grande questão ao psicanalista: de que sujeito é este que se trata na clínica psicanalítica? Em muitos pontos Lacan parece mostrar-se de acordo com a definição “automatizante” proposta pela antropologia estruturalista, principalmente quando argumenta que “[...] o inconsciente do sujeito é o discurso do outro [...]” (1956 [1953]/1998: 266), ou que “[...] uma linguagem formal determina o sujeito”. (1956 [1953]/1998:47) Por outro lado, em outros momentos Lacan atribui ao sujeito a capacidade de “reconhecer”, seja seu próprio desejo<sup>59</sup>, seja sua participação inconsciente nos processos sociais<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Lacan (1956 [1953]/1998: 281).

<sup>60</sup> Op. cit. p. 278.

Em outras palavras, há também, por parte do autor, um reconhecimento de um sujeito que, ao menos, pode “reconhecer” seu próprio caráter “inconsciente”. Isto, porém, aponta para uma incoerência teórica entre duas posições: uma primeira em que o sujeito que é apto a “reconhecer” e uma segunda em que o sujeito, segundo Dosse, “[...] se encontra preso [...] desde antes de nascer e após sua morte ‘a maneira de um peão, no jogo do significante’<sup>61</sup>”. (1993a: 142)

Neste ponto, uma questão relativa à prática psicanalítica não pode ser desconsiderada: como conceber um trabalho clínico ao se adotar uma concepção “formal” de sujeito, inspirada em grande parte no estruturalismo saussuriano e lévi-straussiano? A que tipo de tratamento poderia engajar-se um sujeito “automático”, “preso à maneira de um peão, no jogo do significante”? Como pôr em prática uma clínica que “dessubjetiva” e “despsicologiza” o próprio conceito de sujeito<sup>62</sup>? Não seria contraditória a esta proposta a concepção de que o sujeito pode, através do tratamento psicanalítico, “reconhecer” seu desejo ou mesmo curar-se?

Almeida, em sua tese de doutorado, coloca-se em contraposição com a tentativa lacaniana de formalização do sujeito ao dizer que:

“Para Lacan, ao que parece, é mais importante, em nome da objetividade, entender que a aquisição da linguagem faz não com que o sujeito fale, mas que a linguagem fale nele. Em nome da clínica, porém, deve-se fazer com que o sujeito fale na linguagem que nele fala”. (2004a:15)

Em suma, a relação que Lacan constituiu com a lingüística saussuriana não se deu de forma simples. A teoria do signo serviu a Lacan como um novo paradigma de entendimento da linguagem por ter lhe oferecido novos conceitos como os de “significante” e “significado”, contudo, a forma como Lacan articulou estes conceitos diferiu em muitos aspectos da teoria lingüística original.

Devido ao fato de Lacan ter utilizado a teoria de Saussure apenas como um ponto de partida para suas formulações particulares, não serão examinadas neste trabalho os desenvolvimentos posteriores da teoria lacaniana. O que se pode dizer é que, concomitantemente ao seu progressivo afastamento do programa estruturalista original, Lacan iniciou a uma reformulação do seu modo de compreensão da linguagem, a qual recebeu o nome de *Lalangue*<sup>63</sup>.

<sup>61</sup> Lacan, *Situation de la psychanalyse em 1956, Écrits II*, apud Dosse (1993a: 143).

<sup>62</sup> Para mais informações sobre o assunto, ver Simanke (2002c), capítulo V.

<sup>63</sup> Esta mudança empreendida por Lacan encontra-se associada com a introdução da categoria do “Real” no corpo de sua teoria. Para mais informações sobre o assunto, ver Miller (1988a). Quanto ao termo

---

*lalangue*, segundo Almeida (2004a: 127-135) refere-se a uma espécie de língua materna anterior à linguagem. Para mais, ver Almeida (2004a: 127-135).

### 1.3 – *Psicanálise Pragmática: a linguagem como jogo*

Este tópico tem por objetivo apresentar uma proposta recente de aproximação recente entre psicanálise e lingüística. Trata-se da “Psicanálise Pragmática”, a qual propõe uma releitura de conceitos fundamentais da teoria psicanalítica, como é o caso dos conceitos de inconsciente, desejo, sujeito, interpretação, a partir de uma concepção pragmática de linguagem.

Conforme Blau (1967), o termo “pragmatismo” foi criado por Charles Peirce e popularizado por William James<sup>64</sup>. O autor afirma que, “Para Peirce, o pragmatismo era uma teoria do significado [...]. O significado de qualquer asserto [...] é determinado pelo somatório de suas conseqüências verificáveis [...]”. (1967: 14)

Em seu texto *O que significa o Pragmatismo*, William James diz que “O termo [pragmatismo] deriva da mesma palavra grega, *πράττω*, que significa ação, do qual vêm as nossas palavras “prática” e “prático””. (1967: 44) Estar de acordo com o método pragmático é “tentar interpretar cada noção traçando suas conseqüências práticas respectivas”.(1967:44)

Somados a Peirce e James surgem os nomes de Wittgenstein<sup>65</sup>, Austin, Quine, Davidson, Rorty, Derrida, como autores em que a Psicanálise Pragmática busca sua fundamentação. O critério que uniria todos estes autores com teorias tão distintas entre si em um mesmo grupo seria uma espécie de contraponto a postulações definitivas sobre a realidade, presentes em teorias filosóficas transcendentalistas e metafísicas<sup>66</sup>. Em relação à linguagem, esta tese vai contra a idéia de que a linguagem seria uma “reflexo da realidade” ou mesmo uma “entidade” abstrata. Defende-se a idéia, conforme Costa (1994b), que “[...] a linguagem nada mais é do que uma habilidade particular dos organismos humanos, desenvolvida na interação com o ambiente.” (1994b:7)

---

<sup>64</sup> Para mais, ver James (1967:14).

<sup>65</sup> Neste caso, o chamado *segundo Wittgenstein*. Para mais informações, ver Glock (1997a).

<sup>66</sup> Trata-se de um argumento polêmico. O filósofo Paulo Roberto Margutti Pinto (2005a:1), por exemplo, aponta que “[...] a função transcendental sobrevive no segundo Wittgensten, à sombra pragmática da gramática”.

### 1.3.1 Uma concepção pragmática de linguagem para a redescrição dos processos analíticos

Antes de apresentar a proposta de Psicanálise Pragmática em seu artigo intitulado *Pragmática e processo analítico: Freud, Wittgenstein, Davidson, Rorty*<sup>67</sup>, Costa (1994b) argumenta o porquê da necessidade de se trazer uma nova concepção de linguagem para o campo psicanalítico. O autor percebe no texto de Freud *Sobre a Psicoterapia* (1904), uma pretensão de acesso ao “verdadeiro” sujeito do inconsciente<sup>68</sup>, a partir da maneira como ali é descrito o processo de análise. Freud diz que a terapia analítica funciona *per via di levare*, ou seja, analogamente à criação de uma escultura, “[...] retirando da pedra bruta tudo que recobre a superfície da estátua nela contida” (1905 [1904] /1972: 270), contrariamente à pintura, a qual se realiza *per via di porre*, ou seja, colocando “[...] uma substância – partículas de cor – onde nada existia antes, na tela incolor [...]” (1905 [1904] /1972: 270).

Costa destaca que a afirmação freudiana de que “A terapia analítica [...] não procura acrescentar nem introduzir nada de novo, mas retirar algo, a fazer aflorar alguma coisa [...]” (1905 [1904] /1972: 271) abarca uma visão “idealista de sujeito”<sup>69</sup>, o que fundamenta uma prática clínica que concebe “[...] no fim da análise a forma e o conteúdo da “*escultura escondida*”. [...] A “escultura” pode ser vista como trauma real, lembrança traumática, fantasia traumática, complexo imagóico recalcado ou, por fim, “verdade histórica” ou “história vivida” [...]”. (1994b: 10) É como se existisse algo esperando por ser “descoberto”, algo que “[...] fala por si”<sup>70</sup>. Como resultado, fixa-se o seguinte ideal para o processo analítico: “[...] dar voz a este existente mudo que só podia falar na linguagem dos sintomas, e, agora, encontra a “representação de palavra” que lhe é adequada”. (1994b: 10)

O autor também julga como imprecisa a comparação que Freud faz entre o trabalho do psicanalista e o trabalho do arqueólogo. Isto porque, ao contrário de entender que o arqueólogo simplesmente descobre os objetos ao desencavá-los, para Costa “[...] Um arqueólogo precisa de uma teoria para saber se o que descobriu é um vaso decorativo, um utensílio de guerra ou de cozinha etc.”. (1994b: 10) Em outras

---

<sup>67</sup> Costa (1994b).

<sup>68</sup> Op. Cit., p. 13.

<sup>69</sup> Op. Cit., p. 14.

<sup>70</sup> Op. Cit., p. 10.

palavras, um arqueólogo não apenas “descobre” algo; precisa utilizar uma concepção para classificar o que encontrou, para separar o que é sem valor dos objetos significativos.

A motivação das discordâncias de Costa frente às comparações empreendidas por Freud entre o processo analítico e a escultura ou entre o trabalho do psicanalista e o trabalho do arqueólogo diz respeito, em última instância, a um desacordo à neutralidade com que Freud estaria revestindo a tarefa do psicanalista. Ou seja, supor que o analista nada sugere ao paciente (ao contrário do pintor, que coloca pigmentos na tela em branco) ou entender que seu trabalho estaria resumido a retirar os excessos que encobrem algo escondido. Tal visão implica na desconsideração de toda a influência advinda do próprio analista no processo de tratamento.

Para o autor, não só a teoria freudiana se pauta na suposição de que há algo latente que espera ser descoberto. Também a teoria lacaniana o faz, com a diferença que o que se busca, nesta última, é um “sujeito da estrutura”, e não um “sujeito escondido”. Isto porque, de acordo com a perspectiva lacaniana, o inconsciente não é constituído por histórias do sujeito, mas pelo sujeito da estrutura. Costa afirma que “Descobrir a verdade deste sujeito significa mostrar que traços da estrutura o constituem”. (1994b: 11)

O autor ainda afirma que, segundo a abordagem lacaniana, o processo psicanalítico visa:

“[...] mostrar como o determinismo estrutural deu origem a um sujeito do desejo, no qual sintomas e histórias de vida são meros acasos retrospectivamente racionalizados como *história psicológica*. [...] a análise, se realmente é psicanálise, exhibe o “sem sentido” do sujeito e do desejo na estrutura da linguagem”. (1994b: 13)

Não se trata, nesta perspectiva, de fazer com que o sujeito relembre sua história ou recupere os traumas ou situações que deram margem ao surgimento de sua doença, mas de fazer com que o sujeito passe pela experiência de se defrontar com o “sem sentido”, com o “vazio original” que fora até então preenchido ilusoriamente pela alienação do seu eu. Para Lacan, é no “eu”, no “eu que pensa”, que residem as certezas do sujeito, que, em última instância, não passam de miragens. Segundo ele, “[...] a arte do analista deve consistir em suspender as certezas do sujeito, até que se consumem suas últimas miragens”. (1956 [1953]/1998:253) É desse modo que tanto analista



quanto paciente conseguiriam chegar no verdadeiro sujeito, qual seja, o sujeito do “vazio”, o “sujeito da estrutura”.

Com isso, Costa argumenta que se pressupõe, tanto na abordagem freudiana quanto na laciana, algo *a priori*, algo “verdadeiro”, como “dado”. A tarefa do analista, nestes casos se assemelha a possibilitar ao paciente “descobrir” isto que ali já se encontra – seja o trauma, seja a estrutura.

Frente a estes modelos, Costa propõe uma outra possibilidade, apoiada principalmente nas teorias pragmáticas de Davidson (1982 e 1991a), Rorty (1988b e 1991b), Austin (1962, 1971, 1979a e 1990), Searle (1981) e Wittgenstein (1993c). A particularidade de seu modelo, a Psicanálise Pragmática, é resultado de uma distinção epistemológica fundamental: o sujeito deixa de ser definido como algo “extralingüístico” ou como uma “estrutura invisível”<sup>71</sup> para ser definido apenas “na linguagem”. Isto implica no abandono da suposição de que existe uma linguagem mais profunda e mais verdadeira a respeito do desejo inconsciente do sujeito do que aquela proferida pelo paciente em condições normais.

Costa observa que a definição de sujeito na teoria laciana adquire um caráter extralingüístico, por ser entendido “como um significante especial”. O autor avalia como “obscuro” o conceito de sujeito presente no “neo-estruturalismo”<sup>72</sup>, pois é descrito simultaneamente como “[...] uma articulação de significantes e como um “significante à parte”, separado do resto da cadeia”. (1994b: 15) O caráter contraditório da definição de sujeito presente no neo-estruturalismo toma corpo ainda maior com a constatação de que o sujeito é, ao mesmo tempo, aquele que deveria colocar a estrutura da linguagem em movimento, e aquele que é efeito desta própria estrutura. Nas palavras de Costa:

“O sujeito tem de ter um pé dentro e outro fora da estrutura. [...] O que entrava a marcha do neo-estruturalismo psicanalítico é que a idéia de sujeito precede a teoria que, pretensamente, deveria explicar sua gênese. Este problema não existia no estruturalismo lingüístico-antropológico radical. Não custa lembrar, o estruturalismo tinha como insígnia intelectual a palavra de ordem “da morte do sujeito””. (1994b: 17-8)

O autor também toca em questões já abordadas neste trabalho<sup>73</sup>, ao apontar as principais incompatibilidades entre o estruturalismo e a psicanálise. É o caso, por exemplo, da contradição entre a proposta do método estruturalista de se trabalhar apenas

<sup>71</sup> Costa (1994b:13).

<sup>72</sup> Insígnia referente à teoria laciana e aos “pós lacianos”.

<sup>73</sup> Seção 2.3. do segundo capítulo.

com “tipos ideais”, e não com o sujeito, e a necessidade psicanalítica de abordagem deste mesmo sujeito, renegado pelo campo formal. Por fim, Costa chega até a aproximar a elaboração lacaniana do conceito de Real com a idéia de real presente nas teorias pós-kantianas, por apontarem para uma mesma “[...] camada inominável, inacessível e invulnerável à linguagem”. (1994b: 19)

Uma das grandes vantagens em se adotar uma concepção pragmática para uma releitura da teoria psicanalítica reside justamente na possibilidade de evitar definições que recorram a este campo “inominável”, “extra-linguístico”. As questões a serem colocadas ao sujeito não são mais sobre a “essência”, o “verdadeiro eu”, mas sobre como o sujeito pode redescrever-se “de maneira a viver uma vida melhor”<sup>74</sup>, mais satisfatória, em contraposição com estados de mal-estar, angústia, medo, desespero e sofrimento.

De acordo com a Psicanálise pragmática, conceitos como “desejo”, “sujeito” e “inconsciente” também são *redescritos* como “efeitos de linguagem”. Costa esclarece:

“Dizer que o sujeito é um efeito de linguagem é dizer que aprendemos a falar do sujeito sem necessitar de nenhum outro referente, exceto as palavras ou proposições que o definem. [...] O sujeito, então, é o conjunto de enunciados, atitudes, estados, condutas ou processos intencionais formados por termos lingüísticos elementares como sensações, sentimentos, emoções, pensamentos, expectativas etc.”. (1994b:22)

Em outras palavras, o sujeito é definido como uma “rede de crenças de desejos”. Esta rede é reconhecida integralmente num nível lingüístico, sem que seja preciso recorrer a entidades exteriores a ele. Dentre estas crenças, algumas estão disponíveis à consciência ao mesmo tempo em que outras não. Trata-se de uma definição *descritiva* do inconsciente, ao contrário de definições *tópicas*, tão recorrentes no próprio vocabulário psicanalítico<sup>75</sup>. Tal definição de sujeito poderia ser confundida com a definição lacaniana de “ego”, a não ser pelo detalhe que, dentre as crenças que constituem o sujeito, grande parte delas são a ele inconscientes. Sendo assim, nada impede que um conflito se apresente para o sujeito, tal como a definição freudiana de

<sup>74</sup> Rorty (1991) apud Costa (1994b:21).

<sup>75</sup> A compreensão *tópica* está intimamente ligada a uma interpretação substantiva da palavra “inconsciente”. Neste sentido, “o inconsciente” passa a representar uma entidade ou um lugar distinto da consciência, por exemplo. No contexto deste trabalho prefere-se o uso *descritivo* do inconsciente, o que faz com que o substantivo “inconsciente” seja interpretado como um adjetivo. Assim, há processos que têm a qualidade de serem inconscientes, ou conscientes, e não mais um *topos*, um lugar assim denominado.

“conflito psíquico<sup>76</sup>” entre “eu prazer” e “eu realidade”, sem que possa ao menos se saber dos fatores que o originaram.

Destas definições decorrem enormes conseqüências de âmbito ético, pois o trabalho clínico deixa de ter a meta de encontrar o “sujeito verdadeiro” ou o “centro do sujeito”. Ao invés disto, entende-se que o sujeito é descrito e redescrito lingüisticamente. A concepção de “verdade”, neste caso, se torna contingente, e não mais transcendental. Sobre as conseqüências clínicas desta abordagem, Costa diz que:

“Se tentamos alterar tal ou qual estado de diálogo ou de conflito dos vários “eus subjetivos”, não é porque tais estados são falsos, imaginários ou não correspondem à verdade estrutural ou histórica do verdadeiro sujeito. Preferimos mudar porque outros estados emocionais ou intelectuais parecem mais satisfatórios diante de nossas exigências morais”. (1994b: 31)

É neste sentido que critérios como “saúde”, “normalidade” e “patologia” não mais servem como parâmetros valorativos no contexto da clínica psicanalítica. O significado de cada conceito passa a depender da redescrição que cada um deles fizer<sup>77</sup>, o que faz com que deixem de ser interpretados rigidamente, até porque, segundo a concepção pragmática, não se trata mais de fazer com que palavras correspondam a entidades já dadas no mundo. A descrição do mundo sempre depende do propósito pragmático da própria descrição.

Em última instância, criticar uma concepção psicanalítica que se apóia numa compreensão da linguagem como correspondência do mundo é também contrapor-se ao argumento da neutralidade. Costa complementa dizendo que:

“Não há por que imaginar que podemos conhecer mais ou menos verdadeiramente realidades morais, emocionais ou intelectuais se dispusermos de critérios teóricos neutros que indiquem como o conhecimento se organiza. Tais critérios não existem. Qualquer critério empregado na clarificação de afirmações sobre realidades lingüísticas, como as realidades psíquicas da teoria psicanalítica, depende do sistema de crenças a que pertence”. (1994b: 41)

Sendo assim, ofício do analista não mais fica relacionado a uma imagem de “curar” ou “extirpar a patologia” do paciente. Ao invés disso, a ele cabe possibilitar ao

---

<sup>76</sup> A noção de “conflito psíquico” é encontrada durante toda a extensão da obra freudiana. São vários os sentidos que ela assumiu durante a elaboração e desenvolvimento da teoria psicanalítica, contudo, sempre com o fator comum que o conflito ocorre entre “[...] dois grupos de representações que agem como duas forças de sentido contrário [...]”. (Laplanche e Pontalis, 1998b:89)

<sup>77</sup> Foucault trata de uma forma brilhante este tema em vários momentos de sua obra. Ver, por exemplo, Foucault (1993b e 1994c).

paciente que se *redescreva*, “modificando” sua conduta da maneira que mais lhe convier<sup>78</sup>. Há diferenças entre conceber processo analítico como uma “cura”, em que o analista identifica a doença do paciente e procura eliminá-la que compreendê-lo como uma “modificação” de um estado insatisfatório sob o ponto de vista do paciente.

De acordo com a psicanálise pragmática, o processo psicanalítico propõe-se a oferecer um espaço para que o sujeito possa avaliar sua rede de crenças e desejos, na grande parte das vezes inconscientes, e que possa retecê-la quando se apresenta insatisfatória, quando produz mal-estar ou sofrimento. Diz Costa:

“O sentimento de insatisfação pode levar o sujeito à análise. [...] [iniciado o processo analítico,] A rede de crenças e desejos, que é o sujeito, começa a retecer-se. [...] A rede se movimenta em função de novas causas e justificativas criadas no diálogo com o analista. Não há necessidade de mestre tecelão. Às vezes, no processo, vemos surgir algo do tipo: *Nunca teria pensado nisso!* No mais das vezes, é o trabalho lento da perlaboração, onde conteúdos proposicionais idênticos, inúmeras vezes reiterados, alteram pouco a pouco a rede, em virtude do poder performativo<sup>79</sup> da linguagem”. (1994b:52)

Pelo trabalho lento da análise o paciente modifica seu estado inicial, ao menos, ao redescrever seu mal estar, sua angústia, seus sintomas, de modo a sofrer menos com eles. Enquanto não encontra descrições mais satisfatórias, o tratamento não se aproxima do fim. Tenta-se então outra redescrição, partindo de novas causas e novas justificativas.

O final do tratamento, segundo Costa, é solicitado pelo próprio paciente: “Muitas vezes [...] o sujeito diz “estou satisfeito, nem tudo vai ótimo, mas me satisfaço com o que consegui!”. O analista pode concordar ou não. Quando concorda, a análise está terminada”. (1994b: 52) Isto porque, segundo esta perspectiva, não cabe somente ao analista determinar o fim ou o “não fim” do tratamento. Sendo o paciente o maior interessado em uma modificação de seu estado, é necessário que ele demarque o final do tratamento. Isto não impede que o analista possa não concordar com o paciente, em situações, por exemplo, em que o paciente sente uma melhora repentina e queira finalizar o tratamento, sem que tenha abordado temas que estão intimamente ligados com seu sofrimento. Tais melhoras repentinas, ao invés de significar uma melhora do

---

<sup>78</sup> Contudo, é importante salientar que estas modificações não se dão de uma forma simples ou conforme a vontade do paciente, pois, na maioria das vezes, por estar atrelado a um grupo de crenças inconscientes, o sintoma não deixa de fazer mal ao paciente, mesmo que este queira se livrar dele. Ou seja, para que a Psicanálise Pragmática seja considerada uma “teoria psicanalítica”, não se pode abrir mão de certos conceitos fundamentais presentes na teoria freudiana, como é o caso, por exemplo, do conceito de “inconsciente como recalçado”, não acessível à consciência a não ser a partir do trabalho de análise.

<sup>79</sup> Característica da linguagem de realizar funções por ter valor de “ato”.

estado do paciente, podem apenas consistirem em melhoras temporárias, as quais perdem o efeito num primeiro momento de dificuldade maior. Nestes casos é esperado do analista que não concorde com o paciente em seu pedido de encerrar o tratamento<sup>80</sup>.

Portanto, de acordo com a psicanálise pragmática, todo o peso da força analítica é atribuído à linguagem, devido principalmente a sua característica “performativa”. Não há referências aos processos de pensamento, como no caso da teoria freudiana, nem uma busca de que o sujeito possa se deparar com o “nada”, com o “Real”, com aquilo que não pode ser posto em palavras. Ao contrário. Todo o processo da psicanálise pragmática se dá nas palavras, nas reconfigurações a que são submetidas.

### 1.3.2 As diferentes interpretações do “descentramento” freudiano

Bezerra Jr. (1994a), em seu artigo intitulado *Descentramento e sujeito – versões da revolução copernicana de Freud*, propõe um exame específico para a afirmação freudiana de que “[...] o eu não é senhor na sua própria casa” (1917/1976: 179), como forma de diferenciar a teoria freudiana das teorias “pós freudianas” e “lacanianas”<sup>81</sup>. Para o autor, o mais valioso em Freud é que:

“[...] suas descrições da vida psíquica – se tomadas em sua radicalidade – tornam difícil imaginar a existência de algo no ser humano que seja mais central, nuclear, essencial, fundamental, ou verdadeiramente autêntico. [...] Algo que pudesse, se revelado, responder a perguntas do tipo “Quem eu sou *realmente*?”, “O que é *essencial* para mim?”, “Qual é o meu *verdadeiro* eu?”.” (1994a: 122)

Ou seja, o grande impacto produzido pela noção freudiana de inconsciente se dá no modo “fragmentado” e “dessubstancializado” como ele passa a ser compreendido. Com o “descentramento” o sujeito não mais pode ser definido como um ser racional, senhor de si. Contudo, este descentramento, segundo Bezerra, não impede que outros “centros” sejam forjados a fim de assegurar alguma “verdade” transcendente do sujeito. Sendo assim, a importância de se propor um exame das diferentes versões do “descentramento freudiano” justifica-se pelo fato de que disso dependeria “[...] a

<sup>80</sup> Devido a grande complexidade de variáveis que se apresenta, o analista deve tomar a decisão de finalizar ou não o tratamento caso a caso.

<sup>81</sup> O autor alerta o leitor para o fato de não estar propondo um “encaixe” dos autores aos modelos teóricos delimitados. Para isso, toma como exemplo o caso de Lacan, o qual inspirou o recorte “teorias lacanianas”, mas que não pode ser a ele reduzido (principalmente se forem consideradas suas últimas produções teóricas).

maneira como os psicanalistas abordam temas essenciais como as noções de sujeito, inconsciente, pulsão, desejo, interpretação, transferência, o fim – nos dois sentidos – da análise etc. [...]”. (1994a: 120)

Bezerra afirma haver ao menos três pontos distintos na história da teoria psicanalítica que visam dar uma interpretação ao “descentramento freudiano”: o *descentramento da consciência para o inconsciente*, o *descentramento do eu para o outro*, e o *descentramento da consciência, do eu e do inconsciente para as pulsões*<sup>82</sup>. O autor ainda diz que há “[...] duas maneiras básicas – e bastante distintas – de interpretar esses deslocamentos”. (1994a:125) A primeira delas é supor que Freud teria tirado o acento da consciência como ponto central do psiquismo e o colocado em outro lugar ou em outra instância. Como consequência dessa visão, o analista passa a procurar na clínica o “sujeito verdadeiro”, escondido no “inconsciente”, no “outro” ou nas “pulsões”. A segunda maneira de interpretar é entender que com o descentramento proposto por Freud, nada mais pode voltar a constituir o centro, ou seja, não há algo “nuclear”. Nem a consciência é mais o centro do sujeito nem o inconsciente, o outro e as pulsões não o são – como enunciam as teorias *pós-freudianas* e as teorias *lacanianas*.

Bezerra defende esta segunda interpretação do descentramento freudiano, contrária à adoção de pressupostos essencialistas, rígidos, fixos, *a priori*. Não mais se atribui ao “inconsciente” – entendido como uma entidade – uma “razão superior” que comandaria os processos conscientes.

Como consequência da interpretação proposta por Bezerra ao descentramento freudiano, estende-se o campo das responsabilidades do sujeito por implicá-lo em suas próprias ações, “[...] por mais disparatadas, enigmáticas e desconfortáveis que possam ser” (1994a:123). Segundo esta maneira de definir o inconsciente: “[...] diminui a possibilidade de alguém alegar – em relação a uma noção qualquer – que “não fui eu” (e sim “o demônio”, “os instintos”, “os hormônios” ou “os neurotransmissores”)”. (1994a: 123), pois, o inconsciente não é mais considerado como uma entidade com vida própria.

Segundo o autor, esta compreensão do descentramento freudiano é compatível com idéias de Wittgenstein (1953) e Austin (1990), a respeito da concepção pragmática da linguagem, além da interpretação davidsoniana de Freud, retomada por Rorty (1986). Não mais se trata de encontrar uma essência do sujeito – como um homúnculo que

---

<sup>82</sup> Bezerra (1994a: 124-5).

dirige as ações do sujeito –, mas de entender o descentramento como algo “sem volta”. Não há mais um centro, somente diferentes descrições.<sup>83</sup>

Através de uma concepção naturalista<sup>84</sup> da linguagem, a abordagem pragmática compreende o descentramento freudiano como um comportamento, uma atividade de expressão. Neste contexto, a linguagem adquire um caráter “instrumental”, o que lhe confere um *status* não só representativo, mas também de *ato*. A linguagem *faz* coisas, e o falante utiliza esta *performatividade* da linguagem de acordo com suas *intenções*. Nas palavras de Austin, “dizer é fazer”<sup>85</sup>, pois se pode fazer coisas com palavras.

Como consequência da aplicação da concepção pragmática na teoria psicanalítica, conceitos como “desejo” e “sujeito” são reinterpretados. O desejo deixa de ser entendido como algo não visível, anterior à ação. “Inscrito na linguagem, presente na ação, o desejo é aquilo que é visado. Não há linguagem sem desejo, nem há ação não-desejante”. (1994a: 157) O desejo passa a ser definido como a intencionalidade presente tanto na linguagem como na ação.

O sujeito, por seu turno, é definido nas palavras de Rorty (1986) como “Uma rede de crenças e desejos que deve ser postulada como causa interior do comportamento lingüístico de um organismo singular”<sup>86</sup>. Esta rede, lembra Bezerra, não deve ser entendida como algo “acabado”, pois, “[...] está em permanente processo de reconstrução”. (1994a: 157)

A noção de uma subjetividade cindida, herdeira da noção freudiana de “conflito psíquico”, é sustentada pela proposição davidsoniana de que “[...] há superposição e conflito entre subconjuntos da rede, que funcionam sem regime de coerência interna”. (1994a: 157) Sendo assim, o termo sujeito designa as diferentes formas de crenças e desejos bem como a maneira como estes se articulam. Dito de outro modo, o sujeito diz respeito a todos os *eus*, que são os subconjuntos da rede. Segundo Bezerra, o desejo é:

---

<sup>83</sup> Como o objetivo deste capítulo é apresentar a teoria da Psicanálise Pragmática, não serão retomados as críticas que Bezerra lança às interpretações *mentalista*, *estrutural* e *pulsional* do descentramento freudiano. Grande parte delas são equivalentes às críticas que Costa faz aos “essencialismos”, descritas no tópico 1.3.1.

<sup>84</sup> Bezerra afirma que a “concepção naturalista” compreende a linguagem como uma atividade resultante de uma aptidão especial humana frente aos animais. Esta aptidão permite ao homem reagir aos estímulos (externos ou internos) “[...] com a produção de sons e traços articulados de tal forma que organizam simbolicamente a experiência e se tornam um instrumento para lidar com a realidade”. (1994a: 147)

<sup>85</sup> Austin, J. L. (1990) apud Bezerra (1994a: 152).

<sup>86</sup> Rorty (1986) apud Bezerra (1994a:157).

“[...] o conjunto de combinatórias lingüísticas que a história de cada um e o imaginário social impõem, as montagens subjetivas ou efeitos de subjetivação correspondentes a modalidades de relação libidinal com os objetos parciais oferecidos”. (1994a: 158)

Porém, não se deve perder de vista que a principal contribuição da perspectiva pragmática à psicanálise reside na noção de *descentramento*. Não há um centro do sujeito, não há um centro da rede, não há um sujeito mais verdadeiro, não há “A Verdade”. Ao invés de tudo isso, pensa-se em “verdades”, “descrições”. A descrição mais “verdadeira” é aquela que melhor serve aos propósitos a que pretende. Isto não garante qualquer espécie de estabilidade da “rede de crenças”. Mudado o contexto, outra descrição pode tomar o lugar da anterior. Esta postura se assemelha muito às “construções em análise” enunciadas por Freud no texto homônimo de 1937, onde diz que a tarefa do analista é a de “[...] complementar aquilo que foi esquecido [pelo paciente] a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*”. (1937/1975: 293)

Freud, em alguns momentos do texto ainda revela uma crença na possibilidade de se recuperar fatos conforme a “verdade histórica provável”, entretanto, o termo *construção* se mostra muito propício à noção de *descentramento* se for entendido como uma “nova versão” do fato ocorrido no passado – o qual já está perdido e irrecuperável. Freud se pergunta sobre que garantias teria o analista para saber se está fazendo construções certas ou se está prejudicando o tratamento por apresentar ao paciente construções incorretas. Ele conclui que as construções erradas não “tocam” o paciente, não o fazem reagir “[...] nem com um ‘sim’ nem com um ‘não’”. (1937/1975: 296) Quando “um novo material” que “[...] permita fazer uma construção melhor”<sup>87</sup> vem à tona, pode o analista, juntamente com o paciente, substituir a construção antiga.

Bezerra diz apoiar-se no vocabulário pragmático para afirmar que, uma melhor *descrição* do conflito psíquico passa a tomar o lugar da antiga, que não mais dava conta dos propósitos almejados. Isto, no contexto do tratamento psicanalítico, pode ser entendido a partir do sintoma (que em alguns casos já não dá mais conta do propósito ao qual servia) e uma melhor descrição do conflito (uma nova interpretação, por exemplo)<sup>88</sup>. Freud, ainda neste texto, faz uma observação que pode ser considerada compatível com a visão pragmática. Ele percebe que, em grande parte dos casos, as

<sup>87</sup> Freud (1937/1975: 296).

<sup>88</sup> Isto não quer dizer que na nova descrição, o conflito não continue a existir. Não se trata de extirpar o conflito psíquico, mesmo porque, segundo o ponto de vista psicanalítico, isto não é possível, e sim de possibilitar que o sujeito *redescreva* seu próprio conflito de forma a viver de forma melhor com ele.



conjecturas do analista se transformam em convicções do paciente, mesmo que este não recorde os conteúdos originais, objetos da conjectura do analista. O interessante, destaca Freud, é que a conjectura produz o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança do paciente – a qual teria um *status* mais “real” do que a construção.

A consequência mais importante da aplicação das categorias pragmáticas na releitura da teoria psicanalítica é de ordem clínica, pois, esta passa a ser compreendida como uma experiência que possibilita ao paciente uma modificação, abandonando ou aquisição de novas crenças que:

“[...] conciliem e reordenem acasos, eventos, causas e razões, de modo a estabelecer uma trajetória subjetiva, uma história na qual o sujeito possa se reconhecer, onde antes parecia haver apenas determinações anônimas, injunções desconhecidas”. (1994a: 162)

Ou seja, a clínica deixa de ser o espaço onde o sujeito se “cura”<sup>89</sup> para ser o espaço onde ele se “modifica”, *redescrivendo-se*. Adotar este ponto de vista implica, por um lado, em abrir mão da suposição de “entidades” que consistiriam num “verdadeiro sujeito” ou de seu centro; mas por outro lado, torna mais compreensível o manejo de conceitos como “inconsciente”, “desejo” e “sujeito”, os quais recebem as mais diversas conotações no contexto das teorias psicanalíticas.

Muitas críticas são convenientes a esta aproximação entre psicanálise e concepção pragmática da linguagem. Em primeiro lugar, criticar a associação entre uma concepção de linguagem representacional e a própria teoria psicanalítica é, em última instância, criticar Freud, considerando que ele lançou mão desta concepção de linguagem<sup>90</sup>. Em segundo lugar, uma crítica “lacaniana” poderia ser enviada à psicanálise pragmática, a respeito de sua pretensão de conduzir o tratamento exclusivamente no nível lingüístico. Diriam alguns lacanianos como Miller (1988a) que a passagem de Lacan da fase do Simbólico para a fase do Real significa justamente a constatação de que o tratamento baseado em reinterpretações e resignificações encontra um limite que só pode ser ultrapassado a partir do reconhecimento de uma espécie de linguagem infantil, anterior à linguagem, denominada *lalangue*.

<sup>89</sup> Entendida em contraposição com a “patologia”.

<sup>90</sup> Este tema foi trabalhado no primeiro capítulo deste trabalho.

## 1.4 – *Compulsões à linguagem em psicanálise*

Almeida (2004a), em sua tese de doutorado intitulada *Compulsão à linguagem na psicanálise*, realiza um importante trabalho sobre as influências que teorias psicanalíticas como a lacaniana e a Psicanálise Pragmática<sup>91</sup> experimentaram a partir do campo lingüístico. Além de retomar os principais aspectos da conexão entre psicanálise e lingüística (sob o ponto de vista da psicanálise recorrendo à lingüística), Almeida denuncia uma espécie de “compulsão” revelada por psicanalistas em suas tentativas de justificar tanto a teoria como a prática psicanalítica a partir de conceitos exclusivamente lingüísticos.

Como um primeiro passo, o autor justifica o uso da palavra “compulsão”, definindo-a como determinados comportamentos que se tornam imperativos “tenazmente irrefreáveis”, sem qualquer razão aparente. Além disso, estes comportamentos tornam-se repetitivos e automáticos, sem que o sujeito que os realiza tenha qualquer tipo de crítica a eles. Almeida esclarece:

“A compulsão a que me refiro não está vinculada a nada oculto; e é uma atividade exercida de modo completamente cego, repetitivo e inexorável. Trata-se de um poder que se faz sentir na própria atividade da linguagem, uma ação automatizada que produz a maneira como afiguramos o sentido de certas palavras, os modos pelos quais compreendemos determinados assuntos, os arranjos mediante os quais enquadrados e idealizamos nossas tarefas e as executamos.” (2004a:9)

No caso da psicanálise, a grande desvantagem proporcionada pela “compulsão à linguagem” é a impossibilidade de se experimentar qualquer outra conexão que não entre psicanálise e alguma teoria da linguagem. Ao invés de ser uma escolha epistemológica reler a teoria psicanalítica a partir de um paradigma de linguagem, tal tarefa adquire um ar “obrigatório”, como sendo a única possibilidade a disposição do psicanalista que almeja superar questões teóricas e clínicas até então pouco exploradas.

Almeida também verifica outros modos de compulsão teórica apresentada por psicanalistas. É o caso, por exemplo, do uso que a palavra “desejo” adquire entre os lacanianos: “[...] sempre em correlação com uma “falta”, um “vazio” ou um “nada””. (2004a:9) A compulsão não se refere a correlação entre desejo e falta, vazio ou nada, e sim no fato de que:

---

<sup>91</sup> Abordadas respectivamente no tópicos 1.2 e 1.3 deste trabalho.

“Ninguém se pergunta *o que é* esta falta, nem *por que* ela deve estar ali. É um modo acostumado e automático de dizer certas coisas. Na realidade, depois de incorporadas, as expressões, sem que haja necessidade de uma voz de comando, atuam como injunções ou como influências coercitivas de leis, costumes, regras ou práticas.” (2004a:9)

Não se trata de uma crítica direcionada à teoria lacaniana, a qual tem um papel fundamental na história da psicanálise. A observação de Almeida visa trazer revelar uma forma muito comum de interpretação da teoria lacaniana entre psicanalistas, qual seja, a partir de um comportamento automático de assumir conceitos e explicações tal como dogmas, sem qualquer possibilidade de qualquer discussão ou contraposição. Dessa maneira, o meio psicanalítico acaba absorvendo características religiosas ao incitar seus praticantes a crer piamente no que costumeiramente se veicula de forma acrítica.

No decorrer de seu trabalho o autor toma por base o exame de duas teorias psicanalíticas, a psicanálise lacaniana e a psicanálise pragmática<sup>92</sup>, que são por ele chamadas de “psicanálises lingüísticas” – teorias que buscam aplicar uma concepção de linguagem à clínica psicanalítica. Porém, quanto ao adjetivo “lingüística”, Almeida não restringe seu uso à disciplina lingüística. Diz o autor que o termo “psicanálise lingüística” refere-se, no seu trabalho, às “psicanálises que recorreram a alguma filosofia da linguagem após o reconhecimento de impasses epistemológicos”. (2004a:25)

A idéia defendida por Almeida é a de que tanto a psicanálise lacaniana quanto a psicanálise pragmática estariam procurando na filosofia da linguagem uma alternativa para “resolver o problema da contaminação metafísica da teoria freudiana”<sup>93</sup>. (2004a:11) Lacan teria adotado uma “concepção idealista de linguagem” como forma de dessubstancializar os conceitos freudianos, reinterpretando-os de uma maneira “*externalista, relacional e indireta*”, ao passo que a teoria da psicanálise pragmática teria lançado mão de uma “concepção comportamentalista de linguagem” no intuito de constituir uma “psicologia descritiva baseada numa suposta objetividade pragmática da interpretação nas atitudes proposicionais”. (2004a:11) A psicanálise pragmática também poderia ser descrita como uma teoria “*externalista e relacional*”, porém “*direta*”.

<sup>92</sup> Almeida (2004a) tomou como referência para o exame da psicanálise pragmática as produções de Costa (também presentes neste trabalho) e de Cavell (1993/1996)].

<sup>93</sup> O termo “metafísico” designa o caráter idealista e não verificável das tentativas de explicação de questões como a da subjetividade, até então não respondida a não ser a partir de suposições essencialistas.

Almeida não reconhece um êxito nas tentativas lacaniana e pragmática em constituírem uma “epistemologia sólida” ou mesmo “uma disciplina justificável ou objetivamente válida”. Neste sentido, ele identifica a “compulsão à linguagem” na insistência em se recorrer a concepções de linguagem que pretendem “redescrever”<sup>94</sup> ou “renovar”<sup>95</sup> os fundamentos psicanalíticos como se essa fosse a única alternativa possível frente os problemas teóricos presentes na teoria freudiana. Nas palavras do autor: “[...] há compulsão quando se verifica a presença de duas condições: a primeira é a imposição ao recurso lingüístico motivado pela própria necessidade de sobrevivência; e a segunda, quando a estratégia equivocada torna-se um *hábito perseverante*”. (2004a:25) Antes de consistir num êxito, recorrer a fundamentações lingüísticas, às vistas do autor, parece ser uma “cristalização de um hábito epistemológico”.

Almeida examina com detalhes a teoria lacaniana, em suas diferentes fases<sup>96</sup>, para extrair dali as referências feitas por Lacan à linguagem e o lugar que esta ocupou no decorrer de sua obra. O autor demarca as diferentes tentativas empreendidas por Lacan em seu projeto de inscrever a psicanálise num campo estritamente lingüístico, seja nas primeiras fases – quando a lingüística saussuriana serviu de inspiração como paradigma de teoria da linguagem –, seja nas fases finais – quando a primazia da linguagem dá lugar a uma linguagem mais antiga chamada *lalangue*.

Porém, a tese de Almeida é a de que Lacan não conseguira êxito em seu projeto de formalizar a psicanálise a partir de uma matriz lingüística. Isto porque não é possível conceber elementos como os “significantes”, segundo a perspectiva lacaniana, sem que para isso seja necessário empregar categorias que ultrapassam o próprio campo lingüístico. Em outras palavras, não é possível se falar de “significantes puros” sem todo um aparato cultural subjacente que seja capaz de lhes conferir significados. Nas palavras de Almeida, a argumentação lacaniana a respeito dos significantes não fica esclarecida:

“Significantes puros, massas sonoras, letras desconhecidas, ou sinais incompreensíveis de qualquer tipo, nada mais são do que aquilo que qualquer lingüista de campo quineano ouviria em seu laboratório vivo. É como se qualquer um de nós que desconhecemos absolutamente todas as palavras da família de idiomas falados na China, assistíssemos ao vivo e em cores uma

<sup>94</sup> Conforme a proposição do psicanalista Costa. Ver capítulo III deste trabalho.

<sup>95</sup> No sentido lacaniano, exposta no segundo capítulo, a propósito da análise do *Discurso de Roma*.

<sup>96</sup> A teoria de Lacan foi compartimentarizada por Almeida em oito fases distintas, de acordo com a maneira como a teoria se configurava. São elas: 1 – “fase fenomenológica”, 2 – “fase do pacto simbólico”, 3 – “fase da cadeia significante”, 4 – “fase do objeto *a* não-especular”, 5 – “fase da topologia”, 6 – fase dos quatro discursos”, 7 – “fase da *lalangue*” e 8 – “fase da mostração”. Para mais, ver Almeida (2004a: 42).

conversação em mandarim. Evidentemente não saberíamos fazer ali os recortes dos equívocos significantes” (2004a: 113).

A incapacidade de distinguir significantes sem se recorrer a significados abala a atraente proposta lacaniana de se empreender uma prática pautada exclusivamente em elementos sonoros. Não há como prescindir do uso de três instrumentos para o manuseio de significantes: em primeiro lugar, os significados normais dos significantes, suas possíveis denotações e conotações; segundo, uma teoria que determine o que é um significante; terceiro, “conhecer de antemão as regras do desejar na cultura do falante”. (2004a:113)

Pela avaliação de Almeida, Lacan acaba recorrendo a “particularidades inefáveis<sup>97</sup>” para tentar dar conta do problema da relação entre subjetividade e linguagem. Deste modo, sua tentativa de evitar qualquer psicologismo e individualismo acaba adquirindo um caráter “*idealista*” por “igualar o *perceptum* às sentenças, desconsiderando completamente o aspecto causal da referência como fator extralingüístico”. (2004a: 32)

Almeida também identifica um comportamento compulsivo em relação à linguagem na psicanálise pragmática, teoria que compreende a linguagem como comportamento, dando acento nas descrições lingüísticas como forma de oferecer razões a atos até então irracionais.

Há nesta teoria, da mesma forma que na teoria lacaniana, uma recusa da “*linguagem privada*”<sup>98</sup> a qual tem como objetivo evitar todo o problema advindo da suposição de uma subjetividade interna ou de entidades que não possam ser acessadas publicamente. Nesta perspectiva a linguagem não representa algo privado, interior ou inacessível de forma direta, como é considerado o pensamento na versão de linguagem referencialista adotada por Freud.

A tentativa de compreender o uso da linguagem pelo sujeito de forma “*externalista direta*”, ao contrário da visão referencial de linguagem e do reducionismo lingüístico imposto por Lacan em sua concepção de linguagem idealista, conforme a argumentação de Almeida, não alcança êxito na tarefa de eliminar a parcela de metafísica presente nos pressupostos psicanalíticos. Para o autor, a interpretação pragmática escolhida por Costa e por Cavell adquire uma forma de um “*mentalismo*” –

---

<sup>97</sup> Almeida (2004a: 135).

<sup>98</sup> Op. Cit., (2004a: 138).

justamente o que se pretenderia evitar. Sendo assim, as diferentes “estratégias de saneamento das impurezas metafísicas”<sup>99</sup> – ou os diferentes modelos teóricos – acabam incorrendo numa visão “fatalista do desejo e do comportamento humano”<sup>100</sup>.

Frente aos inconvenientes apresentados pelas “psicanálises lingüísticas” lacaniana e psicanálise pragmática, Almeida expõe um terceiro modelo metapsicológico, o qual chamou de uma “metapsicologia como *confronto de poderes clinicamente calculado*”<sup>101</sup>. Dentro desta perspectiva não haveria necessidade em se definir o desejo ou a subjetividade. Seria apenas necessário saber que a clínica psicanalítica se constitui a partir de uma *regra fundamental*<sup>102</sup>, de uma relação de *transferência* e de um *setting* analítico.

Este modelo seria de algum modo compatível com a sua posição e a de Gabbi Jr.<sup>103</sup>, quando este repensa a teoria psicanalítica na forma de uma “metapsicologia da promessa”. Esta metapsicologia inspira-se na teoria dos atos de fala de Austin para definir o diálogo analítico na esfera da performatividade, ao contrário de uma concepção da fala como descrição de estados de coisa.

Além de muito bem vinda a proposta do autor de uma nova via para se pensar a clínica psicanalítica, a principal importância da tese de Almeida para o presente trabalho é a mensagem de cautela dirigida aos psicanalistas que incorrem numa “compulsão à linguagem”. São grandes os danos proporcionados por tal comportamento como, por exemplo, a rejeição de qualquer nova informação que venha questionar pressupostos relacionados com a explicação “lingüística” até então adotada, o distanciamento que a teoria psicanalítica adquire frente outros campos de pesquisa entre outros.

Deve ficar claro que as opiniões do autor não implicam numa desvalorização da iniciativa de se constituir pontes e conexões entre a lingüística e a psicanálise. Pelo contrário, reconhece estas tentativas da mesma forma como aquelas que não recorrem a uma leitura da teoria psicanalítica por via da linguagem. O perigo para o qual alerta o autor é o de se incorrer numa crença de que a linguagem seria apropriada para dar conta

---

<sup>99</sup> Gabbi Jr. apud Almeida (2004:168).

<sup>100</sup> Almeida (2004:168).

<sup>101</sup> Op. Cit., p. 172.

<sup>102</sup> Em conformidade com a regra postulada por Freud de que o paciente deve dizer o que lhe vier à mente, sem censuras, conforme vão lhe ocorrendo. Para mais, ver Freud (1911/1969a: 122).

<sup>103</sup> Artigo a ser publicado. Para mais sobre o assunto, ver Almeida (2004a:174).

de todas as hiências encontradas no campo psicanalítico, ou mais, que somente compreensões da teoria psicanalítica sob a lente da linguagem teriam alguma validade.

Não se pode ignorar que o campo psicanalítico pôde experimentar consideráveis avanços proporcionados pela a incorporação de conceitos provenientes de teorias lingüísticas, tal como as propostas de Lacan (1957/1998) ou de filósofos como Rorty (1986), Davidson (1982). Contudo, da mesma maneira como, frente um saber estabelecido, estes autores trouxeram novas alternativas de se pensar a psicanálise, do ponto de vista científico, nada justificaria um apego irrestrito a elas. Teorias lingüísticas recentes têm muito a acrescentar ao campo psicanalítico, sem contar todo o saber proveniente de outras áreas como a filosofia<sup>104</sup>, biologia<sup>105</sup>, medicina entre outros.

---

<sup>104</sup> Por exemplo, as discussões sobre a contingencialidade do saber, visão empirista da percepção, o estabelecimento da verdade pela intersubjetividade e sobre o *status* transitório das teorias científicas. Para mais, ver Haack, S. (2004), Davidson, D. (1992), Sellars (1963b) e Quine, W. V. (1969).

<sup>105</sup> Em especial, ver Maturana, H. R. e Varela, F. J. (2001e), trabalho em que se discute sob um ponto de vista biológico e filosófico questões relativas ao processo humano de aquisição do conhecimento, percepção e processo de construção da verdade.

## CAPÍTULO II – O CAMPO DA PRAGMÁTICA LINGÜÍSTICA

Após serem retomadas algumas das apropriações mais importantes feitas pela disciplina psicanalítica do saber lingüístico, torna-se possível avaliar criteriosamente as vantagens e problemas advindos de cada conexão, principalmente a respeito da inter-relação entre a psicanálise lacaniana / lingüística estruturalista e psicanálise pragmática / pragmatismo lingüístico.

Considerando que a proposta de estudar a “fala” a partir de teorias lingüísticas<sup>106</sup> que não se propõem a abordar tal objeto consiste numa incompatibilidade epistemológica. Portanto, torna-se necessário encontrar uma teoria que trate especificamente do fenômeno da fala para que se possa fazer uma análise do modo como se utiliza a fala na clínica psicanalítica.

Por eleger como objeto de estudo o “uso da linguagem”, a pragmática da linguagem mostra-se muito adequada à tarefa de analisar o modo específico como analista e paciente utilizam a fala no contexto clínico. Além de se dedicar ao estudo da linguagem “em uso”, a pragmática da linguagem não se restringe ao exame das realizações lingüísticas, pois, considera que os enunciados sempre são proferidos por um “falante”, num determinado “contexto”. Sendo assim, esta teoria oferece inúmeras vantagens ao analista que se propõe a estudar o fenômeno da fala na clínica psicanalítica.

A seguir serão expostos os principais conceitos da pragmática da linguagem além de um breve resumo das suas origens históricas. Posteriormente será apresentada a Teoria da Polidez de Brown e Levinson(1987), a qual será utilizada como suporte para a análise pragmática do uso da fala na clínica psicanalítica, a ser realizada no terceiro capítulo desta dissertação.

---

<sup>106</sup> A partir do que se expôs no primeiro capítulo deste trabalho, pode-se concluir que tanto uma teoria que entenda a linguagem como “representação”, utilizada por Freud, quanto uma teoria que conceba a linguagem como uma estrutura formal, empregada por Lacan, não se mostram adequadas para o estudo da “fala”.



## **2.1 – Da lingüística clássica à pragmática da linguagem**

Sob o nome de “lingüística” estão reunidas as mais diversas propostas de estudo do complexo fenômeno da linguagem. Estudar a estrutura sintática da língua, os sons, fonemas, o processo de significação, a performatividade da linguagem, entre outras são tarefas próprias à ciência lingüística.

Como diz José Borges Neto (2004b), a linguagem

“[...] está presente a todo instante e se liga a tudo o que o homem faz. Pode-se dizer, por exemplo, que a linguagem é o suporte do pensamento [...]; a linguagem é instrumento de comunicação e de ação sobre os outros; a linguagem é matéria de arte; a linguagem é usada como marca de posição social...” (2004b:17-8)

Considerando que cada uma destas definições de linguagem sugere um caminho de pesquisa distinto, torna-se necessário escolher um recorte da grande área lingüística, tendo em conta o objetivo de elucidar o uso particular a que é submetida a linguagem no contexto da clínica psicanalítica.

Se “Toda teoria delimita uma certa “região” da realidade como seu objeto de estudos”<sup>107</sup>, a questão que surge é a seguinte: dentre as inúmeras opções teóricas lingüísticas, quais se mostram mais apropriadas para a proposta de analisar o manejo da linguagem na psicanálise?

Por enfatizarem o campo da fala em detrimento do campo da língua<sup>108</sup>, teorias como a do “dialogismo”, “análise do discurso”, sociolingüística e pragmática se apresentam como alternativas interessantes para a elucidação das características específicas do uso psicanalítico da linguagem.

No caso deste trabalho, optou-se pela perspectiva “pragmática” da linguagem como forma de elucidar algumas características particulares do uso da linguagem no contexto da clínica psicanalítica, principalmente por esta teoria tratar especificamente da linguagem “em uso”, considerando o contexto. Além disso, esta teoria se mostra adequada para o estudo de alguns aspectos da linguagem que são do interesse do psicanalista, como é o caso da “performatividade” lingüística, ou seja, a capacidade da linguagem produzir efeitos e modificações nos sujeitos envolvidos nas trocas lingüísticas.

---

<sup>107</sup> Borges (2004b:35)

<sup>108</sup> Trata-se da divisão proposta por Saussure entre “língua” e “fala” no Curso de Lingüística Geral, abordada em 1.2.2.

Diferentemente de outras teorias lingüísticas que enfocam especificamente questões como o caráter referencial da linguagem ou o modo como se dá a troca de informações via linguagem, a pragmática traz à tona um grande número de outras ações que podem ser realizadas via fala. Chierchia bem lembra que:

“Um falante pode usar as expressões de uma língua para os fins mais disparatados, até mesmo de modo diferente daquele que a gramática determina. Nesses casos, o significado de uma expressão [...] e o significado efetivamente pretendido pelo falante não coincidem”. (2003: 243)

A perspectiva pragmática aborda a linguagem em uso. Para tanto, torna-se indispensável considerar, além das proposições lingüísticas, os falantes e ouvintes que produzem e recebem tais proposições, isto tudo somado ao contexto em que a comunicação ocorre. Com base nestes elementos, o processo de significação pode ser melhor compreendido, pois, além de se basear “em propriedades de representações lógicas determinadas pela gramática”, ele também se baseia “em práticas e normas sociais, de caráter mais amplo”<sup>109</sup>.

Sobre a importância do papel do contexto no processo de significação, diz Reyes (2000c: 13):

“As palavras significam muitas coisas e se pode fazê-las significar muitas mais, dados os contextos adequados. Comparemos um signo tomado de um código simples com uma palavra qualquer, por exemplo, a luz vermelha do semáforo e a palavra *não*. Na linguagem, a palavra *não* pode significar “talvez”, “sim”, “estou cansada”, “não me importa”, “não sei”, “amanhã”, e uma série de coisas mais, que não poderíamos enumerar, pois dependem de cada circunstância de uso”<sup>110</sup>. (2000c:13)

Ou seja, a tarefa de encontrar o significado de expressões e signos está amarrada ao contexto em que são produzidos. A autora explica que esta aparente instabilidade da linguagem traz muitas vantagens para o processo de comunicação, como por exemplo, a possibilidade de se produzir um número incontável de enunciados a partir de combinações feitas com poucos elementos. Mesmo com estas características, a

<sup>109</sup> Chierchia, G. (2003:233)

<sup>110</sup> “Las palabras significan muchas cosas y se las puede hacer significar muchas más, dados los contextos adecuados. Comparemos un signo tomado de un código simple con una palabra cualquiera, por ejemplo, la luz roja del semáforo y la palabra *no*. En el lenguaje, la palabra *no* puede significar “quizá”, “sí”, “estoy cansada”, “no me importa”, “no sé”, “mañana”, y una serie de cosas más, que no podríamos enumerar, pues dependen de cada circunstancia de uso”. (2000b:13)

linguagem não se torna caótica ou ininteligível, pois os interlocutores conseguem utilizar a linguagem com um êxito comunicativo inegável<sup>111</sup>.

Porém, antes de serem aprofundadas as conexões possíveis entre a forma pragmática de compreender a linguagem e o modo como a psicanálise procede com a linguagem faz-se necessário um retorno às origens da abordagem pragmática da linguagem.

### 2.1.1 A abordagem pragmática da linguagem

Conforme Levinson (1983), atribui-se o uso moderno do termo *pragmática* ao filósofo Charles Morris<sup>112</sup>, a partir da distinção por ele realizada entre os campos da sintaxe (estudo da relação formal entre os signos), da semântica (estudo da relação entre os signos e objetos a que estes signos são aplicados) e da pragmática (estudo da relação entre os signos e intérpretes). Esta distinção traz consigo a possibilidade de se contrapor um estudo “puro” da linguagem (sintaxe e semântica) de um estudo “descritivo”(pragmática), este último abrangendo o estudo dos usos dos signos pelo usuário.

Quanto às raízes filosóficas da disciplina pragmática, Moeschler (2000b) aponta para a influência que Grice e Austin receberam da teoria de William James. Reyes (2000c) também relembra a inspiração kantiana presente na obra de Grice.

Existe um grande debate entre lingüistas “puros” e pragmaticistas a respeito dos limites e conexões entre seus respectivos campos de estudo. São duas as principais posturas teóricas verificadas. Uma primeira que entende a pragmática como parte integrante da lingüística, do mesmo modo que a semântica, sintaxe, morfologia, fonologia, entre outras. A segunda posição compreende a pragmática como um campo que engloba toda a lingüística, porém a ultrapassa. Neste caso, a pragmática utiliza-se de outras áreas de estudo como a sociologia, antropologia, psicologia, o que permite o

---

<sup>111</sup> Sobre o assunto mostra-se relevante evocar Jacques Lacan (1974/1993:11) com sua afirmação a comunicação “compreensiva” é impossível. Essa “comunicação” de que fala Lacan seria aquela em que não há mal entendidos ou equívocos, ou seja, uma comunicação ideal. Se compreendida desta forma, a afirmação de Lacan mostra-se compatível com a visão de Canale (1995:65) quando este argumenta que a incerteza não pode ser eliminada em todos níveis de uma comunicação autêntica. Neste sentido, seria disparatado compreender a posição lacaniana como uma recusa radical da possibilidade de comunicação entre falantes.

<sup>112</sup> Levinson ainda cita Locke e Pierce como precursores do que viria a se tornar a disciplina pragmática, além de uma inspiração um pouco menos significativa do pragmatismo filosófico.

aumento do campo de estudo. Conforme Reyes<sup>113</sup>, Verschueren (2002f) compartilha com esta segunda posição por compreender a pragmática como uma perspectiva e não como um componente a mais da lingüística. Contrariamente a esta posição, Levinson (2000a) defende que a pragmática deve ser outro nível a mais no estudo da linguagem, contida na ciência lingüística da mesma forma que a sintaxe, fonologia ou semântica.

Para Verschueren, a pragmática deve ser não um componente da lingüística, mas uma perspectiva de análise de qualquer um dos níveis da linguagem estudados pelas áreas da lingüística. Para marcar a distinção entre o campo de estudo da lingüística clássica e a pragmática, o autor chama a primeira de “lingüística descritiva ou lingüística dos recursos”, e a segunda de “lingüística do significado”. Esta última, segundo o autor, diferencia-se da primeira por considerar o contexto em suas análises.

Moeschler (2000b:19-20) compartilha da posição de Verschueren ao estabelecer uma borda muito clara entre a pragmática e a lingüística. Para ele, a pragmática não é uma parte da lingüística, pois os fenômenos de que trata fazem interface com o *World Knowledge* (conhecimento de mundo). A hipótese do autor é a de que a lingüística trabalha com sentenças (*type*), independentemente do contexto, diferente da pragmática, a qual se ocupa com as expressões (*token*). As expressões pressupõem ao menos um falante a produzir num determinado contexto. Desse modo, a comunicação não mais é entendida como inserida somente no nível lingüístico; ela está contida também num campo extralingüístico, ou seja, num contexto. Esta distinção também se traduz na contraposição entre o estudo de “sentenças” (lingüísticas) e “expressões” (que envolvem o falante, o *setting* e sentidos, todos dentro de um determinado contexto).

Para Reyes a pragmática distingue-se das outras áreas da disciplina lingüística (fonologia, morfologia, sintaxe)

“[...] porque não pode identificar unidades discretas como o fonema ou a oração, nem pode tampouco dar regras. A pragmática observa comportamentos humanos, observa a linguagem na boca das pessoas, e somente pode propor princípios que expliquem por que as pessoas se entendem”<sup>114</sup>. (2000c:14)

Por apresentar tais diferenças frente às outras teorias lingüísticas e por estar tão imbricada à observação de comportamentos sociais, questiona-se se a pragmática seria um complemento da lingüística ou se seria uma outra maneira de se fazer lingüística.

<sup>113</sup> Reyes (2002) apud Verschueren (2002d: 7-22).

<sup>114</sup> No original: “[...] porque no puede identificar unidades discretas como el fonema o la oración, ni puede tampoco dar reglas. La pragmática observa comportamientos humanos, observa el lenguaje em la boca de la gente, y solamente puede proponer principios que expliquen por qué la gente se entiende.”

## 2.1.2 O Princípio de Cooperação e as Máximas Conversacionais

Deve-se ao filósofo Paul Grice (1975) a primeira caracterização clara do fenômeno das implicaturas conversacionais. Grice observou que, ao usar a linguagem, os sujeitos comunicam mais significados do que aqueles contidos literalmente em seus ditos. Ou seja, ao “dizer” algo, os falantes também “implicam” outros significados, os quais não conseguem ser inferidos a partir apenas de suas condições de verdade. A produção e a compreensão das implicaturas encontram-se imbricadas com uma atividade cooperativa que se estabelece entre os interlocutores, a qual recebe o nome de “Princípio de Cooperação”. Reyes define este princípio da seguinte maneira:

“A conversação comporta, normalmente, um esforço por colaborar com nosso interlocutor: os falantes têm em geral algum propósito comum, mais ou menos definido, e tratam de alcançá-lo. O princípio de cooperação é o princípio geral que guia os interlocutores na conversação, e que vale também para outros comportamentos.” (2000c:36)

Chierchia também define o “Princípio de Cooperação” como relacionado a uma diminuição do esforço para a compreensão da comunicação. Sobre este princípio, diz o autor que: “Trata-se de uma norma de comportamento bastante simples; pode ser entendida como um princípio de economia ou do mínimo esforço”. (2003:249)

O “Princípio de Cooperação” compreende certas categorias, chamadas por Grice de “máximas conversacionais”. Grice observa que os falantes supõem que seus interlocutores são “cooperativos”, ou seja, agem de acordo com as máximas. Esta suposição é tão poderosa que quando o falante parece não ser cooperativo, o ouvinte acredita que o falante quer dizer outra coisa ao invés de constatar que ele não foi cooperativo.

São quatro as máximas griceanas: “máxima de quantidade”, “máxima de qualidade”, “máxima de relação” e “máxima de modo”:

“Máxima de quantidade:

- 1-Que sua contribuição seja tão informativa quanto requer o propósito da conversação.
- 2-Que sua contribuição não seja mais informativa do que o que é requerido.

Máxima de qualidade: que sua contribuição seja verdadeira.

- 1-Não diga nada que creia ser falso.
- 2-Não diga nada de cuja verdade não tenha provas.

Máxima de relação: seja relevante [ ‘diga o que vem ao caso’ ].

Máxima de modo: seja claro.

- 1-Evite a obscuridade de expressão.
- 2-Evite a ambigüidade.
- 3-Seja breve (evite a prolixidade desnecessária).

4-Seja ordenado.” (2000c:36-7)

Cada máxima enuncia certos princípios de comportamento praticamente imprescindíveis para a ocorrência do processo de comunicação. Mesmo considerando as inúmeras ocasiões em que são violadas, são estas máximas que tornam possíveis as “implicaturas conversacionais”, as quais, por sua vez, permitem aos falantes entenderem o sentido de enunciados de forma diferente que do sentido semântico neles contidos.

Em resumo, para Grice, tanto falantes quanto ouvintes, ao estabelecerem uma relação comunicativa, supõem que o seu interlocutor está falando apenas o necessário (nem mais e nem menos) a respeito do que pretende dizer, que está sendo sincero, que está falando algo relevante e que está sendo claro e ordenado. Isto faz com que inúmeros enunciados sejam interpretados de forma diferente do que seu conteúdo semântico comporta. Exemplos como “você poderia me passar o sal?”, “você tem relógio?” ou mesmo “Ana engravidou e casou.”, recebem interpretações diferentes do que o significado semântico poderia sugerir. A prova disso é que não se espera como respostas apenas um “sim” ou “não” para as duas primeiras perguntas. Quanto ao terceiro exemplo, é inegável a tendência de interpretar o enunciado da seguinte maneira: “Ana primeiro engravidou, depois casou”, não justificável a partir de uma análise estritamente semântica onde se verifica uma estrutura  $p$  e  $q$ , sendo  $p$  “Ana engravidou” e  $q$  “[Ana] casou”, podendo estar tanto na ordem “Ana engravidou e casou” ou “Ana casou e engravidou”.

Chierchia reconhece uma grande utilidade na teoria de Grice ao afirmar que ela “basta para explicar muitos aspectos do modo como uma infinidade de expressões são interpretadas”(2003:250), porém, ela não parece dar conta de inúmeros usos a que a linguagem é submetida no contexto da clínica psicanalítica, principalmente quando da aplicação da regra da associação livre. Uma análise dos usos da fala no contexto psicanalítico pode elucidar como se dá uma interação verbal sem que as “máximas conversacionais” constituam as regras pressupostas da comunicação. Ou seja, a partir do quadro griceano das “máximas conversacionais” pode-se avaliar até que ponto a interação paciente/analista respeita as regras necessárias para o estabelecimento de uma comunicação efetiva – de acordo com o ponto de vista pragmático. Se as “máximas griceanas” indicam justamente quais são princípios importantes para o estabelecimento de uma relação comunicativa “usual” entre falantes, pode-se supor que estes princípios

são subvertidos ou “quebrados” à medida que as trocas verbais entre paciente e analista se aproximem da aplicação integral da regra analítica.

O paciente rompe a “máxima de quantidade” na clínica, pois, implícita à regra analítica está a indicação de que o paciente não se preocupe com o fato de falar mais ou menos do que lhe é requerido pelas perguntas do analista ou pelas próprias perguntas que ele se coloca.

No caso da “máxima de qualidade”, não é importante apenas que o paciente fale o que acha ser verdade ou o que pode provar ser verídico. Se o analista exigisse o cumprimento dessa máxima por parte do paciente, toda uma parte essencial do trabalho analítico ficaria comprometido, pois, deve-se à psicanálise o grande interesse pelas fantasias do paciente devido aos efeitos que causam na vida cotidiana do mesmo.

A “máxima de relação” é subvertida com muita freqüência na clínica, e provavelmente a possibilidade de subvertê-la seja um dos meios mais importantes para que analista e paciente consigam reconstituir os conteúdos inconscientes relacionados ao motivo que faz o paciente a procurar o tratamento. A quebra desta máxima é encorajada quando o analista pede ao paciente que não imprima censura ou seletividade nos assuntos que forem lhe vindo à cabeça, mesmo que pareçam bobos ou sem importância. Nada do que o paciente diz na clínica é irrelevante.

Por fim, a “máxima de ordem” também não deixa de ser subvertida no contexto clínico. Quando a fala se fia pela associação livre, torna-se inevitavelmente obscura, desordenada e ambígua. Características como estas, evitadas na medida do possível em situações de comunicação usual, são muito bem-vindas no trabalho psicanalítico, pois é muito freqüente que o paciente só consiga falar de conteúdos até então inacessíveis conscientemente de forma obscura, distorcida, prolixa, desordenada e ambígua.

Outras situações além daquela verificada na clínica psicanalítica alcançam seus efeitos justamente a partir da quebra das regras que a princípio estariam subjacentes a qualquer troca verbal. Este é o caso, por exemplo, do fenômeno da ironia, da metáfora, metonímia, piadas, entre outros, os quais ocorrem justamente a partir da quebra de uma ou mais “máximas conversacionais”. Pode-se pensar no seguinte exemplo: num contexto onde um grupo de alunos empenha-se em encontrar um bom nome para o trabalho por eles confeccionado, após João dar a sua opinião, Pedro lhe diz: “Nossa, como você é inteligente” ao mesmo tempo em que todos reprovam a idéia de João. Os membros do grupo percebem que Pedro está dizendo algo que não crê ser verdade,

quebrando a “máxima de qualidade” enunciada por Grice. Esta “mentira explícita” cria o efeito da ironia.

Portanto, por mais que a teoria griceana traga novos elementos para a análise das regras subjacentes às situações de interlocução, ela não se mostra suficiente para uma análise do uso da fala na clínica psicanalítica. Isto porque, no contexto clínico, paciente e analista utilizam a linguagem de um modo convencional quando da aplicação da regra da associação livre. Para tal análise, necessita-se de uma teoria que, além de descrever formas padrões de interlocução, descreva situações em que tais formas são subvertidas intencionalmente, fenômeno até certo ponto freqüente nas situações de uso da linguagem (como é o caso das ironias, metáforas, uso de formas indiretas, entre outras).

No próximo tópico será apresentada a Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), a qual examina, além dos usos da linguagem descritos pelas máximas griceanas, as realizações lingüísticas que as subvertem. Sob um ponto de vista epistemológico, tal teoria se mostra adequada para o objetivo do presente trabalho de realizar uma primeira análise do uso da linguagem na clínica psicanalítica, principalmente devido ao grande número de fenômenos lingüísticos por ela abordados.

## **2.2 – A Teoria da Polidez**

### **2.2.1 Problema e argumentos centrais**

A Teoria da Polidez<sup>115</sup>, segundo Brown e Levinson (1987:55) deve ser compreendida como parte dos estudos em sociolingüística interacional. O termo “polidez” não deve ser confundido com o significado usual de polidez (educação, fineza, cortesia) mas sim como as diferentes possibilidades presentes na interação entre falantes, principalmente no que diz respeito àquilo que da função da linguagem ultrapassa a troca de informações via enunciado. Existem inúmeros fenômenos que vão contra um uso direto da linguagem como instrumento de troca de informação, isto é, muito do que se apresenta nos enunciados não tem apenas função informativa direta, mas funcionam como “acessórios”, que a princípio não teriam importância no estabelecimento dos significados na situação comunicativa.

---

<sup>115</sup> *Politeness*, no inglês.



Um exemplo muito simples pode ser visto na diferença entre duas formas de um falante alcançar o objetivo de pedir dinheiro a alguém. Num primeiro caso ele pode realizar o enunciado: “me dá dinheiro!”, ou num segundo caso: “por favor, se não for incomodar demais o senhor, será que seria possível me dar uns trocadinhos porque aconteceu que ...?”. Estes dois enunciados poderiam ser proferidos por um mesmo pedinte de rua, ou por alguém que teve seu dinheiro roubado. A informação contida em cada um dos enunciados é muito similar. Contudo, no segundo caso, nota-se uma presença até mesmo excessiva de “acessórios”, os quais não interferem significativamente na informação semântica pretendida pelo falante. Num exame superficial nota-se que o primeiro dos dois enunciados encontra-se totalmente de acordo com as máximas griceanas enquanto que o segundo pelo menos quebra as máximas de quantidade (é dito muito mais do que o requerido pela conversa) e de relevância (por ser uma fala excessivamente prolixa).

Brown e Levinson notaram que há uma racionalidade no modo de usar a linguagem, mesmo quando há quebras das máximas griceanas<sup>116</sup>. Não são poucos os casos em que o uso da linguagem se dá de forma diversa do uso “cooperativo” segundo as máximas de qualidade, quantidade, maneira e relevância. Além das subversões proporcionadas em piadas e proferimentos irônicos, os autores da Teoria da Polidez demonstram que a grande maioria dos usos da linguagem fere os princípios griceanos. Isto se dá principalmente porque o uso da linguagem ultrapassa a função informativa. A linguagem faz parte do estabelecimento das relações sociais<sup>117</sup>.

Sendo assim, a Teoria da Polidez funciona como uma ferramenta para aplicação sociológica, proporcionando uma visão dos princípios implícitos no uso da linguagem. A teoria também tem como meta demonstrar a riqueza e complexidade dos enunciados e das inferências presentes na base do contexto da relação entre falantes. Além de satisfazer a função comunicativa, a formulação dos enunciados revela um uso “estratégico” da linguagem por parte do falante. Pelo uso da linguagem podem ser apontados lugares sociais, proximidade, posições hierarquicamente estabelecidas, tudo isto somado à função comunicativa.

Conforme Brown e Levinson, os falantes imprimem intencionalmente diversas modificações na construção de mensagens que serviriam originalmente para transmitir o conteúdo comunicativo desejado de forma mais direta. Em outras palavras, os falantes,

---

<sup>116</sup> Brown e Levinson (1987: 55).

<sup>117</sup> Brown e Levinson (1987: 55).

na maioria dos contextos, não elegem enunciados que preenchem os requisitos propostos pelas máximas de Grice (quantidade, qualidade, maneira, relevância). A maioria dos enunciados proferidos pelos falantes contém palavras e expressões desnecessárias sob um ponto de vista estritamente comunicativo.

Porém, o que os autores observam é que, ao invés de atrapalharem o processo comunicativo, estas modificações constituem verdadeiras “estratégias” que interferem no poder performativo<sup>118</sup> do enunciado. É neste sentido que os autores dizem que “o que as pessoas fazem com a linguagem se passa menos no nível de atos performativos abertos, ou, “abertamente”, que em pequenos detalhes lingüísticos dos enunciados”<sup>119</sup>. (1987:57) Isto significa que os falantes se utilizam de verdadeiras estratégias lingüísticas para alcançarem os efeitos desejados frente ao ouvinte, as quais também são percebidas pelo seu interlocutor. Estas estratégias visam principalmente evitar certos transtornos provenientes de um tratamento “direto” e sem qualquer suavização dos enunciados enviados ao ouvinte.

Um exemplo simples é o do uso da forma imperativa na comunicação entre falantes. Sendo os sujeitos A e B desconhecidos, por mais que A deseje apenas ter o recipiente do sal em mãos, não irá proferir a B algo como “passe o sal” ou “me dá o sal”, mas uma frase como “por favor, o senhor poderia me passar o sal?”. São dois enunciados diferentes que visam um mesmo objetivo. Contudo, houve uma grande suavização do potencial agressivo no terceiro enunciado, em comparação com os dois primeiros.

Qual seria então a função de transformar a sentença inicial imperativa e direta em uma pergunta, ainda “suavizada” pela modificação do modo verbal, do pronome de tratamento e da inclusão das palavras “por favor”? Conforme os autores, estas modificações, tão recorrentes nas realizações lingüísticas, são estratégias produzidas racionalmente para atingir finalidades específicas. Todo o objetivo da Teoria da Polidez é trazer à luz as diferentes formas de estratégias utilizadas pelos falantes bem como compreender como estas estratégias alcançam seus efeitos nas situações de interação verbal.

---

<sup>118</sup> Relativo aos efeitos e transformações provenientes da realização do enunciado, considerado como “ato”.

<sup>119</sup> No original: “[...] one recognizes what people are doing in verbal exchanges [...] not so much by what they overtly claim to be doing as in the fine linguistic detail of their utterances [...]”.

## 2.2.2 Conceitos fundamentais

A primeira definição a ser feita diz respeito ao MP (*model person*) concebido pela teoria. Consiste num “falante fluente”<sup>120</sup>, adulto, membro de uma sociedade, dotado de duas propriedades especiais: “racionalidade”<sup>121</sup> e “face”.

A racionalidade é entendida como a disponibilidade de um modo preciso de raciocínio, o qual acessa os meios necessários para alcançar um fim desejado.

Além da racionalidade, parte-se do pressuposto de que o falante é dotado de “faces”<sup>122</sup>, que, grosso modo, são equivalentes à duas vontades básicas do ser humano: de não ser impedido na realização de suas vontades (desejo da face negativa) e de ser aceito como participante de um grupo social (desejo de face positiva). O conceito de “face” refere-se à imagem pública que cada um quer para si além de ser algo “emocionalmente investido”. A face pode ser perdida, mantida, aumentada e percebida na interação entre falantes. Pressupõe-se como universal nesta teoria que os falantes são dotados de faces, porém, cada cultura elege seus critérios na determinação do que seja uma imagem a ser aceita ou rejeitada pelos seus componentes.

A “face negativa” corresponde ao desejo de liberdade de ação e liberdade para impor vontades. Também podem ser identificadas com a face negativa a necessidade de território, reservas pessoais, exigência de direitos.

Por sua vez, a “face positiva” pode ser entendida como o desejo de que a auto-imagem seja apreciada e aprovada pelos outros membros do grupo, o que traz à pessoa um sentimento de ser aceito pelos outros como parte de um grupo que compartilha dos mesmos interesses.

Dito de outra maneira, as faces correspondem a desejos que podem ou não ser satisfeitos. No caso da face positiva, a pessoa tem o desejo de que suas ações não sejam impedidas por outras. No caso da face negativa, o desejo é o de que as vontades da pessoa também sejam desejadas pelos outros, o que a tornaria aceita como parte de um grupo maior.

---

<sup>120</sup> Os autores não estendem integralmente o uso do conceito de MP a pessoas com quaisquer tipos de distúrbios de ordem mental e pessoas ainda não adultas. Ou seja, trata-se de um conceito “ideal” para “pessoa”, o que traz consigo a necessidade de recusar quaisquer situações desviantes, sob pena de diminuir o poder explicativo da teoria.

<sup>121</sup> Para as finalidades do trabalho deve-se atentar para a diferença entre “ser dotado de racionalidade” e “ser racional”. Utilizar a primeira concepção abre espaço para considerações de “atos irracionais”, os quais serão considerados posteriormente.

<sup>122</sup> Os autores explicitam que o termo “face” foi escolhido de acordo com os usos do termo em situações como “perder a cara” (*losing face*), que no inglês popular indica situações de embaraço e humilhação.

O falante enfrenta um embate na situação comunicativa quando pretende conservar as “faces” do outro, mas, ao mesmo tempo, deseja dizer algo que tem um potencial de agredir-las. É devido a este conflito que o uso de estratégias mostra sua importância, pois estas servem como meios de satisfazer ao mesmo tempo a finalidade comunicativa e a conservação das faces do ouvinte. De acordo com o pressuposto da racionalidade<sup>123</sup> citado anteriormente, o falante não considera apenas os fins comunicativos ao proferir os enunciados, mas também os fins relativos às faces, elegendo os meios mais adequados (as estratégias mais adequadas) para alcançar estes fins. Para Brown e Levinson o falante sempre irá utilizar sua racionalidade para escolher a estratégia que, com menos custo, alcance os objetivos de comunicar algo ao ouvinte preservando suas faces positiva e negativa.

Para um recorte mais específico do campo de estudo, o “modelo de pessoa” (MP) só é considerado enquanto “falante” ou “ouvinte”. Todos, falantes e ouvintes, são dotados de “face positiva” e “face negativa” além de serem agentes racionais. Além disso, as pessoas pressupõem que seus interlocutores também são dotados de face. Isto faz com que um procure não agredir a face do outro, pois tal ato dificulta o estabelecimento de uma relação cooperativo entre os dois.

Outro conceito fundamental na Teoria da Polidez é o de “FTA” (*face threatening acts*), que pode ser traduzido como “atos que agredem a face”. Exceto em situações em que é objetivo do falante proferir um enunciado com máxima eficiência (sem suavizações), o falante tentará minimizar a agressão da face do ouvinte proporcionada pelo enunciado. Entende-se como agressão à face qualquer ato lingüístico<sup>124</sup> que vá contra os desejos da face. Os FTA’s vão contra os “desejos das faces”, sendo eles do ouvinte ou do próprio falante. Ou seja, os FTA’s, no caso da face negativa, limitam a liberdade de escolha e o espaço da pessoa, causando-lhe impedimentos. No caso da face positiva, promove a exclusão da pessoa do grupo, desconsiderando-a e desaprovando-a.

Existem várias maneiras possíveis para o falante agredir a face negativa do ouvinte. Um caso muito ilustrativo é aquele em que o falante coloca uma pressão no ouvinte ao predizer algo que este fará no futuro a partir de ordens, solicitações,

---

<sup>123</sup> Os autores remetem o uso do conceito de racionalidade à definição de “raciocínio prático” advinda da filosofia aristotélica. Para mais, ver Brown e Levinson (1987: 87-94).

<sup>124</sup> Para este trabalho optou-se por restringir o escopo da definição do conceito para o campo lingüístico, porém, os “FTA’s” podem ser realizados por atos extra-lingüísticos.

sugestões, conselhos, lembretes, ameaças, advertências, desafios entre outros<sup>125</sup>. Porém, atos como elogios do falante de algo do ouvinte, expressões de admiração ou de inveja também podem pressionar o ouvinte a realizar atos que tenham como intuito preservar os desejos do falante.

Nos casos em que a face positiva do ouvinte sofre agressões, podem ser observadas condutas de desconsideração dos sentimentos do ouvinte por parte do falante, avaliações desaprovadoras do ouvinte, ridicularizações, acusações, insultos, atos que demonstram uma indiferença do falante frente ao ouvinte – como em situações de expressões violentas de emoções, irreverência, menção de tópicos tabus que buscam embaraçar o ouvinte, o que também indicam que o falante não se preocupa com os valores do ouvinte –, falar mal do próprio ouvinte, interrupção da fala do ouvinte, desatenção.

Além de distinguir os dois tipos de faces (positivas e negativas), Brown e Levinson destacam a existência de duas perspectivas de análise do ato comunicativo: a do falante e a do ouvinte. Assim, ao proferir um enunciado, o falante pode agredir ou proteger cada uma das faces do ouvinte, ou pode proteger ou agredir cada uma de suas próprias faces.

Conforme a teoria, são entendidos como ofensas à face negativa do falante atos como, por exemplo, o falante expressar agradecimentos (o que frequentemente incorre de certa forma num débito frente ao ouvinte), pedidos de desculpas, aceitar ofertas ou fazer ofertas ou promessas que não eram sinceramente desejadas pelo falante.

Agressões à face positiva do falante também podem ocorrer em situações em que o falante prejudica seu desejo de ser respeitado e aceito pelo grupo. Este é o caso de pedidos de desculpas, auto-humilhações, confissões, admissões de culpa ou responsabilidade, descontroles corporais entre outros.

### **2.2.3 As estratégias de polidez**

Brown e Levinson identificaram cinco grupos de estratégias de polidez disponíveis para a escolha da falante com função de minimizar o risco de agressão das

---

<sup>125</sup> Por exemplo, ao dizer para seu filho: “Depois que você fizer a sua lição nós iremos passear” restringe de certa maneira a liberdade do filho em fazer ou não sua lição, agredindo sua face negativa, porém de uma forma muito suavizada se comparada com o uso de uma forma imperativa como “faça a sua lição”.

faces do ouvinte, se este for o desejo do falante<sup>126</sup>. Estes grupos de estratégias de polidez se subdividem em inúmeras estratégias específicas. Existe uma forma de gradação entre efetuar um FTA sem ação reparadora (máximo risco de agressão às faces do ouvinte), fazer um FTA com ação reparadora (diminuição do risco de agressão) e não fazer FTA

↗ (1) sem ação reparadora (*baldly*)

Fazer FTA → direta (*on record*) → com ação reparadora → (2) Polidez positiva

↘ (3) Polidez negativa

↘ (4) indireta (*off record*)

(5) Não fazer FTA

### **FTA sem ação reparadora (*bald-on-record*)**

A primeira estratégia de polidez equivale ao “FTA” (ato de agressão à face) sem ação reparadora. O falante, ao empregar esta estratégia, fala diretamente o que pretende, de maneira clara, unívoca e concisa, sem retificações ou suavizações.

Esta estratégia de polidez é completamente homogênea às máximas conversacionais de Grice, explicitadas anteriormente.

Conforme Brown e Levinson, os agentes racionais (MP’s) baseiam a escolha das estratégias a serem utilizadas no contexto conversacional a partir dos “custos” e “benefícios” que cada estratégia tem a oferecer. O uso desta estratégia implica num maior risco de efetuar um ato de agressão à face do ouvinte (FTA) por ir contra seus “desejos de face” positiva e negativa, por restringir a liberdade de escolha do ouvinte e por não conter elementos que façam o ouvinte se sentir aceito. Porém, em casos em que se exige uma grande eficiência informacional (como situações de urgência, perigo, alerta) ou em casos que o risco de agressão do ouvinte é muito pequeno (ofertas, sugestões que serão do interesse do ouvinte ou situações em que os interlocutores são muito íntimos), mesmo o falante proferindo um FTA direto, não há uma agressão aos “desejos de face” do ouvinte ou se existe, é muito pequena.

<sup>126</sup> Excluem-se aqui os casos em que o falante opta por proferir um enunciado sem qualquer suavização ou tratamento, de forma direta. Alguns casos como emergências ou quando os falantes têm uma relação muito íntima podem justificar o uso de enunciados *bald* (diretos) por parte do falante.

Se por um lado o falante corre o risco de agredir os “desejos de face” do ouvinte ao ser direto e não suavizar seu FTA, por outro, existem algumas vantagens provenientes da utilização deste tipo de estratégia. Em muitos contextos, ao optar pela estratégia de polidez “direta sem ação reparadora”, o falante demonstra ser honesto, franco, ao mesmo tempo em que demonstra não ser manipulador ou alguém que fala “com rodeios”. O falante também evita o ônus de não ser compreendido pelo outro quando opta por “ser direto” em suas realizações lingüísticas, o que pode ser útil também em situações em que a comunicação entre os interlocutores encontra dificuldades e que se faz necessário comunicar grande quantidade de informação em poucos enunciados.

São dois os grandes grupos de tipos de estratégias “diretas” (*bald-on-record*) citados pelos autores. O primeiro deles refere-se aos casos em que tanto falante quanto ouvinte priorizam uma máxima eficiência, o que torna desnecessário qualquer retificação (suavização) do FTA. O segundo grupo diz respeito a contextos em que, diferentemente do caso anterior, há uma preocupação com as faces do ouvinte. Uma situação freqüente que ilustra este subtipo de estratégia “direta” pode ser observada quando o falante insiste que o ouvinte se sinta à vontade, que peça o que quiser, que se sinta livre para falar do que quiser entre outros. Tais atos são FTAs em potencial, principalmente quando o ouvinte não quer proximidade com o falante ou quando não se sente à vontade.

### **Polidez positiva**

A segunda estratégia de polidez configura-se como o proferimento de um FTA somado ao ato de retificação da face positiva do ouvinte (seu permanente desejo de que suas vontades, ações, aquisições e princípios sejam desejados, valorizados e reconhecidos pelos outros). A utilização desta estratégia preza a conservação da face positiva do ouvinte (o desejo do ouvinte ser aceito como participante do grupo, ser reconhecido como semelhante). Sendo assim, o falante procura indicar ao ouvinte que ele é um membro de seu grupo, um amigo, e que seus desejos e opiniões são conhecidos e respeitados por todos os outros membros do grupo (principalmente pelo próprio falante). O objetivo subjacente ao uso deste tipo de estratégia é conquistar a confiança do ouvinte ao aceitá-lo como um semelhante, realizando seus desejos relativos à conservação de sua face positiva. Pode ser tomada como exemplo uma situação em que um amigo fala ao outro que “como nós dois queremos chegar logo à festa, enquanto eu

arrumo a casa você poderia lavar a louça”. Neste caso, a suavização do FTA pode ser identificada na primeira parte do proferimento, pois não traz nenhuma complementação informativa ao pedido que o falante fez ao ouvinte. O que se passa implicitamente na suavização é algo como “já que você quer chegar logo à festa, lave a louça”.

Ao escolher a estratégia de polidez positiva, o falante tem a vantagem de diminuir a agressão da face positiva do falante. Porém, em casos onde o ouvinte tem uma visão negativa ou tem sentimentos hostis para com o falante, a utilização desta estratégia dificilmente alcança seus objetivos, pois, o ouvinte não se aceita como participante do mesmo grupo em que se inclui o falante e rejeita qualquer tentativa do falante referi-se a ele como um membro de seu grupo. Pode-se pensar no seguinte exemplo. Um político de um partido adversário aborda uma pessoa da seguinte maneira: “Bom dia meu amigo, estou contando com seu voto!”. A pessoa pode não aceitar-se como semelhante ao falante e pode pensar ou mesmo dar como resposta “não sou seu amigo, não gosto de você”.

Brown e Levinson descrevem 15 tipos de estratégias de polidez positiva, as quais inicialmente se subdividem em três grupos:

- 1- requerer interesses comuns entre ouvinte e falante,
- 2- assumir que falante e ouvinte são cooperativos e
- 3- realizar algo que o ouvinte quer.<sup>127</sup>

### **Polidez Negativa**

A terceira estratégia de polidez é chamada “polidez negativa”. Consiste na realização de um FTA juntamente com uma ação reparadora dos seus efeitos agressivos ao ouvinte. Seu uso é orientado para satisfazer os desejos da face negativa do ouvinte, que são basicamente os de ter liberdade de imposição, de escolha e de ter respeitado seu território, seu espaço. A polidez negativa se caracteriza como um distanciamento entre o falante e ouvinte a partir de formalidades, sempre como vistas à não restrição ou impedimento das vontades e desejos do ouvinte. Esta estratégia de polidez é a mais próxima do que se entende no senso comum por “cortesia” ou “fineza”.

São muito comuns o uso de suavizações da força ilocucionária do enunciado, mecanismos de impessoalização, transformação de enunciados em perguntas e formas

---

<sup>127</sup> Tendo em vista o grande número de estratégias e suas subdivisões, somente as estratégias relevantes para a análise do caso “o homem dos ratos” serão descritas de forma específica. Para mais, ver capítulo 3 deste trabalho.



passivas como formas de diminuir o risco de agressão à face do ouvinte, bem como de oferecer-lhe opções de escolha frente o enunciado a ele dirigido, deixando a sua face negativa intacta.

O uso desta estratégia de polidez pode ser observada no seguinte caso. Ao invés de dizer “me dê o sal” o falante diz “por favor, você poderia me passar o sal?”<sup>128</sup>. Neste segundo enunciado, o falante não coloca pressão sobre a escolha a ser feita pelo ouvinte.

A Teoria da Polidez descreve 10 tipos de estratégia de polidez negativa, as quais inicialmente são subdivididas em quatro classes:

- 1- não presumir/assumir,
- 2- não coagir o ouvinte,
- 3- comunicar que não é desejo do falante colidir com o ouvinte e
- 4- reparar outros desejos do ouvinte derivados de sua face negativa.

### **Indireta**

A quarta estratégia de polidez é a “indireta” (*off-record*), a qual consiste em realizar o enunciado de forma que o próprio falante não seja obrigatoriamente responsável pelo FTA. O falante deixa a responsabilidade da interpretação a cargo do ouvinte, sempre mantendo ao menos uma alternativa defensiva para se resguardar. Por exemplo, num contexto em que dois amigos estão juntos na casa de um deles, o visitante diz “Nossa, que fome!” e o outro responde “Mas você é folgado hein?! Vem na minha casa e só pensa em comer!!”, o visitante pode defender-se dizendo “eu não pedi nada pra você, apenas estou dizendo que estou com fome!”.

Brown e Levinson notam que as diferentes formas de se utilizar a estratégia de polidez “indireta” são correlativas às possibilidades de se quebrar as máximas griceanas de quantidade, qualidade, relação e modo. No exemplo acima, ao realizar o enunciado “nossa, que fome” o falante diz algo que não parece ser relevante, quebrando dessa forma a máxima de relação. Isto faz com que o ouvinte se pergunte sobre qual é a intenção do falante em realizar tal ato, o que o faz induzir que o falante, na verdade, quer dizer algo como “me dê algo para comer que estou com fome!”.

Para interpretar um enunciado direto o ouvinte se baseia principalmente em dois fatores: no contexto e no conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte como costumes, gostos, modo de falar, etc. Mesmo assim, tais referências não asseguram ao

---

<sup>128</sup> Para mais, ver Brown e Levinson (1987:135).

ouvinte que suas inferências não possam ser canceladas pelo falante, como demonstrado no exemplo.

Esta estratégia de fazer o ato que agride a face (FTA) frente ao ouvinte de forma encoberta inclui utilizações de metáforas, obscuridades, expressões vagas ou incompletas, ambigüidades, ironias, questões retóricas, declarações “subliminares”, atenuações, tautologias. O falante não expressa diretamente o que pretende. Fornece pistas para que o ouvinte interprete o significado dos proferimentos indiretos, o que torna o significado negociável.

Ao ser indireto (estratégia 4), o falante pode ser considerado pelo ouvinte como alguém com “tato”, não coercitivo. Também consegue evitar a responsabilidade de agredir a face do ouvinte. Porém, corre o risco de ser vago, de não conseguir o que quer por não ser entendido, pode passar como “manipulador” ou alguém que não assume suas responsabilidades. Brown e Levinson ainda indicam que um dos principais motivos da escolha deste tipo de estratégia por parte do falante deve-se a uma preocupação com a conservação das próprias faces e das faces do ouvinte, o que é assegurado pela possibilidade de se cancelar qualquer interpretação do ouvinte que seja muito agressiva a eles.

São citados, na Teoria da Polidez, 15 tipos de estratégias “indiretas”, as quais se subdividem inicialmente em duas grandes classes:

- 1- favorecer a realização de implicaturas conversacionais por parte do ouvinte a partir da violação de máximas griceanas e
- 2- ser vago ou ambíguo.

### **Não fazer FTA**

A quinta e última estratégia circunscreve as situações em que o falante prefere não realizar um “FTA”, ou seja, quando opta por não falar algo que possa agredir as faces do ouvinte. Se por um lado, ao empregar esta estratégia, o falante tem êxito em não desagradar seu ouvinte, por outro deixa de dizer o que deseja, ferindo sua própria face negativa.

No caso da utilização da estratégia “não fazer FTA”, o ouvinte evita completamente o risco de agredir a face do ouvinte com um FTA. Porém, há uma grande probabilidade de que falhe em comunicar o que quer do ouvinte.

## 2.2.4 Fatores que influenciam na escolha da estratégia

Dentre uma infinidade de fatores contextuais intervenientes no processo de comunicação, Brown e Levinson destacam três variáveis que interferem diretamente no poder de agressão do FTA. São eles: a “distância social” (D), o “poder relativo” (P) e o “ranking de imposição” (R).

A “distância social” (D) é considerada simétrica entre falante e ouvinte. Indica o quanto falante e ouvinte são “próximos”, o quanto compartilham dos mesmos interesses. O valor da “distância social” é o mais alto quando falante e ouvinte não se conhecem e não sabem nada um sobre o outro<sup>129</sup>.

O “poder relativo” tem a função de indicar diferenças hierárquicas e “diferenças de poder”. É assimétrico entre falante e ouvinte nos casos em que um deles ocupa um lugar hierárquico mais alto. O “poder relativo” tem a característica de ser “contingente”. Por exemplo: o presidente da república só dispõe do poder a ele conferido durante o período do seu mandato. Após seu término, o “poder relativo” não mais permanece com aquela pessoa, passando a outra. Outro exemplo: quando um empregado aponta uma arma para o seu chefe, o maior “poder relativo” passa, naquele contexto, do chefe para o empregado.

Por fim, o “ranking de imposição” refere-se ao “peso específico” dos usos das estratégias em cada cultura. Há uma tendência, em cada cultura, para a utilização de determinados conjuntos de estratégias. Isto faz com que as estratégias de uso comum tenham seus potenciais de agressão minimizados. Os valores de (R) dependem em grande parte dos costumes convencionados entre os falantes, os quais podem sofrer alterações ao longo do tempo.

Após apresentados os principais conceitos da Teoria da Polidez torna-se possível iniciar um exame a respeito dos tipos de uso da fala verificados na clínica psicanalítica. Para tanto será apresentado no próximo capítulo o caso “homem dos ratos”, analisado por Freud no início do século XX, como sendo o material a partir do qual será realizada a análise pragmática do uso da fala na clínica.

---

<sup>129</sup> Contudo, a partir do estudo psicanalítico do fenômeno da “transferência”, existem elementos que vão contra a constatação de uma simetria da “distância social” entre os falantes. Isto porque, como trata-se de um jogo de imagens em que um falante faz suposições sobre o outro e vice-versa, nada impede que um deles imagine uma proximidade maior do que o outro. No contexto clínico, este fenômeno é observável com extrema facilidade, e constitui um dado muito relevante para o psicanalista em sua tarefa de dirigir o tratamento.

## **CAPÍTULO III – O USO DA FALA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA**

Antes de iniciar a análise pragmática do uso da fala na clínica psicanalítica, serão feitas algumas considerações sobre os limites desta proposta, os fatores que justificam a escolha do material a ser analisado, além de uma discussão a respeito das dificuldades em se obter registros fíéis de sessões psicanalíticas.

A análise que se seguirá tem como função fazer uma “primeira aproximação” entre os usos da fala encontrados no contexto clínico psicanalítico e uma teoria lingüística que acolha em seu escopo tal objeto de estudo. Isto significa que de modo algum podem ser considerados como “definitivos” os resultados seguintes. Devido à complexidade do tema e à limitada abrangência de uma dissertação, o problema de pesquisa proposto nesta dissertação, qual seja, entender como o analista utiliza a fala no contexto clínico, não será “resolvido”. Apenas será exposto e posteriormente ilustrado com o auxílio de um caso clínico relatado por Freud em sua obra. Hipóteses iniciais serão lançadas, as quais só poderão ser corroboradas ou descartadas a partir de novas informações a serem obtidas em estudos futuros. Mais do que explicar o fenômeno de forma definitiva, pretende-se aqui apontar para um objeto de estudo ainda muito recente na intersecção entre a pragmática da linguagem e a psicanálise, o que servirá de base para pesquisas posteriores.

### ***3.1 – Sobre a coleta de dados de pesquisa em psicanálise***

Os dados a serem analisados neste capítulo provêm de um dos cinco grandes casos<sup>130</sup> tratados por Freud, publicado sob o título *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*, também conhecido como “o homem dos ratos”<sup>131</sup>. A opção de se eleger como dados para análise o caso transcrito por Freud deve-se a quatro fatores.

---

<sup>130</sup> Os cinco grandes casos, também chamado por alguns de “as cinco grandes psicanálises” referem-se aos casos estudados mais exaustivamente por Freud. São eles: “Fragmento da análise de um caso de histeria”, também conhecido como “caso Dora”; “Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos”, também chamado comumente de “caso Hans”; “Notas Psicanalíticas Sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (Dementia Paranoides)”, chamado também de “O caso Schreber”; “Notas Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva”, conhecido como “O homem dos ratos” e “História de uma Neurose Infantil”, chamada de “O homem dos lobos”.

<sup>131</sup> A parte do texto utilizado como material de análise neste capítulo encontra-se em anexo.

O primeiro refere-se à dificuldade em se encontrar transcrições literais ou gravações de sessões de psicanálise que revelem o que se passa numa sessão de atendimento. Até o presente momento, o máximo que se encontrou foram citações indiretas de falas feitas por pacientes em contexto clínico<sup>132</sup> colhidas pelos próprios analistas.

O segundo fator refere-se às limitações éticas com que se depara o pesquisador na tarefa de colher dados empíricos. A primeira delas é o “compromisso de sigilo” que o analista assume com o paciente já no início do tratamento. O analista que deseja gravar sessões de atendimento tem o dever ético de pedir o consentimento de seus pacientes. Contudo, é grande a probabilidade de que tal pedido afete o andamento do tratamento, principalmente, por incitar a criação de fantasias por parte dos pacientes como, por exemplo, “será que o meu problema é tão grave a ponto do meu analista se propor a estudá-lo?”, “acho que o meu problema não tem cura, tanto que serei um estudo de caso...” ou “o meu analista vai abrir para outras pessoas os meus segredos, meus pensamentos mais particulares, minhas intimidades”. Tais situações podem prejudicar o sucesso do tratamento por causar inibições no paciente como, por exemplo, fazer com que ele não se sinta seguro para falar e associar livremente, segundo a regra<sup>133</sup> psicanalítica, ou mesmo impelindo-o a abandonar seu tratamento devido à angústia proveniente de fantasias criadas pelo próprio paciente.

Existe ainda a opção de transcrever as sessões após o seu término. Tal prática evitaria os inconvenientes acima citados, porém traria consigo a desvantagem de depender da capacidade da memória e da interpretação próprias do analista, fatores que inviabilizariam uma reconstituição fiel das falas ocorridas em sessão.

Se por um lado as preocupações éticas em não se expor os conteúdos trazidos em sessão se justificam como formas de preservar a privacidade do paciente, por outro lado acabam servindo como cômodos motivos para a não realização de quaisquer estudos que se baseiem em dados empíricos. Aqui, reside uma complexa problemática que merece um exame detalhado, o qual, devido sua extensão, não será abordado nesta dissertação: “como tornar possível o registro de sessões?”. O respeito e a preocupação

---

<sup>132</sup> Nestes casos os registros não são suficientes para um estudo como o aqui proposto, pois tratam-se de registros resumidos que já sofreram a interferência da subjetividade do analista. Uma das poucas exceções é encontrada em Laznick-Penot (1997b), onde a psicanalista contou com uma assistente que também ficava presente nas sessões, transcrevendo-as. Estes dados não foram utilizados para os fins desta dissertação por corresponderem a um tipo de tratamento psicanalítico muito *sui generis*, qual seja, a psicanálise de crianças autistas.

<sup>133</sup> Regra da “associação livre” ou simplesmente “regra fundamental”. Este conceito psicanalítico encontra-se descrito no tópico 1.4, mais especificamente, na nota de rodapé 104.

de não tornar públicos os assuntos mais secretos para o paciente devem sempre ser prioridade, o que até certo ponto justifica o extremo cuidado com que os analistas abordam a questão da publicação, no sentido de “tornar público”, os conteúdos veiculados pelo paciente em sessão. Contudo, o que se observa é que, num intervalo de mais de um século, não houve nenhum avanço no sentido de encontrar novas alternativas que possibilitem o registro de sessões. Pelo contrário, o que se tem é um retrocesso, pois, as melhores transcrições disponíveis para pesquisa foram realizadas por Freud, no primeiro terço do século passado.

Esta dificuldade em se obter registros fiéis de sessões ainda serve como um sinal do estágio de imaturidade científica em que a teoria psicanalítica se encontra, mesmo porque, sem a disponibilidade de dados, qualquer prática de “pesquisa” fica impossibilitada. A indisponibilidade de dados que revelem a forma como o analista trabalha no contexto clínico abre ainda uma perigosa precedência, pois, como não há meios de se saber o que cada analista faz em sua clínica, sob o nome de psicanálise podem estar reunidas aí as mais diversas e até mesmo contraditórias práticas. Dito de outra maneira, manter velado o que ocorre na clínica psicanalítica favorece uma proliferação de métodos ditos “psicanalíticos” que ameaça a própria identidade do que pode ser chamado de “psicanálise”. É dessa forma que, não raro, encontra-se profissionais que, sob o nome de “psicanálise” utilizam em clínica os mais diversos métodos que, na maioria das vezes, mostram-se incompatíveis entre si. De modo algum, poder-se-ia defender uma postura “purista” ou um “apego religioso” ao método freudiano, por exemplo. Porém, não parece aceitável reunir sob a insígnia “psicanálise” práticas que de tão diversas entre si chegam mesmo a ser contraditórias. Se existe alguma pretensão de que a psicanálise possa desenvolver pesquisas de caráter científico, é premente a necessidade de que, primeiramente, se possa distinguir que fatores são indispensáveis na definição da identidade do “método psicanalítico”.

Este estado de inacessibilidade ao que ocorre durante as sessões, ao mesmo tempo em que preserva a privacidade do paciente, permite que o analista faça a intervenção que desejar, independentemente de estar ou não de acordo com o direcionamento fornecido pela teoria ou pelas teorias oficialmente reconhecidas. Assim, ao mesmo tempo em que produzem bibliografia, discussões e tentam formalizar os fenômenos com que se deparam na clínica baseados em teorias de épocas passadas, um grande número de analistas acaba lançando mão da própria intuição ou até de conhecimentos do senso comum para explicar e intervir na clínica junto a seus

pacientes. Ou seja, existe toda uma produção de conhecimento teórico que não é confrontada com conhecimentos recentes e que não consegue explicar inúmeras situações com as quais o analista se depara na clínica ao tratar de seus pacientes, e, de forma contígua, porém marginal, existem as teorias particulares produzidas por cada analista, as quais efetivamente guiam o trabalho clínico destes profissionais. Dessa forma, torna-se possível compreender porque, muitas vezes, práticas tão contraditórias e incompatíveis entre si acabem sendo designadas pelos seus realizadores como “psicanálise”. Sem a possibilidade de se saber que tipo de trabalho o analista desenvolve com seu paciente, qualquer um que deseje pode enunciar-se psicanalista.

Entender os meandros da relação entre teoria e prática no campo psicanalítico auxilia na compreensão do pavor demonstrado por analistas ao serem confrontados com a hipótese de se fazer qualquer registro de sessões de análise. Além de suscitar questões éticas, tal prática poria em xeque o próprio procedimento do analista em clínica, pois traria à tona o modo como realiza suas intervenções. Isto porque, por se basearem em teorias que permitem diferentes interpretações e por terem de recorrer a valores subjetivos para dar conta de situações em que a teoria psicanalítica base não dá conta, é provável que, ao se dispor de relatos de sessões, se verifique que cada profissional acaba desenvolvendo uma prática única, distinta dos outros psicanalistas.

De modo algum se pretende concluir esta discussão a respeito das vantagens e dificuldades em se registrar sessões. Para que as dificuldades éticas subjacentes a tal proposta mencionadas anteriormente possam ser contornadas ainda é necessário um árduo trabalho, o qual extrapolaria os limites do presente estudo. Porém esta é uma problemática importante a ser discutida, pois, o desenvolvimento de pesquisas que tentem elucidar as regras implícitas no modo como analista e paciente produzem enunciados lingüísticos, o manejo técnico realizado pelo analista em clínica ou mesmo a elucidação dos princípios gerais de um trabalho analítico depende da existência de registros fiéis de sessões.

O terceiro fator que justifica a escolha do caso “o homem dos ratos” como dado para o presente estudo é a riqueza de informações nele contidas, as quais permitem uma reconstrução do modo como Freud utilizava a fala ao realizar um tratamento. Dentre os autores até aqui revisitados, Freud foi o único que se preocupou em registrar de forma mais objetiva o conteúdo das sessões com seus pacientes.

Devido à estrutura do presente trabalho, seria mais adequado utilizar como dados de análise algum material produzido pelo psicanalista Jacques Lacan, porém,

devido à inexistência de relatos propícios para as finalidades da análise a ser empreendida, optou-se por recorrer à obra freudiana, a qual conserva os relatos mais completos de atendimentos encontrados na literatura psicanalítica até o presente momento.

O quarto motivo relacionado à escolha do caso transcrito por Freud para ilustrar o uso da fala na clínica psicanalítica refere-se às necessidades de se restringir ao máximo a amplitude do problema de pesquisa. Ao se optar por analisar o uso da fala feito por Freud, neste caso, evita-se a abordagem das diferentes vertentes psicanalíticas que tiveram como origem a própria teoria freudiana e que trazem consigo suas particularidades teóricas e técnicas.

Também são relevantes estudos que venham a elucidar a maneira particular com que cada teoria utiliza a fala no contexto clínico, seja ela de orientação freudiana, lacaniana, kleiniana, winicottiana, psicanálise pragmática, entre outras. Atualmente, existem diversas teorias psicanalíticas, cada qual com seus direcionamentos teóricos e metodológicos específicos, fundadas a partir de conceitos comuns elaborados por Freud.

Entretanto, devido ao limitado espaço disponível em uma dissertação, no presente momento não há meios de se realizar um estudo tão amplo. Neste sentido, optar pelo texto de Freud significa permanecer no escopo do método psicanalítico original, evitando os diversos debates e desacordos existentes entre as inúmeras teorias psicanalíticas acima citadas. Espera-se que estas teorias também possam ser estudadas por outros pesquisadores que venham a se interessar pelo assunto.

### ***3.2 – Análise pragmática do caso “o homem dos ratos”***

Com a análise pragmática do caso “o homem dos ratos” pretende-se que o leitor não familiarizado com o método psicanalítico possa vislumbrar suas principais características e particularidades no que diz respeito ao modo como ali se usa a fala, em contraposição com outros contextos em que, ao produzir enunciados, os falantes não esperam resultados terapêuticos<sup>134</sup>. Já para aqueles mais íntimos à teoria e ao método psicanalítico, a análise a seguir servirá como uma oportunidade para se observar como Freud utilizava a fala com seu paciente.

---

<sup>134</sup> Situações como um diálogo entre professor e aluno, entre um vendedor e seu freguês ou entre familiares são alguns dos enumeráveis exemplos de contextos em que o uso da fala tem outras funções que não terapêuticas.



### 3.2.1 Apresentação do caso

O caso “o homem dos ratos” tem como protagonista um jovem senhor que sofria desde criança de obsessões tais como impulsos de cortar a própria garganta e proibições imperativas aparentemente sem sentido. Segundo o paciente, suas obsessões iniciaram por volta dos seis anos, quando começou a achar que seus pais conseguiam saber o conteúdo de seus pensamentos. Também relatou que naquela época era acometido de idéias como a de que por desejar ver despida alguma mulher de seu interesse, seu pai fatalmente deveria morrer.

Antes de procurar Freud, o paciente já havia tentado outras formas de tratamento, porém sem êxitos. O único período em que experimentara uma melhora de saúde fora atribuída pelo próprio paciente a um curto relacionamento que teve com uma pessoa com a qual conseguira manter relações sexuais de forma regular.

Após a última doença e morte de seu pai, o paciente começou a ter pensamentos obsessivos relacionados a um sentimento de culpa de não ter estado junto com seu pai no momento de sua morte. Como consequência, ficou seriamente incapacitado de trabalhar durante um longo período de tempo.

Sua doença intensificou-se já em idade adulta, após uma conversa tida com um capitão, durante o período em que estivera em manobras pelo exército. Nesta ocasião, o capitão falou-lhe de um tipo de castigo cruel aplicado no leste europeu, o qual consistia em amarrar o criminoso e virar-lhe sobre as nádegas um vaso (uma espécie de balde) contendo ratos, que, sem encontrar saída, acabavam cavando caminho no ânus do castigado. Após escutar tal relato, atravessou-lhe a idéia de que aquele castigo estava sendo aplicado, concomitantemente, à dama que ele admirava e a seu pai, o qual já era falecido na época. Ou seja, mesmo seu pai estando morto, o paciente tinha pensamentos de que, como consequência da realização de determinados atos, por pensar em certos assuntos, seu pai morreria. Este episódio, segundo o paciente, foi o que o motivou a procurar o atendimento.

A partir desta breve exposição do caso, espera-se que o leitor não familiarizado com a literatura psicanalítica possa entender, em linhas gerais, a doença do paciente e alguns dos fatos mais relevantes a ela relacionados. Os dados complementares ao trabalho de análise do uso da fala feito por Freud durante as sessões de atendimento do paciente serão trazidos à medida que se façam necessários.

A análise pragmática do uso particular da fala no contexto clínico, a ser apresentada a seguir, deve ser entendida mais como uma exploração inicial do que como um conjunto de conclusões sobre o assunto. Sendo assim, buscar-se-á cogitar o maior número de hipóteses possíveis a respeito das intervenções realizadas por Freud durante o andamento do tratamento do “homem dos ratos”, pois uma única atuação do analista, na maioria das vezes, pode implicar em incontáveis conseqüências.

Também se faz necessário salientar que a análise pragmática do caso “o homem dos ratos” buscará revelar fatores como “poder relativo” (P) e “distância” (D) além dos tipos de estratégias de polidez utilizadas no contexto clínico. Tais conceitos encontram-se expostos no segundo capítulo desta dissertação.

### **3.2.2 Análise pragmática das falas de Freud**

#### **A diferença de hierarquia entre analista e paciente**

O primeiro ponto importante a ser analisado pela Teoria da Polidez no relato do caso “o homem dos ratos” diz respeito ao contexto em que a interlocução entre analista e paciente se realiza. O que se observa é que existem dois lugares previamente marcados: o do paciente, como sendo aquele que se dirige ao analista através de um pedido, e o do analista, como aquele que acolhe o pedido do paciente e que supostamente tem consigo um saber de como atendê-lo. Este fato merece destaque por demonstrar que, já de partida, a constituição da relação entre analista e paciente se dá de forma assimétrica, ou seja, entre um paciente que pede algo e um analista que teria o poder de atendê-lo em seu pedido.

A demanda que o paciente expõe ao analista pode, grosso modo, ser traduzido por proposições como “preciso da sua ajuda”, “não agüento mais este sofrimento, por favor, me diga o que devo fazer para me livrar dele”. Nem sempre a demanda do paciente é explicitada de maneira clara por ele próprio. São muitos os casos em que, ao serem confrontados com uma pergunta do tipo “o que lhe trouxe aqui?” ou “o que lhe fez me procurar?”, ao invés de respondê-la, os pacientes adentram em tópicos que, a princípio, não estão com ela relacionados. Contudo, o fato de que pacientes não exponham seus pedidos ao analista de forma clara e direta não põe em xeque esta configuração inicial do tratamento em que o paciente ocupa o lugar de alguém que não sabe o que está acontecendo com ele ou que não sabe como superar certos estados que

lhe causam sofrimento e que o analista ocupa a posição daquele que sabe como proceder para a cura do paciente.

Mesmo sendo consenso no campo psicanalítico o fato de o analista não ter tamanho poder de “eliminar”, completamente, o sofrimento do paciente ou mesmo de torná-lo “completamente feliz”, é inegável que a relação paciente/analista tem início na suposição por parte do paciente de que o analista saiba como curá-lo ou, pelo menos, aliviá-lo de seu sofrimento.

Conforme a Teoria da Polidez, é possível compreender o caráter assimétrico no estabelecimento da relação entre analista e paciente, a partir da observação da variável sociológica “poder relativo” (P). Segundo Brown e Levinson, esta variável tem como função indicar as diferenças hierárquicas entre os interlocutores. No caso específico do contexto clínico, configura-se tal situação: o analista detém um lugar hierárquico mais alto que o paciente por ser ele o especialista que ditará as regras de como o paciente deverá proceder em seu tratamento. Obviamente, o “poder relativo” só é efetivo quando tem o reconhecimento do paciente. Ou seja, o analista apenas ocupará uma posição hierárquica superior frente ao paciente se este lhe atribuir ou reconhecer tal posição. Em situações específicas, como quando o paciente é coagido a iniciar um tratamento contra a própria vontade, a atribuição de um maior poder ao analista pode ser neutralizada ou até mesmo invertida, por exemplo, quando o paciente assume uma postura de desprezo, desconsideração ou de não cooperação com o analista.

A Teoria da Polidez enuncia que o “poder relativo” é uma das inúmeras variáveis que influenciam a escolha das estratégias de polidez efetuadas pelos falantes em situação de diálogo. No caso do contexto analítico, a posição hierárquica superior projetada pelo paciente no analista e por este sustentada<sup>135</sup> é o que lhe permite adotar estratégias de polidez mais diretas na tarefa de explicitar ao paciente as regras do tratamento, ao exigir que o paciente não evite adentrar em determinados tópicos ou mesmo em interpretar incisivamente as fantasias reveladas pelo paciente.

Seria muito pretensioso dentro do escopo do presente estudo conseguir determinar com um alto grau de certeza como ocorre este jogo de projeções de imagens entre analista e paciente. Como cada caso configura-se de maneira única, pode-se admitir que há uma infinidade de possibilidades de níveis de “poder relativo” a ser

---

<sup>135</sup> O fenômeno da sustentação por parte do analista da posição de maior “poder relativo” frente ao paciente é abordada na teoria lacaniana de forma exaustiva sob a importante feita pelo analista de sustentar o “suposto saber” que o paciente lhe atribui.

atribuído ao analista ou ao próprio paciente, bem como existe a possibilidade de que esse poder se inverta entre eles<sup>136</sup>, dependendo dos diferentes contextos em que se realizam as interlocuções. O importante é que possa ser desde já entrevisto que, no contexto clínico, configura-se um jogo “imaginário” em que, tanto paciente quanto analista, consciente ou inconscientemente, atribuem a si e ao outro determinadas características que não necessariamente estão de acordo com fatores objetivos. Ou seja, paciente e analista constroem uma “imagem do outro” e uma “imagem de si”, sem que estas imagens necessariamente estejam de acordo com a realidade<sup>137</sup>. No caso do tratamento psicanalítico, notar como o paciente e como o próprio analista constitui este jogo de imagens é de primordial importância para a elucidação das fantasias do paciente<sup>138</sup>, sempre subjacentes à própria doença do paciente.

### **O “uso” do silêncio e seus efeitos**

Contudo, diferentemente da grande maioria dos profissionais clínicos<sup>139</sup> que também contam com este maior “poder” frente os pacientes, e que nestas situações assumem uma postura ativa no direcionamento do tratamento, Freud inicia sua intervenção no caso “o homem dos ratos” de forma “passiva”<sup>140</sup>. Opta por dar liberdade para o paciente iniciar sua fala do ponto onde achasse conveniente, não o dirigindo com perguntas específicas ou por indicações.

É importante que se compreenda que, da mesma forma como o “uso”, o “não uso” da fala também é um ato e também é capaz de produzir efeitos no ouvinte. Se em

---

<sup>136</sup> Esta inversão pode se dar, por exemplo, numa situação imaginária em que o paciente recusa-se a falar e o analista se vê pressionado a utilizar de algum artifício para incentivar o paciente a falar. Tal fenômeno, para ser abordado com especificidade, necessita de uma maior quantidade de dados (registros de sessões).

<sup>137</sup> O termo “realidade” carrega consigo inúmeros problemas, os quais são historicamente abordados principalmente pela filosofia. Devido a sua profundidade, este assunto extrapola os limites deste trabalho. Contudo, a noção de realidade aqui utilizada refere-se mais a um “acordo intersubjetivo” do que uma concepção de realidade objetiva, independente de quaisquer fatores subjetivos.

<sup>138</sup> Na literatura psicanalítica este “jogo imaginário” foi percebido e descrito por Freud sob o nome de “transferência”. As concepções que este termo tomou no interior do pensamento psicanalítico são as mais diversas, como explica Laplanche e Pontalis (1998b:515). Porém, para os fins deste trabalho pode-se entender o termo “transferência” como o ato de atribuir ao outro características fantasiadas pela própria pessoa, o que pode ser percebido na maneira como os pacientes vêem seu analista, pois, mesmo sem dispor de dados, os pacientes supõem certas características no analista e interagem com um analista que é produto da própria imaginação.

<sup>139</sup> Esta situação em que o paciente vê o clínico como alguém que tem mais “poder” ou mais “saber” não ocorre exclusivamente no caso da psicanálise, mas também em outras modalidades de atendimento psicológico, na clínica médica, entre outras práticas.

<sup>140</sup> Numa situação em que um falante dirige uma pergunta a um ouvinte, se este opta por permanecer em silêncio, muitos efeitos podem advir da situação como, por exemplo, fazer com que o falante se sinta desrespeitado, ignorado, etc. Sendo assim, “silenciar” ou assumir uma posição “passiva” não devem ser entendidos como um “não fazer”, e sim como um tipos diferentes de “fazer”.

consultório o médico realiza uma anamnese padrão com seus pacientes, é através dela que consegue as informações relevantes para o diagnóstico e para a escolha da forma de tratamento a ser indicada. Já o psicanalista obtém os dados relevantes para a sua prática adotando outra tática, qual seja, a de possibilitar que o paciente associe livremente. Isto porque, no caso específico da clínica psicanalítica, o paciente não tem acessível à própria consciência os fatores que se encontram subjacentes à sua doença. Perguntas como “o que fez com que você se sentisse com depressão?” ou “o que lhe causou esta doença?” dificilmente conseguem ser respondidas no início do tratamento pelos pacientes, pois exigem deles dados de memória que, frequentemente, já se tornaram inconscientes. Dessa forma, não é por meio de perguntas diretas que o psicanalista consegue encontrar as informações que elucidam o caso, e sim através das associações livres do paciente, as quais revelam as experiências relacionadas com a origem da doença.

As diferenças entre usar a fala segundo a “regra da associação livre” e usar a fala de outras maneiras mais usuais<sup>141</sup> não podem ser desconsideradas, pois, é devido a este uso particular da fala que o tratamento psicanalítico obtém êxitos terapêuticos pautado exclusivamente na fala, diferente, por exemplo, da clínica psiquiátrica, a qual lança mão do uso de medicamentos<sup>142</sup>.

A atitude de permanecer em silêncio, geralmente, favorece o surgimento das associações livres do paciente. Porém, para que elas venham à tona, também é importante que o analista suporte<sup>143</sup> escutar um discurso aparentemente desorganizado, com pouca coerência e coesão entre os assuntos<sup>144</sup> – diferente de situações padrões em

---

<sup>141</sup> É problemático definir o que seriam “maneiras mais usuais” de utilizar a fala, devido à infinidade de possibilidades de uso da fala (informativa, performativa, como forma de diminuir ou aumentar a distância entre os interlocutores, entre outras), contudo, deve-se convir que o uso da fala segundo a “regra da associação livre” não pode ser considerada uma “maneira usual” de utilizar a fala.

<sup>142</sup> A prática psicanalítica não é capaz de abarcar todo o campo de atuação da psiquiatria e vice-versa. Contudo, nota-se atualmente que algumas doenças como depressões, obsessões, neuroses de angústia entre outras tanto podem ser tratadas por psiquiatras como por psicanalistas. Nestes casos fica clara a diferença do manejo da linguagem que cada profissional faz. Não é o caso de propor uma valoração entre as práticas, porém demonstrar que cada uma utiliza a linguagem de forma diferente, o que por sua vez produz efeitos diferentes.

<sup>143</sup> A princípio pode parecer fácil a tarefa de acompanhar o paciente em suas associações livres. Entretanto, para que o analista a realize, é necessário que suporte qualquer ansiedade proveniente do desejo de compreender rapidamente o sentido das associações livres, além de suportar a própria angústia que tal procedimento provoca no paciente, principalmente por achar que está “falando besteiras”, que não consegue entender o porquê da aplicação do método, etc.

<sup>144</sup> A questão de “como se organiza o discurso do paciente” ultrapassa o escopo deste trabalho. Uma melhor abordagem de tal assunto poderia ser objeto de outras pesquisas em áreas como, por exemplo, a Linguística Textual.

que os interlocutores procuram produzir seus enunciados de acordo com princípios de racionalidade, como os enunciados pelas máximas griceanas.

O analista se porta de maneira muito específica frente a um discurso constituído de associações livres, diferentemente da grande parte dos sujeitos (não analistas) que, expostos a tal fenômeno, exigem do falante uma maior coerência para que consigam compreender o que o outro lhe fala ou chegam mesmo a encerrar a conversação caso não sejam atendidos.

Freud ilustra a postura assumida pelo analista frente à associação livre do “homem dos ratos” numa passagem do relato da primeira sessão de atendimento. Depois de falar sobre um amigo de infância que he causara uma grande decepção, o paciente “[...] prosseguiu sem qualquer transição aparente [..]” (1909/1969:165) para o tópico “vida sexual”. A “intervenção” de Freud, que deve ser reconhecida nesta situação, é a de não interromper o curso livre das associações, não pedir maiores esclarecimentos, ou seja, suportar as dúvidas ou a aparente falta de lógica na transição entre os assuntos “amigo que o decepcionou” e “sexualidade”. Ao invés de desprezar o discurso do paciente, o psicanalista pergunta-se sobre qual seria a relação entre estes dois assuntos para o paciente. É à medida que perguntas como estas vão sendo respondidas que o tratamento alcança resultados terapêuticos.

A “escolha”<sup>145</sup> do analista em permanecer em silêncio pode ter outros efeitos além do de propiciar o aparecimento das associações livres do paciente. Além de dar “espaço” para que o paciente inicie sua fala pelo tópico que achar conveniente, o silêncio do analista pode fazer pressão para que o paciente continue falando ao invés de esperar que o analista lhe diga algo, bem como pode ser útil ao analista em situações quando acha conveniente não responder certas perguntas que o paciente lhe dirige, quando deseja ressaltar algo que foi falado pelo paciente ou mesmo quando deseja marcar o final da sessão.

Também é interessante notar que existem situações em que o silêncio também pode imprimir pressão no analista, quando mantido pelo paciente. Em casos em que o paciente já estabeleceu uma relação mais densa com o analista, é até mesmo possível que este escolha sustentar o silêncio mantido pelo paciente, ato que pode ter efeitos importantes, sempre dependendo do contexto. Talvez em situações que o paciente está

---

<sup>145</sup> A palavra “escolha” tem como função destacar que o analista poderia realizar uma “outra escolha” frente à fala do paciente, como se observa, por exemplo, em intervenções psiquiátricas tradicionais, outros métodos psicológicos bem como na grande maioria das situações de interlocuções exteriores a qualquer contexto clínico.

no início do tratamento ou que ainda não se implicou nele, o analista pode ser impelido a utilizar alguma estratégia no sentido de incentivar o paciente a falar, pois, ao sustentar o silêncio por muito tempo, o analista pode gerar uma má impressão para o paciente, o que prejudica o andamento do trabalho analítico<sup>146</sup>.

Ou seja, dependendo do contexto, a opção de um dos falantes em permanecer em silêncio pode gerar os mais variados efeitos em seu interlocutor que vão desde representar deferência até significar uma postura de desrespeito.

Os diferentes efeitos produzidos pelo silêncio não são abordados pela Teoria da Polidez. Dessa forma, apenas algumas observações sobre o assunto independentes da teoria puderam ser feitas nesta oportunidade. O que pode ser cogitado é que variáveis sociológicas como o “poder relativo” (P) e a “distância” (D) influenciam no modo como os interlocutores podem interpretar o silêncio do outro na sessão. Em situações em que o paciente atribui uma pequena distância entre si e seu analista, o silêncio deste pode ser mais facilmente tido como uma oportunidade para continuar falando, diferente de um paciente que atribui uma grande distância entre si e analista, talvez interpretando tal ato do analista como uma demonstração de formalidade.

Estas são apenas conjecturas relacionadas ao universo de configurações possíveis na clínica psicanalítica. Somente a partir de dados empíricos tornar-se-ia possível alcançar resultados mais completos em relação aos efeitos advindos do uso do silêncio na clínica. Além disso, para que tal estudo tenha êxito, é necessária uma melhor compreensão das variáveis “distância” e “poder relativo”, a qual só seria possível a partir de uma maior riqueza de dados de sessões. De qualquer forma, é inegável a necessidade de estudos futuros para que esta temática possa ser melhor elucidada.

### **Intervenções metalingüísticas**

Ainda outra intervenção realizada por Freud durante andamento do tratamento do “homem dos ratos” não parece ser analisável de forma satisfatória pela Teoria da Polidez, porém parece ter grande importância na obtenção de resultados terapêuticos. Trata-se da ênfase dada por Freud a aspectos metadiscursivos, ou seja, na “forma” do discurso do paciente. Isto pode ser observado já no relato da primeira sessão de atendimento. Após o paciente falar sobre a sua vida sexual e sobre o fato de que seu

---

<sup>146</sup> A intervenção do analista em permanecer em silêncio pode ser interpretada pelo paciente como um “descaso”, “falta de interesse” ou mesmo como uma “formalidade exagerada”. Tais fatores podem se tornar motivos para a desistência do tratamento.

único período de melhora estava relacionado à oportunidade que tivera de manter relações sexuais freqüentes com uma dama, Freud lança-lhe a pergunta: “o que o fizera pôr ênfase em contar-me a respeito de sua vida sexual?” (1909/1969:163)<sup>147</sup>.

O caráter metadiscursivo da intervenção realizada por Freud deve-se ao fato de ele ter saído do nível do discurso para chamar a atenção do paciente para a “forma” do discurso. É como se Freud, ao lançar esta pergunta, marcasse ao paciente que, dentre os inúmeros assuntos possíveis, por algum motivo o paciente colocara ênfase no assunto “vida sexual”.

Este tipo de intervenção é muito útil ao analista em sua tarefa de apontar ao paciente a “forma” como seu discurso se constrói, revelando as ligações que este estabelece entre diferentes assuntos, as quais na grande maioria das vezes estão para ele inconscientes.

Ainda a respeito da pergunta realizada por Freud, é interessante notar que nela se apresenta um artifício lingüístico não tão aparente, ligado diretamente com as implicações e pressuposições contidas no enunciado. Ao perguntar sobre “o que fizera pôr ênfase”, Freud assume automaticamente a suposição de que “há algo” que faz com que o paciente dê ênfase a tal assunto, suposição esta que encontra apoio na teoria psicanalítica. Para o autor, existe uma “sobredeterminação”<sup>148</sup>, uma lógica subjacente à produção das seqüências de assuntos na fala, dos sonhos e sintomas do paciente, a qual é papel da análise revelar.

Ao que tudo indica, esta intervenção de Freud pode ser classificada de acordo com a estratégia de polidez negativa. Conforme Brown e Levinson, a principal característica deste tipo de estratégia é a de ser constituída por duas operações: a realização de um FTA e a “ação reparatória endereçada à face negativa do ouvinte: o desejo de ter sua liberdade de ação desobstruída e sua atenção desimpedida”<sup>149</sup>. (1987: 129) Ou seja, o falante profere um FTA e realiza uma ação reparatória com vistas a atenuar seus efeitos no ouvinte.

<sup>147</sup> Tanto o caráter “metadiscursivo” da intervenção freudiana como os efeitos do “uso” do silêncio não são tratados pela teoria da polidez, contudo estão descritos nesta análise devido a importância que têm para o alcance de resultados terapêuticos na aplicação do método psicanalítico.

<sup>148</sup> Segundo a teoria freudiana, a escolha de assuntos ou mesmo a seqüência que eles assumem na associação livre do paciente não é ao acaso. Existe uma “sobredeterminação”, ou seja, fatores que determinam, por exemplo, a ordem em que os assuntos vão aparecendo quando da associação livre. Quanto à “sobredeterminação”, Laplanche e Pontalis (1998b:488) ainda ressaltam a possibilidade de se interpretar a seqüência de elementos a partir da coerência própria que estes possuem entre si.

<sup>149</sup> Tradução do autor. No original: “Negative politeness is redressive action addressed to the addressee’s negative face: his want to have his freedom of action unhindered and his attention unimpeded”.



Freud realiza um FTA ao afirmar indiretamente que “há algo” que motiva o paciente a falar sobre o assunto “vida sexual”. A agressão à face do ouvinte proveniente da realização do FTA não é cancelável, como no caso da estratégia de polidez “indireta”, mas apenas tem seu potencial agressivo diminuído.

Dentre os diversos tipos de estratégias de polidez negativa, a que melhor descreve a intervenção de Freud é a *estratégia de polidez negativa 1* – “ser convencionalmente indireto”. Na utilização desta estratégia, o falante encontra-se numa posição de tensão entre o desejo de ser claro e direto com o ouvinte e o desejo de dar “uma saída” ao ouvinte, resguardando a sua face negativa. O falante, então, utiliza uma forma “convencionalmente indireta”, ou seja, faz uma realização lingüística que só se torna direta devido ao contexto em que é produzida. Dessa forma, um enunciado que tem um outro significado torna-se “direto” em determinados contextos. Ao utilizar tal tipo de estratégia, o falante dá indicações para que o ouvinte perceba que, ao mesmo tempo em que gostaria de ser direto ao proferir o FTA, ele demonstra o seu desejo de ser indireto para diminuir o potencial de agressão de seu enunciado.

Existem determinados momentos do tratamento em que a intervenção de indicar ao paciente a organização de seu próprio discurso tem efeitos terapêuticos importantes. Ao ser inquirido sobre o que o motiva a produzir enunciados de determinada maneira ou sobre que fatores estão envolvidos na escolha dos tópicos abordados, o paciente é influenciado a refletir mais cuidadosamente sobre “de que modo” fala e “sobre o que”<sup>150</sup>. A percepção desses fatores auxilia o paciente na descoberta de conflitos inconscientes relacionados à causa de sua doença, pois estes se apresentam tanto no conteúdo como na forma da fala do paciente. No caso da intervenção feita por Freud, pode-se intuir que foi motivada pela percepção do analista de que a problemática do paciente tinha raízes na sua vida sexual atual e passada. Perguntar-lhe sobre o motivo que o fez pôr ênfase no assunto “vida sexual” parece significar, neste contexto, uma tentativa de fazer com que o paciente perceba que tal assunto tem importância na elucidação do caso.

---

<sup>150</sup> Pode-se observar que este tipo de intervenção trata-se de um trabalho metalingüístico ao dar ênfase ao modo como o paciente organiza seu discurso. Tal problemática necessita de uma ampla investigação bem como de um banco de dados de registros de sessões.

## A “regra da associação livre”

O próximo uso da fala feito por Freud a ser analisado neste trabalho diz respeito à apresentação da “regra da associação livre” ao paciente. Freud descreve a situação da seguinte maneira:

“No dia seguinte, eu o fiz comprometer-se a submeter-se à única e exclusiva condição do tratamento, ou seja, dizer tudo que lhe viesse à cabeça, ainda que lhe fosse *desagradável* ou que lhe parecesse *sem importância, irrelevante* ou *sem sentido*. Então lhe dei permissão para iniciar suas comunicações com qualquer assunto que o contentasse, e assim ele começou.” (1909/1969:164)

Ao realizar tal ato, o analista explicita os princípios a serem seguidos pelo paciente no contexto do tratamento. Pode-se inferir, a partir do relato acima, que Freud adotou uma estratégia de polidez *bald-on-record* (direta)<sup>151</sup> para realizar FTAs frente ao paciente. A estratégia *bald-on-record* corresponde ao modo mais direto de se proferir um enunciado. Ao mesmo tempo em que traz vantagens como clareza, objetividade, eficiência na comunicação, pode ser recebida pelo ouvinte como uma agressão às suas faces positiva (ter liberdade de escolha) e negativa (ser aceito pelo grupo).

Dessa forma, para Brown e Levinson, “A primeira razão para o uso de *bald-on-record* pode ser constatada de maneira simples: em geral, sempre que o desejo do falante de fazer FTA com a máxima eficiência seja *maior do que* o desejo de satisfazer a face do ouvinte, em alguma medida, ele irá escolher a estratégia *bald-on-record*” (1987:95)<sup>152</sup>.

É comum o uso de *bald-on-record* em situações nas quais o falante tem urgência em comunicar algo como, por exemplo, em pedidos de socorro, ajuda, ou alertas que venham interessar diretamente o ouvinte, situações em que a comunicação entre os interlocutores encontra dificuldades e que se faz necessário comunicar grande quantidade de informação no menor número de enunciados possíveis, entre outros.

O uso que Freud faz da fala ao explicitar de forma imperativa a “regra da associação livre” a seu paciente pode ser analisado como o segundo subgrupo de estratégia *bald-on-record* descrito pela Teoria da Polidez: “FTA *bald-on-record* orientada pelo uso”. Conforme os autores, a escolha por esta estratégia de polidez mais direta é comum em casos em que o foco da interação entre os falantes é uma tarefa

<sup>151</sup> Este e outros conceitos relativos à Teoria da Polidez encontram-se expostos no capítulo precedente.

<sup>152</sup> Tradução do autor. No original: “The prime reason for bald-on-record usage may be stated simply: in general, whenever S wants to do the FTA with maximum efficiency *more than* he wants to satisfy H’s face, even to any degree, he will choose the bald-on-record strategy.” (1987:95)

específica, pois, nestas situações, a retificação da face do ouvinte pode parecer irrelevante.

Além do proceder “direto” do falante dificilmente representar uma agressão ao ouvinte nos casos em que os interlocutores estão envolvidos numa tarefa específica, o fator “poder relativo”, analisado anteriormente, também parece justificar a escolha de Freud em utilizar um estilo direto para enunciar a “regra analítica” ao paciente. Por estar numa posição hierárquica superior, o “especialista” – neste caso, o analista – tem convencionalmente o aval de seu interlocutor para ser direto, sem que precise se preocupar em suavizar seus enunciados ou fazer qualquer retificação que vise o resguardo das faces positiva e negativa do ouvinte.

Sendo um contexto diferente que o do tratamento analítico, como por exemplo, uma conversa entre amigos, o fato de um sujeito fazer com que o outro se *comprometa* a *submeter-se* a uma regra, mesmo que isso lhe seja desagradável, ou *dar permissão* para que o outro comece a falar pode parecer algo altamente agressivo. Contudo, devido ao fato de o tratamento ser uma tarefa específica, é aceitável que o analista “oriente” o paciente quanto às regras que devem ali ser seguidas.

Ainda sobre a estratégia *bald-on-record*, Brown e Levinson descrevem outra situação em que o seu uso é avalizado pelo ouvinte: quando o FTA a ser feito pelo falante for de seu interesse. No caso do tratamento psicanalítico, pode-se dizer que as indicações dadas pelo analista são interessantes ao paciente, se admitido for que este tem como objetivo final ser curado. Ou seja, por ser de interesse do paciente, as ordens a ele direcionadas pelo analista dificilmente serão tomadas como agressivas.

Antes que se dê continuidade à análise dos usos da fala feitos por Freud no caso “o homem dos ratos” é relevante observar que a “regra da associação livre” carrega consigo uma ambigüidade. Ao mesmo tempo em que remete a uma suposta “liberdade” do paciente em escolher os assuntos a serem falados ao analista, exige dele um comprometimento em falar sobre o que lhe vem à cabeça, conteúdos estes que não surgem segundo a vontade do paciente. Ou seja, ao mesmo tempo em que o paciente não seria coagido a falar de assuntos específicos, conforme a regra analítica, seria seu papel falar do que lhe surge à mente, sem omissões. Isto porque a tarefa de “associar livremente” não significa falar o que se tem vontade, mas falar dos pensamentos que surgem na cabeça, mesmo que isso seja “*desagradável*” ou que pareça “*sem importância, irrelevante ou sem sentido*”.

Num primeiro momento, pode parecer simples a tarefa de obedecer à “regra” exposta tão claramente por Freud. Porém, na prática, o que se nota é uma grande dificuldade dos pacientes em segui-la, principalmente devido à vergonha em abordar determinados assuntos, por pensarem ser sem importância os que lhe ocorrem, entre outros. É interessante notar que, mesmo após o psicanalista explicar ao paciente que independentemente do tipo de pensamentos que lhe ocorrem eles devem ser revelados, este encontra muitas dificuldades em assim proceder. Este fenômeno foi chamado por Freud de “resistência”<sup>153</sup>, constituindo um dos mais importantes objetos de estudo do campo psicanalítico. Em última instância, esta dificuldade apresentada pelo paciente em seguir a “regra da associação livre” constitui uma resistência ao próprio andamento do tratamento, pois seu êxito só se dá na medida em que o paciente supera suas dificuldades em falar conforme o que lhe vêm à cabeça.

Ao mesmo tempo em que cabe ao analista revelar ao paciente a regra analítica, a qual exerce neste certa pressão no modo como deve falar, não cabe a ele guiar a escolha dos assuntos a serem trazidos pelo paciente. Freud alerta que “A verdadeira técnica da psicanálise requer que o médico suprima sua curiosidade, e deixe ao paciente liberdade total para escolher a ordem na qual os tópicos sucederão um ao outro durante o tratamento” (1909/1969:177). Porém, como dito anteriormente, a escolha da ordem dos tópicos tampouco deve ser do paciente, e sim conforme a seqüência dos assuntos que lhe vêm à mente. Ao proferir a regra analítica, Freud lança mão mais uma vez de recursos metalingüísticos, pois, dá indicações ao paciente a respeito de “como” deve falar, não importando o tipo de assunto a ser escolhido.

Até aqui se notou que, num primeiro momento, Freud intervém “passivamente” junto ao paciente, deixando-o falar sobre o que desejasse. Pouco depois, expõe-lhe de forma direta a “regra” do tratamento. Explicitada a “regra”, deixa a cargo do paciente a escolha da ordem dos tópicos a serem abordados, evitando que sua curiosidade interfira no curso das associações livres, o que se revela na seguinte pergunta dirigida ao paciente no início da quarta consulta: “E como o senhor pretende prosseguir hoje?” (19:78). Nesta situação, Freud, implicitamente, faz pressão para que o paciente fale, porém sem determinar um assunto a ser abordado. Do mesmo modo como quando, no primeiro encontro, perguntou ao paciente “o que o fizera pôr ênfase no assunto vida

---

<sup>153</sup> Segundo Laplanche e Pontalis o termo “resistência” refere-se “[...] a tudo o que nos atos e palavras do analisando, durante o tratamento psicanalítico, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente” (1998b:458). Uma das principais causas da resistência é a vergonha ou o “vexame psicológico” que o paciente experimenta ao revelar ao analista seus desejos inconscientes.

sexual”, Freud, ao lançar a pergunta “E como o senhor pretende prosseguir hoje?”, dá sugestões implícitas ao paciente. Na primeira pergunta, como já abordado anteriormente, encontra-se implícita a pressuposição de que “existe algum motivo que o fez dar ênfase a este assunto”. Na segunda pergunta, Freud lança a pressuposição de que cabe ao paciente a tarefa de falar, independente do modo como isto se faça. Nos dois casos, para que o ouvinte responda a cada uma das perguntas, é necessário que ele assuma as pressuposições nelas subjacentes<sup>154</sup>.

Por serem realizações lingüísticas semelhantes, a análise mais apropriada da intervenção de Freud aqui citada dá-se da mesma maneira que a abordada anteriormente. Trata-se do uso da *estratégia de polidez negativa 1* – “ser convencionalmente indireto”, pois, ao perguntar para o paciente “Como o senhor pretende prosseguir hoje?”, Freud realiza um FTA ao mesmo tempo em que se expressa de forma indireta.

### **A superação da resistência a associar livremente**

O próximo fenômeno analisável pela Teoria da Polidez presente no caso “o homem dos ratos” diz respeito à forma como Freud procede frente ao desejo do paciente de não abordar determinados tópicos que lhe causam desprazer. Freud relata que na segunda sessão de atendimento, o “homem dos ratos” abordou o motivo imediato que o fez procurar atendimento. Disse que sua doença tinha se intensificado após ouvir falar de um tipo de castigo corporal “particularmente horrível” aplicado no leste europeu. Freud prossegue dizendo que: “Aqui o paciente interrompeu-se, levantou-se do divã e pediu-me que lhe poupasse a exposição dos detalhes” (1909/1969:170). Se a “regra” do método analítico fosse incentivar o paciente a falar sobre o que desejasse, tal pedido poderia ser atendido pelo analista sem qualquer prejuízo para o andamento do tratamento. Porém, a “regra” diz que o paciente deve falar do que lhe surge, e não do que tem vontade. A resposta de Freud é enfática:

“Assegurei-lhe que eu próprio não tinha gosto, qualquer que fosse, por crueldade, e certamente não tinha desejo algum de atormentá-lo, contudo, naturalmente não podia conceder-lhe algo que estava além de minhas forças. Ele podia, igualmente, pedir-me para lhe dar a lua. A superação das resistências era uma lei do tratamento, e de forma alguma poder-se-ia dispensá-la. (Expliquei a idéia de ‘resistência’ a ele, no começo da sessão, quando me contou que havia nele muita coisa

---

<sup>154</sup> Obviamente isto não implica em afirmar que o paciente responde de forma previsível às intervenções do analista. Como forma de não ampliar demasiadamente o escopo deste estudo, os aspectos relativos ao modo como o paciente interpreta as intervenções do analista não serão abordados nesta oportunidade, ficando reservado para estudos futuros.

que ele teria de superar, se tivesse de relatar essa sua experiência). Continuei, dizendo que faria tudo que pudesse para, não obstante, adivinhar o pleno significado de quaisquer pistas que me fornecesse”. (1909/1969:171)

Dessa maneira, Freud retira de si a responsabilidade de exigir do paciente algo que não queira revelar. Ou seja, a “lei” de superar as resistências abordando assuntos desagradáveis ao próprio paciente não era uma lei postulada por Freud, mas uma exigência “do tratamento”, conforme a “regra da associação livre” exposta anteriormente ao paciente. Assim, Freud assume a posição de “aliado” do paciente na tarefa de seguir os princípios do tratamento, os quais não poderiam ser subvertidos nem mesmo pelo analista. Não se pode negar a existência da “regra”, da “lei” do tratamento, à qual devem se submeter tanto o paciente quanto o analista. Contudo, Freud propõe-se a auxiliar o paciente em sua tarefa de falar do assunto que lhe incomoda.

Conforme a Teoria da Polidez, pode-se dizer que Freud faz um uso associado de dois tipos diferentes de estratégias: a polidez positiva, no início da intervenção, e a polidez negativa, em sua parte restante.

A polidez positiva é descrita por Brown e Levinson como uma “retificação direcionada à face positiva do ouvinte, seu permanente desejo de que suas vontades (ou ações, aquisições, valores dele resultantes) possam ser tidos como desejáveis [pelos outros]”.<sup>155</sup> (1987:101). O falante que adota esta estratégia age de forma a demonstrar que suas vontades e desejos, interesses e valores são os mesmos do ouvinte, incitando neste a idéia de que falante e ouvinte são “semelhantes”, que fazem parte de um mesmo “grupo”. Freud lança mão dessa estratégia ao colocar-se para o “homem dos ratos” como alguém que tem valores semelhantes aos dele na passagem em que diz que *também* não tinha gosto por crueldade e que certamente não tinha desejo de atormentá-lo. É como se, implicitamente, Freud estivesse dizendo ao paciente algo como “se pudéssemos evitar tal incômodo, faríamos isso, pois, da mesma forma que você, eu não tenho gosto por crueldade ou mesmo em atormentar-lhe. Temos opiniões iguais sobre este assunto”.

A estratégia utilizada por Freud parece ser compatível com a *estratégia 9 de polidez positiva* – “afirmar ou pressupor que o falante conhece e se interessa pelos desejos do ouvinte” –, contida no grupo de “estratégias que indicam que o falante conhece os desejos do ouvinte e que os leva em conta” que, por sua vez, faz parte de

<sup>155</sup> Tradução do autor. No original: “Positive politeness is redress directed to the addressee’s positive face, his perennial desire that his wants (or the actions/acquisitions/values resulting from them) should be thought of as desirable”.

uma das três grandes classes de estratégias de polidez positivas – “estabelecer que falante e ouvinte são cooperativos”. As realizações lingüísticas que se enquadram nesta grande classe de estratégias revelam que “[...] o falante e o ouvinte estão envolvidos cooperativamente numa atividade relevante”<sup>156</sup> (1987:125). Ao explicitar que tanto falante quanto ouvinte têm os mesmos objetivos, o falante consegue reparar os desejos relativos à face positiva do ouvinte.

No entanto, além da estratégia de polidez positiva, nota-se na citação do relato feito por Freud a presença de enunciados construídos a partir dos princípios da polidez negativa. Isto pode ser observado com clareza nos trechos em que Freud tira de si a responsabilidade do FTA feito ao paciente, atribuindo-o a “uma lei do tratamento”.

No caso da intervenção acima citada, o FTA refere-se à exigência mantida por Freud mantida de que o paciente continuasse relatando a experiência que tanto lhe atormentava. A reparação do FTA é encontrada no esclarecimento feito por Freud de que, “por ser uma lei do tratamento” e não uma vontade subjetiva do analista, não havia nada que ele pudesse fazer para que o paciente pudesse ser poupado de falar sobre o cruel castigo.

Dentre as subclasses da estratégia de polidez negativa explicitadas por Brown e Levinson, ao que tudo indica, pode-se identificar tal realização lingüística feita por Freud conforme a *estratégia 8* – “colocar o FTA como sendo uma regra geral” –, a qual faz parte do subgrupo de estratégias “dissociar falante e ouvinte da infração particular”, que por sua vez faz parte de uma das quatro grandes classes de estratégias de polidez negativa – “comunicar que o desejo do falante não colide com o desejo do ouvinte”. Segundo Brown e Levinson, esta grande classe de estratégias abarca os casos em que o falante indica ao ouvinte que está atento às demandas da face negativa deste e que as leva em conta em sua decisão de proferir um FTA. Ou seja, o falante realiza o FTA, porém, retifica-o ao reconhecê-lo como uma invasão do território do ouvinte, aliviando assim o poder agressivo do FTA.

Colocar o FTA como uma regra geral, tal como é descrito na *estratégia 8 de polidez negativa*, é uma das maneiras possíveis a ser utilizada pelo falante para se dissociar e dissociar o ouvinte da imposição do FTA. Dessa maneira o falante comunica ao ouvinte que não deseja colidir com ele, mas que é “[...] meramente forçado pelas circunstâncias, explicitando o FTA como um caso de regra social geral, regulamento, ou

---

<sup>156</sup> Tradução do autor. No original: “[...] the speaker and the addressee are cooperatively involved in the relevant activity”.

obrigação”<sup>157</sup>. (1987:206). Brown e Levinson ainda chamam a atenção para o fato de que a imposição, em alguns casos, pode derivar-se da aplicação de uma obrigação geral, o que indica que o falante não está impondo nada ao ouvinte, mas apenas dando atenção à existência de uma regra que é independente de ambos os interlocutores. Esta descrição específica parece ser a mais propícia para analisar a produção lingüística de Freud na qual enuncia ao paciente que está além de suas forças permitir que este interrompa o relato do castigo, pois, da mesma forma que o paciente, encontrava-se submetido à “lei do tratamento”, a qual não podia ser dispensada. Freud justifica sua intervenção junto ao paciente a partir da “regra geral” explicitada no início do tratamento, justificando que seu intuito não era o de “colidir” com os interesses do paciente, mas que, por ser “forçado pelas circunstâncias” teve de impor ao paciente algo que restringiu sua liberdade (desejo da face negativa).

Outro aspecto importante a ser observado é o de que a explicitação da necessidade de obediência à “lei do tratamento”, além de permitir uma despersonalização da realização do FTA, também dissocia o paciente de tal imposição. Ou seja, a aplicação da “regra” não depende daquele que a aplica nem daquele que deve segui-la. Independentemente de quem seja, em tal situação não seria possível ir contra a “regra do tratamento”. Isto também implica na redução da força agressiva do FTA.

O uso associado das estratégias positiva e negativa encontrado no relato de Freud favorece o analista em seu papel de estar “aliado” ao paciente, fator fundamental para o sucesso do tratamento. É somente a partir do momento em que estabelece uma relação de confiança com o analista que o paciente consegue realizar a difícil tarefa de falar sobre suas experiências, lembranças e pensamentos que lhe surgem à mente, tópicos estes que geralmente lhe trazem sensações como dor, sofrimento, vergonha, censura, culpa entre outros. A superação da resistência que o paciente apresenta ao se exigir dele que fale conforme a “regra do tratamento” só é possível quando o paciente vê seu analista como alguém que também almeja sua cura, e não como alguém que por caprichos pessoais encontra satisfação em presenciar o sofrimento de seu paciente.

Dessa forma, a intervenção em tentar demonstrar ao paciente que, durante o tratamento, o analista seria obrigado a exigir dele coisas que poderiam lhe causar sofrimento, porém sem que tivesse qualquer gosto por isso, tem a tendência de

---

<sup>157</sup> Tradução do Autor. No original: “[...] merely forced to by circumstances, is to state the FTA as na instance of some general social rule, regulation, or obligation”.



assegurar a continuidade de uma relação analista/paciente propícia para uma boa continuidade do tratamento.

Provavelmente, a eleição de outros tipos de estratégias conseguiria efeitos semelhantes às adotadas por Freud frente a um contexto em que o analista tem que exigir algo que esteja contra a vontade do paciente. Existem outras maneiras de se diminuir o nível de agressão dos FTAs como, por exemplo, utilizar “suavizações” e “atenuações”<sup>158</sup>, “questões” (forma interrogativa), pedidos de “desculpas” pelo FTA, minimizar a imposição veiculada pelo enunciado entre outros. Outros estudos seriam necessários para se verificar se existe algum padrão de uso da fala no contexto psicanalítico abordável pelas estratégias de polidez descritas por Brown e Levinson. Isto porque, na presente oportunidade, dispõe-se apenas de um relato de caso como dados para análise, o que impede comparações entre os usos da fala de diferentes analistas em diferentes contextos. Isto faz com que qualquer extrapolação para o campo psicanalítico em geral da análise feita do uso da fala feito por Freud no caso “o homem dos ratos” seria injustificada.

Contudo, caso não seja a mais apropriada para explicar as regras subjacentes ao uso da fala feito pelo psicanalista no contexto clínico, a Teoria da Polidez mostra-se muito útil na tarefa de compreender questões como a “hierarquia” e a “diferença de poder” entre analista e paciente, o modo como a “distância” entre os dois aumenta ou diminui, o jogo imaginário existente entre paciente e analista – qual é a imagem que cada um tem do outro e que fatores influenciam na modificação desta imagem –, entre outras que, em grande parte das vezes, não são abarcadas pela teoria psicanalítica tradicional de forma consistente.

### **Apresentação de conceitos teóricos ao paciente**

No desenvolvimento do relato do caso “o homem dos ratos”, encontram-se outros trechos relevantes para a proposta de se analisar o modo como Freud utiliza sua fala no contexto clínico. Um deles refere-se à intervenção de Freud de fornecer explicações ao paciente sobre o sentido de suas fantasias e pensamentos, utilizando-se para isso, principalmente, de conceitos teóricos psicanalíticos.

Após o paciente relatar que durante um longo tempo censurara-se de forma totalmente exagerada, chegando mesmo a ver-se como um “criminoso”, por não ter

---

<sup>158</sup> No original, *hedges*.

estado presente no momento do falecimento do pai, Freud decide aproveitar “[...] a oportunidade para lhe dar um primeiro vislumbre dos princípios básicos da teoria psicanalítica”. (1909/1969:179) Freud lhe diz que “O sentimento de culpa [...] pertence a algum outro contexto, o qual é desconhecido (*inconsciente*) e que exige ser buscado.” (1909/1969:179). Diz ainda que o que existe é uma “falsa conexão” entre o fato da morte do pai e o aparecimento de um sentimento exagerado de culpa<sup>159</sup>.

Ao enunciar que o contexto a qual pertence o sentimento de culpa “exige ser buscado”, Freud utiliza a *estratégia de polidez negativa 7* – “impersonalizar falante e ouvinte: evitar os pronomes ‘eu’ e ‘você’”. Neste caso específico, pode-se notar uma “impersonalização” do verbo, a qual tem como função afastar falante e ouvinte do FTA. Como consequência desta forma de retificação, a capacidade de agressão do FTA diminui. Tira-se da figura do falante a responsabilidade pela enunciação do FTA e faz-se com que o peso do FTA não recaia integralmente no ouvinte ao se atribuir o FTA a outro agente e ao se eleger outro receptor do FTA que o ouvinte.

Pode-se encontrar outra intervenção freudiana passível de análise no relato do caso “o homem dos ratos” nas oportunidades em que o analista dá explicações ao paciente, baseando-se para isso, nos princípios da teoria psicanalítica. Após falar a Freud de duas oportunidades em que desejou, momentaneamente, a morte do pai e depois teve medo de que este fato ocorresse, o paciente se surpreende, afirmando que jamais poderia ter desejado a morte de seu pai. Neste ponto, Freud intervém:

“Conforme a teoria psicanalítica, eu lhe disse, todo medo correspondia a um desejo primeiro, agora reprimido; por conseguinte, éramos obrigados a acreditar no exato contrário daquilo que ele afirmara. Isto também se ajustaria a uma outra exigência teórica, ou seja, a de que o inconsciente deve ser o exato contrário do consciente. [...]”. (1909/1969:183)

Para realizar o primeiro FTA, o qual contraria a opinião do paciente que “jamais poderia ter desejado a morte do pai”, Freud utiliza um recurso de polidez como forma de reparar sua ação. A responsabilidade sobre a afirmação de que o paciente realmente desejara a morte do pai não recai em Freud, mas na “teoria psicanalítica”, pois, é ela que enuncia que o medo do paciente correspondia a um desejo reprimido. Este tipo de estratégia é descrito pela *estratégia de polidez negativa 8* “colocar o FTA como sendo uma regra geral”, que, como já explicitado anteriormente, tem a função de dissociar

<sup>159</sup> Devido aos objetivos deste trabalho, optou-se por não aprofundar a explanação de questões teóricas específicas do campo psicanalítico. Mais importante que compreender os conceitos enunciados por Freud, é a análise de que estratégias são por ele utilizadas para realizar FTAs junto ao paciente.

falante e ouvinte da imposição proveniente da realização de um FTA, veiculando que o falante só faz o FTA por ser obrigado pelas circunstâncias. Neste caso, a circunstância a qual Freud recorre para realizar o FTA com reparação é a necessidade de se ter como guia do tratamento a “teoria psicanalítica”.

Esta análise também se aplica à continuação do enunciado, na qual Freud utiliza a realização lingüística “[...] éramos obrigados a acreditar no exato contrário daquilo que ele [o paciente] afirmara” pois, nela o falante coloca-se como alguém que não está impondo nada ao ouvinte, mas que apenas está seguindo a regra de se tomar como verdade o que a “teoria psicanalítica” descreve.

Ao proceder desta maneira, o analista não utiliza abertamente a diferença de “poder relativo” em relação ao paciente. Se fosse esse o caso, o analista não precisaria justificar sua intervenção em algo externo ao falante e ao ouvinte, neste caso, a “teoria psicanalítica”. Se optasse por uma estratégia “direta” (*bald-on-record*), o analista construiria um enunciado semelhante a: “você está errado ao crer que nunca desejou a morte de seu pai; você tem que concordar comigo, você já desejou isto”. Nota-se aqui que o risco de agressão aumenta consideravelmente. Salvo contextos muito específicos, o proferimento de tal enunciado dificilmente seria recebido pelo paciente sem constituir ameaça a suas faces. Contudo, mesmo não se utilizando de sua posição hierárquica superior frente ao paciente de forma manifesta, pode-se supor que é devido a esta diferença de “poder relativo” que o analista consegue fazer com que o paciente modifique sua opinião em relação aos conteúdos vinculados com a causa de sua doença – como é o caso, por exemplo, do relato a pouco analisado.

Num único contexto de intervenção, pôde ser verificado o uso da estratégia “direta” (*bald-on-record*). No relato da sétima sessão, após abordar novamente o assunto da morte do pai, o paciente diz não conseguir entender de que forma tinha esquecido o fato de ter desejado a morte do pai. Freud responde: “Isto porque o senhor deriva o prazer de suas próprias autocensuras como um meio de autopunição”(1909/1969:187). Aqui nota-se que Freud “invade o território” do ouvinte, lançando uma agressão em potencial, isto supondo que a variável “distância” (D) tenha um valor alto. Em casos onde o valor de (D) é baixo, a tendência do FTA *bald-on-record* ser agressivo é menor como, por exemplo, em conversas entre amigos próximos e familiares.

Segundo Brown e Levinson, “A primeira razão para o uso da *bald-on-record* pode ser dita de maneira simples: em geral, sempre que o falante quer *mais* fazer um

FTA com máxima eficiência *do que* seu desejo de satisfazer a face do ouvinte [...]” (1987:95). Provavelmente, o fato de o analista ser um “especialista” que dirige uma “tarefa definida” – o tratamento – faz com que o FTA “direto” adquira menor força agressiva frente ao paciente. Mesmo proferindo enunciados potencialmente agressivos, devido ao próprio papel do analista – auxiliar o paciente para o alcance da cura – o analista não estaria sendo considerado como “insensível” ou mesmo deixando-o “desconfortável”.

Esta análise se justifica se for observada uma classe específica de estratégia “direta” descrita pelos autores: “tarefa orientada” (*task-orientation*). Neste caso, o foco da interação entre falante e ouvinte é orientado por uma tarefa, tornando irrelevante qualquer reparação da face do ouvinte. Este procedimento é largamente encontrado em outros tipos de atividade como “dar instruções” e/ou “dar receitas” para que o ouvinte as siga.

### **Explicação de tópicos abordados de forma vaga pelo paciente**

Outro fenômeno relevante na obtenção de resultados clínicos refere-se ao procedimento do analista em imprimir pressão no paciente para que explique em sua fala tópicos que surgem como “vagas generalidades”<sup>160</sup>. No caso do “homem dos ratos”, encontram-se passagens em que esta característica se revela. Ao falar da época em que tinha seis anos, o paciente lembra que tinha um forte desejo de ver “determinadas pessoas” despedidas, o que em consequência causava-lhe, segundo ele, “*um estranho sentimento, como se algo devesse acontecer se eu pensasse em tais coisas, e como se devesse fazer todo tipo de coisas para evitá-lo*”.(1909/1969:167)

A intervenção de Freud, nestas situações, é a de pedir exemplos e esclarecimentos, os quais trazem consigo informações relevantes para a elucidação do sentido dos sintomas relacionados à doença do paciente. Este procedimento tem por função auxiliá-lo a superar as resistências despertadas pela censura, vergonha ou medo de abordar tópicos ligados consciente ou inconscientemente à doença. Para Freud, as explicações realizadas pelos pacientes quando exigidas pelo analista sempre se mostram esclarecedoras. Nos casos em que o analista pede ao paciente que exemplifique o assunto que está sendo dito de forma vaga e generalizada, e o paciente diz lançar mão de um exemplo aleatório para ilustrar o assunto, Freud afirma que “[...]”

---

<sup>160</sup> Ao utilizar expressões como “determinadas pessoas”, “um estranho sentimento”, “algo” e “todo tipo de coisas” o paciente torna-se evasivo em suas descrições, realizando o que Freud chamou de “vagas generalidades”.

pode-se confiantemente aceitar que o exemplo é a coisa original e real que tentou esconder-se por trás da generalização”. (1909/1969:168)

Além da revelação de conteúdos que até então não haviam sido especificados, é importante que o paciente nomeie as “pessoas” que se encontrem envolvidas em suas “vagas generalidades”, pois dessa forma novas redes de significado são trazidas à tona. Freud fornece um exemplo de tal situação no relato da primeira sessão de tratamento do “homem dos ratos”. Após relatar até o fim o horrível castigo de que havia ouvido falar, o paciente revela a Freud que, no momento, imaginara aquele mesmo castigo sendo aplicado a uma pessoa que lhe era muito cara. Continua Freud:

“Respondendo a uma pergunta direta, ele disse que não era ele mesmo quem estava infligindo o castigo, mas que este estava sendo aplicado como se fosse de forma impessoal. Após pequena insinuação eu soube que a pessoa a quem essa sua ‘idéia’ se referia era a dama a quem ele admirava”. (1909/1969:171)

Esta informação tem papel importante na processo de elucidação do sentido dos seus sintomas obsessivos. Provavelmente, se tal tópico não fosse explorado, este e outros conteúdos relacionados ao surgimento da doença do paciente não se tornariam disponíveis, prejudicando o sucesso do tratamento.

### **Não censurar reações agressivas do paciente no contexto do tratamento**

Há outro uso da fala feito por Freud na clínica importante de ser analisado, pois sua ocorrência parece constituir mais uma das intervenções que fazem com que o método psicanalítico defina sua identidade particular. Trata-se da intervenção de não censurar ou impedir que o paciente agrida o analista. Freud relata a situação da seguinte maneira: “Após atravessarmos uma série das mais severas resistências e das mais amargas injúrias de sua parte, ele não podia mais permanecer cego ao efeito esmagador da perfeita analogia entre a fantasia de transferência e o estado atual de acontecimentos passados.”(1909/1969:202). Este procedimento de Freud em “não reagir” em pé de igualdade às injúrias feitas pelo paciente são semelhantes à estratégia de “não realizar o FTA” (*dont't do the FTA*). Ao ter sua auto imagem agredida, Freud não opta por defender-se, e sim por tentar interpretar tal ato do paciente como um dado a mais para a elucidação do sentido de suas fantasias relacionadas à neurose<sup>161</sup>.

---

<sup>161</sup> Freud relata este extrato do atendimento após ter descrito uma fantasia que o paciente carregava consigo antes do início do tratamento. Para o presente momento optar-se-á em não ilustrar estes meandros do relato do caso, pois, mostrar-se-iam muito extensos. Sabe-se das dificuldades que leitor não

Numa situação que não a da análise, não seria de se estranhar que o interlocutor que se encontra em posição hierarquicamente superior (tal qual o analista), ao ser injuriado, reagisse com enunciados do tipo “quem é você para me ofender?”, “quem você pensa que é?”, “você não tem o direito de me insultar” entre outros. Freud, contudo, adota outra postura frente a tal situação. Intervenções como esta são responsáveis por definir a especificidade do método psicanalítico frente outros contexto de interlocução, ou mesmo, frente outras formas de relação clínica<sup>162</sup>.

Pode-se ainda cogitar que, para reagir de tal forma frente uma situação de agressão, o analista assume pressupostos específicos para uma interlocução com o paciente como, por exemplo, saber de antemão que o paciente poderá lhe ofender, mas que a ofensa, nestes casos, não é direcionada à “pessoa” do analista (mesmo porque o paciente não conhece pessoalmente seu analista) e sim uma repetição de uma fantasia do próprio paciente. Estudos futuros fazem-se necessários para uma elucidação mais satisfatória dos efeitos de tal tipo de intervenção, encontrada com muita frequência no contexto psicanalítico.

### **3.2.3 Outros usos da fala feitos por Freud**

Por fim, deve-se indicar que pode ser feita uma análise conforme os conceitos propostos pela Teoria da Polidez de alguns outros trechos da transcrição do caso “o homem dos ratos”. Dentre eles é possível encontrar algumas aplicações de estratégias de polidez, porém, não se pode afirmar com segurança se têm alguma relevância para o andamento do trabalho psicanalítico. Frente à quantidade de material analisado até aqui e levando em conta os limites deste trabalho, optou-se por não propor um exame exaustivo destas passagens, mas apenas citá-las e realizar uma pequena análise aproximativa. Estudos posteriores poderão dizer com mais certeza qual é a importância de cada um destes tipos de intervenção para o sucesso do tratamento psicanalítico.

---

familiarizado com a literatura psicanalítica enfrenta para a compreensão de passagens como esta. Contudo, deve-se recordar que o objetivo específico deste trabalho é o de analisar as intervenções realizadas por Freud no caso. Para o leitor mais interessado nos detalhes do caso, recomenda-se recorrer à leitura do relato na íntegra.

<sup>162</sup> Como, por exemplo, a relação médico/paciente, psiquiatra/paciente, psicólogo/cliente entre outros.

### Uso de honoríficos

Freud, no decorrer do tratamento, se dirige ao paciente pelo pronome de tratamento “senhor” como, por exemplo, no início da quarta sessão: “E como o senhor pretende prosseguir hoje?” (1909/1969:178) e no decorrer da sétima sessão: “Sim. O senhor já me fez a descrição de uma cena de ciúme relacionada com Fräulein Lina” (1909/1969:188). Trata-se de um caso de polidez negativa de minimização da agressão provocada pelo FTA, devido à explicitação das variáveis sociológicas (P), (D) e (R)<sup>163</sup>, especificamente, da *estratégia de polidez negativa 5* – “mostrar deferência”. Conforme a Teoria da Polidez, o uso de honoríficos como “senhor” tem, em muitos casos, a função de aumentar o “poder relativo” do ouvinte, dando-lhe assim um lugar privilegiado frente ao falante. Deve-se ter um grande cuidado em não generalizar tal análise, pois, dependendo do contexto, o honorífico “senhor” pode ser utilizado de forma irônica, constituindo uma forte agressão ao ouvinte caso a “distância” (D) entre os interlocutores seja grande<sup>164</sup>. Brown e Levinson também remarcam que o uso de honoríficos “[...] indica que os direitos do ouvinte de relativa imunidade frente imposições é reconhecida [...]”<sup>165</sup>. (1987:178)

### “Nós” inclusivo

No decorrer da sexta e sétima sessões, Freud utiliza realizações lingüísticas como “Apenas poderíamos presumir que o ódio deve fluir de alguma fonte, que deve estar relacionado com alguma causa particular que o tornasse indestrutível” (1909/1969:184) e “[...] sabíamos muito bem que os pacientes derivam alguma satisfação de seus sofrimentos, de modo que, na realidade, todos eles resistiam, em alguma extensão, à sua própria recuperação” (1909/1969: 187). Nelas pode-se observar a utilização da *estratégia de polidez positiva 12* – “incluir falante e ouvinte na atividade”. Esta estratégia é descrita como um tipo de retificação dos efeitos do FTA, por dar a impressão de que o FTA não é desejo apenas do falante, mas que de alguma forma também é assumida pelo ouvinte. Nos enunciados de Freud, o uso do “nós inclusivo” imprime uma pressão implícita no ouvinte, direcionando-o a também a assumir e concordar com o que o analista diz.

<sup>163</sup> Respectivamente “poder relativo”, “distância” e “ranking de imposição”.

<sup>164</sup> Por exemplo, numa situação em que, após o empregado pedir ao chefe que tome determinadas providências, este lhe responde “sim senhor, você é quem dá as ordens aqui”.

<sup>165</sup> Tradução do autor. No original: “[...] indicating that the addressee’s rights to relative immunity from imposition are recognized [...]”.

### Opinião sobre o prognóstico do paciente

No final da quinta sessão, ao ser inquirido pelo paciente sobre quais seriam as suas possibilidades de cura, Freud relata:

“Eu lhe disse que nem debateria a gravidade do seu caso nem a significação de suas construções patológicas; contudo, ao mesmo tempo a sua juventude estava muitíssimo a seu favor, bem como a integridade da sua personalidade. Nessa conexão eu disse uma ou duas palavras sobre a boa opinião que eu formara sobre ele, e isto lhe causou visível prazer”. (1909/1969:181)

Esta passagem pode ser analisada, conforme a Teoria da Polidez, como a *estratégia de polidez positiva 15* – “dar algum presente para o ouvinte (*benefício, simpatia, entendimento, cooperação*)”, a qual constitui uma forma de reparar a agressão da face do ouvinte ao satisfazer algum desejo do ouvinte, indicando assim que o falante quer para o ouvinte o que este deseja para si. Como dizem os autores, não se trata apenas de “presentes tangíveis”, mas também de satisfazer o desejo do ouvinte de ser admirado, cuidado, entendido, escutado e incentivado. No fim do relato, Freud chega a revelar a reação do paciente ao escutar palavras que lhe agradaram, tipicamente proveniente da “boa opinião” que sobre ele havia sido feita.

### Uso de questão retórica

Durante a sexta sessão, após o paciente dizer que não se arriscaria a indagar como a idéia de que sentira ódio do próprio pai havia estado em sua lembrança durante um certo tempo e depois ter desaparecido, Freud faz a seguinte intervenção: “Respondi que alguém, sempre que perguntava algo assim, já estava preparado com uma resposta; precisava ser encorajado a continuar falando” (1909/1969:185).

Ao que tudo indica, esta intervenção é compatível com o tipo de estratégia de polidez “indireta” (*off record*), a qual é definida como um ato comunicativo que “[...] dá ao menos uma possibilidade na qual não é possível atribuir uma única intenção comunicativa clara ao ato”<sup>166</sup> (1987:211). Dito de outro modo, o falante profere uma enunciação que comporta certo grau de ambigüidade. Dentre as interpretações possíveis de seu ato de fala, sempre existe uma que é “defensiva”, a qual tira de si qualquer responsabilidade sobre a produção de um FTA<sup>167</sup> a partir do seu enunciado. Os autores

<sup>166</sup> Tradução do autor. No original: “[...] it is done in such a way that it is not possible to attribute only one clear communicative intention to the act”.

<sup>167</sup> Conceito apresentado no capítulo anterior, tópico 2.2.2.



ainda complementam que “[...] se o falante quer fazer um FTA, porém quer evitar a responsabilidade de fazê-lo, ele pode realizar um proferimento “indireto” que deixe para o ouvinte a decisão de como interpretá-lo” (1987:211). Cabe ao ouvinte interpretar o enunciado não claro proferido pelo falante, lançando mão de inferências<sup>168</sup> para a realização de tal tarefa.

A principal motivação da escolha da estratégia “indireta” por parte do falante deve-se, na maioria dos casos, à sua preocupação com as próprias faces (positiva e negativa) e as do ouvinte. Tanto suas faces, com as do interlocutor podem ser resguardadas pelo cancelamento de qualquer interpretação mais agressiva que o ouvinte possa realizar.

O modo como o ouvinte venha a interpretar um enunciado “indireto” está fortemente atrelado ao contexto devido a fatores como conhecimento compartilhado entre os interlocutores, entonação de voz do falante, prosódia, entre outros. É a partir deles que o ouvinte constrói suas inferências a respeito do significado pretendido pelo falante no momento de sua realização lingüística “indireta”.

Dentre os tipos de estratégias “indiretas” (*off record*) descritas pela Teoria da Polidez, a que melhor parece explicar a intervenção de Freud é a *estratégia 10* – “uso de questões retóricas”. Ao realizar uma pergunta sem que espere resposta o falante quebra a máxima de qualidade (seja sincero) incitando o ouvinte a perguntar-se sobre as intenções do falante em realizar tal ato.

### **Suavizações do potencial agressivo do FTA.**

Em inúmeros pontos do relato das sessões de atendimento do “homem dos ratos” Freud revela o uso de “suavizações” em sua fala como, por exemplo: “[...] Nesse ponto, disse-lhe que pensava que ele então fabricara a resposta que estávamos esperando [...]” (1909/1969:185), “[...] numa época, talvez, em que ele não amava seu pai mais do que

---

<sup>168</sup> Conforme a teoria da polidez, “o ouvinte deve fazer alguma inferência para recuperar o [significado] que de fato era pretendido [pelo falante]” (1987:211). O processo de “indução” feito pelo ouvinte frente um enunciado pode ser cancelado, pois, nele o ouvinte não dispõe de dados suficientes para interpretar univocamente a construção lingüística. Isto pode ser ilustrado por uma situação ideal em que o falante, num contexto em que se encontra juntamente com o ouvinte dentro de uma sala com a porta e janelas fechadas. O falante enuncia: “Está muito calor aqui dentro” e o ouvinte infere que o falante deseja que a porta ou as janelas sejam abertas. A inferência realizada pelo ouvinte é cancelada, por exemplo, se o falante responde: “Não abra as janelas ou a porta, prefiro sair deste lugar”. Por outro lado, o modo de pensamento dedutivo não é passível de cancelamento. Se o falante diz “Não estou mais fumando”, é justo que o ouvinte deduza que “antigamente, o falante fumava”. Este tipo de conclusão não pode ser desfeita pelo falante, pois foi realizada a partir de dados suficientes. Para mais informações sobre as modalidades dedutiva, indutiva, e abdutiva de pensamento, ver Keith Allan (2001d).

amava a pessoa a quem ele desejava sensualmente [...]” (1909/1969:1866), e “Apenas poderíamos presumir que o ódio deve fluir de alguma fonte, que deve estar relacionado com alguma causa particular que o tornasse indestrutível” (1909/1969:184). O que deve ser observado nestes enunciados é a utilização de palavras como “pensava”, “talvez” e “apenas”, as quais são compatíveis com a utilização da *estratégia de polidez negativa 2*: “questão, atenuante”. Brown e Levinson descrevem esta estratégia como uma forma “[...] não querer presumir e não querer coagir o ouvinte”<sup>169</sup>. (1987:145) Um “atenuante” (*hedge*) pode ser uma partícula, palavra ou frase que modifica o grau de implicação do enunciado, restringindo o seu alcance, ou fazendo com que sua veracidade se apresente somente em determinados contextos.

### **Promessa**

Na última sessão relatada por Freud, encontra-se uma passagem em que o analista, após confrontado com uma dúvida do paciente a respeito de uma interpretação diz: “Prometi, porém, prová-lo para ele no decorrer do tratamento” (1909/1969:189). Conforme a Teoria da Polidez, o ato de prometer algo ao ouvinte geralmente diz respeito ao uso da *estratégia de polidez positiva 10*: “oferta, promessa”, a qual enuncia que o falante coloca-se numa posição extremamente cooperativa com o ouvinte, conseguindo com isso favorecer a face positiva do ouvinte.

A partir da análise pragmática das intervenções no caso “o homem dos ratos”, pode-se tirar algumas conclusões a respeito dos tipos de estratégias de polidez mais utilizadas durante o período de tratamento. Todas as cinco grandes estratégias de polidez (“direta”, “positiva”, “negativa”, “indireta” e “não fazer FTA”) foram constatadas na análise do relato do caso.

Dentre os subgrupos de estratégias de polidez “direta” (*bald-on-record*) verificou-se somente o uso da estratégia “FTA *bald-on-record* orientada pelo uso”, muito freqüente em situações em que o foco da interação entre os falantes é uma tarefa específica. No decorrer do tratamento, são várias as situações em que Freud realiza intervenções que podem ser analisadas conforme este tipo de estratégia de polidez. Um dos fatores que, provavelmente, justificam tais usos é a diferença de “poder relativo” que se revela entre paciente e analista, no contexto do tratamento.

---

<sup>169</sup> Tradução do autor. No original “[...] the want not to presume and the want not to coerce H [hearer]”.

Quanto às estratégias de polidez “positiva”, observou-se na análise do caso o uso específico das estratégias 9 (“afirmar ou pressupor que o falante conhece e se interessa pelos desejos do ouvinte”), 10 (“oferta, promessa”), 12 (“incluir falante e ouvinte na atividade”), e 15 (“dar algum presente para o ouvinte (*benefício, simpatia, entendimento, cooperação*)”).

O uso de estratégias de polidez “negativa” restringiu-se às estratégias 2 (“questão, atenuante”), 5 (“mostrar deferência”), 7 (“impersonalizar falante e ouvinte: evitar os pronomes ‘eu’ e ‘você’”), e 8 (“colocar o FTA como sendo um regra geral”).

Dentre o conjunto de estratégias de polidez “indireta”, apenas a *estratégia 10* (“uso de questões retóricas”) foi observada nas intervenções realizadas por Freud.

Por fim, constatou-se o uso da estratégia de polidez “não fazer FTA” nos trechos do relato em que Freud afirma ter permanecido em silêncio frente às bruscas mudanças de assuntos realizadas pelo paciente.

Tais resultados servem como uma caracterização lingüística inicial do tipo de uso da fala feito pelo analista em clínica, uso este que, associado à atividade de fala do paciente, alcança resultados terapêuticos significativos como cura de sintomas somáticos, compulsões de pensamento, crises de angústia, fobias entre outros.

Pode-se afirmar que o uso do silêncio, a indicação ao paciente da organização metalingüística de seu discurso, o ato de incitar o paciente a associar livremente, entre outras práticas com frequência utilizadas por psicanalistas, dificilmente, são constatadas em interlocuções entre falantes usuais.

Tais utilizações particulares da linguagem só se tornam possíveis e só adquirem poder performativo de acordo com o contexto em que se apresentam. Ou seja, intervenções que fazem efeito num contexto em que o paciente, por exemplo, atribui ao analista uma posição hierárquica maior que a sua, podem ser ineficazes em situações em que o paciente atribui ao analista um pequeno valor de “poder relativo”.

Para que o uso da fala na clínica psicanalítica possa ser entendido em sua particularidade, faz-se necessário compará-lo com outros tipos de usos da fala, como por exemplo, o uso da fala na sala de aula (professor/aluno ou aluno/aluno), entre patrão e empregado, entre amigos, namorados, mãe/pai e filho(a), entre outros. Para o presente trabalho, não se faz possível a realização desta tarefa, porém, deixa-se aberta tal questão para ser elucidada em oportunidades ulteriores.

### 3.2.4 Compatibilidades e incompatibilidades entre a Teoria da Polidez e a Psicanálise

Alguns conceitos propostos pela Teoria da Polidez como os de “distância” (D), racionalidade, modelo de pessoa (*model person*) e intencionalidade mostram-se insuficientes para uma análise mais fidedigna do modo como se utiliza a fala no contexto psicanalítico.

Diferentemente do ponto de vista proposto pela Teoria da Polidez, a questão da “distância” entre os falantes não pode ser considerada como “simétrica”, ou seja, como sendo a mesma para os dois interlocutores. A clínica psicanalítica revela que a “distância” entre analista e paciente é determinada de forma diferente pelo paciente e pelo analista, pois se trata, em última instância, de um “jogo de imagens”. O paciente constrói uma imagem do analista, antes de dispor de qualquer informação sobre ele; o analista, por sua vez, inevitavelmente constrói uma imagem do paciente. Contudo, a distância que cada um supõe entre si e o outro dificilmente é semelhante.

Ou seja, a tarefa de objetivar um valor “distância”, concebendo-o como igual tanto para o paciente como para o analista, não se mostra adequada para o contexto da clínica. É importante que o analista possa perceber esta falta de simetria e que possa atentar-se para o modo como o paciente irá conceber a “distância” em relação ao analista. Ao mesmo tempo em que alguns pacientes atribuem um baixo valor para a “distância” frente ao analista<sup>170</sup>, outros supõem uma distância maior. Estas diferentes reações dos pacientes revelam não só o modo como imaginam se relacionar com o analista, mas o modo prototípico como estabelecem relações com outras pessoas.

Consideradas estas particularidades, pode-se afirmar que a Teoria da Polidez descreve de forma muito simples a variável “distância” ao deixar de lado o grande número de “jogos de imagem” possíveis de se configurar entre analista e paciente.

O conceito de “modelo de pessoa” (*model person*) também se mostra insuficiente para a elucidação dos fenômenos verificados na clínica psicanalítica, pois, neste contexto, não se apresentam apenas sujeitos “adultos” dotados de “faces”<sup>171</sup>. Os “desejos das faces” negativa (ter liberdade de não ter suas vontades impedidas) e positiva (ser aceito e respeitado pelo grupo), supostos como universais pela Teoria da Polidez, nem sempre se apresentam nos pacientes de forma padrão. Pelo contrário,

---

<sup>170</sup> Por exemplo, em casos que o paciente, já nos primeiros momentos do tratamento, toma o analista como um “grande amigo” que vai ajudar a enfrentar seus problemas.

<sup>171</sup> Ver tópico 2.2.2.

muitas vezes, a própria satisfação advinda do fato de não ser aceito pelos outros ou o desejo de ter suas vontades impedidas pelo outro constitui o próprio motivo que faz o paciente procurar um tratamento<sup>172</sup>. Ou seja, a preocupação com a imagem pública que cada pessoa quer para si nem sempre é semelhante, mesmo dentro de uma mesma cultura.

Conforme a Teoria da Polidez, os falantes são dotados de uma “racionalidade”, a qual é entendida como “um modo preciso de raciocínio”, o qual acessa os meios necessários para alcançar um fim desejado. Tal concepção pode ser compatível com uma visão psicanalítica de sujeito, contanto que abra precedentes para o fato de que, muitas vezes, o “fim desejado” é inconsciente ao próprio sujeito. Dessa forma, poder-se-ia abrir mão de uma concepção “simplificada” de sujeito, que supõe que este tem vontades, desejos, planos (conscientes) e que elege meios para alcançá-los segundo decisões coerentes e racionais.

A discussão sobre a intencionalidade subjacente às escolhas de estratégias feitas pelo sujeito também só adquire validade para o campo psicanalítico na medida em que se reconhece que a intencionalidade nem sempre é consciente ao próprio sujeito, o que pode ser ilustrado de forma simples por situações em que o sujeito realiza seus atos sem ao menos saber das intenções que o mobilizam.

Se por um lado existem pontos da Teoria da Polidez que não são abordados com uma maior especificidade em comparação com as reflexões provenientes do campo psicanalítico<sup>173</sup>, por outro, muitas são as vantagens em se empregar tal teoria para um exame da própria prática psicanalítica.

Como já foi explicitado anteriormente, a Teoria da Polidez permite um exame mais detalhado dos modos de utilização da fala e das variáveis intervenientes em tal processo em comparação com teorias como a das Máximas Conversacionais de Grice ou mesmo frente teorias lingüísticas que elegem como objeto de estudo a “língua” – em detrimento da abordagem dos fenômenos relativos à “fala”.

A principal característica que torna a Teoria da Polidez compatível com a teoria psicanalítica é a consideração da existência de dois tipos de “faces” (negativa e positiva) que, em grande parte das vezes, têm interesses incompatíveis entre si. Dessa maneira

---

<sup>172</sup> É o caso, por exemplo, de pacientes que se autodenominam “masoquistas”, que desejam ser humilhados, agredidos (não só fisicamente como moralmente), entre outros.

<sup>173</sup> Mesmo porque as teorias perdem seu poder explicativo ao tentar abordar um número muito grande de fenômenos. A discussão sobre os limites das teorias é tributária à Filosofia do Conhecimento. Para mais, ver Kuhn (1978b).

pressupõe-se a existência de um “conflito” no falante e no ouvinte entre “realizar seus desejos sem ser impedido pelos outros e sem se importar com as faces dos outros” e “ser aceito pelos outros membros da comunidade como semelhante”. Este conflito encontra paralelo na descrição freudiana de sujeito, o qual é definido como um conflito entre um “eu prazer” (que visa satisfações imediatas) e um “eu realidade” (que leva em conta os fatores da realidade que impedem uma satisfação integral dos desejos). Considerar o sujeito de forma mais complexa do que o “sujeito racional” (que tem absoluto controle sobre suas intenções, desejos e atos), tal como enuncia a Teoria da Polidez, significa um ponto de grande valor para a proposta de aproximar os campos psicanalítico e lingüístico.

Certamente as intervenções analisadas até aqui também podem ser estudadas a partir de outros referenciais teóricos. A opção em avaliá-las a partir da Teoria da Polidez tem como principal vantagem trazer à tona variáveis que, costumeiramente, não são consideradas em estudos psicanalíticos tradicionais<sup>174</sup>.

Outros problemas ainda precisam ser superados ao se realizar tal proposta de estudo interdisciplinar. Seria prematura qualquer tentativa de extrapolar os resultados da presente análise dos usos da fala feitos por Freud no caso “o homem dos ratos” para o “campo psicanalítico”. Ou seja, há um grande passo a ser dado entre compreender o modo como Freud utilizou a fala no tratamento do “homem dos ratos” e compreender os tipos de intervenções que fazem com que o método psicanalítico alcance resultados terapêuticos consideráveis. No entanto, estudos como o realizado nesta oportunidade são o primeiro passo para uma maior compreensão dos mecanismos intrínsecos do uso da fala na clínica psicanalítica.

---

<sup>174</sup> É o caso, por exemplo, das variáveis “poder relativo” e “distância” entre analista e paciente, fatores que interferem na maneira como a interlocução entre os dois se desenvolve, mas que não são abordadas abertamente pelos psicanalistas que se ocupam com o estudo teórico desta disciplina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor um exame do modo como se usa a linguagem na clínica psicanalítica, a partir de elementos provenientes do campo lingüístico, consiste numa tarefa árdua, complexa, porém, extremamente conveniente, visto o lugar central que a fala detém no contexto do tratamento. É através da fala que o analista tem condições de compreender, juntamente com o paciente, os sentidos dos sintomas que o fazem procurar ajuda.

Trata-se de uma tarefa árdua e complexa devido à infinidade de teorias psicanalíticas e lingüísticas disponíveis ao pesquisador que se propõe a aproximar estes dois campos. Ou seja, antes de trazer algo do saber lingüístico para a psicanálise, faz-se necessário responder perguntas como “qual teoria lingüística se mostra mais adequada para tal aproximação?”, “fazer esta aproximação sob que ponto de vista?”, “aproximar uma teoria lingüística de qual vertente psicanalítica?”. Sendo assim, antes de adentrar especificamente na análise lingüística do uso da fala que é feito na clínica psicanalítica, problemática central deste trabalho, tornou-se imprescindível realizar uma revisão de alguns dos mais importantes capítulos da história da relação entre lingüística e psicanálise, avaliando as vantagens e desvantagens provenientes de cada conexão.

No primeiro capítulo foram retomadas as teorias freudiana, lacaniana<sup>175</sup> e psicanálise pragmática, sempre tendo em vista a concepção de linguagem encontrada em cada uma delas. A partir de cada aproximação (psicanálise freudiana e concepção de linguagem representacional, psicanálise lacaniana e concepção de linguagem estruturalista, psicanálise pragmática e concepção pragmática da linguagem), foi possível notar as diferenças que cada proposta psicanalítica apresenta frente às demais como, por exemplo, seu modo de definir conceitos fundamentais (“sujeito”, “inconsciente”, “sintoma”) ou mesmo o lugar que a linguagem tem em cada uma das teorias.

No segundo capítulo, foi realizada uma apresentação mais detalhada da concepção pragmática de linguagem. Por permitir uma abordagem do campo da “fala”, em contraposição a teorias lingüísticas tradicionais que restringem seu escopo ao estudo da “língua”<sup>176</sup>, argumentou-se, neste capítulo, sobre as vantagens em se recorrer à concepção pragmática de linguagem para uma análise do uso da fala na clínica psicanalítica. Dentre as várias teorias pragmáticas da linguagem, optou-se pela Teoria

<sup>175</sup> Exclusivamente o período em que Lacan fez referências à lingüística estruturalista de Saussure.

<sup>176</sup> A definição de “língua” e “fala” encontra-se no tópico 1.2.2 desta dissertação.

da Polidez de Brown e Levinson (1987) por ser propícia para a análise de variados tipos de realizações lingüísticas que quebram as máximas conversacionais enunciadas por Grice. Diferentemente da teoria griceana, a Teoria da Polidez não dá ênfase aos fatores que tornam a comunicação mais eficiente, mas às intenções implícitas aos usos de diferentes estratégias lingüísticas por parte dos falantes e aos efeitos provenientes destes usos.

Como forma de realizar a análise pragmática do uso da fala na clínica psicanalítica, elegeu-se como material de pesquisa o caso “o homem dos ratos”, o qual foi relatado por Freud ainda no início do século XX. A análise pragmática das intervenções de Freud no caso estudado indicou um uso muito específico de recursos lingüísticos além de revelar os tipos de estratégias de polidez ali empregados.

Quanto aos recursos lingüísticos, pôde-se verificar uma alta freqüência de uso do silêncio, de referências metalingüísticas, além da prática *sui generis* de incitar o interlocutor a falar livremente. Quanto às estratégias de polidez, constatou-se uma grande ênfase no uso de enunciados “diretos” (*bald-on-record*) – em momentos como o da apresentação da “regra da associação livre” ao paciente e nas interpretações explicativas fornecidas por Freud a respeito do sentido dos sintomas do paciente –, no uso de enunciados segundo a estratégia de polidez “negativa” – principalmente nas situações em que Freud atenua o nível de agressão do FTA ao remeter-se a uma regra geral, ao ser convencionalmente indireto ou realizar impersonalizações – e no uso da estratégia de polidez “não fazer FTA” – especificamente nas situações em que preferiu não realizar enunciados frente ao paciente, como quando este associava livremente)

Tais resultados devem ser considerados como preliminares, principalmente, se for considerado o reduzido *corpus* de dados de sessões psicanalíticas submetido à análise pragmática.

Além dos resultados de ordem lingüística, o presente trabalho, ao propor um questionamento sobre como se deu historicamente a relação entre este campo e o lingüístico, traz relevantes informações ao campo psicanalítico. A afirmação de que a psicanálise dá um lugar de destaque à linguagem, por ser tão abrangente, perde seu valor. Para que qualquer conexão entre lingüística e psicanálise possa ser construída, faz-se necessário perguntar a partir de que ponto de vista se pretende aproximar estas áreas. Como bem observa Almeida (2004a), muitas propostas que visam relacionar psicanálise e lingüística acabam incorrendo numa “compulsão à linguagem”. Se aos olhos dos lingüistas o debate sobre a complexidade do objeto “linguagem” já se mostre



desnecessário frente sua obviedade, para muitos psicanalistas tal debate ainda nem mesmo se apresenta.

As contribuições que este trabalho traz ao campo psicanalítico, contudo, não são somente de ordem epistemológica. Quanto à análise pragmática do caso “o homem dos ratos”, pode-se dizer que ela também traz informações importantes ao psicanalista, principalmente, por propiciar uma melhor compreensão do fenômeno da transferência, o qual tem um lugar privilegiado na aplicação do método psicanalítico. Por meio da observação das escolhas das estratégias de polidez tanto pelo analista quanto pelo paciente, pode-se compreender a maneira como cada um concebe a relação analítica, que lugar hierárquico cada um se atribui e atribui ao outro, bem como a que “distância” cada um se coloca frente ao outro. Tais dados são extremamente úteis ao analista para a constatação e interpretação das fantasias do paciente, as quais se encontram intimamente ligadas aos sintomas e ao sofrimento que o mobilizam a procurar um tratamento.

Outro ganho relevante que a análise pragmática do uso da fala na clínica psicanalítica traz para este campo refere-se à necessidade de se aprofundar a compreensão da maneira como o fator “poder relativo” se apresenta na relação paciente/analista. É inegável que a assimetria de poder entre analista e paciente é utilizada pelo próprio analista como um artifício técnico. Pelo menos é o que se pode constatar na análise de caso “o homem dos ratos”, nas situações em que Freud fornece “explicações” ao paciente sobre o sentido de seus conflitos, apoiando-se no saber proporcionado pela “teoria psicanalítica”<sup>177</sup>.

Esta constatação vai contra a um modelo de compreensão do método psicanalítico em que se supõe que o analista não lança mão de nenhum tipo de sugestão ou influência ao interagir com o paciente. A suposição de que caberia ao analista manter uma postura “neutra” no contexto clínico, ao ser confrontada com os resultados provenientes da análise pragmática realizada nesta dissertação, não mais se sustenta. Supor tal “neutralidade” incorre em ignorar o quanto o analista se utiliza da posição hierárquica superior que o paciente lhe atribui para realizar suas intervenções.

O presente trabalho também adquire importância, mesmo levando em conta seus humildes resultados, ao se considerar a pequena tradição de estudos realizados na junção entre as disciplinas psicanalítica e lingüística. Se por um lado, o uso da fala feito

---

<sup>177</sup> Para exemplos, ver tópico 3.2.2, em “Apresentação de conceitos teóricos ao paciente”.

no contexto clínico psicanalítico ainda representa um mistério aos olhos da pragmática da linguagem e da lingüística como um todo, por outro, o entendimento do modo como funciona a fala e como se dão seus efeitos performativos é, em muitos pontos, desconhecido pelo psicanalista. Ao lingüista, é de extremo interesse entender como o tipo de uso da fala verificável na clínica psicanalítica alcança não só efeitos comunicativos, mas efeitos terapêuticos. Para o psicanalista, é veemente o entendimento de como funciona o seu trabalho, do como consegue efeitos apenas através do uso da linguagem junto aos pacientes.

Sendo assim, mesmo que este trabalho não traga resultados amplos e definitivos, pode-se considerá-lo como um passo inicial de um estudo a ser desenvolvido por diferentes pesquisadores de diversas áreas como lingüística, psicanálise e filosofia.

## ANEXO

Segue abaixo a primeira parte do texto *Notas sobre um caso de neurose obsessiva* (1909/1969), na qual se encontra a descrição das sessões de atendimento do “homem dos ratos”, sessões estas que serviram de material para a análise realizada no terceiro capítulo desta dissertação.

“Um jovem senhor de formação universitária apresentou-se a mim com a asserção de que ele sempre havia sofrido de obsessões, desde a infância, mas com intensidade especial nos últimos quatro anos. Os aspectos principais de seu distúrbio eram *medos* de que algo pudesse acontecer a duas pessoas de quem ele gostava muito: seu pai e uma dama a quem admirava. Além disso, ele estava consciente de *impulsos compulsivos*, tais como, por exemplo, um impulso de cortar a garganta com uma lâmina; posteriormente, criou *proibições*, às vezes em conexão com coisas um tanto sem importância. Contou-me que gastou anos lutando contra essas suas idéias, e desse modo perdera muito terreno no transcorrer de sua vida. Havia experimentado vários tratamentos, mas nenhum lhe valeu, com exceção de uma temporada de tratamento por hidroterapia num sanatório próximo; e isso, pensava ele, provavelmente fora possível apenas porque lá travara conhecimentos com alguém, o que o levava a manter relações sexuais regulares. Aqui ele não tinha oportunidades dessa espécie, e raramente tivera relações, apenas em intervalos irregulares. Sentia repulsa por prostitutas. Ao mesmo tempo, disse ele, sua vida sexual havia sido obstruída; a masturbação desempenhara apenas um pequeno papel nela, quando tinha dezesseis ou dezessete anos de idade. Sua potência era normal; a primeira vez que teve relações sexuais tinha vinte e seis anos.

Ele me deu a impressão de ser uma pessoa de mente clara e sagaz. Quando lhe perguntei sobre o que o fizera pôr ênfase em contar-me a respeito de sua vida sexual replicou ser isso o que ele sabia sobre as minhas teorias. Na realidade, porém, ele não lera nenhum de meus escritos, com exceção de pouco tempo antes ter folheado as páginas de um de meus livros, tendo encontrado a explicação de algumas curiosas associações verbais que lhe recordaram tanto alguns de seus próprios ‘esforços de pensamento’ em correlação com suas idéias, que decidira colocar-se sob meus cuidados.

No dia seguinte, eu o fiz comprometer-se a submeter-se à única e exclusiva condição do tratamento, ou seja, dizer tudo que lhe viesse à cabeça, ainda que lhe fosse desagradável ou que lhe parecesse sem importância, irrelevante ou sem sentido. Então lhe dei permissão para iniciar suas comunicações com qualquer assunto que o contentasse, e assim ele começou.

Disse-me que tinha um amigo sobre o qual possuía uma opinião extraordinariamente elevada. Costumava procurá-lo sempre que estava atormentado por algum impulso criminoso, e perguntar-lhe se ele o desprezava, como se despreza um criminoso. Seu amigo costumava, então, dar-lhe apoio moral, assegurando-lhe que ele era um homem de conduta irrepreensível e que provavelmente tinha tido o hábito, a partir de sua juventude, de encarar obscuramente sua própria vida. Numa época anterior, prosseguiu, outra pessoa havia exercido uma influência semelhante sobre ele. Era um estudante de dezenove anos (ele próprio tinha quatorze ou quinze anos, naquele tempo) que passara a ter amizade por ele, e que levava sua auto-estima a um grau extraordinário, de tal forma que ele, para si mesmo, pareceu ser um gênio. Esse estudante, subseqüentemente, tornou-se seu professor, e de repente modificou seu comportamento e começou a tratá-lo como se fosse um idiota. Por fim, notou que o

estudante estava interessado numa de suas irmãs, e compreendeu que ele o havia aceito apenas para conseguir admissão na casa. Este foi o primeiro grande golpe de sua vida.

Então, ele prosseguiu sem qualquer transição aparente: ‘Minha vida sexual começou muito cedo. Posso lembrar-me de uma cena durante meu quarto ou quinto ano de idade (dos seis anos em diante posso lembrar-me de tudo). Essa cena veio-me à cabeça um pouco distintamente, anos depois. Tínhamos uma governanta, muito jovem e bonita, chamada Fräulein Peter. Certa noite, ela estava deitada no sofá, ligeiramente vestida, lendo. Eu estava deitado ao seu lado e pedi-lhe para arrastar-me para debaixo de sua saia. Ela me disse que podia, desde que eu nada dissesse sobre isso a ninguém. Ela tinha muito pouca roupa por cima, e manipulei com os dedos seus genitais e a parte inferior do seu corpo, o que me chocou como algo muito extravagante. Depois disso, fiquei com uma curiosidade ardente e atormentadora de ver o corpo feminino. Ainda posso lembrar a intensa excitação com que eu, nos Banhos (aos quais ainda me permitiam ir com a governanta e com minhas irmãs), esperava a governanta despir-se e entrar na água. Posso lembrar-me de mais coisas a partir dos seis anos de idade. Àquela época tínhamos uma outra governanta, também jovem e de boa aparência. Ela tinha abcessos nas nádegas, os quais tinha hábito de espremer à noite. Eu costumava esperar avidamente por aquele momento, para apaziguar a minha curiosidade. Era a mesma coisa, como nos Banhos — embora Fräulein Lina fosse mais reservada que sua predecessora.’ (Em resposta a uma pergunta que fiz de permeio: ‘Via de regra’, o paciente contou-me, ‘eu não dormia no quarto dela, mas na maioria das vezes com meus pais.’) ‘Lembro-me de uma cena que deve ter-se passado quando eu tinha sete anos. Estávamos sentados, juntos, certa noite — a governanta, a cozinheira, outra criada, eu e meu irmão, dezoito meses mais novo que eu. As jovens estavam conversando e eu, de repente, me tornei cômico do que Fräulein Lina dizia: “Poder-se-ia fazê-lo com o pequeno; mas Paul” (era eu) “é muito desajeitado, seguramente ele iria falhar.” Eu não entendia claramente o que estavam querendo dizer, contudo senti a desconsideração e comecei a chorar. Lina confortou-me e me contou com uma jovem que fizera algo daquele tipo com um menininho de que se encarregava fora presa por vários meses. Não acredito que ela realmente fez algo errado comigo, mas tomei muitas liberdades com ela. Quando subia na sua cama eu costumava descobri-la e tocá-la, e ela não fazia objeções. Ela não era muito inteligente e tinha claramente desejos sexuais, fortes e excessivos. Com vinte e três anos ela tivera um filho. Depois se casou com o pai deste, de modo que hoje é uma Frau Hofrat. Mesmo hoje, vejo-a com frequência na rua.

‘Quando eu tinha seis anos, já sofria de ereções, e sei que, certa vez, fui até minha mãe queixar-me delas. Também sei que, assim fazendo, eu tinha alguns receios para superar, pois tinha um pressentimento de que havia alguma conexão entre esse assunto e minhas idéias e minhas indagações, e naquela época eu costumava ter uma idéia mórbida *de que meus pais conheciam meus pensamentos; dei-me a explicação disso supondo que os havia revelado em voz alta, sem haver-me escutado fazê-lo.* Encaro esse fato como o começo de minha doença. Havia determinadas pessoas, moças, que muito me agradavam, e eu tinha um forte desejo de vê-las despidas. Contudo, desejando isso, eu tinha *um estranho sentimento, como se algo devesse acontecer se eu pensasse em tais coisas, e como se devesse fazer todo tipo de coisas para evitá-lo.*’

(Em resposta a uma pergunta, ele me deu um exemplo desses seus temores: ‘Por exemplo, *que meu pai deveria morrer.*’) ‘Os pensamentos a respeito da morte de meu pai ocuparam minha mente desde uma idade muito precoce e por um longo período, deprimindo-me enormemente.’

Nesse ponto eu soube, com assombro, que o pai do paciente, com quem afinal seus temores obsessivos estavam *agora* ocupados, falecera muitos anos antes.

Os eventos no seu sexto, ou sétimo, ano de idade, que o paciente descreveu na primeira sessão de seu tratamento, não eram puramente, como ele supunha, o começo de sua enfermidade, mas já eram a própria doença. Era uma neurose obsessiva completa, não faltando elemento essencial algum, e ao mesmo tempo o núcleo e o protótipo do distúrbio posterior — um organismo elementar, digamos, cujo estudo poderia, sozinho, capacitar-nos a obter um apanhado da complicada organização de sua subsequente enfermidade. A criança, como vimos, estava sob o domínio de um componente do instinto sexual, o desejo de olhar [escopofilia]; como resultado deste, existia nele uma constante recorrência de um desejo muito intenso relacionado com pessoas do sexo feminino que o agradavam — ou seja, o desejo de vê-las nuas. Esse desejo corresponde à última idéia obsessiva ou compulsiva; e se a qualidade da compulsão ainda não estava presente no desejo, era porque o ego ainda não se havia posto em oposição a ele e ainda não o encarava como algo estranho a si próprio. Não obstante, a oposição a esse desejo a partir dessa ou daquela fonte já estava em atividade, de vez que sua ocorrência era regularmente acompanhada de um afeto aflitivo. Um conflito estava evidentemente progredindo na mente desse jovem libertino. Paralelamente ao desejo obsessivo, e com ele intimamente associado, havia um medo obsessivo; sempre que ele tinha um desejo desse tipo, não podia evitar de temer que algo terrível fosse acontecer. Essa coisa terrível já estava vestida de uma indefinição característica, que desde então deveria ser um aspecto invariável de toda manifestação da neurose. Contudo, numa criança não é difícil descobrir o que é que está oculto por trás de uma indefinição desse tipo. Se o paciente pode ser uma vez induzido a fornecer um exemplo particular, em lugar das vagas generalidades que caracterizam uma neurose obsessiva, pode-se confiantemente aceitar que o exemplo é a coisa original e real que tentou esconder-se por trás da generalização. Portanto, o medo obsessivo de nosso atual paciente, quando restabelecido seu significado original, seria como se segue: ‘Se tenho esse desejo de ver uma mulher despida, meu pai deverá fatalmente morrer.’ O afeto aflitivo estava distintamente colorido com um matiz de estranheza e superstição, e já estava começando a gerar impulsos para fazer algo a fim de evitar o mal iminente. Esses impulsos deveriam, subsequente, desenvolver-se em *medidas de proteção* que o paciente adotava.

Em conseqüência, achamos o seguinte: um instinto erótico e uma revolta contra ele; um desejo que ainda não se tornou compulsivo e, lutando contra ele, um medo já compulsivo; um afeto aflitivo e uma impulsão em direção ao desempenho de atos defensivos. O inventário da neurose alcançou sua amostragem completa. Com efeito, alguma coisa mais está presente, ou seja, uma espécie de *delírio* ou *delirium* com o estranho conteúdo de que seus pais conheciam seus pensamentos, porque ele os expressava em voz alta, sem escutar a si próprio fazê-lo. Não nos extraviaremos tanto, se supusermos que, fazendo essa tentativa de uma explicação, a criança tinha alguma suspeita daqueles notáveis processos mentais que descrevemos como inconscientes e que não podemos tolerar, se é que devemos esclarecer cientificamente esse obscuro assunto. ‘Expresso em voz alta meus pensamentos, sem ouvi-los’ soa como uma projeção no mundo externo de nossa própria hipótese de que ele tinha pensamentos sem nada conhecer a respeito deles; soa como uma percepção endopsíquica daquilo que foi reprimido.

A situação é clara. A elementar neurose de infância já envolvia um problema e um aparente absurdo, como qualquer complicada neurose da maturidade. Qual pode ter sido o significado da idéia da criança de que, se ele tivesse esse lascivo desejo, seu pai estaria fadado a morrer? Era puro disparate? Ou existem meios de compreender as

palavras e de percebê-las tal como uma conseqüência necessária de eventos e premissas anteriores?

Se aplicarmos algum conhecimento adquirido em outra parte a este caso de neurose infantil, não seremos capazes de evitar uma suspeita de que, neste exemplo, como em outros (isto é, antes de a criança haver chegado à idade de seis anos), houve conflitos e repressões que foram surpreendidos pela amnésia, mas que deixaram atrás de si, como um resíduo, o contexto particular desse medo obsessivo. Mais tarde, saberemos com que extensão nos será possível redescobrir aquelas experiências esquecidas ou reconstruí-las com algum grau de certeza. Nesse ínterim, pode-se enfatizar o fato (o qual é, provavelmente, mais do que uma mera coincidência) de que a amnésia infantil do paciente terminou exatamente com seu sexto ano de idade.

Encontrar uma neurose obsessiva crônica que começa assim, na tenra infância, com desejos lascivos dessa espécie, correlacionados com estranhas apreensões e uma propensão ao desempenho de atos defensivos, não é nada de novo para mim. Tenho deparado isso em inúmeros outros casos. É absolutamente típico, embora provavelmente não seja o único tipo possível. Antes de passar aos eventos da segunda sessão, gostaria de acrescentar mais uma palavra a respeito das primeiras experiências sexuais do paciente. Dificilmente se porá em discussão o fato de que elas podem ser descritas como experiências que foram consideráveis, quer em si mesmas, quer nas conseqüências que tiveram. Contudo, foi o mesmo que aconteceu com os outros casos de neurose obsessiva que tive a oportunidade de analisar. Tais casos, distintamente daqueles de histeria, possuem invariavelmente a característica de uma atividade sexual prematura. As neuroses obsessivas, mais do que as histerias, tornam óbvio que os fatores que formarão uma psicose podem ser encontrados na vida sexual *infantil* do paciente, e não em sua vida atual. A vida sexual atual de um neurótico obsessivo pode, com freqüência, parecer perfeitamente normal a um observador superficial; com efeito, ela freqüentemente oferece aos olhos elementos e anormalidades patogênicas bem menos numerosas do que no exemplo que ora estamos considerando.

‘Acho que hoje começarei com a experiência que constituiu motivo imediato para eu vir visitá-lo. Foi em agosto, durante as manobras em ..... Eu antes estivera padecendo e me atormentando com todas as espécies de pensamentos obsessivos, mas eles passaram rapidamente durante as manobras. Eu estava a fim de mostrar aos oficiais regulares que pessoas como eu não só haviam aprendido bastante, mas também podiam agüentar bastante. Um dia, partimos de..... em marcha lenta. Durante uma parada, perdi meu *pince-nez* e, embora pudesse encontrá-lo facilmente, não queria atrasar nossa partida, de modo que o deixei para lá. Todavia, telegrafei aos meus oculistas em Viena para que me enviassem um par, pelo próximo correio. Durante aquela mesma parada sentei-me entre dois oficiais, um dos quais, um capitão de nome tcheco, não iria ter pequena importância para mim. Eu tinha certo terror dele, *pois ele obviamente gostava de crueldade*. Não digo que era um homem mau, mas no grupo de oficiais ele sempre havia defendido a introdução de castigo corporal, de modo que eu fora obrigado a discordar dele com veemência. Pois bem, durante a parada passamos a conversar, e o capitão contou-me que havia lido sobre um castigo particularmente horrível aplicado no Leste...’

Aqui o paciente interrompeu-se, levantou-se do divã e pediu-me que lhe poupasse a exposição dos detalhes. Assegurei-lhe que eu próprio não tinha gosto, qualquer que fosse, por crueldade, e certamente não tinha desejo algum de atormentá-lo; contudo, naturalmente não podia conceder-lhe algo que estava além de minhas forças. Ele podia, igualmente, pedir-me para lhe dar a lua. A superação das resistências era uma

lei do tratamento, e de forma alguma poder-se-ia dispensá-la. (Expliquei a idéia de ‘resistência’ a ele, no começo da sessão, quando me contou que havia nele muita coisa que ele teria de superar, se tivesse de relatar essa sua experiência.) Continuei, dizendo que faria tudo que pudesse para, não obstante, adivinhar o pleno significado de quaisquer pistas que me fornecesse. Será que ele estava pensando em cerca de estacas? — ‘Não, isso não;... o criminoso foi amarrado...’ — expressou-se ele tão indistintamente, que não pude adivinhar logo em qual situação — ‘...um vaso foi virado sobre suas nádegas... alguns *ratos* foram colocados dentro dele... e eles...’ — de novo se levantou e mostrava todo sinal de horror e resistência — ‘*cavaram caminho no...*’ — Em seu ânus, ajudei-o a completar.

Em todos os momentos importantes, enquanto me contava sua história, sua face assumiu uma expressão muito estranha e variada. Eu só podia interpretá-la como uma face *de horror ao prazer todo seu do qual ele mesmo não estava ciente*. Prosseguiu com a maior dificuldade: ‘Naquele momento atravessou minha mente, como um relâmpago, a idéia de que isso estava acontecendo a uma pessoa que me era muito cara.’ Respondendo a uma pergunta direta, ele disse que não era ele mesmo quem estava infligindo o castigo, mas que este estava sendo aplicado como se fosse de forma impessoal. Após pequena insinuação, eu soube que a pessoa a quem essa sua ‘idéia’ se referia era a dama a quem ele admirava.

Interrompeu sua história para me assegurar de que esses pensamentos lhe eram totalmente alheios e repulsivos, e para contar-me que tudo que se tinha seguido, no curso deles, passara por sua cabeça com a mais extraordinária rapidez. Simultaneamente à idéia, sempre aparecia uma ‘sanção’, isto é, a medida defensiva que ele estava obrigado a adotar, a fim de evitar que a fantasia fosse realizada. Quando o capitão falara desse horrendo castigo, ele prosseguiu, e essas idéias lhe vieram à mente, empregando as suas fórmulas de praxe (um ‘mas’ acompanhado de um gesto de repúdio, e a frase ‘o que é que você está pensando’), ele acabara por conseguir evitar *ambas*.

Esse ‘ambas’ surpreendeu-me, e não há dúvida de que também confundiu o leitor. Isso porque, até aqui, ouvimos apenas uma idéia — de o castigo com rato ser aplicado à dama. Agora ele estava obrigado a admitir que uma segunda idéia lhe ocorrera simultaneamente, ou seja, a idéia do castigo sendo também aplicado a seu pai. Como seu pai havia falecido muitos anos antes, esse medo obsessivo era muito mais disparatado até mesmo do que o primeiro; e, em consequência, tentara evadir-se de ser confessado por mais algum tempo.

Naquela noite, prosseguiu, o mesmo capitão entregou-lhe um pacote, chegado pelo correio, e dissera: ‘O Tenente A. pagou as despesas para você. Você lhe deve reembolsar.’ O pacote continha o *pince-nez* pelo qual ele havia telegrafado. Naquele instante, contudo, uma ‘sanção’ tomara forma em sua mente, ou seja, *ele não devia devolver em pagamento o dinheiro*, ou aquilo iria acontecer (isto é, a fantasia sobre os ratos se realizaria em relação a seu pai e à dama). E imediatamente, conforme um tipo de procedimento que lhe era familiar, para combater essa sanção surgira uma ordem na forma de um juramento: ‘*Você deve pagar de volta as 3.80 coroas ao Tenente A.*’ Ele dissera essas palavras a si próprio quase em voz alta.

Dois dias depois, terminaram as manobras. Ele passara todo o tempo de entremeio fazendo esforços para reembolsar o Tenente A. com a pequena quantia em questão; entretanto, uma série de dificuldades, de natureza aparentemente *externa*, surgiu para impedi-lo. Primeiramente ele tentara efetuar o pagamento mediante um outro oficial que fora para a agência postal. Mas aliviara-se bastante, quando esse oficial lhe trouxe o dinheiro de volta, dizendo que não encontrara lá o Tenente A.; isso porque

esse método de realizar seu juramento não lhe satisfizera, na medida em que não correspondia à expressão, que era a seguinte: ‘*Você* deve pagar de volta o dinheiro ao Tenente A.’ Finalmente, encontrara o Tenente A., a pessoa que ele estava procurando; mas esse oficial recusara-se a aceitar o dinheiro, declarando que ele nada havia pago para ele, e nada, seja o que fosse, tinha a ver com os correios, que era responsabilidade do Tenente B. Isso causou enorme perplexidade ao meu paciente, pois significava que era incapaz de manter seu juramento, uma vez que fora baseado em falsas premissas. Ele urdira um meio muito curioso de sair da sua dificuldade; ou seja, ele iria à agência postal com ambos os homens, A. e B., A. daria lá à jovem dama, as 3.80 coroas, a jovem dama as daria a B., e então ele mesmo devolveria em pagamento as 3.80 coroas a A., segundo as palavras de seu juramento.

Não me surpreenderia ouvir que, a essa altura, o leitor interrompesse sua capacidade de acompanhar essa exposição, pois mesmo o relato pormenorizado que o paciente me forneceu acerca dos eventos externos daqueles dias e de suas reações a eles estava pleno de contradições e soava desesperadamente confuso. Somente quando narrou a história pela terceira vez, pude fazê-lo compreender as obscuridades dela e pude pôr a nu os erros de memória e os deslocamentos nos quais ele ficara envolvido. Poupar-me-ei a dificuldade de reproduzir esses detalhes, cujos pontos essenciais eu, com facilidade, serei capaz de retomar mais tarde; apenas acrescentarei que, no final dessa segunda sessão, o paciente se comportou como se estivesse ofuscado e desorientado. Repetidamente se dirigia a mim como ‘Capitão’, provavelmente porque no início da consulta eu lhe contara que eu próprio não gostava de crueldade, como o Capitão N., e que eu não tinha intenção de atormentá-lo sem necessidade.

A única parte restante de informação que dele consegui durante essa consulta foi que, a partir da primeira ocasião, em todas as ocasiões anteriores nas quais ele tivera medo de que algo aconteceria a pessoas a quem ele amava não menos do que no momento presente, ele referira as punições não apenas à nossa vida atual, mas também à eternidade — o outro mundo. Até esse décimo quarto ou décimo quinto ano fora religioso devoto, mas a partir dessa época evoluiu gradualmente para o livre-pensador que ele era hoje em dia. Reconciliou a contradição [entre suas crenças e suas obsessões], dizendo a si próprio: ‘O que pensa você sobre o próximo mundo? O que sabem os outros a esse respeito? Nada *pode* ser conhecido a respeito dele. Você nada está arriscando — faça-o então.’ Essa forma de argumentação parecia irrepreensível para um homem que, em outros aspectos, era particularmente lúcido; dessa forma ele explorou a incerteza da razão em face dessas perguntas, em benefício da atitude religiosa que ele tinha deixado que continuasse crescendo.

Na terceira sessão, completou sua história, deveras característica, de seus esforços para cumprir seu juramento obsessivo. Naquela noite, a última reunião de oficiais realizou-se antes do fim das manobras. Coube-lhe responder ao brinde de ‘O Cavalheiro da Reserva’. Ele falara bem, mas como se estivesse em um sonho, de vez que atrás de sua mente estava sendo incessantemente atormentado pelo seu juramento. Passou uma noite terrível. Argumentos e contra-argumentos debatiam-se entre si. O principal argumento fora, naturalmente, que a premissa na qual se baseava seu juramento — de que o Tenente A. lhe pagara o dinheiro — provou ser falsa. Entretanto, consolara-se com o pensamento de que o negócio ainda não estava concluído, pois A. estaria, na manhã seguinte, dirigindo-se com ele por parte do caminho até a estação ferroviária em P....., de modo que ele ainda teria tempo de lhe pedir um favor necessário. Na realidade, ele não o fizera e permitiu a A. sair sem ele; contudo, dera instruções a seu adjunto para fazer A. saber que ele tinha intenção de lhe fazer uma visita à tarde. Ele próprio alcançou a estação às nove e meia da manhã. Lá depositara a



sua bagagem e providenciara várias coisas que tinha de fazer na cidadezinha, com a intenção de depois fazer a visita a A. A vila para onde A. fora nomeado distava cerca de uma hora de viagem da cidade de P..... A viagem por trem até o lugar onde estava a agência postal [Z.....] levaria três horas. Ele calculara, portanto, que a execução de seu complicado plano lhe daria tempo exato para apanhar o trem da noite, que partia de P..... para Viena. As idéias que lutavam dentro dele foram, de um lado, que ele estava simplesmente sendo covarde e obviamente apenas tentando escapar do desprazer de pedir a A. que fizesse o sacrifício em questão e de fazer uma figura idiota à frente dele, e isso é que explicava por que ele estava desrespeitando seu juramento. Por outro lado, era a idéia de que, pelo contrário, seria covardia sua *realizar* o seu juramento, de vez que só queria fazê-lo assim, a fim de que fosse deixado em paz por suas obsessões. Quando, no decurso de suas deliberações, acrescentou o paciente, ele achava os argumentos tão nitidamente equilibrados assim, era seu hábito permitir que seus atos fossem decididos por eventos casuais, embora pelas mãos de Deus. Por conseguinte, quando um carregador na estação se dirigiu a ele com as palavras ‘O trem das dez horas, senhor?’ ele respondeu ‘Sim’, e de fato fora no trem das dez horas. Desse modo, criou um *fait accompli* e se sentiu enormemente aliviado. Providenciara a reserva de um lugar para a refeição no carro-restaurant. Na primeira estação em que pararam, lembrou-se, de repente, de que ainda tinha tempo para sair, esperar pelo próximo trem que descia, viajar de volta nele até P....., dirigir-se até o lugar onde o Tenente A. estava aquartelado, de lá empreender a viagem de trem de três horas de percurso junto com ele até a agência postal, e assim por diante. Fora apenas a consideração de que reservara seu lugar para a refeição com o comissário do carro-restaurant que o impedira de realizar esse plano. Ele, contudo, não o abandonara; só deixara para sair numa próxima parada. Dessa maneira, ele se debatera com as idéias de estação a estação, até que alcançara uma, na qual lhe parecia impossível sair, porque tinha parentes que lá moravam. Determinara, pois, atravessar Viena, cumprimentar lá o seu amigo e lhe expor todo o assunto, e assim, depois que seu amigo tivesse tomado sua decisão, apanhar o trem noturno de volta a P..... Quando expus a dúvida quanto a saber se isso teria sido viável, assegurei-me que teria tido meia hora a poupar entre a chegada de um trem e a partida do outro. Entretanto, quando chegara a Viena, não conseguia encontrar seu amigo no restaurante onde esperava encontrá-lo, nem encontrara a casa do seu amigo até as onze horas da noite. Ele lhe contou toda a história naquela mesma noite. Seu amigo mantivera suas mãos erguidas de assombro, por pensar que ele ainda podia duvidar se estava sofrendo de uma obsessão, e o acalmou naquela noite, de modo que ele pudesse dormir tranqüilo. Na manhã seguinte, foram juntos para a agência postal a fim de remeter as 3.80 coroas à agência postal [Z.....], onde havia chegado o pacote contendo o *pince-nez*.

Foi essa última explicação que me forneceu um ponto de partida do qual pude começar a pôr em ordem as diversas distorções implicadas em sua história. Depois que seu amigo o trouxe ao seu perfeito juízo, ele não remetera a pequena quantia de dinheiro em questão, nem ao Tenente A. nem ao Tenente B., mas diretamente à agência postal. Ele, portanto, deve ter sabido que devia a importância das despesas com o pacote *a mais ninguém senão ao oficial da agência postal*, e deve ter sabido isso antes de iniciar sua viagem. Revelou-se que, com efeito, ele o soubera antes de o capitão fazer seu pedido e antes que ele próprio fizesse seu juramento; isso porque agora lembrava que poucas horas *antes* de encontrar o cruel capitão tivera ocasião de se apresentar a outro capitão, que lhe contara como estavam realmente as coisas. Esse oficial, ouvindo seu nome, lhe contara que estivera na agência postal pouco tempo antes e que aí a jovem dama lhe perguntou se ele conhecia o Tenente L., (que é o paciente), para quem chegara um

pacote, a pagar contra-entrega. O oficial respondeu que não, mas a jovem dama fora de opinião que ela podia confiar no desconhecido tenente e dissera que, no meio tempo, ela própria pagaria as taxas. Fora assim que o paciente se apossou do *pince-nez* que havia encomendado. O cruel capitão cometera um equívoco quando, ao lhe entregar o pacote, lhe pediu para pagar a A., em reembolso, as 3.80 coroas, e o paciente deve ter sabido que foi um engano. Apesar disso, fizera um juramento fundado nesse equívoco, um juramento que estava fadado a ser um tormento para ele. Assim fazendo, suprimira para si próprio, justamente como suprimira para mim ao contar a história, o episódio do outro capitão e a existência da confiante jovem na agência postal. Devo admitir que, quando se fez essa correção, seu comportamento se tornou cada vez mais sem sentido e ininteligível do que antes.

Depois que deixou seu amigo e retornou à família, suas dúvidas mais uma vez o assaltaram. Os argumentos de seu amigo, via ele, não foram diferentes dos seus próprios argumentos, e ele não estava em delírio algum de que seu alívio temporário podia ser atribuído a alguma coisa mais além da influência pessoal do amigo. Sua determinação de consultar um médico configurou-se num delírio da seguinte forma engenhosa: Pensava que iria encontrar um médico que lhe desse certificação do fato de que, para recobrar a saúde, lhe era necessário realizar um ato tal como ele planejara com relação ao Tenente A.; e o tenente, sem dúvida, deixar-se-ia persuadir pela certificação a aceitar dele as 3.80 coroas. A oportunidade de um dos meus livros ter caído em suas mãos justamente naquele momento orientou a sua escolha para mim. Não era, contudo, questão de conseguir de mim um certificado; tudo quanto me pediu foi, fato muito razoável, ser libertado de suas obsessões. Muitos meses depois, quando sua resistência atingiu seu ápice, sentiu uma vez mais a tentação de viajar a P....., apesar de tudo, a fim de visitar o Tenente A. e realizar a farsa de lhe devolver o dinheiro.

O leitor não deve esperar ouvir de imediato como tento esclarecer as estranhas e absurdas obsessões do paciente acerca dos ratos. A verdadeira técnica da psicanálise requer que o médico suprima sua curiosidade, e deixe ao paciente liberdade total para escolher a ordem na qual os tópicos sucederão um ao outro durante o tratamento. Na quarta consulta, conseqüentemente, recebi o paciente com a seguinte pergunta: 'E como o senhor pretende prosseguir hoje?'

'Decidi contar-lhe algo que considero mais importante e que me atormentou desde o primeiro instante.' Ele então me contou, com muitos detalhes, a história da última doença de seu pai, que morrera de enfisema, nove anos atrás. Certa noite, achando que se tratava de um estado que acarretaria uma crise, perguntara ao médico quando o perigo poderia ser considerado acabado. 'Na noite depois de amanhã', fora a resposta. Nunca havia imaginado que seu pai poderia não sobreviver além daquele limite. À noite, às onze e meia, deitara-se para descansar por uma hora. Despertara a uma hora, e soube por um amigo médico que seu pai havia morrido. Censurou-se por não ter estado presente à hora de sua morte; e a censura intensificara-se quando a enfermeira lhe contou que seu pai dissera seu nome uma vez nos últimos dias, e dissera a ela, ao aproximar-se do leito: 'É o Paul?' Ele pensara haver observado que sua mãe e suas irmãs estivessem propensas a se censurarem de uma forma parecida; elas, porém, jamais falaram a esse respeito. Contudo, no princípio, a censura não o atormentara. Por muito tempo não compreendia o fato de o pai haver morrido. Constantemente sucedia que ele, ao escutar uma boa piada, dissesse para si: 'Preciso contar essa a papai.' Também a sua imaginação estivera ocupada com o pai, de modo que, com freqüência, quando batiam à porta, ele iria pensar: 'É papai que está chegando', e quando ia para

uma sala esperaria encontrar seu pai nela. E, embora jamais tivesse esquecido que seu pai estava morto, a probabilidade de ver uma aparição fantasmagórica desse tipo não encerrara terrores para ele; pelo contrário, ele desejara isso muitíssimo. Somente dezoito meses depois é que a recordação de sua negligência lhe veio e começou a atormentá-lo terrivelmente, de forma que passara a tratar a si próprio como um criminoso. A ocasião desse acontecimento fora a morte de uma tia emprestada, e uma visita de condolência paga em casa dela. A partir daquele tempo, ele ampliou a estrutura de seus pensamentos obsessivos de maneira a incluir o outro mundo. A conseqüência imediata dessa evolução fora ele ficar seriamente incapacitado de trabalhar. Ele me contou que a única coisa que o levava a continuar avante naquele tempo era o consolo que lhe dera o amigo, o qual sempre afastara as suas autocensuras, com base no fato de que elas eram totalmente exageradas. Ouvindo isso, aproveitei a oportunidade para lhe dar um primeiro vislumbre dos princípios básicos da terapia psicanalítica. Quando, assim iniciei, existe uma *mésalliance* entre um afeto e seu conteúdo ideativo (neste exemplo, entre a intensidade da autocensura e a oportunidade para ela manifestar-se), um leigo irá dizer que o afeto é demasiadamente grande para a ocasião — que isso é exagerado — e que, conseqüentemente, a inferência originária da autocensura (a inferência de que o paciente é um criminoso) é falsa. Pelo contrário, o médico [analista] diz: ‘Não. O afeto se justifica. O sentimento de culpa não está, em si, aberto a novas críticas. Mas pertence a algum outro contexto, o qual é desconhecido (*inconsciente*) e que exige ser buscado. O conteúdo ideativo conhecido só entrou em sua posição real graças a uma falsa conexão. Não estamos acostumados a sentir fortes afetos, sem que eles tenham algum conteúdo ideativo; e, portanto, se falta o conteúdo, apoderamo-nos, como um substituto, de algum outro conteúdo que seja, de uma ou de outra forma, apropriado, com a mesma intensidade com que a nossa polícia, não podendo agarrar o assassino certo, prende, em seu lugar, uma pessoa errada. Além disso, esse fato de existir uma falsa conexão é o único meio de se responder pela impotência dos processos lógicos para combater a idéia atormentadora.’ Concluí admitindo que esse novo meio de encarar o assunto deu origem imediatamente a alguns problemas difíceis; porque, como podia ele admitir ser justificada a sua autocensura de ser um criminoso com relação ao seu pai, quando precisa saber que, na realidade, jamais cometera crime algum contra ele?

Na sessão seguinte, o paciente mostrou grande interesse por aquilo que eu dissera, mas se arriscou, conforme me contou, a apresentar algumas dúvidas. — Como, perguntou, podia justificar-se a informação de que a autocensura, o sentimento de culpa, tenha um efeito terapêutico? — Expliquei que não era a informação que possuía esse efeito, mas sim a descoberta do conteúdo inconsciente ao qual a autocensura de fato estava ligada. — Sim, disse ele, este era o ponto exato ao qual fora dirigida a sua pergunta. — Fiz então algumas pequenas observações sobre *as diferenças psicológicas entre o consciente e o inconsciente*, e sobre o fato de que toda coisa consciente estava sujeita a um processo de desgaste, ao passo que aquilo que era inconsciente era relativamente imutável; e illustrei meus comentários indicando as antiguidades que se encontravam ao redor, em minha sala. Era, com efeito, disse eu, apenas objetos achados num túmulo, e o enterramento deles tinha sido o meio de sua preservação: a destruição de Pompéia só estava começando agora que ela fora desenterrada. — Havia alguma garantia de qual seria a atitude de alguém com relação ao que foi descoberto? Um homem, pensou ele, sem dúvida se comportaria de um modo tal a conseguir o melhor de sua autocensura; outro, porém, não o faria. — Não, disse eu, seguia da natureza das circunstâncias o fato de que, em todo caso, o afeto seria superado — na maior parte, durante o progresso do próprio trabalho. Foi feito todo esforço para preservar Pompéia, enquanto as pessoas estavam ansiosas por se livrarem de idéias atormentadoras como as

suas. — Ele disse a si mesmo, prosseguiu, que uma autocensura só podia originar-se de um rompimento dos próprios princípios morais internos de uma pessoa e não do de quaisquer outros princípios externos. — Concordei, e disse que o homem que simplesmente rompe com uma lei externa muitas vezes se vê como um herói. — Uma ocorrência assim, continuou, era então possível apenas onde já estivesse presente uma *desintegração da personalidade*. Havia uma possibilidade de ele efetuar uma reintegração da sua personalidade? Caso isso pudesse realizar-se, ele achava que seria capaz de tornar a sua vida um êxito, talvez mais do que a maioria das pessoas. — Respondi que eu estava completamente de acordo com essa noção de uma divisão (*splitting*) da sua personalidade. Ele apenas tinha de assimilar esse novo contraste, entre um eu (*self*) moral e um eu (*self*) mau, com o contraste que eu já mencionara, entre o consciente e o inconsciente. O eu (*self*) moral era o consciente, o eu (*self*) mau era o inconsciente. Ele então disse, embora se considerasse uma pessoa moral, que podia lembrar-se, com bastante determinação, de haver feito coisas em sua *infância* que provinham do seu outro eu (*self*). — Observei que, aqui, ele havia incidentalmente atingido uma das principais características do inconsciente, ou seja, a relação deste com o *infantil*. O inconsciente, expliquei, *era* o infantil; era aquela parte do eu (*self*) que ficara apartada dele na infância, que não participara dos estádios posteriores do seu desenvolvimento e que, em conseqüência, se tornara *reprimida*. Os derivados desse inconsciente reprimido eram os responsáveis pelos pensamentos involuntários que constituíram a sua doença. Agora, acrescentei, ele podia ainda descobrir uma outra característica do inconsciente; era uma descoberta que eu gostaria de deixá-lo realizar por si próprio. — Ele nada mais achou para dizer nessa conexão imediata, mas, em lugar disso, expressou a dúvida quanto a saber se era possível desfazer modificações de uma longa duração dessas. O que, em particular, poderia ser feito contra sua idéia acerca do outro mundo de vez que não podia ser refutada pela lógica? Eu lhe disse que nem debateria a gravidade do seu caso nem a significação de suas construções patológicas; contudo, ao mesmo tempo a sua juventude estava muitíssimo a seu favor, bem como a integridade da sua personalidade. Nessa conexão eu disse uma ou duas palavras sobre a boa opinião que eu formara sobre ele, e isto lhe causou visível prazer.

Na sessão seguinte, ele começou por dizer que devia contar-me um evento de sua infância. A partir dos seus sete anos, conforme já me dissera, havia tido um medo de que seus pais adivinhassem seus pensamentos, e esse medo, com efeito, persistira por toda a sua vida. Com doze anos de idade tinha gostado de uma menina, irmã de um amigo seu. (Respondendo a uma pergunta, ele disse que seu amor não fora sensual; não quisera vê-la nua porque ela era muito pequena.) Todavia, ela não lhe mostrara tanta afeição como ele havia desejado. E, conseqüentemente, viera-lhe a idéia de que ela lhe seria afável se alguma desgraça viesse a lhe acontecer; e, como exemplo dessa desgraça, a morte de seu pai insinuou-se forçadamente em sua mente. Ele logo rejeitava com energia a idéia. Mesmo agora não podia admitir a possibilidade de que aquilo, que se originara desse modo, poderia ter sido um ‘desejo’; não fora, claramente, outra coisa senão uma ‘corrente de pensamento’. — À guisa de objeção, perguntei-lhe por que, caso não tivesse sido um desejo, ele o repudiara. — Somente, replicou ele, em virtude do conteúdo da idéia, a noção de que seu pai poderia morrer. — Observei que ele estava tratando a frase como se esta envolvesse uma *lèse-majesté*; bem se sabia, naturalmente, que era igualmente passível de punição dizer ‘O imperador é um burro’, ou disfarçar as palavras proibidas, dizendo ‘Se alguém diz etc.,... então esse alguém me terá como um que concorde com isso.’ Acrescentei que eu poderia facilmente inserir a idéia, que ele repudiara tão energicamente, num contexto que excluiria a possibilidade de qualquer repúdio desse tipo; por exemplo, ‘Se meu pai morrer, eu me matarei sobre seu túmulo.’

— Ele estava abalado, mas não abandonou sua objeção. Portanto, interrompi o argumento, com a observação de que eu estava seguro de essa não ter sido a primeira ocorrência da sua idéia de seu pai morrer; evidentemente ela se originara numa data mais anterior, e algum dia haveríamos de seguir sua história. — Então prosseguiu, dizendo-me que um pensamento exatamente idêntico perpassara como um raio a sua mente uma segunda vez, seis meses antes da morte de seu pai. Naquela época, ele já estivera namorando essa dama, mas obstáculos financeiros impossibilitaram que pensasse numa aliança com ela. Ocorrerá-lhe, então, a idéia de que a *morte de seu pai poderia torná-lo rico o suficiente para desposá-la*. Defendendo-se dessa idéia ele estivera a ponto de desejar que seu pai não lhe deixasse absolutamente nada, de modo que ele não pudesse ter compensação alguma pela sua terrível perda. A mesma idéia, ainda que de forma muito mais amena, lhe adviera pela terceira vez, no dia anterior à morte de seu pai. Ele pensara: ‘Agora posso estar perdendo o que mais amo’; e então viera a contradição: ‘Não, existe alguém mais, cuja perda seria bem mais penosa para você.’ Esses pensamentos surpreenderam-no muito, de vez que ele estava bem seguro de que a morte de seu pai jamais poderia ter sido objeto de seu desejo, mas apenas de seu medo. — Após essas palavras, que enunciou forçadamente, achei aconselhável trazer à sua observação um novo fragmento de teoria. Conforme a teoria psicanalítica, eu lhe disse, todo medo correspondia a um desejo primeiro, agora reprimido; por conseguinte, éramos obrigados a acreditar no exato contrário daquilo que ele afirmara. Isto também se ajustaria a uma outra exigência teórica, ou seja, a de que o inconsciente deve ser o exato contrário do consciente. — Ele estava muito agitado com isso, e muito incrédulo. Queria saber como lhe fora possível ter um desejo desses, considerando que ele amava seu pai mais do que amava qualquer outra pessoa no mundo; não podia haver dúvida de que ele teria renunciado a todas as suas próprias perspectivas de felicidade se, fazendo-o, pudesse ter salvo a vida de seu pai. — Respondi que exatamente um amor assim intenso era a precondição necessária do ódio reprimido. No caso de pessoas com que se sentia indiferente, ele podia, seguramente, não ter dificuldades de manter, lado a lado, propensões a um prazer moderado e a um desprazer igualmente moderado; por exemplo, supondo-se que ele fosse um oficial, ele poderia pensar que seu chefe era agradável como um superior, contudo ao mesmo tempo um velhaco como um advogado, e desumano com um juiz. (Shakespeare faz Brutus falar de Júlio César de um modo semelhante: ‘Como César me amou, eu choro por ele; como foi afortunado; eu me regozijo com isso; como foi valoroso, eu o honro; mas, como foi ambicioso, eu o matei.’ Mas essas palavras já nos atingem como um tanto estranhas e pelo verdadeiro fato de que havíamos imaginado o sentimento de Brutus por César como algo mais profundo.) No caso de alguém que fosse mais íntimo dele, sua esposa, por exemplo, ele desejaria que seus sentimentos fossem puros, e, em consequência, como era apenas humano, ele não notaria as faltas dela, já que estas poderiam fazê-lo desgostar dela — ele as ignoraria como se não as enxergasse. Assim, foi precisamente a intensidade de seu amor que não permitiu que seu ódio — embora dar este nome fosse caricaturar o sentimento — permanecesse consciente. Para confirmar, o ódio precisa ter uma fonte, e descobrir essa fonte era certamente um problema; suas próprias afirmações indicavam a época em que ele temia que seus pais adivinhassem seus pensamentos. Por outro lado, também se poderia perguntar por que esse seu amor intenso não lograra extinguir seu ódio, como de praxe acontecia quando não havia dois impulsos antagônicos. Apenas poderíamos presumir que o ódio deve fluir de alguma fonte, que deve estar relacionado com alguma causa particular que o tornasse indestrutível. Por um lado, então, alguma conexão dessa espécie deve estar mantendo vivo seu ódio pelo pai, ao passo que, por outro lado, o seu intenso amor o impedia de tornar-se consciente. Por conseguinte, nada

restou para ele, a não ser existir no inconsciente, embora fosse, vez ou outra, capaz de irradiar-se, por instantes, para dentro da consciência.

Ele admitiu que tudo isso ressoava um tanto plausível, mas ele naturalmente não estava, em última análise, convencido pelo fato. Disse que não se arriscaria a indagar como uma idéia desse tipo poderia conter remissões, como poderia ela aparecer por um instante, quando ele tinha doze anos de idade, e depois, com vinte anos, e então mais uma vez, dois anos mais tarde, desta vez para sempre. Ele não podia acreditar que sua hostilidade fora extinguida nos intervalos, e, contudo, durante o curso destes, não houvera sinal algum de autocensuras. — Respondi que alguém, sempre que perguntava algo assim, já estava preparado com uma resposta; precisava ser encorajado a continuar falando. — Ele então prosseguiu, parecia que com alguma desconexão, dizendo que fora o melhor amigo de seu pai e que seu pai fora seu melhor amigo. Exceto em alguns tópicos nos quais pais e filhos comumente se mantinham separados uns dos outros — (Que queria ele dizer com isso?) —, houvera entre eles uma intimidade maior do que então existia entre ele e seu melhor amigo. No que concerne à dama, por cuja causa ele sacrificara seu pai com aquela sua idéia, era verdade que a amara muito mas jamais sentira realmente desejos sensuais por ela, como constantemente tivera em sua infância. Ao mesmo tempo, em sua infância os impulsos sensuais haviam sido muito mais intensos do que durante a puberdade. — Nesse ponto, disse-lhe que pensava que ele então fabricara a resposta que estávamos esperando e que, simultaneamente, havia descoberto a terceira grande característica do inconsciente. A fonte da qual sua hostilidade pelo pai tirava a sua indestrutibilidade era, evidentemente, algo da natureza de *desejos sensuais*, e nessa correlação ele deve ter sentido seu pai como uma *interferência*, de uma ou de outra forma. Acrescentei que um conflito dessa espécie entre a sensualidade e o amor infantil era totalmente típico. As remissões de que ele falara ocorreram porque a explosão prematura dos seus desejos sensuais havia sofrido, como consequência imediata, uma considerável diminuição da violência deles. Só quando ele foi novamente arrebatado por intensos desejos eróticos, foi que reapareceu sua hostilidade, de novo devido à revivescência da antiga situação. Então fiz com que ele concordasse que eu não o havia levado nem ao assunto da infância nem ao do sexo, mas que ele desespertara ambos por sua livre e espontânea vontade. — Então continuou, perguntando por que simplesmente não chegara a uma decisão, na época em que estava apaixonado pela dama, relativamente a saber se a interferência de seu pai naquele amor não poderia, por um momento que fosse, pesar contra seu amor pelo pai. — Repliquei que raramente é possível destruir uma pessoa *in absentia*. Tal decisão só teria sido possível se o desejo a que ele objetava tivesse aparecido pela primeira vez naquele tempo; ao passo que, de fato, era um *desejo longamente reprimido*, diante do qual ele não podia comportar-se de outra forma a não ser como fizera no princípio, e o qual, em consequência, estava imune à destruição. Esse desejo (de livrar-se de seu pai como uma interferência) deve ter-se originado numa época em que as circunstâncias foram muito diferentes — numa época, talvez, em que ele não amava seu pai mais do que amava a pessoa a quem ele desejava sensualmente, ou quando era incapaz de tomar uma decisão nítida. Deve ter sido, portanto, em sua primeira infância, antes de chegar aos seis anos de idade e antes do dia em que sua lembrança passou a ser contínua; e desde então as coisas devem ter permanecido nesse mesmo estado. — Com esse fragmento de interpretação, nossa discussão foi interrompida temporariamente.

Na sessão, seguinte, a sétima, retomou novamente o mesmo assunto. Ele não podia acreditar, disse ele, que tivesse alguma vez estado às voltas com um desejo desses contra seu pai. Lembrou-se de uma história de Sudermann, prosseguiu, que lhe causara profunda impressão. Nessa história havia uma mulher que, quando se sentava ao leito de

sua irmã enferma, sentia desejo de que a irmã viesse a morrer, a fim de que ela pudesse casar-se com o marido da irmã. Então a mulher cometeu suicídio, pensando que ela não estava apta a viver depois de sentir-se culpada de tal baixaza. Ele podia compreender isto, disse ele, e só estaria direito se seus pensamentos fossem a sua morte, de vez que não merecia nada menor. — Observei que sabíamos muito bem que os pacientes derivavam alguma satisfação de seus sofrimentos, de modo que, na realidade, todos eles resistiam, em alguma extensão, à sua própria recuperação. Ele jamais deve abster-se do fato de que um tratamento como o nosso procedeu ao acompanhamento de uma *resistência constante*; eu estaria, repetidas vezes, lembrando-o desse fato.

Prosseguiu, então, dizendo que gostaria de falar de um ato criminoso, cujo autor não reconheceu como sendo ele próprio, embora bem nitidamente se lembrasse de havê-lo cometido. Citou um trecho de Nietzsche: “‘Eu o fiz”, diz minha Lembrança. “‘Eu não posso ter feito isto”, diz meu Orgulho, e permanece inexorável. No final... a Lembrança cede.’ ‘Bem’, ele continuou, ‘minha lembrança *não* cedeu nesse ponto.’ — ‘Isto porque, o senhor deriva o prazer de suas próprias autocensuras como um meio de autopunição.’ — ‘Meu irmão mais novo... eu agora realmente gosto muito dele, e ele, justamente agora, está-me causando bastante preocupação, pois quer fazer o que considero uma união fora de hora; antes pensei em sair e matar a pessoa envolvida, de modo a evitar que ele se casasse com ela — bem, meu irmão mais novo e eu costumávamos brigar um bocado quando éramos crianças. Gostávamos muito um do outro, ao mesmo tempo, e éramos inseparáveis; mas eu estava verdadeiramente cheio de ciúmes, uma vez que ele era o mais forte e de melhor aparência entre os dois, e conseqüentemente o favorito.’ — ‘Sim. O senhor já me fez a descrição de uma cena de ciúme relacionada com Fräulein Lina.’ — ‘Então muito bem, em alguma ocasião dessas (foi seguramente antes de eu fazer oito anos, pois ainda não estava na escola, a qual passei a freqüentar quando tinha oito anos), em uma dessas ocasiões foi isto o que fiz. Nós dois tínhamos espingardas de brinquedo de fabricação comum. Carreguei a minha com a vareta e lhe disse que, se ele olhasse para o cilindro, veria alguma coisa. Aí, enquanto olhava dentro dele, puxei o gatilho. Ele foi atingido na testa, mas não se feriu; mas eu de fato tinha tido a intenção de feri-lo muito. A seguir fiquei recolhido em mim mesmo, atirei-me no chão e me interroguei como poderia ter feito uma coisa assim. Contudo, eu *realmente* fizera.’ — Aproveitei a oportunidade de encorajar meu caso. Se ele preservara a recordação de uma ação como esta, que lhe era tão estranha, ele não poderia, insisti, negar a possibilidade de algo semelhante, que agora esquecera por completo, ter acontecido, em uma idade ainda mais precoce, em relação a seu pai. — Então me contou que estava ciente de haver sentido outros impulsos vingativos, dessa vez voltados à dama a quem tanto admirava, de cujo caráter ele pintou uma ardente imagem. Podia ser verdade, disse ele, que ela não pudesse amar com facilidade; mas ela estava reservando todo o seu eu (*self*) para o homem a quem um dia pertenceria. Ela não o amava. Quando ele se tornara sabedor disso, uma fantasia consciente tomara forma em sua meta: de como ele viria a ficar muito rico e casar-se com outra, e então a levaria a visitar a dama, a fim de ferir os sentimentos dela. Entretanto, a essa altura a fantasia frustrara-se, de vez que ele fora obrigado a confessar a si mesmo que a outra mulher, sua esposa, lhe era completamente indiferente; logo, seus pensamentos ficaram confusos, até que lhe nasceu no pensamento a idéia de que essa outra mulher teria de morrer. Nessa fantasia, bem como em seu atentado ao irmão, reconheceu a qualidade de *covardia* que lhe era tão particularmente terrível. — No curso posterior de nossa conversa apontei-lhe que não tinha, logicamente, de se considerar de modo algum responsável por qualquer desses traços de seu caráter, por todos esses impulsos reprováveis oriundos de sua infância, e que eram apenas derivados de seu caráter infantil, sobreviventes em seu inconsciente;

além disso ele precisa saber que responsabilidade moral não podia ser aplicada a crianças. Acrescentei que, apenas mediante um processo de desenvolvimento, um homem, com sua responsabilidade moral, procedia da soma de suas disposições infantis. Expressou, contudo, uma dúvida sobre se todos os seus maus impulsos se haviam originado daquela fonte. Prometi, porém, prová-lo para ele no decorrer do tratamento.

Proseguiu, aduzindo o fato de sua doença haver ficado tão enormemente intensificada desde a morte de seu pai; e eu lhe disse que concordava com ele, desde que eu encarava seu sentimento pela morte do pai como a fonte principal da *intensidade* da sua doença. Digamos que seu sentimento encontrara uma expressão patológica em sua doença. Disse-lhe que, enquanto um período normal de luto duraria de um a dois anos, um período patológico como este duraria indefinidamente.

Isto é tudo quanto sou capaz de relatar do presente caso clínico, de forma detalhada e consecutiva. Coincide toscamente com a parte expositiva do tratamento; este durou, no todo, mais de onze meses.

As idéias obsessivas, como bem se sabe, têm uma aparência de não possuírem nem motivo nem significação, tal como os sonhos. O primeiro problema é saber como lhe dar um sentido e um *status* na vida mental do indivíduo, de modo a torná-las compreensíveis e, mesmo, óbvias. O problema de traduzi-las pode parecer insolúvel, mas jamais devemos deixar-nos ser mal orientados por essa ilusão. As idéias obsessivas mais rudimentares e mais excêntricas podem ser esclarecidas, se investigadas com suficiente profundidade. A solução se dá ao se levar as idéias obsessivas a uma relação temporal com as experiências do paciente, quer dizer, ao se indagar quando foi que uma idéia obsessiva particular fez sua primeira aparição e em que circunstâncias externas ela está apta para voltar a ocorrer. Como sucede com tanta freqüência, quando uma idéia obsessiva não logrou estabelecer-se permanentemente, a tarefa de esclarecê-la é correspondentemente simplificada. Podemos convencer-nos facilmente de que, uma vez descobertas as interconexões entre uma idéia obsessiva e as experiências do paciente, não haverá dificuldade de se obter acesso a algo mais, não importa o quê, que possa ser enigmático ou digno de conhecimento na estrutura patológica, com que estamos lidando — seu significado, o mecanismo de sua origem e sua derivação das forças motivadoras preponderantes da mente do paciente.

Para dar um exemplo sobremodo claro, iniciarei por um dos *impulsos suicidas*, que, em nosso paciente, ocorriam com tanta freqüência. Esse exemplo já quase se analisa por si próprio ao ser narrado. Ele me contou que, certa vez, perdeu algumas semanas de estudo em virtude da ausência da sua dama: ela havia partido para cuidar de sua avó, que estava seriamente enferma. No exato momento em que se encontrava em meio a uma difícilíssima parte de seu trabalho, ocorrera-lhe a seguinte idéia: ‘Se você recebesse a ordem de levar a cabo, na primeira oportunidade, a sua prova, você deveria tratar de obedecê-la. Mas, se lhe ordenassem cortar a garganta com uma lâmina, o que você faria?’ Imediatamente ficara ciente de que essa ordem já tinha sido dada, e já estava correndo até o aparador, para apanhar a lâmina, quando pensou: ‘Não, não é tão simples assim. Você tem que sair e matar a velha.’ Logo após, caíra no chão, com horror.

Nesse exemplo, a relação entre a idéia compulsiva e a vida do paciente está contida nas palavras iniciais de sua história. Sua dama estava ausente, enquanto ele trabalhava arduamente para um exame, de modo a conseguir mais cedo a possibilidade de estabelecer uma união com ela. Enquanto trabalhava foi acometido por um anseio



pela dama ausente, e pensou na razão da ausência dela. Agora acabava de ser acometido por algo que seria provavelmente uma espécie de sentimento de aversão contra a avó de sua dama, caso ele tivesse sido um homem normal: ‘Por que a velha deveria ficar doente, justamente agora que anseio por *ela*, com tanto temor?’ Temos de supor que algo semelhante, contudo bem intenso, atravessou a mente de nosso paciente — um acometimento inconsciente de raiva que se coadunaria com seu anseio e poderia encontrar expressão na seguinte exclamação: ‘Como eu gostaria de sair e matar aquela velha mulher por haver-me roubado o meu amor!’ Ao que se seguiu a ordem de ‘Mate-se a si próprio, como punição dessas suas paixões selvagens e assassinas!’ Todo esse processo introduziu-se na consciência do obsessivo paciente, acompanhando-se do mais violento afeto e *numa ordem inversa*: em primeiro lugar veio a ordem de punição, e a seguir, enfim, a menção da culpa. Não me é possível achar que essa tentativa de explicação parecesse forçada, ou que envolvesse elementos hipotéticos vários.

Um outro impulso, que se pode descrever como *indiretamente* suicida, e de duração mais longa, não se podia explicar com tanta facilidade assim, de vez que a relação deste com as experiências do paciente conseguiu ocultar-se por trás de uma daquelas associações puramente externas, que parecem tão chocantes à nossa consciência. Certo dia, estando fora, em suas férias de verão, ocorreu-lhe de súbito a idéia de que ele era muito gordo [em alemão ‘*dick*’], e de que ele teria de *ficar mais magro*. Começou, pois, a levantar-se da mesa antes de servirem a sobremesa e apressar-se pela rua, sem o chapéu, sob o calor ofuscante do sol de agosto; a seguir, também, subiu com pressa uma montanha, até parar, forçado e vencido, pela transpiração. Certa época, suas intenções suicidas de fato emergiram, sem disfarce, por detrás dessa mania de emagrecer: quando se encontrava à beira de um precipício profundo, recebeu a ordem de saltar, o que sem dúvida significaria sua morte. Nosso paciente não seria capaz de imaginar explicação alguma para esse comportamento obsessivo sem nenhum sentido, até que, de repente, ocorreu-lhe que, ao mesmo tempo, também a sua dama estava veraneando na companhia de um primo inglês, que era muito solícito para com ela, e de quem o paciente estava muito enciumado. O nome desse seu primo era Richard, e, conforme o uso coloquial na Inglaterra, tinha o apelido de *Dick*. Nosso paciente, então havia desejado matar o *Dick*; tinha estado muito mais enciumado e enraivecido em relação a ele do que podia admitir para si mesmo, e isso foi a razão por que se impusera esse emagrecimento mediante uma punição. Esse impulso obsessivo pode parecer bem diferente da ordem diretamente suicida acima discutida, mas ambos possuíam em comum um importante aspecto. Isso porque ambos emergiram como reações a um sentimento de raiva muito grande, inacessível à consciência do paciente, e dirigido contra alguém que surgira como uma interferência no curso de seu amor.

Outras obsessões do paciente, no entanto, apesar de também estarem centradas em sua dama, mostravam um mecanismo diverso e deviam sua origem a um instinto diferente. Além de sua mania de emagrecer, ele construiu toda uma série de outras atividades obsessivas, no período em que a dama veraneava, atividades essas ao menos em parte relacionadas diretamente com ela. Certo dia, passeando de barco em companhia dela, soprava um fortíssimo vento, e ele teve de obrigá-la a pôr o gorro dele, pois se formulara em sua mente a ordem que *nada deveria acontecer a ela*. Isto era uma espécie de *obsessão de proteger*, e teve outros efeitos além deste. Em outra ocasião, durante uma tempestade, enquanto estavam sentados juntos, ele ficou obcecado, e não era capaz de saber a razão, com a *necessidade de contar* até quarenta, ou cinquenta, no intervalo entre um raio e o trovão que o seguisse. No dia em que ela devia partir, ele bateu com o pé numa pedra da estrada, e foi *obrigado* a afastá-la do caminho, pondo-a à beira da estrada, pois lhe veio a idéia de que o carro dela iria passar, dentro de poucas

horas, pela mesma estrada e poderia acidentarse nessa pedra. Contudo, minutos depois, pensou que era um absurdo, e foi *obrigado* a voltar e restituir a pedra à sua posição original, no meio da estrada. Depois que ela partiu, ele se viu presa de uma *obsessão por compreensão*, que o tornou uma praga para todos os seus amigos. Forçou-se a compreender o significado exato de cada sílaba que lhe dirigiam, como se, de outro modo, estivesse perdendo um precioso tesouro. Conseqüentemente, detinha-se interrogando: ‘O que você acabou de dizer?’, e após a frase ter sido repetida, ele não conseguia pensar que ela soara diferente ao ser dita pela primeira vez, e ele, assim, ficava insatisfeito.

Todos esses produtos de sua doença dependiam de uma determinada circunstância que, naquela época, regia as suas relações com a dama. Em Viena, ao despedir-se dela, antes das férias de verão, ela dissera algo que ele interpretou como um desejo, da parte dela, de rejeitá-lo pelo resto de sua presença; e isso deixou-o muito triste. Durante a permanência dela no balneário de verão, houvera oportunidade de debater a questão, e a dama fora capaz de provar-lhe que essas suas palavras, que ele interpretara mal, encerravam, pelo contrário, a intenção de poupá-lo de parecer uma pessoa ridícula. Isso fez com que ele se sentisse de novo muito feliz. A mais clara alusão a esse incidente estava encerrada em sua obsessão por compreensão. Foi elaborada como se ele estivesse dizendo a si mesmo: ‘Após uma experiência dessas, você jamais deverá interpretar mal de novo a quem quer que seja, se é que você deseja escapar a uma desnecessária aflição.’ Tal resolução não era meramente uma generalização de uma única ocasião, mas também estava deslocada — talvez em virtude da ausência da dama — de um indivíduo superestimado a todos os outros indivíduos inferiores. E a obsessão não pode ter emergido unicamente de sua insatisfação pela explicação que ela lhe dera; deve ter exprimido algo mais além disso, de vez que redundou em uma dúvida insatisfatória quanto a saber se aquilo que ele ouvira fora repetido corretamente.

As outras ordens compulsivas mencionadas nos deixam no rastro desse outro elemento. Sua obsessão de proteger só pode ter sido uma reação — como uma expressão de remorso e penitência — a um impulso contrário, ou seja, hostil, que ele deve ter sentido com relação a sua dama, antes do *éclaircissement* de ambos. Sua obsessão de contar, durante a tempestade, pode ser interpretada, com o auxílio de algum material fornecido por ele, como uma medida defensiva contra temores de que alguém estivesse em perigo de morte. A análise das obsessões que consideramos em primeiro lugar já nos aconselhou a encarar os impulsos hostis do nosso paciente como particularmente violentos e da natureza de uma raiva irracional; e agora achamos que, mesmo depois da reconciliação desses impulsos, sua raiva pela dama continuava a desempenhar um papel na formação de suas obsessões. Sua mania de dúvida com relação a saber se ele havia ouvido corretamente era expressão da dúvida que ainda espreitava em sua mente, se de fato ele dessa vez havia entendido corretamente a sua dama e se estava justificado por considerar as palavras dela como prova de sua afeição por ele. A dúvida contida em sua obsessão por compreensão era uma dúvida de seu (dela) amor. No peito do amante enfurecia-se a batalha entre amor e ódio, e o objeto desses dois sentimentos era a única e mesma pessoa. A batalha era representada numa forma plástica por seu ato compulsivo e simbólico de remover a pedra da estrada pela qual dama iria passar, desfazendo depois esse ato de amor mediante a restituição da pedra ao lugar onde estivera, de modo que o carro viesse a acidentarse nela e a dama se ferisse. Não estaremos fazendo um julgamento correto dessa segunda parte do ato compulsivo se o encarássemos, à primeira vista, apenas como um repúdio crítico de

uma ação patológica, embora seja uma parte que foi determinada por um motivo contrário àquele que produziu a primeira parte.

Atos compulsivos como este, em dois estádios sucessivos, quando o segundo neutraliza o primeiro, constituem uma típica ocorrência nas neuroses obsessivas. Naturalmente a consciência do paciente interpreta-os mal e formula um conjunto de motivações secundárias que os explica — em suma, que os *racionaliza*. (Cf. Jones, 1908.) Sua real significação, contudo, reside no fato de serem eles representação de um conflito entre dois impulsos opostos de força aproximadamente igual; e, até agora, tenho achado, invariavelmente, que esta se trata de uma oposição entre o amor e o ódio. Atos compulsivos dessa natureza têm, sob o ponto de vista teórico, um interesse peculiar, de vez que nos mostram uma nova modalidade de método de construção de sintomas. Na histeria o que ocorre normalmente é chegar-se a uma conciliação, que capacita ambas as tendências opostas a se expressarem simultaneamente — o que é como matar dois coelhos de uma só cajadada; ao passo que aqui cada uma das duas tendências opostas é satisfeita, isoladamente, primeiro uma e depois a outra, embora naturalmente se faça uma tentativa de estabelecer determinado tipo de conexão lógica (muitas vezes desafiando toda lógica) entre os antagonistas.

O conflito entre o amor e o ódio revelou-se em nosso paciente também por meio de outros sinais. Na ocasião em que revivesceu a sua piedade, ele elaborou para si preces que exigiam cada vez mais tempo e que chegavam a durar hora e meia. A razão disso foi que ele achou, como um Balaam ao inverso, que alguma coisa invariavelmente se inseria em suas frases piedosas, vertendo-as ao seu sentido oposto. Por exemplo, se ele dizia ‘Deus o proteja’, um espírito mau imediatamente insinuaria um ‘não’. Numa dessas ocasiões ocorreu-lhe a idéia de, em vez disso, amaldiçoar, pois nesse caso, pensava, seguramente se insinuariam as palavras contrárias. Sua intenção original, que fora reprimida por sua prece, forçava uma saída através dessa sua última idéia. No final, encontrou saída para a sua dificuldade deixando de lado as preces e substituindo-as por uma pequena fórmula forjada pelas letras ou sílabas iniciais de diversas preces. Recitava então essa fórmula com tanta rapidez que nada poderia intrometer-se nela.

Certa vez, trouxe-me um sonho que representava o mesmo conflito com relação a sua transferência para o médico. Sonhou que minha mãe havia morrido; ele estava ansioso por prestar-me suas condolências, mas tinha receio de que, se o fizesse, poderia ele irromper em *uma risada inoportuna*, como fizera repetidas vezes, no passado, em ocasiões idênticas. Por conseguinte, preferiu deixar um cartão para mim, onde se lia ‘p.c.’; mas ao escrevê-lo, as letras mudaram para ‘p.f.’

O mútuo antagonismo entre os seus sentimentos em relação a sua dama era forte demais para ter escapado completamente à sua percepção consciente, embora possamos concluir das obsessões nas quais o antagonismo se manifestara que ele não avaliava corretamente a profundidade de seus impulsos negativos. A dama havia recusado sua primeira proposta, dez anos atrás. Desde então, ele tinha conhecimento de que passara por períodos alternados em que ora ele acreditava que a amava intensamente, ora se sentia indiferente com relação a ela. No decorrer do tratamento, sempre que se deparava com a necessidade de dar algum passo que o aproximasse mais de um final bem-sucedido para seu namoro, habitualmente sua resistência começava a assumir a forma da convicção de que, afinal de contas, ele não ligava muito para ela — embora, em verdade, essa resistência costumasse ser logo vencida. Certa vez, estando ela acamada, com uma séria enfermidade, ficando ele extremamente preocupado com ela, perpassou-lhe pela mente, quando olhava para ela, um desejo de que ela continuasse deitada assim, para sempre. Explicou essa idéia mediante um sofisma bastante engenhoso: asseverando

que apenas desejara que ela estivesse permanentemente doente, de modo que ele pudesse livrar-se de seu medo intolerável de que ela fosse acometida por uma repetida sucessão de crises! De vez em quando costumava povoar sua imaginação com devaneios, que ele próprio identificava como ‘fantasias de vingança’, e se sentia envergonhado com isso. Por exemplo, acreditando que a dama dava grande importância à posição social de um certo pretendente, ele construiu uma fantasia na qual ela estava casada com um homem daquela espécie, que ocupava um cargo público. Ele próprio entrava, então, no mesmo departamento, onde subiu de posição com muito mais rapidez do que seu marido, tornando-se este, enfim, seu subordinado. Um dia — dando-se prosseguimento a sua fantasia — esse homem cometia determinado ato desonesto. A dama atirava-se de joelhos a seus pés e lhe implorava que salvasse seu marido. Ele prometia fazê-lo, e lhe comunicava que fora apenas por amor a ela que havia assumido o cargo, de vez que havia previsto que um momento como este iria chegar; e agora, salvo o seu marido, estava cumprida sua missão e ele renunciaria ao seu posto.

Construiu outras fantasias nas quais prestou à dama um grande serviço, sem que ela soubesse que era ele quem o fazia. Nelas, ele reconhecia apenas a sua afeição, sem avaliar suficientemente a origem e a finalidade de sua magnanimidade, que visava a reprimir sua sede de vingança, segundo o modelo do Conde de Monte Cristo, de Dumas. Ademais, admitiu que por vezes era acometido por impulsos bem nítidos de causar algum agravo à dama a quem admirava. Esses impulsos, em sua maior parte, ficavam temporariamente inativos em presença da dama, e somente apareciam em sua ausência.

Certo dia, o paciente mencionou, de passagem, um evento que eu não podia deixar de reconhecer como a causa que precipitou sua doença, ou, pelo menos, como o motivo imediato da crise iniciada há uns seis anos atrás, e que persistira até aquele dia. Ele próprio não tinha noção alguma de que havia apresentado algo muito importante; não era capaz de se lembrar de haver ligado, alguma vez, importância ao evento, do qual, ademais, jamais se esquecera. Tal atitude de sua parte requer alguma consideração teórica.

Na histeria, via de regra, as causas precipitadoras da doença cedem lugar à amnésia, como é também o caso das experiências infantis, com cujo auxílio as causas precipitadoras conseguem transformar em sintomas sua energia afetiva. E a amnésia, quando não pode ser completa, submete a causa precipitadora traumática recente a um processo de erosão e, ao menos, dela subtrai seus componentes mais importantes. Nessa amnésia percebemos a evidência da repressão que teve lugar. O caso é diferente nas neuroses obsessivas. As condições infantis da neurose podem ser colhidas pela amnésia, embora esta, muitas vezes, seja parcial; mas, pelo contrário, os motivos imediatos da doença são retidos na memória. A repressão utiliza-se de outro mecanismo, que, na realidade, é mais simples. O trauma, em lugar de ser esquecido, é destituído de sua catexia afetiva, de modo que, na consciência, nada mais resta senão o seu conteúdo ideativo, o qual é inteiramente desinteressante e considerado sem importância. A distinção entre aquilo que ocorre na histeria e numa neurose obsessiva reside nos processos psicológicos que nos é possível reconstruir por trás dos fenômenos; o *resultado* é quase sempre o mesmo, de vez que o conteúdo mnêmico apagado raramente se reproduz e não desempenha papel algum na atividade mental do paciente. A fim de estabelecer uma diferenciação entre os dois tipos de repressão, temos, a princípio, num caso, que utilizar apenas a certeza do paciente de que ele tem a sensação de haver sempre conhecido essa coisa, e, no outro, de tê-la esquecido há muito tempo.

Por esse motivo, ocorre, com alguma regularidade, que os neuróticos obsessivos, perturbados com autocensuras, mas havendo ligado seus afetos com causas errôneas, contam também ao médico as causas verdadeiras, sem qualquer desconfiança de que as suas autocensuras ficaram simplesmente separadas delas. Ao relatarem um incidente desses, eles, às vezes, acrescentam, com assombro, ou mesmo com certo rasgo de orgulho: ‘Mas não é isso que eu penso.’ Tal aconteceu no primeiro caso de neurose obsessiva que me forneceu uma compreensão interna (*insight*), há anos atrás, da natureza do seu sofrimento. O paciente, que era funcionário público, estava conturbado por inúmeras dúvidas. Ele era aquele homem cujo ato compulsivo ligado ao galho, no parque de Schönbrunn, eu já havia mencionado. Surpreendeu-me o fato de as cédulas de florim com as quais pagou suas consultas estarem invariavelmente limpas e lisas. (Isto foi antes de haver na Áustria moedas de prata.) Certa vez fiz-lhe a observação de que sempre se podia reconhecer um funcionário do governo pelos florins novíssimos que ele retirava da Casa da Moeda, e então me informou que suas notas de florim não eram novas, em absoluto, mas as havia passado a ferro, em casa. Para ele, como explicou, era uma questão de consciência não passar às mãos de alguém cédulas sujas, de vez que nelas aderiam bactérias patogênicas de todos os tipos, que poderiam causar danos ao seu portador. Naquela época, eu já desconfiava vagamente da correlação entre as neuroses e a vida sexual, de modo que, numa outra ocasião, arrisquei-me a perguntar ao paciente qual era sua posição perante esse assunto. ‘Oh, quanto a isso, tudo bem!’, respondeu distraído, ‘não tenho problema algum a esse respeito. Desempenho o papel de um velho tio, estimado, em algumas famílias de respeito, e ora e outra valho-me de minha posição para convidar alguma jovem para sairmos juntos para um dia de passeio no campo. Então providencio para perdemos o trem, ao partirmos de lá, o que nos obriga a passar a noite fora da cidade. Sempre reservo dois quartos, faço as coisas com muito cavalheirismo; porém, quando a jovem já está na cama, chego até ela e a masturbo com os dedos.’ — ‘Mas o senhor não receia causar-lhe algum dano, manipulando os genitais dela com sua mão suja?’ — Ao que exclamou, perplexo: ‘Dano? Como, que dano lhe causaria? Isso jamais causou dano a nenhuma delas, até agora, e todas apreciaram. Algumas já estão casadas, e não sofreram absolutamente dano algum.’ — Ele levou a mal minha repreensão, e jamais retornou à consulta. Eu, contudo, só poderia encontrar explicação do contraste entre suas preocupações com as cédulas de florim e sua falta de escrúpulos por abusar das jovens que se lhe confiavam supondo que o afeto repleto de autocensura se tornara *deslocado*. O objetivo desse deslocamento era bastante óbvio: se as suas autocensuras se permitissem permanecer no lugar pertinente a elas, ele teria de abandonar determinada forma de gratificação sexual à qual provavelmente fosse compelido por alguns determinantes infantis muito fortes. Portanto, o deslocamento lhe favorecia derivar de sua doença uma boa vantagem.

Mas devo agora retomar um exame mais detalhado da causa precipitadora da doença de nosso paciente. Sua mãe foi educada numa família saudável com a qual ela se relacionava com certa distância. Essa família administrava uma grande empresa industrial. Seu pai, quando de seu casamento, entrou nesse negócio e, com seu casamento, adquiriu uma posição relativamente confortável. O paciente soube, numa vez que houvera uma zanga entre seus pais (cujo casamento foi extremamente feliz), que seu pai, pouco antes de conhecer sua mãe, cortejara uma humilde jovem sem recursos. Isto, como introdução. Após a morte de seu pai, a mãe do paciente, um dia, lhe contou que havia discutido com ricos parentes sobre o futuro dele, e que um dos primos seus prontificou-se a permitir-lhe que, ao completar a sua educação, ele se casasse com uma de suas filhas; uma relação de negócios com a firma oferecer-lhe-ia brilhantes perspectivas na profissão. Esse plano familiar desencadeou nele um conflito relacionado

a saber se ele permaneceria fiel à sua amada, a despeito de sua pobreza, ou se seguiria os passos de seu pai e casaria com a linda, rica e bem relacionada jovem que lhe haviam predestinado. E resolveu esse conflito, que de fato existia entre seu amor e a persistente influência dos desejos de seu pai, ficando doente; ou melhor, caindo doente evitava a tarefa de resolvê-lo na vida real.

A comprovação de que esse ponto de vista era correto reside no fato de que a consequência principal de sua doença foi uma obstinada incapacidade para o trabalho, permitindo-lhe adiar por anos a conclusão de sua educação. Entretanto, os resultados de uma doença dessa natureza nunca são involuntários; na realidade, o que parece ser a *conseqüência* da doença é a *causa* ou *motivo* de ficar doente.

Conforme era de esperar, a princípio o paciente não aceitou meu esclarecimento do fato. Ele não era capaz de imaginar, segundo disse, que o plano de casamento pudesse tido um resultado desses; não exercera nele, na época, a mínima impressão. No curso posterior do tratamento, porém, ele foi levado forçosamente a acreditar na verdade de minha suspeita, e isso de uma forma bastante singular. Com o auxílio de uma fantasia de transferência, vivenciou, como se fosse um fato novo e atual, o próprio episódio passado, do qual se havia esquecido ou que apenas lhe passara inconscientemente pela mente. Adveio, então, no tratamento, um período obscuro e difícil. Finalmente, aconteceu que ele encontrou, certa vez, uma menina nas escadas de minha casa e imediatamente imaginou que fosse minha filha. Ela lhe agradou, e ele imaginou que a única razão por que eu era agradável e incrivelmente paciente com ele estava no fato de que eu desejava torná-lo meu genro. Ao mesmo tempo, elevava a riqueza e a posição de minha família a um nível que coadunava com o modelo que tinha em mente. Contudo, seu inextinguível amor pela dama lutava contra essa tentação. Após atravessarmos uma série das mais severas resistências e das mais amargas injúrias de sua parte, ele não podia mais permanecer cego ao efeito esmagador da perfeita analogia entre a fantasia de transferência e o estado atual de acontecimentos passados. Repetirei um dos sonhos que ele teve nesse período, para fornecer um exemplo de sua maneira de tratar o assunto. Sonhou que *ele via minha filha à sua frente; ela tinha dois pedaços de estrume em lugar dos olhos*. Qualquer um que compreende a linguagem dos sonhos não encontrará muita dificuldade para traduzir esse sonho; seu significado era: *ele se casava com minha filha, não por causa de seus 'beaux yeux', mas sim pelo seu dinheiro*.

Partindo da causa precipitadora da doença do paciente em sua idade adulta, existe um fio que reconduz à sua infância. Encontrara-se numa situação semelhante àquela na qual, conforme sabia ou desconfiava, seu pai estivera antes de seu casamento; e assim fora capaz de identificar-se com seu pai. Mas seu falecido pai estava envolvido em sua recente crise, ainda de uma forma diferente. O conflito nas raízes de sua doença era, em essência, uma luta entre a persistente influência dos desejos de seu pai e suas próprias inclinações amorosas. Se levarmos em consideração aquilo que o paciente relatou no decorrer das primeiras horas de seu tratamento, não poderemos evitar a suspeita de que essa luta era realmente uma luta antiga e se originara há mais tempo, na infância do paciente.

Segundo todas as informações dadas, o pai de nosso paciente era um homem de excelentes qualidades. Antes de seu casamento, fora um suboficial e, como lembrança desse período de sua vida, havia mantido uma atitude militar escorreita e um *penchant* por usar uma linguagem categórica. Ademais dessas virtudes, celebradas, como o são, nas lápides dos mortos, ele se distinguia por um cordial senso de humor e amável

tolerância para com seus companheiros. O fato de que ele pudesse ser uma pessoa impetuosa e violenta certamente não estava em desacordo com outras qualidades suas; era, antes, um complemento necessário dessas últimas; contudo, ocasionalmente, castigava severamente os filhos, quando estes eram novos e travessos. Quando ficaram crescidos, porém, distinguia-se dos outros pais em não procurar enaltecer-se com uma sacrossanta autoridade, mas sim compartilhando com eles um conhecimento das pequenas falhas e infortúnios de sua vida com afável sinceridade. Seu filho sem dúvida não exagerava ao declarar que eles haviam vivido junto como dois bons amigos, à exceção de um único aspecto. E, em relação a esse mesmo aspecto, não há dúvida de que pensamentos a respeito da morte de seu pai ocuparam sua mente, com uma intensidade inabitual e indevida, quando ele era menino, e que tais pensamentos surgiram na trama das idéias obsessivas de sua infância. Ademais, só pode ter sido nessa mesma correlação que ele se tornou capaz de desejar a morte de seu pai, a fim de despertar simpatia em determinada menina e fazer com que ela se comportasse de modo mais amável para com ele.

Não pode haver dúvida de que existia algo, no âmbito da sexualidade, que permanecia entre pai e filho, e de que o pai assumira alguma espécie de oposição à vida erótica do filho, prematuramente desenvolvida. Muitos anos depois da morte de seu pai, na primeira vez que experimentou as prazerosas sensações da cópula, irrompeu em sua mente uma idéia: 'Que maravilha! Por uma coisa assim alguém é até capaz de matar o pai!' Isto foi, ao mesmo tempo, um eco e uma elucidação das idéias obsessivas de sua infância. Ademais disso, pouco antes de sua morte, seu pai se opôs diretamente àquilo que, mais tarde, se tornou a paixão dominante de nosso paciente. Ele observara que seu filho estava sempre na companhia da dama, e o aconselhou a manter-se distante dela, dizendo ser imprudente de sua parte e que isso só iria fazê-lo de tolo.

A esse inatacável acervo de provas, seremos capazes de acrescentar novos elementos, se voltarmos à história do lado masturbatório das atividades sexuais do nosso paciente. Existe um conflito entre as opiniões de médicos e de pacientes a respeito desse assunto, o qual até agora não tem sido adequadamente avaliado. Os pacientes são todos unânimes na crença de que a masturbação, querem dizer masturbação *durante a puberdade*, é a raiz e origem de todas as perturbações. Os médicos, em geral, são incapazes de decidir que linha de pensamento devem seguir; contudo, influenciados pelo conhecimento de que não apenas os neuróticos, mas a maioria das pessoas normais, atravessam por um período de masturbação durante sua puberdade, em sua maioria tendem a repudiar as asserções dos pacientes, achando-as muito exageradas. Em minha opinião, os pacientes mais uma vez estão mais próximos de uma visão correta do que os médicos; pois os pacientes possuem uma vaga noção da verdade, ao passo que os médicos correm o risco de negligenciar um ponto essencial. A tese sustentada pelos pacientes certamente não corresponde aos fatos, no sentido em que eles próprios a interpretam, ou seja, de que a masturbação na puberdade (que se pode descrever, aproximadamente, como uma ocorrência típica) é responsável por todos os distúrbios neuróticos. Sua tese requer uma interpretação. A masturbação da puberdade, na realidade, nada mais é do que um revivescimento da masturbação da tenra infância, um assunto que até hoje tem sido invariavelmente desprezado. A masturbação infantil atinge uma espécie de clímax, via de regra, entre as idades de três e quatro ou cinco anos; e constitui a mais evidente expressão da constituição sexual de uma criança, na qual se deve buscar a etiologia das neuroses subseqüentes. Logo, sob esse disfarce, os pacientes ficam atribuindo a culpa por suas doenças à sua sexualidade infantil, e têm toda razão de fazê-lo. Por outro lado, o problema da masturbação torna-se insolúvel se tentarmos tratá-lo como uma unidade clínica e esquecermos que pode representar a

descarga de toda a variedade de componente sexual e de toda espécie de fantasia à qual tais componentes possam dar origem. Os efeitos prejudiciais da masturbação são autônomos — ou seja, determinados por sua própria natureza — apenas em um bem pequeno grau. São, em sua essência, meramente parte e parcela da significação patogênica da vida sexual, como um todo, do indivíduo. O fato de muitas pessoas poderem tolerar a masturbação — ou seja, determinada porção desse ato — sem prejuízo, mostra apenas que a sua constituição sexual e o curso de evolução de sua vida sexual foram de tal forma a permitir-lhes exercer a função sexual dentro dos limites daquilo que é culturalmente permissível; ao passo que outras pessoas, de vez que sua constituição sexual foi menos favorável, ou perturbado o seu desenvolvimento, caem doentes em consequência de sua sexualidade — isto é, elas não conseguem alcançar a necessária supressão ou sublimação de seus componentes sexuais sem recorrerem a inibições ou substituições.

O comportamento desse nosso paciente, no que concerne a masturbação, foi realmente fora do comum. Ele não a praticava durante a puberdade [digno de menção, em todos os sentidos], e, portanto, de conformidade com determinadas perspectivas, poderia-se esperar que ele ficasse livre de neurose. Por outro lado, um impulso em direção a atividades masturbatórias acometeu-lhe quando tinha vinte e um anos de idade, *pouco depois da morte de seu pai*. Sentia-se muitíssimo envergonhado de si mesmo cada vez que se gratificava com esse ato, e logo abjurava do hábito. A partir daquela época este somente reaparecia em ocasiões raras e extraordinárias. Contou-me que era provocado quando vivia momentos de especial beleza ou quando lia belíssimas passagens. Por exemplo, certa vez ocorreu numa adorável tarde de verão, quando, estando no centro de Viena, ouvia um postilhão tocando corneta maravilhosamente, até que um policial o impediu, porque tocar corneta no centro da cidade era proibido. Noutra ocasião, aconteceu quando ele lia em *Dichtung und Wahrheit* [III, 11] como o jovem Goethe se libertara, numa explosão de ternura dos efeitos de uma maldição que uma amante ciumenta havia conjurado contra a próxima mulher que lhe beijasse nos lábios, depois dela; por muito tempo sofrera, quase de modo supersticioso, a maldição que o mantinha à distância; porém, agora, acabava de romper os grilhões e beijava repetidamente seu amor com alegria.

Ao paciente não parecia nada estranho que ele fosse impelido a masturbar-se exatamente em belas e enaltecidas ocasiões como estas. Contudo, eu não podia deixar de apontar que essas duas ocasiões tinham algo em comum: uma proibição e o desafio a uma ordem.

Precisamos considerar também, nessa mesma conexão, seu curioso comportamento numa vez em que ele estudava para um exame e brincava com sua fantasia favorita de que seu pai ainda estava vivo e a qualquer momento poderia reaparecer. Costumava fazer com que suas horas de estudo fossem tão tardias quanto possível, à noite. Entre a meia-noite e uma hora ele interromperia o seu estudo e abria a porta da frente do apartamento, como se seu pai estivesse do lado de fora; em seguida, regressando ao hall, ele tiraria para fora o seu pênis e olharia para ele no espelho. Esse comportamento maluco torna-se inteligível se presumirmos que ele agia como se esperasse uma visita de seu pai à hora em que os fantasmas estão circulando. Em geral tinha sido preguiçoso com seus estudos quando seu pai vivia, e isto constituía, com frequência, uma causa de aborrecimento para seu pai. Agora que ele retornava como um fantasma, devia ficar muito contente ao encontrar seu filho estudando arduamente. Mas era impossível que seu pai gostasse da outra parte do seu comportamento; nisto, portanto, estava desafiando-o. Assim, com um singular e ininteligível ato obsessivo,



expressava os dois lados de sua relação com seu pai, de modo idêntico ao que fez, subseqüentemente, com respeito a sua dama por meio de seu ato obsessivo com a pedra.

Partindo dessas indicações e de outros dados de natureza semelhante, arrisquei-me a apresentar uma construção segundo a qual ele, quando criança de menos de seis anos, fora culpado por alguma má conduta relacionada com a masturbação, tendo sido duramente castigado por seu pai, por isso. Essa punição, consoante minha hipótese, pusera, era verdade, um fim em sua masturbação; contudo, por outro lado, deixara atrás de si um rancor inextinguível pelo seu pai e o fixara para sempre em seu papel de perturbador do gozo sexual do paciente. Para minha grande surpresa, o paciente então me comunicou que sua mãe repetidamente lhe descrevera um acontecimento dessa natureza, que datava de sua tenra infância e que, evidentemente, não fugira à lembrança de sua mãe em virtude de suas surpreendentes conseqüências. Ele próprio, contudo, não tinha recordação de que coisa era. Segue-se a narrativa. Quando ele era muito pequeno (foi possível estabelecer a data com maior exatidão, devido à sua coincidência com a doença fatal de uma irmã mais velha), ele praticara uma travessura, pela qual seu pai lhe batera. O pequeno foi tomado de terrível raiva e xingara seu pai ainda enquanto apanhava. Entretanto, como não conhecia impropérios, chamara-o de todos os nomes de objetos comuns que lhe vinham à cabeça e gritara: ‘Sua lâmpada! Sua toalha! Seu prato!’, e assim por diante. Seu pai, abalado com uma tal explosão de fúria natural, parou de lhe bater, e exclamara: ‘O menino ou vai ser um grande homem, ou um grande criminoso!’ O paciente acreditava que a cena causara uma impressão permanente tanto em si próprio como em seu pai. Ele disse que seu pai jamais bateu nele de novo; e também atribuiu a essa experiência parte da mudança que ocorreu em seu próprio caráter. A partir daquela época, tornou-se um covarde, por medo da violência de sua própria raiva. Aliás, por toda a sua vida, teve terrível medo de pancadas, e costumava agachar-se e esconder-se, cheio de terror e indignação, quando um de seus irmãos ou irmãs era espancado.

Subseqüentemente, o paciente indagou de novo sua mãe a esse respeito. Ela confirmou a história, acrescentando que, na época, ele tinha entre três e quatro anos de idade e que lhe haviam dado o castigo porque ele havia *mordido* alguém. Ela não era capaz de se lembrar de mais detalhes, exceto uma vaga idéia de que a pessoa a quem o pequeno havia ferido talvez tivesse sido a sua babá. No relato de sua mãe não se cogitava de que sua ação má fosse de natureza sexual.

Uma discussão a respeito dessa cena da infância encontra-se na nota de rodapé, e aqui anotarei apenas que a emergência dela abalou, pela primeira vez, o paciente em sua recusa a acreditar que em algum período pré-histórico de sua infância tivesse sido tomado de fúria (que, a seguir, se tornara latente) contra o pai, a quem amava tanto. Devo confessar minha expectativa de que isso tivesse causado maior efeito, de vez que o incidente lhe fora tantas vezes descrito — até mesmo pelo próprio pai —, que não poderia haver dúvidas quanto à sua realidade objetiva. Entretanto, com aquela capacidade de ser ilógico que jamais deixa de desnortear uma dentre essas pessoas tão sumamente inteligentes, como o são os neuróticos obsessivos, ele continuou insistindo, contra o valor comprobatório dessa história, no fato de que ele mesmo não conseguia lembrar da cena. Assim, somente pelo caminho doloroso da transferência é que foi capaz de se convencer de que sua relação com o pai realmente carecia da postulação desse complemento inconsciente. As coisas atingiram um ponto em que, em seus sonhos, em suas fantasias despertas e em suas associações, ele começou a acumular os mais grosseiros e indecorosos impropérios contra mim e minha família embora em suas ações deliberadas jamais me tratasse de outra forma senão com o maior respeito. Seu

comportamento, enquanto me repetia esses insultos, era de um homem em desespero. ‘Como pode um cavalheiro como o senhor’, ele costumava perguntar, ‘deixar-se xingar desse modo por um sujeito baixo e à-toa como eu? O senhor devia é me enxotar, é o que mereço.’ Enquanto assim falava, costumava levantar-se do divã e circular pela sala — um hábito que a princípio explicou como sendo devido a uma questão de ética: ele não podia chegar, como disse, a proferir coisas tão horríveis estando ali deitado, tão comodamente. Logo, porém, ele próprio encontrou uma explicação mais plausível, ou seja, que estava evitando a minha proximidade por medo de que eu lhe desse uma bofetada. Se ficava no divã, comportava-se como alguém em desesperado terror que tentasse se salvar de castigos terrivelmente violentos; costumava enterrar a cabeça nas mãos, cobrir o rosto com o braço, saltar de repente e correr, com o semblante desfigurado de dor etc. Recordou que seu pai tivera um temperamento passional e, às vezes, em seu caráter violento, não soubera quando parar. Assim, paulatinamente, nessa escola de sofrimento, o paciente logrou o sentimento de convicção que lhe faltava — embora a uma pessoa de fora a verdade fosse evidente quase por si mesma.

Agora estava aberto o caminho para a solução de sua idéia do rato. O tratamento atingiu seu ponto crítico, e boa quantidade de informações materiais, retidas até então, tornou-se disponível, ficando assim possível reconstruir a concatenação completa dos eventos.

Em minha descrição, irei, como já disse, contentar-me com o resumo mais sucinto possível das circunstâncias. Obviamente, o primeiro problema a resolver era saber por que as duas falas do capitão tcheco — sua história do rato e seu pedido ao paciente para que ele pagasse ao Tenente A.— tinham exercido um tal efeito de agitação sobre ele e provocado reações tão violentamente patológicas. A suposição era que se tratava de uma questão de ‘sensibilidade complexiva’ e que as falas tivessem um efeito desagradável em determinados pontos hiperestáticos em seu inconsciente. E o fato confirmou-se. Como sempre acontecia com o paciente, no que concernia a assuntos militares, ele estivera em um estado de identificação inconsciente com seu pai, que enfrentara um serviço militar de muitos anos e retivera muitas histórias do seu tempo de soldado. Agora, acontecia, por casualidade — pois a casualidade pode desempenhar um papel na formação de um sintoma, do mesmo modo como o fraseado pode ajudar na formação de um chiste —, que uma das pequenas aventuras de seu pai tinha um importante elemento em comum com o pedido do capitão. Seu pai, na qualidade de suboficial, controlava uma pequena soma de dinheiro, e, certa ocasião, perdera-o num jogo de cartas. (Portanto, ele fora um ‘*Spielratte*’.) Teria ficado em má situação se um de seus camaradas não lhe tivesse adiantado a importância. Depois que deixou o exército e estando em boa situação financeira, tentara encontrar esse amigo em necessidade, de modo a reembolsar-lhe o dinheiro, mas não o conseguira localizar. O paciente estava inseguro quanto a saber se ele, alguma vez, conseguira devolver o dinheiro. A recordação desse pecado da juventude de seu pai era-lhe penosa, pois, malgrado as aparências, seu inconsciente estava repleto de críticas hostis ao caráter de seu pai. As palavras do capitão, ‘Você deverá reembolsar ao Tenente A. os 3.80 *kronen*’, soaram ao seus ouvidos como uma alusão a essa dívida não liquidada de seu pai.

Entretanto, a informação de que a jovem dama da agência postal de Z..... havia, ela mesma, pago as taxas pelo pacote, com uma observação lisonjeira a respeito dele próprio, intensificara sua identificação com seu pai em sua direção relativamente diferente. Nesse estágio da análise, ele apresentou algumas informações novas, como a de que o senhorio da hospedaria na pequena localidade onde ficava a agência postal tinha uma linda filha. Ela estivera positivamente encorajando o jovem oficial, de modo

que ele pensou em voltar lá depois de terminadas as manobras, e tentar sua sorte com ela. Agora, todavia, tinha ela uma rival na figura da jovem dama da agência postal. Como seu pai, na narrativa feita de seu casamento, ele agora podia permitir-se hesitar quanto a qual das duas ele concederia seus favores, após concluído seu serviço militar. Podemos imediatamente verificar que sua insólita indecisão quanto a saber se viajaria a Viena ou regressaria ao lugar onde estava a agência postal, bem como a constante tentação que sentia de voltar enquanto viajava, não eram assim tão disparatadas, como nos pareciam em princípio. Para sua mente consciente, a atração exercida sobre ele por Z....., o lugar onde ficava a agência postal, explicava-se pela necessidade de ver o Tenente A. e de cumprir o juramento com sua ajuda. Na realidade, contudo, o que o estava atraindo era a jovem da agência postal, e o tenente era simplesmente um bom substituto para ela, de vez que havia morado na mesma localidade e se havia incumbido do serviço postal militar. Subseqüentemente, ouvindo que não era o Tenente A., mas sim outro oficial, B., quem estivera a serviço na agência postal naquele dia, também o incluiu em sua associação. E assim foi capaz de reproduzir em seus delírios com relação aos dois oficiais a hesitação que sentia entre as duas jovens tão amavelmente inclinadas para ele.

Na elucidação dos efeitos produzidos pela história do rato, narrada pelo capitão, é preciso acompanhar mais de perto o curso da análise. O paciente começou a elaborar grande volume de material associativo, o qual, contudo, não esclareceu as circunstâncias nas quais se havia dado a formação de sua obsessão. A idéia da punição realizada por meio de ratos atuara como estímulo a muitos de seus instintos e evocara um conjunto de recordações; de sorte que, no curto intervalo entre a história do capitão e seu pedido para reembolsar o dinheiro, os ratos tomaram uma série de significados simbólicos aos quais outros, recentes, se foram acrescentando, durante o período que se seguiu.

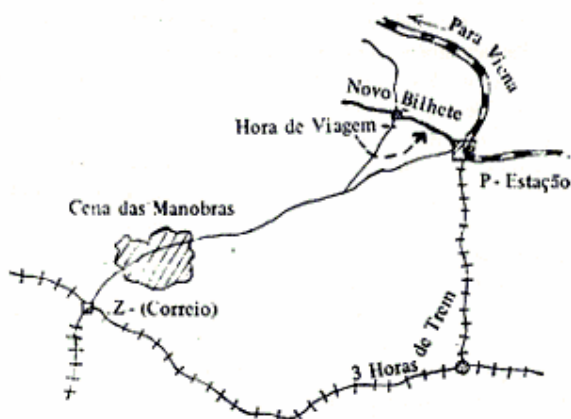


Fig. 5

Devo confessar que posso apenas fornecer um relato muito incompleto de toda a situação. Aquilo que a punição com ratos nele incitou, mais do que qualquer outra coisa, foi o seu *erotismo anal*, que desempenhara importante papel em sua infância e se mantivera ativo, por muitos anos, por via de uma constante irritação sentida por vermes. Desse modo, os ratos passaram a adquirir o significado de 'dinheiro'. O paciente deu uma indicação dessa conexão reagindo à palavra '*Ratten*' ['ratos'] com a associação '*Raten*' ['prestações']. Em seus delírios obsessivos ele inventou uma espécie de dinheiro regular como moeda-rato. Por exemplo, ao responder a uma pergunta, disse-lhe o valor de meu honorário por uma hora de tratamento; ele disse para si próprio (segundo

eu soube, seis meses mais tarde): ‘Tantos florins, tantos ratos’. Paulatinamente traduziu para a sua língua o complexo inteiro de juros monetários centrados em torno do legado que lhe daria o pai; isso quer dizer que todas as suas idéias correlacionadas com aquele assunto se reportavam, por intermédio da ponte verbal ‘*Raten-Ratten*’, à sua vida obsessiva e caíam sob o domínio de seu inconsciente. Ademais, o pedido que lhe fizera o capitão, para reembolsar as despesas relativas ao pacote, serviu para fortalecer a significação monetária de ratos, mediante outra ponte verbal, ‘*Spielratte*’, que reconduziu à dívida contraída por seu pai no jogo.

O paciente, todavia, estava também familiarizado com o fato de que os ratos são portadores de perigosas doenças contagiosas; portanto, ele podia empregá-los como símbolos de seu pavor (bastante justificável, no exército) de uma *infecção sifilítica*. Esse pavor ocultava todas as espécies de dúvidas relativamente ao tipo de vida que seu pai levava durante o tempo de seu serviço militar. Por outro lado, em um sentido diferente, o próprio *pênis* é um portador de infecção sifilítica; dessa forma, ele podia considerar o rato como um órgão sexual masculino. Havia uma outra designação a ser encarada desse modo, de vez que um pênis (mormente o pênis de uma criança) pode ser facilmente comparado com um *verme*, e a história do capitão fora a respeito de ratos que se enfiavam no ânus de alguém exatamente como as grandes lombrigas lhe fizeram quando era criança. Assim, a significação de ratos como pênis baseava-se, uma vez mais, em erotismo anal. E, além disso, o rato é um bicho sujo, que come excremento e vive em esgotos. Talvez seja desnecessário mostrar em que escala uma extensão do delírio de ratos se tornou possível em virtude desse novo significado. Por exemplo, ‘Tantos ratos, tantos florins’ poderia valer como uma caracterização excelente de determinada profissão feminina que ele detestava em particular. Por outro lado, certamente não há que encarar com indiferença o fato de que a substituição de um pênis por um rato, na história do capitão, resultasse numa situação de relação sexual *per anum*, que não podia deixar de ser para ele particularmente revoltante quando em conexão com seu pai e com a mulher que ele amava. E quando consideramos que a mesma situação foi reproduzida na ameaça compulsiva formada em sua mente, depois de o capitão haver feito o seu pedido, forçosamente nos lembraremos de algumas maldições em uso entre os eslavos do sul. Ademais disso, todo esse material (e outros mais) foi entretecido nas discussões sobre ratos por trás da associação encobridora ‘*heiraten*’ [‘casar’].

A história da punição com ratos, conforme nos mostrou o próprio relato do paciente acerca do assunto e sua expressão fisionômica quando me repetia a história, inflamara todos os seus impulsos, precocemente suprimidos, de crueldade, tanto egoísta como sexual. Contudo, malgrado todo esse rico material, não ficou esclarecido o significado dessa idéia obsessiva, até que, um dia, emergiu na análise a Mulher-Rato de *O Pequeno Eyolf*, de Ibsen, e foi impossível evitar a inferência de que em muitas das formas assumidas pelos seus delírios obsessivos os ratos tinham ainda outro significado, ou seja, o de *crianças*. Investigando acerca da origem desse novo significado, imediatamente deparei com algumas das suas raízes mais primitivas e importantes. Certa vez, visitando o túmulo de seu pai, o paciente vira um grande bicho, que ele imaginou ser um rato, passando em carreira pelo túmulo. Ele supôs que o bicho tivesse, na realidade, saído do túmulo de seu pai, e tinha acabado de devorar uma parte de seu cadáver. A noção a respeito de um rato está inseparavelmente comprometida com o fato de que este possui dentes afiados, com os quais rói e morde. Os ratos, contudo, não podem ter dentes tão afiados, ser devoradores e sujos impunemente: são cruelmente perseguidos e impiedosamente mortos pelos homens, como o paciente muitas vezes observara com grande terror. Com frequência havia-se apiedado das pobres criaturas.

Ele próprio, porém, tinha sido um sujeitinho asqueroso e sujo, sempre pronto a morder as pessoas quando enfurecido, e fora assustadoramente punido por tê-lo feito. É bem verdade que ele podia ver no rato ‘uma imagem viva de si mesmo’. Foi quase como se o próprio destino, quando o capitão lhe contou a sua história, o estivesse submetendo a um teste de associação: o destino lhe apresentara, em desafio, uma ‘palavra-estímulo complexa’ [ver em [2]], e ele reagira com sua idéia obsessiva.

Assim, de acordo com as suas mais remotas e importantes experiências, os ratos eram as crianças. E, a essa altura, apresentou uma informação que ele havia mantido longe de seu contexto por bastante tempo, mas que agora explicava plenamente o interesse que ele estava fadado a ter por crianças. A dama, de quem ele fora admirador por tantos anos, mas com quem não fora capaz de decidir a casar-se, estava condenada à esterilidade em virtude de uma operação ginecológica que envolvera a extirpação dos ovários. De fato isto fora, de vez que ele gostava extraordinariamente de crianças, o motivo principal de sua hesitação.

Somente então é que se tornou possível compreender o inexplicável processo pelo qual a sua idéia obsessiva se formara. Com o auxílio de nosso conhecimento acerca das teorias sexuais da infância e do simbolismo (adquirido, como o foi, a partir de interpretação de sonhos) tudo pode ser traduzido e adquirir um significado. Na parada que fizeram à tarde (durante a qual ele perdera o seu *pince-nez*), quando o capitão lhe contara sobre a punição com ratos, o paciente, a princípio, apenas se chocara com a crueldade e lascividade, combinadas, da situação que estava sendo descrita. Contudo, logo após verificou-se uma conexão com a cena, oriunda de sua infância, na qual ele havia mordido alguém. O capitão — homem que poderia defender esse tipo de punição — tornou-se um substituto de seu pai, e, por conseguinte, atraía sobre si parte dessa vívida repulsa que explodira, na ocasião, contra seu cruel pai. A idéia que lhe veio por um instante à consciência, com relação ao fato de que algo dessa natureza podia acontecer a alguém de quem ele gostava, pode, provavelmente, ser traduzida como um desejo parecido com ‘É preciso que lhe façam também a mesma coisa!’, dirigido àquele que narrou a história, e através dele, a seu pai. Um dia e meio mais tarde, quando o capitão lhe entregara o pacote pelo qual as taxas eram devidas, pedindo para reembolsar os 3.80 *kronen* ao Tenente A., ele já se fizera ciente de que seu ‘cruel superior’ estava equivocado, e de que a única pessoa a quem devia algo era à jovem dama da agência postal. Por conseguinte, podia facilmente lhe haver ocorrido pensar em alguma resposta irônica, tal como ‘Você acha mesmo que eu vou pagar?’ ou ‘Pago coisa nenhuma!’, ou então ‘Claro! Pode deixar que eu vou pagar a ele!’ — respostas que não estariam sujeitas a nenhuma força compulsiva. Contudo, em vez disso, nascida das agitações de seu complexo paterno e de sua lembrança da cena oriunda de sua infância, formou-se em sua mente uma resposta parecida com ‘Está bem. Reembolsarei o dinheiro ao Tenente A. quando meu pai e a dama tiverem filhos!’, ou ‘Tão certo quanto meu pai e a dama possam ter filhos, eu lhe pagarei!’ Em suma, uma afirmação ridícula ligada a uma absurda condição que jamais se satisfaria.

Agora, porém, o crime fora cometido; ele insultara as duas pessoas que lhe eram mais caras: seu pai e a sua dama. Esse feito clamava por punição, e a pena consistia em ele se comprometer com um juramento que lhe fosse impossível cumprir e que impunha total obediência à injustificada exigência de seu superior. O juramento era o seguinte: ‘Agora você deverá realmente reembolsar o dinheiro a A.’ Em sua convulsiva obediência ele reprimira seu melhor conhecimento de que o pedido do capitão se tinha baseado em premissas erradas: ‘Sim, você precisa reembolsar o dinheiro a A., conforme o exigiu o substituto de seu pai. Seu pai não pode estar equivocado; e se ele investe um

de seus súditos de um título que não lhe pertence, o súdito passará a trazer sempre esse mesmo título.’

Apenas uma vaga noção desses eventos foi assimilada pela consciência do paciente. Mas a sua revolta contra a ordem do capitão e a súbita transformação daquela revolta em seu oposto estavam, ambas, aqui representadas. Em primeiro lugar, adveio a idéia de que ele *não* tinha de reembolsar o dinheiro, ou então aquilo (isto é, a punição com ratos) iria acontecer; e a seguir adveio a transformação dessa idéia em um juramento de efeito contrário, como punição por sua revolta.

Dando prosseguimento ao fato, imaginemos as condições gerais sob as quais ocorreu a formação da grande idéia obsessiva do paciente. Sua libido tinha sido aumentada por um longo período de abstinência acoplado com a amável receptividade com a qual um jovem oficial pode contar quando está entre mulheres. Ademais disso, na época em que ele estava iniciando as manobras se instalara entre ele e a dama uma certa frieza nas relações. A intensificação de sua libido levou-o a renovar sua luta antiga contra a autoridade de seu pai, e ele ousara pensar em manter relações sexuais com outras mulheres. Sua lealdade à lembrança que guardava de seu pai fora-se debilitando, e aumentaram suas dúvidas a respeito dos méritos de sua dama; com essa disposição de espírito ele se deixou arrebatar a um perjúrio contra os dois, e assim se punira por tê-lo feito. Com esse ato, copiara, pois, um antigo modelo. E quando, no final das manobras, hesitara por tanto tempo para saber se viajaria a Viena ou se ficaria e cumpriria seu juramento, representara num só quadro os dois conflitos que desde o princípio o haviam afetado: se deveria, ou não, manter obediência a seu pai, e se deveria, ou não, manter-se fiel a sua amada.

Posso acrescentar uma observação acerca da interpretação daquela ‘sanção’ que, como se há de lembrar, consistia em que ‘de outra forma, a punição com ratos será infligida a ambos’. Baseava-se na influência das duas teorias sexuais da infância, que abordei em outro lugar. A primeira dessas teorias é que os bebês nascem do ânus; e a segunda, que decorre logicamente da primeira, que os homens também podem ter bebês, como as mulheres. Em conformidade com as regras técnicas de interpretação de sonhos, a noção de vir *para fora* do reto pode ser representada pela noção oposta de mover-se *para dentro* do reto (como na punição com ratos), e *vice-versa*.

Não nos cabe justificativa alguma por esperarmos que idéias obsessivas severas como as que estavam presentes nesse caso sejam esclarecidas por um método mais simples, ou por quaisquer outros meios. Quando achamos a solução descrita acima, o delírio que o paciente sofria sobre os ratos desapareceu.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. J. R. de L. (2004a) *Compulsão à Linguagem na Psicanálise: Teoria Lacaniana e Psicanálise Pragmática*. [Tese de Doutorado] Universidade Estadual de Campinas.
- Arrivé, M. (2001a) *Linguística e Psicanálise – Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Auroux, S. (1998a) *A filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Austin, J. L. (1962) *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.  
 \_\_\_\_\_ (1971) *Le langue de la perception*. Paris: Armand Colin.  
 \_\_\_\_\_ (1979a) *Philosophical papers*. Oxford: Clarendon Paperbacks.  
 \_\_\_\_\_ (1990) *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Bezerra, B. (1994a) Descentramento e sujeito – versões da revolução copernicana de Freud. In: Costa, J. F. (org) (1994) *Redescrições da psicanálise: ensaios pragmáticos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará
- Bezerra Jr., B. e Plastino, C. A. (orgs) (2001b) *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Borges Neto, J. (2004b) *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola.
- Brown, P e Levinson, S. C. (1987) *Politeness – Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Canale, M. (1995) De la competência a la pedagogia comunicativa del lenguaje. In Llobera, M. (org) (1995) *Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madrid: Edelsa.
- Cavell, M. (1993/1996) *The psychoanalytic mind. From Freud to philosophy*. Cambridge: Harvard University Press..
- Chierchia, G. (2003) *Semântica*. Campinas: Editora da UNICAMP /Editora da UFPR.
- Costa, J. F. (1994b) Pragmática e processo analítico: Freud, Wittgenstein, Davidson, Rorty. In: Costa, J. F. (org) (1994) *Redescrições da psicanálise: ensaios pragmáticos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.  
 \_\_\_\_\_ (2001c) A questão do sentido em psicanálise. In: Bezerra Jr., B. e Plastino, C. A.  
 \_\_\_\_\_ (2001b) (orgs) *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Davidson, D. (1982) *Philosophical essays on Freud*. Cambridge: Cambridge University Press.  
 \_\_\_\_\_ (1991a) *Reading Rorty*: Oxford: Basil Blackwell.

- Dosse, F. (1993a) *A História do Estruturalismo – Volume I: O campo do signo, 1945-1966*. São Paulo: Ensaio.
- Flores, V. (1999) *Linguística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação*. Porto Alegre: EDPUCRS.
- Foucault, M. (1993b) *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_ (1994c) *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Frege, G. (1978a) *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- Freud, S. (1950 [1895]/1977) *Projeto para uma Psicologia Científica*. Ed. Standard Brasileira vol. I. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_ (1900/1972) *A Interpretação de sonhos*. ESB. Vol. I.
- \_\_\_\_ (1905/1972) *Três ensaios sobre a sexualidade*. ESB. Vol. VII.
- \_\_\_\_ (1905 [1904]/1972) *Sobre a Psicoterapia*. ESB. Vol. VII.
- \_\_\_\_ (1909/1969) *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*. ESB. Vol. X.
- \_\_\_\_ (1911/1969a) *O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise*. ESB. Vol. XII.
- \_\_\_\_ (1911/1969b) *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. ESB. Vol. XII.
- \_\_\_\_ (1912/1969) *A Dinâmica da Transferência*. ESB. Vol. XII.
- \_\_\_\_ (1915/1974) *O Inconsciente*. ESB. Vol. XIV.
- \_\_\_\_ (1915 [1891]/1974) *Apêndice C*. In: Freud, S. (1915/1974) *O inconsciente*. ESB. Vol. XIV.
- \_\_\_\_ (1916 [1915]/1976) *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. ESB. Vol. XV.
- \_\_\_\_ (1923/1976) *O Ego e o Id*. ESB. Vol. XIX.
- \_\_\_\_ (1937/1975) *Construções em Análise*. ESB. Vol. XXIII.
- Glock, H.-J. (1997a) *Dicionário de Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Grice, H. P. (1975) *Logic and conversation*. In: Cole, J. e Morgan, J. L. *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press.
- James, W. (1967) *Pragmatismo e outros ensaios*. Rio: Lidaador.
- Jakobson, R (1963a) *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit.
- \_\_\_\_ (1966) *Problèmes de langage*. Paris: Gallimard.
- Kaufmann, P. (1996) *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise – o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Keith Allan (2001d) *Natural Language Semantics*. Oxford: Blackwell Publishers
- Kojève, A. (2002a) *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro, Ed: Contraponto/EDUERJ.



Kuhn, T. S. (1978b) *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva.

Labov, W. e Fanshel, D. (1977) *Therapeutic discourse – Psychotherapy as conversation*. Nova Iorque – Londres: Academic Press.

Lacan, J. (1953 [1956]/1998) *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (1955 [1957]/1998:47) *Seminário sobre “A carta roubada”*. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (1957/1998) *A instância da letra no inconsciente freudiano*. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (1974/1993) *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Laplanche, J. e Pontallis, J. – B. (1998b) *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Laznik-Penot, M. C. (1997b) *Rumo à Palavra: três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo: Escuta.

Lemaire, A. (1979b) *Jacques Lacan – uma introdução*. Rio de Janeiro: Campus Ltda.

Lepargeneur (1972) *Introdução aos Estruturalismos*. São Paulo: Herder.

Levinson, S. C. (1983) *Pragmatics* Cambridge: Cambridge Press.

\_\_\_\_\_ (2000a) *Presumptive Meanings. The Theory of Generalized Conversational Implicature*. Cambridge: Cambridge University Press.

Margutti, P. R. P. (2005a) *Lógica e Linguagem*. Comunicação oral apresentada no XIº Encontro de Filosofia da ANPOF. Salvador.

Maturana, H. R. e Varela, F. J. (2001e) *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athenas.

Mezan, R. (2002b) *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

Mill, J. S. (1979c) *Sistema de Lógica Indutiva e Dedutiva e Outros Textos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

Miller, J.-A. (1988) *S’Truc Dure*. In: *Matemas II*. Buenos Aires: Ed. Manantial.

Moeschler, Jacques (2000b) *Introduction to Semantics and Pragmatics* [online]. Disponível no endereço <[www.unige.ch/lettres/linge/moeschler/publication\\_pdf/sem\\_prag.pdf](http://www.unige.ch/lettres/linge/moeschler/publication_pdf/sem_prag.pdf)>

Nóbrega, M. (2002c) Lacan e a Lingüística saussuriana: um tiro que errou o alvo, mas acertou na mosca? In: Schäffer, M.; Flores, V. do N. e Barbisan, L. B. (orgs) (2002) *Aventuras do sentido: Psicanálise e Lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Pereira, P. F. (2005b) *O estatuto da linguagem em psicanálise: Considerações sobre a noção de representação na metapsicologia freudiana*. [Monografia de especialização] Universidade Federal do Paraná.
- Quine, W. V. (1969) *Relatividade Ontológica e Outros ensaios*. Coleções os Pensadores (1980) São Paulo: Abril Cultural.
- Reyes, G.; Baena, E. e Urios, E. (2000c). *Ejercicios de pragmática I*. Ed: Arco/Libros, S. L. Madri.
- Rorty, R. (1986) Freud and moral reflexion. In Smith, J e Kerrigan W. (orgS) (1986) *Pragmatism's Freud: the moral disposition of psychoanalysis*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- \_\_\_\_\_ (1988b) *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (1991b) *Objectivity, relativism, and truth – philosophical papers*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press.
- Russell, B. (1974) *Da Denotação*. Coleção Os Pensadores. Vol. XLII. São Paulo: Abril Cultural.
- Sales, L. S. (2002d) *Dos complexos familiares ao discurso de Roma*. [Dissertação de mestrado] UNICAMP.
- Saussure, F. (1978c) *Curso de lingüística geral*. Lisboa: Dom Quixote.
- Searle, J. R. (1981) *Os actos de fala*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sellars, J. (1963b) Empiricism and the Philosophy of Mind. In: Sellars, W. (1963) *Science, Perception and Reality*. New. York: The Humanities Press.
- Simanke, R. T. (2002e) *Metapsicologia Lacaniana: os anos de formação*. São Paulo: Discurso Editorial.
- Thá, F. (2004c) *Categorias Conceituais da Subjetividade* [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Paraná.
- \_\_\_\_\_ (2004d) Representação e pensamento na obra freudiana: Preliminares para uma abordagem cognitiva. *Agora, estudos em teoria psicanalítica*. Vol. VII. No 1.
- Verschueren, J (2002f) *Para entender la pragmática*. Madri: Gredos.
- Wittgenstein, L. (1953) *Philosophical Investigations*. New York: MacMillan.
- \_\_\_\_\_ (1965) *Lê cahier bleu et Lê cahier brun*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_\_ (1984) *Philosophical Grammar*. Oxford: Basil Blackwell Publishers.
- \_\_\_\_\_ (1989) *Fichas (Zettel)*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_ (1993c) *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)